



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de São José do Rio Preto

Beatriz Romero da Silva

A tradução comentada de *Le silence des médias*:
mulher, imprensa e dominação masculina

São José do Rio Preto
2023

Beatriz Romero da Silva

**A tradução comentada de *Le silence des médias*:
mulher, imprensa e dominação masculina**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES – Proc. 88887.625835/2021-00

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Angélica Deângeli

São José do Rio Preto
2023

S586t	Silva, Beatriz Romero da A tradução comentada de Le silence des médias : mulher, imprensa e dominação masculina / Beatriz Romero da Silva. -- São José do Rio Preto, 2023 260 p. : il., tabs., fotos Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto Orientadora: Maria Angélica Deângeli 1. Tradução e interpretação. 2. Mulheres na imprensa. 3. Feminismo. 4. Dominação masculina. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Beatriz Romero da Silva

A tradução comentada de *Le silence des médias*:

mulher, imprensa e dominação masculina

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES – Proc. 88887.625835/2021-00

Comissão Examinadora

Prof^a. Dr^a. Maria Angêlica Deângeli
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto
Orientadora

Prof. Dr. Pablo Simpson Kilzer Amorim
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Prof^a. Dr^a. Maria Viviane do Amaral Veras
UNICAMP – Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)

São José do Rio Preto
31 de agosto de 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Sibeli e Gilberto, e à minha avó, Amélia, as pessoas mais importantes de toda a minha vida. Muito obrigada por todo o amor incondicional que vocês me dão diariamente, por sempre acreditarem em mim e me apoiarem. Obrigada também por todos os esforços que vocês fizeram para que eu tivesse condições de me dedicar aos estudos, me tornando a primeira pessoa da família a ter diploma de ensino superior e a virar mestra. Se cheguei até aqui, não foi somente por mérito meu, mas também de vocês. Amo vocês infinitamente!

Agradeço também à professora Maria Angélica, que nos últimos cinco anos esteve ao meu lado me orientando, me ensinando e me aconselhando ao longo desta jornada com a língua francesa, a tradução e a pesquisa. Obrigada, *ma chère professeure*, por ter me aceitado e me acolhido como orientanda, por ter sempre acreditado em minha e na minha capacidade, e por abraçar minhas ideias, mesmo as mais mirabolantes.

Agradeço ao professor Pablo, que acompanhou de perto toda a minha trajetória acadêmica com o francês. Obrigada por todos os ensinamentos em sala de aula e também pelas conversas nos corredores. Obrigada por confiar uma sala de aula em minhas mãos e por sempre me incentivar na carreira acadêmica. Por último, mas não menos importante, obrigada pelos comentários e pelas contribuições no desenvolvimento desta tradução-pesquisa.

Agradeço também à professora Viviane, que gentilmente aceitou o convite para compor minha banca de defesa. Muito obrigada por suas sugestões e comentários e por sua simpatia irradiante, que, certamente, foram essenciais para o andamento deste trabalho.

Também agradeço à professora Érica e ao professor Lauro pelas contribuições acadêmicas no curso do meu mestrado, seja pelas aulas ministradas ou pelos apontamentos realizados em apresentações sobre a minha pesquisa.

Agradeço imensamente ao meu querido amigo Leonardo, que, mesmo distante, esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis, ouvindo minhas reclamações, choros e desesperos, mas também as minhas alegrias, sempre me dizendo as palavras que eu mais queria ouvir: “Amiga, hoje você merece um açaí!”. Te amo!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, n. 88887.625835/2021-00, à qual agradeço pela bolsa de pesquisa concedida.

Escreva, que ninguém te segure, que nada te detenha: nem homem, nem máquina imbecil capitalista na qual as editoras são as astuciosas e obsequiosas retransmissoras dos imperativos de uma economia que funciona contra nós e nas nossas costas; nem você mesma.

(CIXOUS, 2010, p. 40, tradução própria)¹

¹ “*Écris, que nul ne te retienne, que rien ne t’arrête : ni homme, ni imbécile machine capitaliste où les maisons d’édition sont les rusés et obséquieux relais des impératifs d’une économie qui fonctionne contre nous et sur notre dos ; ni toi-même.*” (CIXOUS, 2010, p. 40)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar a tradução parcial comentada para o português brasileiro de *Le silence des médias* (1987/1993), ensaio escrito pela jornalista e feminista quebequense Colette Beauchamp, no qual ela investiga as relações entre as mulheres e a imprensa nos anos 1980, expondo a prevalência dos valores masculinos nas mídias. Assim, por meio desta dissertação e do trabalho de tradução e criação de notas, busco apresentar uma análise interpretativa do ensaio, bem como as decisões tradutórias tomadas, levantando uma reflexão sobre o gênero tradução comentada e sobre papel do/a tradutor/a nas notas de tradução (N.T.), bem como sobre a mulher, a imprensa e a dominação masculina nas mídias – assuntos que permeiam o texto de Beauchamp. Para a análise e contextualização da obra, baseio-me nos trabalhos de Sullerot (1963) e Buitoni (1986; 2009) a respeito das mulheres e da imprensa, e de Lerner (1986/2019) e Bourdieu (1991/2022) em relação à dominação masculina. O projeto de tradução, por sua vez, é fundamento nos estudos de Antoine Berman (1995; 2007) e de sua perspectiva tradutória sobre a tradução da letra, que consiste em um projeto de tradução ética, buscando reconhecer o Outro no texto traduzido. Levando em consideração o corpus desta pesquisa e a minha própria experiência enquanto tradutora-pesquisadora, trago também algumas referências à tradução feminista canadense e transnacional, como as pesquisas de Von Flotow (1997; 2021), Simon (1996), Godayol (2013) e Castro e Spoturno (2020). Em relação à tradução comentada, apresento as considerações levantadas por Zavaglia, Renard e Janczur (2015) e Torres (2017) sobre o gênero no meio acadêmico. Por fim, no que diz respeito às notas e aos comentários na tradução, são os trabalhos de Mittmann (2003), Sardin (2007) e Zhang (2018) que norteiam esta tradução-pesquisa, tendo em vista a visibilidade do/a tradutor/a e a sua discursividade que transparecem por meios das N.T.

Palavras-chave: Tradução comentada. Notas do tradutor. Imprensa. Feminismos. Dominação masculina.

ABSTRACT

This research aims to present the partial commented translation into Brazilian Portuguese of *Le silence des médias* (1987/1993), an essay written by the Quebec journalist and feminist Colette Beauchamp, in which she investigates the relations between women and the press in the 1980s, exposing the prevalence of masculine values in the media. Thus, based on this dissertation and the work of translation and creation of notes, I seek to present an interpretative analysis of the essay, as well as the translation decisions taken, raising a reflection on the genre commented translation and on the role of the translator in the translator's note, as well as on women, the press and masculine domination in the media – subjects that permeate Beauchamp's text. For the analysis and contextualization of the work, I base myself on the works of Sullerot (1963) and Buitoni (1986; 2009) about woman and the press, and of Lerner (1986/2019) and Bourdieu (1991/2022) regarding the masculine domination. The translation project, in turn, is based on the studies of Antoine Berman (1995; 2007) and on his translational perspective on the translation of the letter, which consists of an ethical translation project, seeking to recognize the Other in the translated text. Considering the corpus of this research and my own experience as a translator-researcher, I also bring some references to Canadian and transnational feminist translation, such as the research by Von Flotow (1997; 2021), Simon (1996), Godayol (2013) and Castro and Spoturno (2020). Regarding the commented translation, I present the considerations raised by Zavaglia, Renard and Janczur (2015) and Torres (2017) about this gender in academia. Lastly, about the notes and the commentaries in the translation, the works of Mittmann (2003), Sardin (2007) and Zhang (2018) guide this translation-research, bearing in mind the visibility of the translator and his/her discursiveness that appear through the translator's notes.

Keywords: Commented translation. Translator's notes. Press. Feminisms. Masculine domination.

RÉSUMÉ

Le but de cette recherche est de présenter la traduction partielle commentée vers le portugais brésilien de l'essai *Le silence des médias* (1987/1993), écrit par la journaliste et féministe québécoise Colette Beauchamp, dans lequel elle examine les relations entre les femmes et la presse dans les années 1980, en dénonçant la domination des valeurs masculines dans les médias. Ainsi, à partir de ce mémoire et du travail de traduction et création des notes, j'envisage de présenter une analyse interprétative de l'essai, ainsi que les décisions traductives prises, en suscitant une réflexion sur le genre traduction commentée et sur le rôle du/de la traducteurice dans les notes de traduction, ainsi que sur la femme, la presse et la domination masculine dans les médias – des sujets qui sont présents dans le texte de Beauchamp. Pour analyser et contextualiser l'ouvrage, je m'appuie sur les travaux de Sullerot (1963) et Buitoni (1986; 2009) à propos des femmes et de la presse, et de Lerner (1986/2019) et Bourdieu (1991/2022) concernant la domination masculine. Le projet de traduction, pour sa part, est basé sur les études d'Antoine Berman (1995; 2007) et de sa perspective traductive sur la traduction de la lettre, qui comprend un projet de traduction éthique envisageant de reconnaître l'Autre dans le texte traduit. En tenant en compte le corpus de cette recherche et ma propre expérience en tant que traductrice-chercheuse, j'apporte aussi quelques références à la traduction féministe canadienne et transnationale, comme les recherches de Von Flotow (1997; 2021), Simon (1996), Godayol (2013) et Castro et Spoturno (2020). Quant à la traduction commentée, je présente les réflexions de Zavaglia, Renard et Janczur (2015) et Torres (2017) à propos du genre traduction commentée. Pour finir, à l'égard des notes et des commentaires dans la traduction, ce sont les travaux de Mittmann (2003), Sardin (2007) et Zhang (2018) qui guident cette traduction-recherche, à partir des questions comprenant la visibilité du/de la traducteurice et sa discursivité qui peuvent se manifester par les N.T.

Mots-clés : Traduction commentée. Notes du traducteur. Presse. Féminisme. Domination masculine.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Colette Beauchamp (centro), foto de Jacques Grenier (1978).	20
Figura 2 – Capa original de <i>Le silence des médias</i> .	22
Figura 3 – Sumário parcial de <i>Le silence des médias</i> .	24
Figura 4 – Manchete do jornal <i>Le Parisien</i> .	42
Figura 5 – A pauta é o racismo no Brasil.	43
Quadro 1 – Nota metalinguística	82
Quadro 2 – Nota metalinguística	82
Quadro 3 – Nota exegetica e metalinguística	83
Quadro 4 – Nota metalinguística	83
Quadro 5 – Notas metalinguísticas	84
Quadro 6 – Nota metalinguística e exegetica	84
Quadro 7 – Nota metalinguística e exegetica	85
Quadro 8 – Nota metalinguística e exegetica	85
Quadro 9 – Nota metalinguística e reflexiva	86
Quadro 10 – Nota metalinguística	86
Quadro 11 – Nota exegetica e metalinguística	87
Quadro 12 – Notas metalinguísticas e notas reflexivas	88
Quadro 13 – Nota reflexiva	89
Quadro 14 – Nota metalinguística	89
Quadro 15 – Nota reflexiva	90
Quadro 16 – Nota reflexiva	90
Quadro 17 – Nota exegetica	91
Quadro 18 – Nota reflexiva	92
Quadro 19 – Notas metalinguísticas e exegeticas	93
Quadro 20 – Nota metalinguística	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Stories by female reporters in traditional mediums, by major topics.
2000-2020.

40

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	<i>LE SILENCE DES MÉDIAS: A RELAÇÃO ENTRE IMPRENSA E GÊNERO</i>	18
2.1	Colette Beauchamp: entre a imprensa e os movimentos feministas no Quebec	19
2.2	<i>Le silence des médias: les femmes, les hommes et l'information</i>	21
2.3	Mulher, imprensa e dominação masculina	27
2.3.1	A mulher e a imprensa	28
2.3.2	A dominação masculina	34
2.3.3	Dominação e silenciamento nas mídias	37
3	A TRADUÇÃO E SUAS MANIFESTAÇÕES	45
3.1	Antoine Berman e a tradução	46
3.1.1	A tradução da letra: uma questão ética	46
3.1.2	O projeto e o processo tradutório a partir da crítica bermaniana	52
3.2	Escrita, tradução e gênero	56
3.2.1	A escrita feminina: entre a França e o Quebec	58
3.2.2	A tradução feminista: para além da Escola Canadense	62
3.3	A tradução comentada: comentários, notas e discurso	69
3.3.1	A visibilidade do/a tradutor/a e o discurso na tradução	70
3.3.2	O paratexto: as notas e os comentários na tradução	74
3.3.3	As notas e os comentários em <i>O silêncio das mídias</i>	79
4	A TRADUÇÃO COMENTADA COMO EXPERIÊNCIA: O SILÊNCIO DAS MÍDIAS	94
	A informação é masculina	96
	Capítulo 8 – O controle das mídias	97
	As mídias: redes inimigas	101
	Uma informação de homens	103
	Uma linguagem de soldado e de jogador de hóquei	105
	Uma informação branca	108
	Uma informação heterossexual	109
	A promoção das ideologias do poder	112
	O desenvolvimento tecnológico e a ascensão do movimento feminista	119
	Capítulo 9 – Moral e sexo	123
	O exercício do direito individual	129
	Gerir o mundo com um cartão de crédito	131

Enquanto isso	132
A moral da imprensa	135
O funcionamento em gavetas	138
Cobertura por acontecimentos e por setores	140
Tecnologia, direito e poder	140
A informação sem as mulheres	146
Capítulo 13 – Sem a opinião delas... e contra elas	147
Aqui no Quebec	148
Châtelaine	148
Dar lugar aos homens	151
Corrige-se o feminismo	153
A imprensa diária	156
Vinte e cinco anos de trabalho pelo ralo	157
Mídias e feminismo	161
O impacto do feminismo	163
Diante das portas fechadas	164
Fala de homem <i>versus</i> falas das mulheres	166
O aborto nas manchetes, mas...	168
O 8 de março	170
O antifeminismo e o sexismo rígido	173
No plano mundial	177
Excluídas	179
Um beco sem saída	180
As mulheres continuam	181
Capítulo 15 – As mulheres jornalistas e o feminismo	183
A solidariedade	183
Cobrir a realidade das mulheres	187
As vantagens da lucidez feminista	192
A síndrome feminista	193
Dizer e escrever enquanto mulheres	194
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS	200
ANEXO A – “L’INFORMATION EST MASCULINE”	205
ANEXO B – “CHAPITRE 8 – LE CONTRÔLE DES MÉDIAS”	207
ANEXO C – “CHAPITRE 9 – MORALE ET SEXE”	221

ANEXO D – “L’INFORMATION SANS LES FEMMES”	233
ANEXO E – “CHAPITRE 14 – SANS LEUR AVIS ET... CONTRE ELLES”	235
ANEXO F – “CHAPITRE 15 – LES FEMMES JOURNALISTES ET LE FÉMINISME”	253

1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa busco realizar algumas considerações sobre as relações entre imprensa, gênero e dominação masculina por meio da tradução parcial comentada do ensaio *Le silence des médias: les femmes, les hommes et l'information* (1987/1993)², de Colette Beauchamp. A dominação dos homens em nossa sociedade perpassa todas as esferas, e não seria diferente nas mídias, uma vez que elas são controladas pelo poder e pela ideologia masculina, como expõe Beauchamp em seu livro escrito há 36 anos, mas que se mantém atual. Assim, a partir do trabalho de tradução comentada, procuro apresentar, por meio das notas do/a tradutor/a (N.T.) e da própria dissertação, uma análise interpretativa do ensaio, bem como as decisões tradutórias tomadas, tendo em vista que leitura, interpretação, comentário e tradução são processos intrinsecamente ligados, como defende Torres (2017) em seu trabalho “Por que e como pesquisar a tradução comentada?”.

A escolha de traduzir e investigar *Le silence des médias*, um ensaio que aborda questões de gênero na imprensa, não foi aleatória. Desde 2018, venho trabalhando com pesquisas que envolvem os Estudos da Tradução e a imprensa feminina e feminista, que me levaram a concluir dois trabalhos de Iniciação Científica intitulados “As representações feminina e feminista na imprensa de língua francesa do início do século XX: tradução e diferenças enunciativas” e “Tradução e representação cultural: uma (re)leitura da imprensa feminina francesa no Brasil do século XIX”. Em uma de minhas pesquisas bibliográficas sobre o assunto, deparei-me com o ensaio de Beauchamp, o qual chamou minha atenção, sobretudo por nunca ter sido traduzido para nenhuma outra língua, ficando restrito às leitoras e aos leitores francófonas/os.

Le silence des médias foi o primeiro livro publicado por Colette Beauchamp, em 1987, no Quebec. Nessa obra, a autora expõe a forma como as mídias silenciam as mulheres, inclusive as mulheres jornalistas, em detrimento do poder e da ideologia dos homens, que dominam os meios de comunicação e a sociedade como um todo. Embora as reflexões apresentadas no livro ainda sejam pertinentes e atuais e possam ecoar para leitoras/es de diversas partes do mundo, o ensaio nunca foi traduzido. Por isso considero pertinente traduzir e apresentar *Le silence des médias* para outras/os leitoras/es, divulgando as ideias e o trabalho de Colette Beauchamp para além do Quebec.

Levando em consideração a extensão da obra e o tempo para desenvolver esta pesquisa, decidi realizar uma tradução comentada parcial do livro, debruçando-me sobre quatro capítulos:

² *Le silence des médias* foi publicado em 1987. Para realizar esta tradução-pesquisa, utilizei a 3ª edição do livro, publicada em 1993, sendo assim, as próximas menções ao ensaio são referentes à edição de 1993.

“Le contrôle des médias” (p. 99-123), que trata do domínio masculino nas mídias por meio do que é veiculado pela imprensa e o modo como essas informações são transmitidas, difundindo os valores masculinos para a sociedade; “Morale e sexe” (p. 125-145), no qual a autora discorre sobre como a moralidade masculina afeta não só as mídias, como também a vida das mulheres e de crianças submetidas à dominação do poder masculino; “Sans leur avis et... contre elles” (p. 185-217), que discorre sobre o modo como as mídias, mesmo aquelas consideradas femininas e feministas, são influenciadas pela visão e pelos valores masculinos e dão lugar aos homens para falar sobre as mulheres, a condição feminina e o (anti)feminismo; e “Les femmes journalistes et le féminisme” (p. 247-261), no qual é discutido o papel das mulheres jornalistas e feministas na divulgação da informação. A escolha desses capítulos se deu em razão da relevância dos conteúdos abordados por eles e também da proficuidade que apresentaram no processo de tradução e criação das notas e comentários.

Tendo como o objetivo principal desta pesquisa a tradução comentada de um ensaio feminista, sua fundamentação teórica é dividida em dois eixos temáticos: (i) a relação entre imprensa, gênero e dominação masculina e (ii) e as manifestações da tradução enquanto reflexão e experiência (Berman, 2007).

Em “*Le silence des médias*: a relação entre imprensa e gênero”, apresento, primeiramente, uma breve biografia de Colette Beauchamp, comentando sobre o seu trabalho enquanto jornalista e sobre a sua participação em movimentos feministas no Quebec, a partir dos anos 1960. Em seguida, introduzo seu ensaio *Le silence des médias*, que constitui o objeto desta tradução-pesquisa. Após essas contextualizações, teço algumas reflexões a respeito da relação entre a mulher e a imprensa, desde o seu papel de leitora e consumidora de revistas femininas, até a sua participação ativa nas mídias enquanto jornalista. Por último, trago algumas considerações sobre o desenvolvimento da dominação masculina e da sociedade patriarcal, para enfim comentar sobre a dominação masculina nas mídias, explicitando de que modo os homens e a sua ideologia prevalecem nessa esfera, atingindo diretamente as mulheres, assim como Beauchamp denuncia em seu ensaio.

Na seção “A tradução e suas manifestações”, exploro várias teorias dos Estudos da Tradução relevantes para a realização desta tradução-pesquisa. Para o desenvolvimento do meu processo tradutório, tomo como base os alguns estudos de Antoine Berman como *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo* (2007), no qual ele apresenta a noção de tradução da letra e de ética na tradução, e *Pour une critique des traductions: John Donne* (1995), em que trata das críticas de tradução a partir de uma visão mais positiva, levando em consideração tudo aquilo que perpassa o processo tradutório, incluindo o/a próprio/a tradutor/a, e não apenas o produto

linguístico apresentado sob a forma final da tradução. Ao traduzir um texto feminista e quebequense, trago também algumas considerações sobre a escrita feminina e a tradução feminista desenvolvidas no Canadá a partir dos anos 1970, uma vez que essas práticas se mostram presentes no trabalho de Beauchamp e consequentemente em minha tradução. Por fim, discorro sobre o gênero tradução comentada e sobre os comentários na tradução, que neste trabalho são apresentados na forma de notas do/a tradutor/a. Sendo assim, abordo diferentes perspectivas sobre as N.T. com base nos trabalhos de Mittmann (2003), Sardin (2007) e Zhang (2018), apresentando-as como um elemento discursivo da tradução em que o/a tradutor/a se faz visível deixando transparecer seus discursos e a sua subjetividade, sobretudo quando se trata de um texto ideologicamente marcado. Para exemplificar o processo de criação das notas e dos comentários, trago ao final dessa seção vinte trechos de minha tradução seguidos das N.T., que foram divididas em três categorias: notas exegéticas, notas metalinguísticas e notas reflexivas³.

Após essas reflexões teóricas a respeito das mídias, gênero e tradução, apresento em “A tradução comentada como experiência: *O silêncio das mídias*” a tradução parcial comentada de *Le silence des médias*, juntamente às minhas notas e comentários, que me tornam visível enquanto tradutora-pesquisadora no meu trabalho de tradução, quebrando o suposto silêncio atribuído ao/à tradutor/a nas concepções mais tradicionalistas da tradução.

Por último, apresento minhas considerações finais sobre esta tradução-pesquisa, tendo em vista as teorias aqui abordadas sobre imprensa, gênero, dominação e tradução. No que diz respeito às relações entre a mulher, a imprensa e dominação masculina, busquei estabelecer um paralelo entre as reflexões apresentadas por Beauchamp em seu ensaio e pesquisas mais recentes sobre o tema, mostrando como a dominação masculina é favorecida e mantida em nossa sociedade por meio das mídias, que corroboram e eternizam determinados discursos, como aponta Bourdieu (1991/2022) em *A dominação masculina*. Quanto às teorias da tradução, o intuito desta pesquisa foi de investigar a visibilidade e a subjetividade do/a tradutor/a em uma tradução comentada, evidenciando o seu papel não só de tradutor/a, mas também de “comentarista”, dialogando com o texto e com suas/seus leitoras/es por meio de seus comentários e de suas reflexões apresentados em forma de N.T.

Antes de adentrar nesta tradução-pesquisa, faço uma última observação. Como pode-se notar, optei por escrever este trabalho na primeira pessoa do singular e por fazer o uso da escrita inclusiva (feminino/masculino). O motivo para tal decisão foi o próprio tema dessa dissertação.

³ Neste tópico, apresento a tradução de alguns trechos de capítulos que não entraram na versão final da tradução, tendo em vista o recorte que foi feito para a tradução parcial, mas que considere interessantes de serem analisados e comentados.

Assim como realizei uma tradução em que me faço visível enquanto tradutora por meio de minhas notas, uma vez que a invisibilidade do/a tradutor/a é impossível, decidi me fazer visível também enquanto pesquisadora em minha dissertação ao usar o pronome *eu* em vez de formas plurais ou impessoais. Em relação à escrita inclusiva, Colette Beauchamp faz uso desse recurso em seu ensaio, marcando o gênero feminino e masculino em artigos, substantivos e adjetivos, sendo assim, escolhi utilizar a escrita inclusiva tanto em minha dissertação, quanto em minha tradução, ainda que por vezes ela possa “carregar” o texto e a leitura, como muitas/os críticas/os dessa escrita argumentam. Mas em uma tradução-pesquisa que aborda o silenciamento feminino, usar apenas o gênero masculino – considerado como “neutro” –, seria também uma forma de silenciamento e de apagamento das mulheres.

2 LE SILENCE DES MÉDIAS: A RELAÇÃO ENTRE IMPRENSA E GÊNERO

Antes de apresentar a tradução parcial comentada de *Le silence des médias*, contextualizo brevemente a vida profissional e militante de Colette Beauchamp, que a levou a escrever seu primeiro ensaio feminista sobre a dominação masculina nas mídias e o silenciamento das mulheres. Em seguida, trago algumas reflexões sobre a relação entre a mulher e a imprensa e a dominação masculina nesses contextos que levam a esse silenciamento denunciado pela autora.

Primeiramente, em “Colette Beauchamp: entre a imprensa e os movimentos feministas no Québec”, introduzo Colette Beauchamp, importante jornalista e feminista quebequense, atuante desde os anos 1960 no jornalismo e nos movimentos feministas. Em seguida, apresento sua obra escrita composta por três livros publicados entre os anos 1980 e 2000, sendo eles: *Le silence des médias: les femmes, les hommes et l’information* (1987), *Judith Jasmin, 1916-1972: De feu et de flamme* (1992) e *Du Québec à Kaboul: lettres à une femme afghane* (2003). Seus escritos, embora pouco conhecidos, tratam de questões sociais muito relevantes ainda atualmente, sobretudo no que diz respeito à mulher, tanto no ambiente jornalístico, quanto nas sociedades de modo geral, evidenciando a importância de seu trabalho.

Num segundo momento, em “Le silence des médias: les femmes, les hommes et l’information”, trato do ensaio que dá nome ao título dessa seção, apresentando seu contexto de publicação, a editora na qual foi publicado, seu sumário e um resumo geral dos capítulos traduzidos neste trabalho, bem como algumas críticas positivas e negativas que surgiram na época de seu lançamento.

Por último, em “Mulher, imprensa e dominação masculina”, trago, primeiramente, algumas considerações sobre a mulher e a imprensa, a partir dos trabalhos de Buitoni (1986; 2009) e Sullerot (1963), falando sobre a relação entre as mulheres e a imprensa ao longo da história, começando pelo surgimento da imprensa escrita como uma ferramenta para atender aos interesses masculinos, passando pelo desenvolvimento da imprensa feminina, cuja função era o controle e alienação das mulheres por meio dos homens, para chegar à prática subversiva de mulheres jornalistas que publicarem os primeiros jornais feministas, falando abertamente sobre as condições das mulheres na sociedade. Em seguida, com base nos estudos de Lerner (1986/2019) e Bourdieu (1991/2022), exponho como a dominação masculina e a visão de superioridade dos homens é produto de construções sociais e históricas, e não de determinações biológicas, como argumentam teóricos tradicionalistas e masculinistas. Posteriormente, trato da dominação masculina nas mídias, resultado dessa divisão social que favorece os homens,

colocando-os no controle dos meios de comunicação e da sociedade, ao dominar esses espaços e propagar suas ideologias e valores por meio da imprensa.

2.1 Colette Beauchamp: entre a imprensa e os movimentos feministas no Quebec

De acordo com a biografia escrita por Maude-Emmanuelle Lambert (2018) para *L'Encyclopédie Canadienne*, Colette Beauchamp é uma jornalista e escritora canadense, nascida no ano de 1936, em Valleyfield, Quebec. Mestre em Literatura pela Universidade do Quebec, a autora iniciou sua carreira como jornalista no início da década de 1960 na emissora Radio-Canada, exercendo a profissão de jornalista por mais de 25 anos em diversos meios de comunicação. Trabalhou também na área de relações públicas de órgãos culturais do Canadá, ligados aos mais diversos tipos de festivais culturais do país, lançando e dirigindo em 1969 a publicação *Placedart*, um calendário cultural com uma tiragem de mais de 50.000 exemplares, que promovia os eventos realizados na *Place des Arts*, de cujo serviço de informações ela se tornou diretora dois anos depois.

Em meados dos anos 1970, Beauchamp retorna à Radio-Canada para trabalhar como jornalista e pesquisadora⁴ no programa de assuntos públicos *Présent*. Foi também uma das primeiras apresentadoras da emissão *Droit de Parole*, da antiga Radio-Quebec, no qual tratava de assuntos e debates sobre os desafios da sociedade quebequense, além disso, escreveu para *Châtelaine*, uma das principais revistas destinadas ao público feminino do Quebec. De modo geral, a jornalista sempre tratou de pautas sociais, sobretudo relacionadas às mulheres, e de assuntos muito sensíveis, como a prostituição em Montreal, o Referendo do Quebec de 1980 e o *L'affaire des Yvettes*⁵. Nos anos 1980, Colette Beauchamp também colaborou com a revista de atualidades feminista *La Vie en Rose*, publicada até 1987.

⁴ Do francês quebequense *rechercheur*: pessoa que realiza pesquisas documentais para a rádio e televisão (*Le Robert*, 2023, on-line).

⁵ Em maio de 1980, o Partido Quebequense (PQ) – que era a favor da soberania da província – realizou um referendo para ouvir a opinião da população sobre a soberania do Quebec, que foi rejeitada por 60% dos votantes. Alguns meses antes, no Dia Internacional da Mulher, a ministra da Condição Feminina, Lise Payette (PQ), havia denunciado a existência de estereótipos sexistas nos manuais escolares que apresentavam Guy, um menino que adorava esportes e competições, e Yvette, uma menina obediente e que ajudava nas tarefas domésticas. No dia seguinte, no entanto, Lise Payette fez um comentário que causou enorme repercussão: a ministra declarou que Claude Ryan, chefe do Partido Liberal do Quebec (PLQ) e da oposição ao movimento de soberania, desejava que as mulheres permanecessem dentro do lar, assim como Yvette, e que na verdade ele havia se casado com uma Yvette. Após essa declaração polêmica, as militantes feministas aliadas ao Partido Liberal do Quebec se revoltaram contra Payette e deram início ao movimento que ficou conhecido como *L'Affaire des Yvettes*, tendo início com o “Brunch des Yvettes”, realizado no dia 30 de março, contando com a presença de mais de 1.700 mulheres. Especula-se que a vitória do “Não” no referendo do dia 20 de maio de 1980 foi devido ao movimento e a revolta dessas mulheres contra a declaração de Payette. (Cf. Archibald ; Lambert, 2022; Hudon, 2017)

Figura 1 – Colette Beauchamp (centro), foto de Jacques Grenier (1978).



Fonte: L'ENCYCLOPÉDIE CANADIENNE, 2018.

Assim como o início de sua carreira jornalística, o seu envolvimento com o feminismo começou nos 1960, ao participar de organizações femininas/feministas. De início, se juntou ao *Cercle des femmes journalistes* [Círculo de Mulheres Jornalistas], fundado em 1951, em 1965 compôs o comitê de organização da celebração de 25 anos do sufrágio feminino no Quebec e em 1966 integrou a *Fédération des femmes du Québec* (FFQ) [Federação das mulheres do Quebec]. Segundo Flavie Trudel (apud Lambert, 2018), a participação de mulheres jornalistas na FFQ foi crucial, pois elas ajudaram na organização do grupo bem como na sua divulgação para a sociedade.

Nos 1970, com o crescimento da chamada segunda onda do feminismo, Colette Beauchamp uniu-se ao *Regroupement des femmes québécoises* (RFQ) [Agrupamento das Mulheres Quebequenses], grupo de pressão feminista formado por ativistas descontentes com a posição do Partido Quebequense sobre o direito ao aborto, cujo objetivo era dar suporte aos movimentos feministas que surgiram no Canadá entre 1960 e 1980. O RFQ foi um grupo de grande importância para as mulheres quebequenses nos anos 1970, criando um tribunal popular para denunciar publicamente as agressões físicas infligidas às mulheres, além de ajudar as vítimas que prestavam queixas dos abusos sofridos. Em 1979 Colette Beauchamp foi eleita para o comitê de coordenação do agrupamento. No contexto do desenvolvimento da escrita feminina quebequense, o RFQ também teve um papel importante ao apoiar a escritora feminista Denise Boucher diante da censura que os grupos católicos impuseram à sua peça *Les fées ont soif*

(1978), que abordava arquétipos femininos impostos pela sociedade patriarcal a partir de figuras religiosas como Madalena e a Virgem Maria.

Como escritora, Colette Beauchamp não é detentora de uma vasta obra, contudo, suas publicações são de grande relevância social, uma vez que lidam com questões relacionadas às mulheres na sociedade e na imprensa. Em 1987, publicou o ensaio *Le silence des médias: les femmes, les hommes et l'information*, no qual realiza uma análise crítica e feminista das condições das mulheres jornalistas no Quebec. Em 1992 foi a vez do livro *Judith Jasmin, 1916-1972: De feu et de flamme*, biografia de Judith Jasmin, a primeira jornalista mulher do Quebec a trabalhar na área do jornalismo político e internacional, que lhe rendeu o prêmio Victor-Barbeau da Academia de Letras do Quebec em 1993. Uma década depois, publicou seu terceiro e último livro: *Du Québec à Kaboul: lettres à une femme afghane* (2003), uma espécie de ensaio/diário pessoal, em que discute sobre a situação das mulheres e das crianças no Afeganistão após a invasão estadunidense no país, ao se corresponder por meio de cartas com Shoukria, uma feminista e mãe de família afegã.

Colette Beauchamp, portanto, foi uma das figuras centrais para o jornalismo e o feminismo quebequense ao tratar de pautas sociais sobre a situação das mulheres de modo geral, mas também das mulheres jornalistas. Como conclui Lambert (2018)⁶:

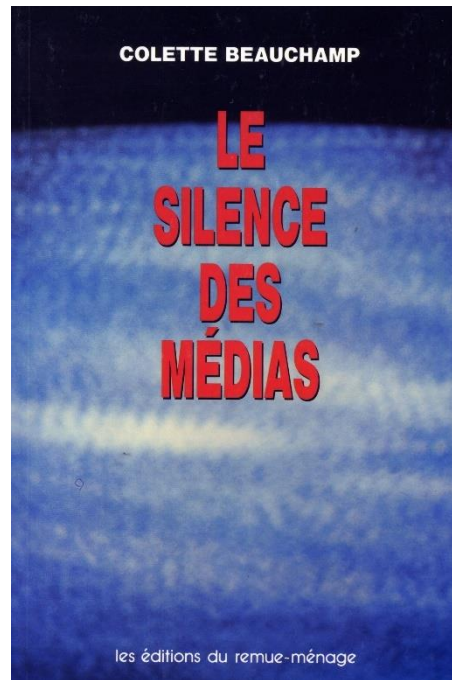
As análises minuciosas dessa jornalista, ensaísta e militante feminista não apenas conseguiram chamar a atenção para as desigualdades e estereótipos de gênero nas mídias quebequenses, assim como suas tomadas de posições e suas ações ajudaram a devolver a voz às mulheres sobre questões que as concernem.

2.2 *Le silence des médias: les femmes, les hommes et l'information*

No intuito de lidar com temas que perpassam as áreas da tradução, do feminismo e da imprensa, o objeto desta pesquisa é constituído pelo ensaio *Le silence des médias: les femmes, les hommes, l'information*, publicado pela primeira vez em 1987, cuja tradução comentada foi realizada no decorrer deste trabalho. Vale ressaltar que *Le silence des médias* nunca foi traduzido, nem para o português, nem para uma outra língua. Portanto, esta tradução-pesquisa é uma primeira tradução.

⁶ “Non seulement les analyses minutieuses de cette journaliste, essayiste et militante féministe ont su attirer l'attention sur les inégalités et les stéréotypes liés au genre dans les médias québécois, mais ses prises de position et ses actions ont contribué à redonner une voix aux femmes sur des enjeux qui les concernent.” (Lambert, 2018)

Figura 2 – Capa original de *Le silence des médias*.



Fonte: LES ÉDITIONS DU RÉMUE-MÉNAGE, 2022.

Contextualizando o ensaio, chamo atenção para a editora responsável pelo seu lançamento, *Les Éditions du remue-ménage*, uma casa editorial de publicações feministas criada em 1976, a partir da iniciativa de um grupo de mulheres que buscava ter acesso a textos e teorias feministas, pouco difundidos na época. Há 47 anos em atividade, é considerada a principal editora feminista de língua francesa do continente americano, contando com um vasto catálogo de publicações das mais diversas áreas do conhecimento, como literatura, artes visuais, política, filosofia, ciências sociais, saúde, educação etc. De acordo com o *site* da editora:

Sua missão é fomentar a reflexão sobre a condição das mulheres e sobre as questões de gênero, explorando temáticas e abordagens inovadoras, promovendo novas autoras e apoiando o trabalho de autoras já estabelecidas. Publicamos livros geralmente audaciosos, mas sempre necessários. (Les Éditions du Remue-Ménage, 2022)⁷

Em seu ensaio, Beauchamp analisa o funcionamento da imprensa e o poder que a informação exerce em nossas vidas, expondo a prevalência dos valores masculinos na esfera

⁷ “Son mandat consiste à faire avancer la réflexion sur la condition des femmes et sur les questions du genre, en explorant des thématiques et des approches novatrices, en faisant connaître de nouvelles auteures ainsi qu’en soutenant le travail d’auteures accomplies. Nous publions des livres souvent risqués, mais toujours nécessaires.” (Les Éditions du Remue-Ménage, 2022)

mediática, como a predominância de jornalistas do sexo masculino, sobretudo em cargos de liderança, a atribuição sexista das pautas jornalísticas entre homens e mulheres – enquanto os jornalistas homens lidam com notícias relacionadas à política e à economia, às jornalistas mulheres são destinadas pautas de educação e sociedade, assuntos tidos como “femininos” – e o modo como as notícias são veiculadas, seja por meio da linguagem ou por meio de imagens.

O livro em questão tem 281 páginas e é composto por quatro partes: “L’information aujourd’hui”, que trata da difusão de informações de modo geral; “L’information est masculine”, na qual a autora discorre sobre o modo como a mídia é dominada pelos homens e pelos seus valores masculinos; “L’information... sans les femmes”, que comenta sobre a atuação das mulheres na imprensa; e “Investir le pouvoir de l’information”, em que Beauchamp apresenta suas considerações finais.

Tendo em vista a extensão do ensaio, que conta com mais de duzentas e cinquenta páginas, e o prazo para a execução do mestrado, optei por realizar uma tradução parcial comentada de *Le silence des médias*. Dessa forma, dediquei-me à tradução de quatro capítulos, sendo “Le contrôle des médias” e “Morale e sexe” extraídos da seção “L’information est masculine”, e “Sans leur avis et... contre elles” e “Les femmes journalistes et le féminisme” retirados da seção “L’information... sans les femmes”. Como já mencionado, a escolha dos capítulos foi em razão das temáticas abordadas por eles e das notas e comentários que realizei ao longo de minha tradução.

Como forma de apresentar essas duas seções que tratam mais especificamente sobre o modo como a imprensa estabelece sua relação com as mulheres, sejam elas produtoras ou consumidoras dos conteúdos veiculados pela mídia, trago a seguir o sumário parcial do livro:

Figura 3 – Sumário parcial de *Le silence des médias*.

Chapitre 7		Chapitre 13	
Le public et les journalistes	89	Sans leur avis et ... contre elles	185
Malaise chez les journalistes	93	Ici, au Québec	186
La gérance du droit du public à l'information	94	Châtelaine	187
 <i>L'information est masculine</i>		Place aux hommes	189
Chapitre 8		On corrige le féminisme	190
Le contrôle des médias	99	La presse quotidienne	193
Les médias: des réseaux ennemis	103	Vingt-cinq ans de travail dans le drain	194
Une information d'hommes	105	Médias et féminisme	198
Une langue de soldat et de hockeyeur	107	Impact du féminisme	200
Une information blanche	109	Devant des portes closes	201
Une information hétérosexuelle	110	Parole d'homme versus paroles de femmes	203
La promotion des idéologies du pouvoir	112	L'avortement à la une mais...	204
Le développement technologique		Le 8 mars	207
et la montée du mouvement féministe	119	L'antifeminisme et le sexisme dur	209
Chapitre 9		Sur le plan mondial	213
Morale et sexe	125	Exclues	214
L'exercice du droit individuel	130	Une voie de garage	216
Gérer le monde avec une carte de crédit	132	Les femmes continuent	217
Pendant ce temps	134	Chapitre 14	
La morale de la presse	136	Les femmes, le journalisme et le pouvoir	219
Le fonctionnement à tiroirs	138	Sans autonomie ni pouvoir	222
Couverture par événements et par secteurs	140	La place des femmes en information	224
Technologie, droit et pouvoir	141	Les médias électroniques	225
Chapitre 10		Radio-Canada	225
Le rempart d'airain: l'Objectivité	147	Dans le privé	227
L'Objectivité en information	149	La presse écrite	228
La seule éthique: l'équité	150	En région	229
L'outil de propagande	151	Ailleurs dans le monde	231
La santé	151	Ségrégation, vilain mot, réalité plus vilaine encore	232
L'écologie	155	Pour eux, il y a toujours de la place	235
Guerre et paix	158	La question de la compétence	237
Les idées qui survivent	164	Le partage des tâches	238
Chapitre 11		Les sourires dans la voix	240
Pouvoir et liberté de la presse	167	La maturité	241
La liberté de presse	170	Une vision de femme	243
Les ondes publiques	172	Chapitre 15	
 <i>L'information ... sans les femmes</i>		Les femmes journalistes et le féminisme	247
Chapitre 12		La solidarité	247
L'image des femmes	179	Couvrir la réalité des femmes	251
		Les avantages de la lucidité féministe	255
		Le syndrome féministe	256
		Dire, écrire en tant que femmes	258
		Investir le pouvoir de l'information	263
		Notes	269

Fonte: Beauchamp, 1993, p. VI-VII.

A seção “L’information est masculine” é dividida em quatro capítulos, indo do capítulo 8 ao capítulo 11. No capítulo 8, “Le contrôle des médias”, Beauchamp expõe o predomínio da ideologia masculina nas mídias, uma vez que os homens são os detentores do dinheiro, do poder e consequentemente dos meios de comunicação. Os donos e diretores dos canais de comunicação são em sua maioria homens, assim como chefes de reação, editores e jornalistas. Desse modo, as mídias são constituídas a partir da ideologia e da hegemonia masculina, que marcam os meios de comunicação por meio da linguagem utilizada – uma linguagem que de acordo com Beauchamp remete todo tempo às disputas, às guerras, à violência e aos esportes – e da ideologia veiculada pela imprensa, ou seja, uma ideologia masculina, branca, heterossexual e rica, que silencia qualquer ponto de vista ideológico vindo de grupos considerados minoritários, como mulheres, feministas, pessoas racializadas, homossexuais e transexuais.

No capítulo 9, intitulado “Morale et sexe”, a autora explica de que modo o sexo atravessa a moral dos indivíduos nas sociedades ocidentais, consequentemente, patriarcais. Os homens, desde criança, são incentivados a serem mais egoístas e competitivos, buscando

sempre a vitória, a dominação e o poder. As mulheres, por sua vez, crescem acreditando que sua função é o cuidado e a empatia com os outros. Sendo assim, em uma sociedade governada por homens, é a violência que se impõe, e a moral é constantemente deturpada e/ou deixada de lado.

Em “Le rempart d’airain: l’Objectivité”, é evidenciado como a “objetividade” das/nas mídias é na verdade uma Objetividade, ou melhor, uma subjetividade masculina, já que, como visto anteriormente, são os homens que ditam as regras e o funcionamento da imprensa. Essa Objetividade, em letra maiúscula, funciona como uma “muralha” que protege a informação masculina, dando credibilidade às ideias e às palavras dos homens, enquanto desacredita as falas das mulheres, sobretudo das feministas.

Finalizando essa seção, no capítulo 11, “Pouvoir et liberté de la presse”, Beauchamp discorre sobre a impossibilidade de as mídias serem neutras, assim como exposto no capítulo anterior, e de que modo elas são usadas pelos governos e pelos grupos dominantes masculinos para propagar suas ideologias e controlar a população.

“L’information... sans les femmes”, por sua vez, é também dividida em quatro capítulos que vão do 12 ao 15. O capítulo 12, “L’image des femmes”, como o próprio nome sugere, diz respeito sobre o modo como as mídias representam as mulheres de forma equivocada, a partir do ponto de vista dos homens. As imagens que são veiculadas em publicidades, jornais, revistas, filmes e séries raramente trazem mulheres reais, em situações reais. Na grande maioria das vezes, elas são sub-representadas e sexualizadas pelo próprio interesse dos homens em vender e lucrar com a figura feminina.

No capítulo 13, “Sans leur avis... et contre elles”, Beauchamp denuncia como até mesmo os jornais, revistas e programas de televisão destinados às mulheres são idealizados a partir da ideologia masculina e do poder dos homens. Ainda que mulheres trabalhem nessas produções, é a opinião dos homens que é levada em conta. Visando o ideal de Deus-Pátria-Família, eles censuram qualquer ideia subversiva, sobretudo das feministas, que se mostram com um perigo para a sociedade. E a mídia é o meio mais eficaz para controlá-las.

Em “Les femmes, le journalisme et le pouvoir”, lemos sobre a experiência das mulheres jornalistas no Quebec, e que embora elas sejam numerosas na profissão, geralmente ocupam cargos menores, desvalorizados e mal remunerados. Enquanto os homens assumem os cargos de liderança e de poder, eles contratam mulheres jovens, solteiras e menos experientes porque elas são mais disponíveis e baratas. Nesse tópico é apresentado um panorama geral das dificuldades que as mulheres enfrentam nas mídias, mais uma vez em razão da imposição dos valores masculinos e da dominância dos homens.

No último capítulo, “Les femmes journalistes et le féminisme”, a autora apresenta a importância das mulheres e do feminismo para o jornalismo, pois é por meio de uma imprensa mais consciente e engajada socialmente que se pode alertar e conscientizar a população, cobrindo os acontecimentos de modo mais humano, abrindo espaço para debates e dando voz às mulheres da sociedade. Além disso, o feminismo favorece a união das mulheres não só na sociedade, como também dentro da profissão, tornando assim o ambiente jornalístico mais representativo e propício para o desenvolvimento do seu trabalho.

Ao tratar de assuntos incômodos, o ensaio não passou despercebido, e duas críticas foram publicadas após seu lançamento. Em 1988, Chantal Théry escreve uma resenha crítica do livro intitulada “L’information dhommestiquée”, na qual ela afirma que, por meio de *estatísticas, relatórios, análises e testemunhos*, em *Le silence des médias* “Colette Beauchamp retrança as iniciativas e as lutas das mulheres jornalistas que, nos últimos trinta anos, ousaram e ousam abordar questões chave para melhorar a situação da mulher” (Théry, 1988, p. 64)⁸. Já em 1989, Jules Richard – um homem! – tece sua crítica na qual ele sustenta que o texto de Beauchamp não traz nada de novo e que já não tenha sido dito antes – por homens! – sobre a imprensa, que a visão Beauchamp sobre as mulheres é “vitimizante”, além de que sua análise é rasa e sem rigor científico:

Em *Le silence des médias* falta estruturação, rigor metodológico. Os exemplos citados a torto e a direito (“uma colega me contou...”) servem em geral para dar suporte às suas palavras e não têm verdadeiro valor científico. Ainda que seu olhar bastante desiludido da cena da informação seja com frequência justo, o tom definitivamente militante muitas vezes irrita. (Richard, 1989, p. 229)⁹

O discurso de Richard sobre o livro é muito sintomático e significativo para o tema abordado por Beauchamp, pois ele inferioriza e inviabiliza a vivência e a análise de uma mulher jornalista sobre o assunto em detrimento de trabalhos realizados por homens – Althusser e Véron –, exatamente como Beauchamp denuncia no funcionamento das mídias; além da sua visão branca e masculina, ainda atual, que coloca mulheres, pessoas negras e todas as outras minorias no papel de vitimistas – e não como verdadeiras vítimas de sua dominação.

⁸ “Colette Beauchamp retrace les initiatives et les luttes des femmes journalistes qui, ces trente dernières années, ont osé, osent aborder des questions clefs pour améliorer la situation des femmes.” (Théry, 1988, p. 64)

⁹ “Le silence des médias manque de structuration, de rigueur méthodologique. Les exemples cités à droite et à gauche («une collègue m’a raconté...») servent souvent à appuyer ses propos et n’ont pas de véritable valeur scientifique. Bien que son regard assez désabusé sur la scène de l’information vise souvent juste, le ton définitivement militant agace souvent.” (Richard, 1989, p. 229)

Apesar da crítica de Richard sobre o “rigor” e o “tom” da sua obra, Beauchamp explicita no prefácio do livro que sua análise da informação parte de um ponto de vista que não é objetivo, nem neutro, mas sim, subjetivo e individual:

Eu não posso dissociar em mim a mulher, a feminista e a jornalista, e é por meio dessa trajetória pessoal e profissional que minha reflexão sobre a informação é tecida. Como todas as outras mulheres, desde a minha mais tenra infância, eu estive submersa na cultura masculina – uma submersão forçada, na qual eu quase me afoguei tentando parecer A mulher. Mas, por 20 anos, junto às minhas semelhantes, pouco a pouco eu descobri, mesmo que tenham escondido de nós, que apenas um direito nos havia sido concedido, o direito de viver por procuração. O que eu era em meu íntimo e, sobretudo, o que eu queria e podia ser não tinha nada a ver com a feminilidade definida pelas teorias e pelas imagens masculinas, que, ainda hoje, nos cercam e nos isolam umas das outras. Eu tinha apenas um futuro possível: renascer em mim mesma. A descoberta foi demasiadamente bela e vital para que os fantasmas mais assustadores me fizessem rejeitá-la. (Beauchamp, 1993, p. 16)¹⁰

É a partir de sua vivência enquanto mulher, jornalista e feminista, portanto, que Colette Beauchamp escreve *Le silence des médias*, um ensaio crítico e real a respeito da informação tal como é e a sua relação com as questões de gênero, em particular, no que diz respeito à mulher enquanto jornalista. Obra que foi parcialmente traduzida e comentada neste trabalho, com base em minha vivência enquanto mulher, tradutora-pesquisadora e feminista.

2.3 Mulher, imprensa e dominação masculina

Tendo em vista a temática apresentada por Colette Beauchamp em *Le silence des médias*, ensaio que constitui o objeto desta tradução-pesquisa, julgo necessário tecer algumas considerações sobre as relações entre a mulher, a imprensa e a dominação masculina. Sendo assim, apresento um panorama sobre o desenvolvimento da imprensa e do seu vínculo com a figura feminina, primeiramente como leitora, e posteriormente como jornalista. Em seguida, trago algumas reflexões a respeito da constituição do patriarcado e da dominação masculina com base nas obras *A criação do patriarcado*, de Gerda Lerner (2019), e *A dominação*

¹⁰ “Je ne peux dissocier en moi la femme, la féministe et la journaliste et c’est à travers ce cheminement personnel et professionnel que s’est tissée ma réflexion sur l’information. Comme toutes les autres femmes, j’ai baigné depuis ma plus tendre enfance dans la culture masculine – bain forcé où j’ai failli me noyer à essayer de ressembler à LA femme. Mais, depuis vingt ans, avec mes semblables, j’ai peu à peu découvert, même si on nous l’avait caché, qu’un seul droit nous avons été concédé, celui de vivre par procuração. Ce que j’étais profondément et surtout ce que je voulais être et pouvais être n’avaient rien à voir avec la féminité définie par les théories et l’imagerie masculines qui, encore aujourd’hui, nous encerclent et nous isolent les unes des autres. Je n’avais qu’un seul avenir possible: renaître à moi-même. La découverte était trop belle, trop vitale pour que les épouvantails les plus horribles me la fassent rejeter.” (Beauchamp, 1993, p. 16)

masculina, de Pierre Bourdieu (2022), visando explicitar as suas origens sociais e históricas e desmistificar sua determinação biológica. Por fim, trato, mais especificamente, da dominação masculina nas mídias e do modo como ela silencia determinados grupos e discursos, como expõe Colette Beauchamp (1993) e a literatura mais recente sobre o tema.

2.3.1 A mulher e a imprensa

Ao comentar sobre o surgimento da imprensa, Patrick Eveno explica em *La presse* (2018) que a imprensa escrita se desenvolveu no início do século XVII, nas regiões mais desenvolvidas da Europa, como Londres, Florença e Paris, visando suprir a necessidade de informação dos aristocratas, letrados e mercadores que viviam em uma Europa rica, mas que passava por reestruturações políticas e religiosas. Segundo o historiador:

[...] os periódicos impressos foram uma das ferramentas e vetores do desenvolvimento econômico, da democratização política e da expansão da cultura. Ela [a imprensa] reinou sobre a informação e sobre o entretenimento durante vários séculos, contribuindo amplamente com a construção do nosso mundo moderno. (Eveno, 2018, p. 5)¹¹

Nesse contexto, pode-se considerar a imprensa como um produto social criado para atender às necessidades dos grupos dominantes, função que ela exerce ainda hoje. A imprensa também contribuiu para o desenvolvimento da nossa sociedade, corroborando as ideias desses grupos compostos majoritariamente por homens que possuem influência e poder no meio em que estão inseridos, assim como Beauchamp (1993) expõe em seu ensaio.

Embora naquela época não houvesse uma distinção sexuada entre as/os leitoras/es dessa imprensa “geral”, ao servir a interesses econômicos e políticos, fica evidente que, à princípio, ela se destinava sobretudo aos homens, uma vez que eles eram a grande maioria letrada que tinha acesso à informação escrita (Buitoni, 1986). Além disso, eles eram também a maioria nos espaços públicos, como a política e a economia, visto que esses locais eram proibidos às mulheres. Posteriormente, surgem as primeiras revistas e periódicos destinados ao público feminino, dando início à divisão binária e sexuada da imprensa, que se mantém até os dias de hoje. Em um estudo sobre as publicações destinadas às mulheres, Buitoni (1986, p. 7) afirma que a imprensa feminina é um “conceito definitivamente sexuada”, uma vez que “o sexo de seu

¹¹ “[...] les périodiques imprimés ont été l’un des ferments et des vecteurs du développement économique, de la démocratisation politique et de l’expansion de la culture. Elle a régné sur l’information et le divertissement durant plusieurs siècles, tout en contribuant largement à façonner notre monde moderne.” (Eveno, 2018, p. 5)

público faz parte de sua natureza”, definindo os temas que são abordados nas páginas dessas publicações.

O primeiro jornal feminino de que se tem registro surgiu na Inglaterra, em 1693, sob o título de *The Ladies' Mercury*. Como seu nome indicava, essa publicação era destinada às senhoras, e a presença de termos nos títulos que remetessem à figura da mulher, como *senhoras*, *damas* e *mães*, era uma das características principais desse tipo de imprensa¹². Embora *The Ladies' Mercury* fosse um jornal que visava o público feminino, ele era, na verdade, feito *para* mulheres, e não *por* mulheres. Seu editor, assim como a maioria dos editores de outras publicações femininas posteriores, era um homem. O jornal inglês era idealizado por John Dunton, criador da organização parodística *The Athenian Society* e do jornal *The Athenian Mercury* (Cf. Stearns, 1930).

Durante muito tempo, então, a imprensa feminina foi controlada pelos homens, pois eram eles que tinham dinheiro, poder e influência para fazer com que esse tipo de conteúdo circulasse. No entanto, esses homens não estavam preocupados com a instrução feminina ou com a emancipação das mulheres, nem com a participação delas na vida pública. A ideia de criar uma imprensa voltada às mulheres surge, na verdade, como uma forma de silenciamento e alienação, cujo objetivo era afastá-las da esfera social, enclausurando-as no “mundo da mulher” (Buitoni, 2009, p. 24), um mundo paralelo no qual elas deveriam ficar reclusas e do qual jamais deveriam sair. Por esse motivo, as principais pautas dos jornais e revistas femininos eram relacionadas à vida doméstica, à educação dos filhos, ou ao modo como as mulheres deveriam se vestir e se comportar.

Em *La presse féminine*, Sullerot (1963) explica que nesse primeiro momento, os periódicos femininos se desenvolveram a partir do plano dos deveres, prescrevendo como as mulheres deveriam agir. Segundo a autora, o papel da imprensa destinada às mulheres nesses moldes tradicionais era, na verdade, de ajudá-las a viverem no mundo dos homens, à maneira deles (Sullerot, 1963, p. 7). Além disso, essas primeiras publicações eram destinadas às aristocratas, uma vez que naquela época somente as classes dominantes eram instruídas e desfrutavam de tempo para ler. A imprensa feminina, portanto, se desenvolveu também como uma forma de manutenção do poder e do *status* social, assim como a imprensa geral. Com o passar do tempo, a ela foi se popularizando, atingindo leitoras das classes médias e apresentando

¹² Na França, surgiram títulos como *Le Journal des Dames* (1759-1778), *Petit Courrier des Dames* (1821-1868), *La Mère de Famille* (1833). Já no Brasil, alguns exemplos são *Jornal das Damas* (1890), *Jornal das Senhoras* (1852-1855) e *Jornal das Famílias* (1863-1878).

novos temas relacionados à vida doméstica, como receitas, moldes de bordado e de costura e dicas para a economia do lar.

Com o desenvolvimento do capitalismo, a imprensa feminina passa a funcionar como um “termômetro de costumes da época”, segundo Buitoni (1986, p. 24), fomentando ainda mais os hábitos de consumo da sociedade. Num período em que era constituída essencialmente por conteúdos de moda, a imprensa feminina realizava uma “dialética de aristocratização e de democratização”, nas palavras de Buitoni (1986, p. 14), visto que ela perpetuava os padrões de consumo das elites, ao mesmo tempo em que alimentava o desejo das classes médias de atingir esse mesmo padrão, o que não é muito diferente dos dias atuais. Nesse contexto mercadológico, outra característica fundamental da imprensa feminina é a presença massiva de anúncios publicitários, sobretudo de roupa e de cosméticos, que contribuem financeiramente para a publicação dessas revistas e promovem o consumo entre suas leitoras.

Paralelamente à dominação dos homens e à alienação de certas mulheres por meio da imprensa feminina, outras mulheres puderam refletir e questionar sobre a situação delas na sociedade da época. Aos poucos as ideias e os ideais feministas foram ganhando espaço, e os primeiros jornais feministas foram surgindo, sobretudo no século XIX, com a emergência do que se considera como a primeira onda feminista. Se antes Sullerot (1963) falava de uma imprensa situada no plano dos deveres, agora a imprensa feminina – ou feminista – começava a se desenvolver no plano dos direitos, tratando de questões políticas e sociais concernentes às mulheres.

Embora as lutas feministas da época sejam comumente associadas e reduzidas ao sufrágio feminino, Sullerot (1963) destaca que a reivindicação do voto feminino não era o assunto mais recorrente nas publicações feministas. Segundo a autora:

Houve muitos jornais feministas que nem mesmo sonharam com o direito ao voto para as mulheres. As preocupações delas foram mais imediatas e nós as veremos nascer, uma engendrando a outra: o direito à alfabetização das mulheres, depois o direito às escolas secundárias, enfim o direito aos estudos superiores e à entrada nas carreiras interditas; o direito ao trabalho remunerado e ao salário igual ao do homem por um trabalho igual; o direito ao divórcio e ao reconhecimento da paternidade para a jovem abandonada com um filho. (Sullerot, 1963, p. 8)¹³

¹³ “Il y a eu de très nombreux journaux féministes qui n’ont pas même rêvé du droit de vote pour les femmes. Leurs soucis furent plus immédiats et nous les verrons naître, l’un engendrant l’autre le droit à l’alphabétisation des femmes, puis le droit aux écoles secondaires enfin le droit aux études supérieures et à l’entrée dans les carrières interdites ; le droit au travail rémunéré, et au salaire égal à celui de l’homme pour un travail égal ; le droit au divorce, et à la recherche en paternité pour la jeune fille délaissée avec un enfant.” (Sullerot, 1963, p. 8)

Muitas outras pautas também foram discutidas em meio à pluralidade de reivindicações feministas, ainda que sejam menos conhecidas, como as causas socialistas, liberais, anarquistas, raciais, antiescravagistas e até mesmo religiosas.

Ao promover debates e reflexões sobre a condição feminina, incitando o pensamento crítico das mulheres e indo de encontro às mídias femininas tradicionais que perpetuavam a ideologia e a visão masculina sobre as mulheres, os jornais feministas surgem como uma imprensa subversiva e alternativa. Desse modo, seus recursos financeiros eram bastante escassos, já que adivinham principalmente de assinaturas, e não contavam com anúncios publicitários igual à imprensa feminina, como explica Constância Duarte em uma entrevista a Mateos (2019), para sua pesquisa *O jornalismo contemporâneo e a mulher jornalista*.

Consequentemente, esses jornais não eram longevos, se comparados à imprensa feminina, pois sem financiamento não era possível dar continuidade às publicações. A exemplo disso, Sullerot (1963) menciona algumas das revistas e jornais femininos mais duradouros na França, como é o caso de *Le Journal des Dames et des Modes* (1797-1839), *Le Follet* (1829-1882), *Le Moniteur de la Mode* (1843-1919) e *L'Écho de la Mode* (1833-1922). No entanto, o jornal feminista *La Femme* (1879-1937) circulou durante 58 anos, resistindo ao tempo e às adversidades que as publicações feministas enfrentavam.

Essa divisão da imprensa com base no gênero de seu público-alvo leva também a um recorte entre os tipos de imprensa e a um julgamento de valor. Segundo Buitoni (1986), para muitos a imprensa geral seria o “verdadeiro” jornalismo, aquele que trata dos fatos e dos acontecimentos por meio de notícias *objetivas*, enquanto a imprensa feminina se resumiria a publicações voltadas para o entretenimento e assuntos supérfluos. A partir desse ponto de vista, não existiria um jornalismo feminino, uma vez que a imprensa feminina não seria informativa.

Em razão desse distanciamento maior da realidade, a imprensa feminina é geralmente semanal, quinzenal, mensal, mas raramente diária, como é o caso dos jornais. Essa visão “destacada” dos fatos atuais faz com que ela seja mais ideologicamente marcada, em oposição à imprensa geral, que reportaria as notícias mais objetivamente, como aponta Buitoni (2009), mencionando um estudo de Véron (1974) sobre comunicação de massa e produção de ideologias. De acordo com o autor (1974, p. 11 *apud* Buitoni, 2009, p. 22), as publicações semanais seriam mais ideológicas, sobretudo do ponto de vista discursivo, pois são “uma espécie de ‘metalinguagem’ cujo referente não é o fato em si mesmo (que é o caso da ‘notícia’), mas atualidade, enquanto discurso produzido pelos diários”.

Algumas publicações feministas, por sua vez, objetivavam reportar os fatos e as notícias que concerniam às mulheres, aproximando-se do jornalismo informativo e da imprensa geral.

Em 1897, Marguerite Durand, jornalista feminista francesa, cria *La Fronde* (1897-1905), o primeiro jornal feminista composto inteiramente por mulheres, desde sua direção até sua distribuição, publicado diariamente de 1897 a 1903 – uma iniciativa bastante ousada para a época, levando em consideração as dificuldades que as publicações feministas encontravam. *La Fronde* não só falava das reivindicações feministas, como também trazia notícias de diversas áreas, como política, economia, ciências e esportes, além de fatos e feitos realizados por mulheres, como uma rubrica que comenta o prêmio Nobel que Marie Curie recebeu junto ao seu marido¹⁴ (Cf. *La Fronde*, 1904).

A imprensa feminista surge, então, como uma imprensa alternativa onde as mulheres poderiam discutir questões políticas e sociais, rompendo com silenciamento imposto a elas na vida privada, e o ingresso e a participação delas no jornalismo foi “uma forma de resistência”, segundo Mateos (2019, p. 52).

Em sua obra *Mulher de papel*, Buitoni (2009, p.11) afirma que “[a] linguagem *diz* coisas. E a imprensa feminina, sendo linguagem, *diz* a mulher”. Considerando o fato de que as mídias surgem para satisfazer as necessidades dos grupos dominantes, propagando sua visão e ideologia (que são masculinas), a imprensa feminina se desenvolve como uma forma de ditar o papel das mulheres na sociedade a partir de imposições que são feitas a elas e das representações que são feitas delas. Em seus trabalhos, Sullerot (1963) e Buitoni (2009) comentando sobre essas representações ao longo dos séculos e das décadas, e como elas determinaram a construção social do sexo feminino.

Do século XVII ao século XIX, período em que a imprensa feminina e feminista se desenvolvem paralelamente, Buitoni (2009, p. 47) explica que existiam duas representações bem distintas das mulheres por meio da imprensa: “a tradicional, que não permite liberdade de ação fora do lar e que engrandece as virtudes domésticas e as qualidades ‘femininas’; e a progressista, que defende os direitos das mulheres, dando grande ênfase à educação”. Sullerot (1963), por sua vez, fala da distinção entre as publicações que destinavam às *senhoras* e às *mães de família* (imprensa feminina) e às *mulheres* (imprensa feminista), evidenciando a diferença enunciativa presente nesses jornais.

A partir do século XX, com o desenvolvimento do capitalismo, Sullerot (1963) comenta que a imprensa feminina passa a se dirigir às *ménagères consomatrices* [donas de casa consumidoras], moldando essas publicações da forma em que as conhecemos hoje. Segundo a

¹⁴ O nome de Pierre Curie não é mencionado na notícia, sendo citado apenas como o *marido de Marie Curie*. Nas mídias gerais (masculinas) o processo é o inverso: comumente as figuras femininas são apagadas das notícias ou reduzidas ao título de *esposa de alguém* considerado mais importante (por ser homem).

pesquisadora, mesmo antes do início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as características constitutivas da imprensa feminina moderna já existiam, resultando nos três principais tipos de revistas femininas: (i) as revistas conservadoras de conselhos práticos sobre a família e a vida doméstica, consumidas principalmente pela burguesia de cidadezinhas e do interior; (ii) as revistas modernas, como *Marie Claire*, influenciadas pela cultura de consumo estadunidense, exaltando juventude, a moda, a beleza e o sucesso; e (iii) as revistas populares de confidências e intercomunicação entre as leitoras, que se identificavam com os casos, geralmente amorosos, que eram relatados nessas publicações (Sullerot, 1963, p. 59-60).

Fruto de sua pesquisa de doutorado, Buitoni (2009) realiza uma análise extensiva das representações da mulher na imprensa feminina brasileira. Além da representação tradicional e progressista do século XIX, ela elenca outros diversos tipos de imagens atribuídos as mulheres pela imprensa desde a década de 1900 até o início dos anos 2000, passando por representações que vão da mulher como uma figura idealizada e distante do mundo terreno e da realidade, até o culto às celebridades e aos novos padrões de beleza. De modo geral, as representações femininas descritas por Buitoni (2009) são: a mulher-oásis (1900); a mãe sofredora (1910); a sacerdotisa da beleza (1920), Iracema de lábios grossos (1930); a mulher-celuloide (1940); a garota moderna (1950); a dona de casa insatisfeita (1960); a liberada e a marginal (1970); a gatinha e a beleza fundamental (1980); e segura e sexy (1990).

No capítulo “L’image des femmes”, Beauchamp (1993, p. 179) também discute a imagem das mulheres apresentada pela imprensa e pelos anúncios publicitários. Segundo a jornalista, as mídias ridicularizam e infantilizam as mulheres como se elas fossem estúpidas e precisassem de ajuda masculina a todo instante, e sexualizam-nas por meio de publicidades em que elas aparecem de roupas justadas, decotadas e até mesmo de biquíni para realizar ações corriqueiras, como comer uma barra de chocolate. Fazendo um paralelo com o romance feminista de Louky Bersianik, *L’Euguélionne* (1976)¹⁵, Beauchamp ironiza essa visão midiática ao dizer que uma extraterrestre teria uma visão muito estranha das terráqueas e de suas vidas, com base nas imagens ridicularizadas das mulheres veiculadas pela televisão.

As mídias, portanto, evitam mostram mulheres reais, que trabalham, cuidam dos filhos, não usam maquiagem e estão fora dos padrões, pois essas representações da realidade não são interessantes, nem lucrativas. O lucro vem da visão masculina de mulheres idealizadas, sexualizadas e dispostas a servi-los. Hoje, a partir de reivindicações feministas, elas passaram a apresentar mulheres mais próximas da realidade, não porque elas se importam com

¹⁵ *L’Euguélionne* (1976), de Louky Bersianik, conta a jornada de Euguélione, uma extraterrestre que vem para o planeta Terra e se depara com a sociedade patriarcal.

representação e identificação, mas porque feminismo, representação e diversidade são conceitos que se popularizaram e viraram moda, ou seja, tornaram-se rentáveis.

Para além de meras figuras representativas e do trabalho restrito às publicações destinadas ao sexo feminino, pouco a pouco as mulheres conseguiram conquistar um certo espaço na imprensa geral, mas novamente as imposições de gênero e a dominação masculina impactaram diretamente no trabalho delas. Em *Le silence des médias*, Beauchamp (1993) denuncia a divisão sexuada das pautas jornalísticas: aos homens são destinados assuntos “mais importantes”, como política e economia, e às mulheres os assuntos considerados “femininos”, como educação, saúde e social. Segundo a autora, essa divisão é principalmente pautada nos estereótipos de gênero:

Os homens não escondem suas prioridades; eles se reservam à cobertura da política, da economia e do esporte e deixam para as mulheres os assuntos sociais e culturais, afirmando que a política, a economia e o esporte são mais “naturais” a eles do que os assuntos “humanos”. (Beauchamp, 1993, p. 105)¹⁶

A partir dessas considerações, busquei evidenciar como a relação entre a mulher e a imprensa, desde o surgimento da imprensa feminina até a participação de mulheres jornalistas na imprensa geral, se desenvolveu alicerçada na dominação masculina. De início, os homens buscaram dominar as mulheres dirigindo os jornais femininos nos quais eles prescreviam como elas deveriam se portar e por meio dos quais mantinham-nas afastadas da vida pública. Com o tempo, as mulheres conseguiram conquistar espaço e voz na imprensa, mas não completamente, uma vez que as mídias ainda são controladas pelos homens.

2.3.2 A dominação masculina

Em *A criação do patriarcado* (2019), Gerda Lerner investiga as origens da sociedade patriarcal e da dominação masculina sobre as mulheres. Segundo a autora, a visão inferiorizada sobre a mulher sempre foi considerada “natural” e justificada tanto pela ciência, quanto pela religião. Para o criacionismo, a mulher teria sido designada por Deus a ser subalterna ao homem ao nascer derivada dele, sendo, portanto, o ser secundário, enquanto ele seria o ser primordial. Do ponto de vista científico, estudos etnográficos tradicionalistas remontam às sociedades da Idade da Pedra para defender a superioridade masculina em razão das diferenças biológicas, e,

¹⁶ “Les hommes ne cachent pas leurs priorités ; ils se réservent la couverture de la politique, de l’économie et du sport et laissent aux femmes les sujets sociaux et culturels, affirmant que la politique, l’économie et le sport leur sont plus « naturels » que les sujets « humain »”. (Beauchamp, 1993, p. 105)

consequentemente, sociais, entre mulheres e homens. Enquanto a função principal da mulher seria a maternidade e o cuidado com o outro, ficando restrita à vida doméstica, o papel masculino seria do caçador-provedor tendo em vista sua suposta maior força física e agilidade.

A ideia da superioridade masculina, portanto, sempre esteve pautada no determinismo biológico das diferenças sexuais. Como afirma Bourdieu (2022, p. 22) em sua obra *A dominação masculina*: “[a] divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável [...]”. Se a mulher é o Outro, o homem é o Mesmo. Ele é “por natureza” o neutro, a ordem, o cânone:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no próprio lar, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, as atividades do dia, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (Bourdieu, 2022, p. 24)

Não haveria, portanto, necessidade de questionar e/ou alterar esse modelo de divisão social, uma vez que ele perpetua a hegemonia masculina sobre as mulheres, servindo aos interesses dos homens.

Além disso, Lerner (2019) explica que sendo a superioridade masculina determinada por Deus ou pela natureza por meio das diferenças entre os sexos e, consequentemente, de seus papéis sociais, a culpa pela desigualdade entre mulheres e homens e pela dominação masculina não poderia recair sobre ninguém, isentando os homens de qualquer responsabilidade sobre elas. No entanto, se até hoje essas ideias são amplamente difundidas, é porque, durante séculos, foram os homens que teorizaram e contaram a história da humanidade, à maneira deles.

Com o desenvolvimento das ideias feministas, sobretudo a partir do século XIX, durante o período considerado como a primeira onda feminista, as mulheres passaram a questionar o seu papel na sociedade, reivindicando direitos que até então eram garantidos apenas aos homens, como a educação formal e o acesso a determinadas profissões consideradas “masculinas”. No século seguinte, Simone de Beauvoir publica *O segundo sexo* (1949/2017), uma das obras basilares sobre o papel da mulher na cultura ocidental, em que a filósofa explicita

o modo como a condição feminina era, na verdade, uma construção mais social do que biológica, imposta pela sociedade patriarcal.

Se os questionamentos de Simone de Beauvoir sobre os papéis de gênero partiam do ponto de vista sociológico, algumas décadas depois a ideia da dominação masculina como algo “universal” e “imutável” passa também a ser indagada por antropólogas/os e historiadoras/es críticas/os dessa perspectiva tradicional e masculinista. Antropólogas feministas, como Michelle Zimbalist Rosaldo e Louise Lamphere, contestaram a universalidade da dominação masculina, tratando-a como “suposições patriarcais da parte de etnógrafos daquelas culturas” (Lerner, 2019, p. 37). Ao investigar o assunto mais a fundo, Rosaldo e Lamphere (1974) constataram a existência de sociedades em que as diferenças sexuais não eram hierárquicas, mas sim complementares, uma vez que as tarefas realizadas por mulheres e homens eram consideradas igualmente importantes para a sobrevivência daquele grupo social: apesar de exercerem funções diferentes, seus papéis sociais eram nivelados.

As origens da dominação masculina, portanto, são históricas, e não naturalmente determinadas pelo sexo, como afirmam as teorias tradicionalistas. Como exemplo dessa construção histórica e social, Lerner (2019) elucida que a maternidade é uma condição biológica determinada pelo sexo, no entanto, a responsabilidade exclusivamente materna dos cuidados e da educação das/os filhas/os é dada em função do seu gênero. É a construção social do gênero, então, que determina o papel da mulher na sociedade, e não uma predeterminação biológica por conta do seu sexo.

Ademais, segundo a autora, o argumento tradicionalista de uma divisão “natural” e “imutável” das condições de gênero não é aplicável quando se trata mais especificamente dos homens, pois a eles é permitido – e visto como progresso – se libertarem de suas necessidades biológicas em função de mudanças sociais e tecnológicas, como a substituição do trabalho físico pelo uso de máquinas. Contudo, esperam que as mulheres continuem a exercer unicamente as funções reprodutivas e de cuidados, em razão de sua biologia, exatamente como acontecia nas eras Pré-Históricas. Portanto, “[a]firmar que, de todas as atividades humanas, apenas os cuidados fornecidos por mulheres são imutáveis e eternos é, de fato, destinar metade da raça humana a uma existência inferior, à natureza em detrimento da cultura” (Lerner, 2019, p. 42).

2.3.3 Dominação e silenciamento nas mídias

Em *A dominação masculina*, Bourdieu (2022) ressalta que se determinados discursos são justificados e perpetuados ao longo da história, é porque instituições como a Família, a Igreja, a Escola e o próprio jornalismo – ou as mídias de modo geral – os reproduzem e os eternizam na sociedade. Assim, a ideia de que a relação desigual entre os sexos é “natural” nada mais é do que o resultado de uma visão essencialista, propagada por essas instituições, que apaga a ação histórica que existe por trás da diferença entre os sexos, como exposto anteriormente.

As mídias, enquanto um produto social, estão sujeitas à subjetividade – embora muito se fale em objetividade nos meios de comunicação – daqueles que as controlam, difundindo os seus valores e ideais. Desde o desenvolvimento da imprensa, foram os homens que estiveram à sua frente, até mesmo quando surgiram os primeiros jornais femininos, idealizados e financiados por eles. São eles, portanto, que decidem o que é veiculado na imprensa e o modo como isso chega ao público. Sendo assim, o domínio masculino que é exercido sobre as mídias afeta diretamente no poder que elas desempenham sobre a sociedade, como Colette Beauchamp analisa em *Le silence des médias*, e como venho desenvolvendo nesta pesquisa.

Embora todo o ensaio de Beauchamp exponha a influência masculina nos meios de comunicação, no capítulo “Le contrôle des médias” a jornalista apresenta de que modo esse domínio é realizado, seja pela direção dos conglomerados midiáticos, ou pelo funcionamento das salas de redação da imprensa escrita ou televisionada – ambientes sempre dominados pelos homens. Logo no início do capítulo, Beauchamp (1993, p. 99)¹⁷ afirma:

Os homens controlam as mídias. Eles as possuem, as dirigem, mas também as fabricam: a grande maioria de seus artesãos – diretores, roteiristas, jornalistas etc. – são homens. E quanto mais avançamos nesse século, mais o número daqueles que detêm esse monopólio se reduz a um círculo restrito de instituições que estão sob a dominação masculina.

Apesar das lutas e das reivindicações feministas por mais igualdade no ambiente de trabalho, espaços de poder e dominação, como altos cargos executivos, ainda se mantêm majoritariamente sob responsabilidade masculina. Desde o desenvolvimento da imprensa, o

¹⁷ “Les hommes contrôlent les masse-médias. Ils les possèdent, les dirigent mais aussi les fabriquent : la très grande majorité de ses artisans – réalisateurs, scénaristes, journalistes, etc., sont des hommes. Et plus nous avançons dans ce siècle, plus le nombre de ceux qui en détiennent le monopole se ramène à un cercle restreint d’institutions qui sont sous la domination masculine.” (Beauchamp, 1993, p. 99).

início da dominação nas mídias encontra-se no seu monopólio masculino, uma vez que os donos e dirigentes dos meios de comunicação são, em sua grande maioria, homens. Sendo assim, esses homens tendem a contratar outros homens com quem partilham os mesmos valores, para que a sua ideologia masculina possa ser veiculada e preservada, pois, para além do objetivo lucrativo e financeiro, deter os meios de comunicação é também uma questão de poder e de controle da informação – e da sociedade –, como explica Beauchamp (1993). Segundo a autora, esse desejo masculino de controle sobre o outro, muitas vezes, está ligado também à capacidade de dominação tanto simbólica quanto física, uma vez que a violência é vista como uma característica inerente aos homens e encorajada neles – enquanto é reprimida nos grupos dominados.

Nesse contexto, as mídias emanam essa visão masculina de diversos modos: seja pela quantidade de jornalistas homens e jornalistas mulheres que são contratados/as, seja pelas pautas às quais ela acorda determinada importância, ou mesmo pelo uso da linguagem que ela utiliza em seus conteúdos. Beauchamp (1993) afirma, portanto, que as mídias tradicionais são masculinas, brancas e heterossexuais, uma vez que são esses os valores que elas transmitem – os valores dos homens brancos, heterossexuais e ricos que as detêm e as controlam.

Elas são masculinas porque estão repletas de homens: eles são as maiorias nos cargos executivos, nas salas de redações, no jornalismo televisivo e também entre as pessoas que são entrevistadas. De acordo com o relatório do *Global Media Monitoring Project* (GMMP) [Projeto Global de Monitoramento das Mídias] de 2020, 75% das pessoas presentes presente nas mídias (jornal, televisão e rádio) são homens e apenas 25% são mulheres. Nas notícias e reportagens, as mulheres raramente ocupam um papel central (24%). Na maioria das vezes em que elas aparecem e são ouvidas é para contar experiências e relatos pessoais (42%). Quando se trata de entrevistas com especialistas do sexo feminino, o número cai para 24%. Em relação às/aos profissionais do jornalismo, 40% das/os jornalistas são mulheres, em contrapartida, elas são a maioria enquanto apresentadoras (51%, sendo 55% na televisão e 46% nas rádios). O GMMP Brasil 2020 aponta um número ainda maior de apresentadoras na televisão brasileira (85%), mas o índice elevado não necessariamente representa algo positivo: a grande maioria dessas apresentadoras são mais jovens do que os apresentadores do sexo masculino, tendo elas na faixa dos 19 a 39 anos, enquanto eles estão concentrados na faixa dos 35 aos 49 anos, evidenciando os valores culturais do Brasil em relação aos padrões estéticos e à supervalorização da jovialidade feminina.

Quando oportunidades são dadas a outras pessoas, que não esses homens brancos, geralmente não é para que as mídias sejam mais representativas ou plurais, mas sim porque há

um interesse masculino por trás disso. No capítulo “Les femmes, le journalisme et le pouvoir”, Beauchamp (1993) apresenta a experiência da jornalista Thérèse Parisien, que no início de sua carreira foi surpreendida ao conseguir uma vaga no semanário *L'Argenteuil*, mesmo tendo menos experiência do que os outros candidatos. Algum tempo depois explicaram para ela o motivo de sua contratação: “ela era a candidata ideal, disponível e barata, solteira e sem filhos”. (Beauchamp, 1993, p. 230)¹⁸.

Vinte e nove anos depois, ao tratar desse mesmo assunto, Santos e Temer (2016) explicam que há uma tendência por parte das empresas e de seus administradores de contratar jornalistas jovens, solteiras e sem filhos, já que a vida pessoal da mulher tem mais influência sobre a sua vida profissional, tendo em vista a sobrecarga de atividades exercidas pelas mulheres em nossa sociedade. Além disso, contratar mulheres, jovens e provavelmente mais inexperientes serve como uma tática para a desvalorização na remuneração feminina, evidenciando a visão sexista que permeia esse ambiente profissional. Santos e Temer (2016, p. 45) afirmam que, “nesse sentido, podemos considerar que a constituição de uma subjetividade feminina, especialmente a de jornalistas, passa pela multiplicidade de forças de dominação, de sujeição [...]”, trazendo à tona a questão da dominação e do poder masculino nas mídias e no jornalismo.

A questão de gênero também reflete nas pautas abordadas pelas mídias. Os assuntos considerados mais importantes, como a política e economia, são em grande parte de responsabilidade masculina. As mulheres, por sua vez, tendem a ficar restritas ao que é considerado “assuntos femininos”, como saúde e educação, ou às temáticas sobre gênero, como mostra a tabela a seguir elaborada pelo GMMP 2020:

¹⁸ “elle était la candidate idéale, disponible et à bon marché, célibataire et sans enfants.” (Beauchamp, 1993, p. 230)

Tabela 1 – Stories by female reporters in traditional mediums, by major topics. 2000-2020.

	2000	2005	2010	2015	2020	Δ 20 yrs
Politics and Government	26%	32%	33%	31%	35%	+9%
Economy	35%	43%	40%	39%	41%	+6%
Science and Health	46%	38%	44%	50%	49%	+3%
Social and Legal	39%	40%	43%	39%	44%	+5%
Crime and Violence	29%	33%	35%	33%	33%	+4%
Gender and related	-	-	-	-	42%	-
Celebrity, Arts and Media, Sports	27%	35%	38%	34%	40%	+13%

Fonte: GMMP, 2020.

Beauchamp (1993) também explica que a linguagem veiculada pelas mídias reflete a ideologia masculina, baseada na ideia de virilidade e violência. Os meios de comunicação empregam constantemente termos relacionados às guerras, aos esportes e às disputas para tratar de assuntos corriqueiros. Segundo a autora:

A linguagem jornalística atual utiliza um vocabulário restrito a um repertório de metáforas estereotipadas encontradas nas arenas e nos quartéis militares. A guerra e o esporte inspiram os clichês mais difundidos na imprensa. A descrição dos fatos é revestida de um vocabulário emprestado dessas atividades: chefes, tenentes, junta de chefes, ofensiva, defensiva, contraofensiva, bomba, em primeira linha; maratona eleitoral, arena política, sprint final, revidar, bola no campo do adversário, levar o primeiro round, perder a partida, marcar um ponto. A utilização deles é tão recorrente que praticamente não os percebemos mais. (Beauchamp, 1993, p. 107)¹⁹

Em relação à sua afirmação de que as mídias são brancas, Beauchamp (1993) explica que, assim como as mídias estão repletas de homens, esses homens em sua grande maioria também são brancos, o que reflete diretamente na forma como as informações são abordadas. Além do mais, a hegemonia do Norte global, sobretudo dos Estados Unidos, sobre as mídias faz com que elas transmitam um ideal racial branco ao exportar seus programas de televisão e seus costumes, influenciando e dominando diretamente outras culturas minoritárias.

Por fim, Beauchamp (1993) considera também que as mídias são heterossexuais, uma vez que propagam a heteronormatividade e pouco falam sobre a vivência de outras pessoas que

¹⁹ “La langue journalistique actuelle utilise un vocabulaire restreint à un répertoire de métaphores stéréotypées trouvées dans les arènes et les casernes militaires. La guerre et le sport inspirent les clichés les plus répandus dans la presse. La description des faits est enrobée dans un vocabulaire emprunté à ces activités: chefs, lieutenants, états-majors, offensive, défensive, contre-offensive, bombe, en première ligne; marathon électorale, arène politique, sprint final, renvoyer la balle, balle dans le champ adverse, remporter la première manche, perdre le match, marquer un point. Leur utilisation est tellement récurrente qu’on ne les repère pratiquement plus.” (Beauchamp, 1993, p. 107)

não sejam heterossexuais. Embora a homossexualidade masculina seja um pouco mais bem vista e explorada pelas mídias, o lesbianismo é apagado, servindo apenas para propagar fetichismos e para servir aos interesses masculinos. Embora Beauchamp discuta sobre silenciamentos, é importante ressaltar que ela nem mesmo menciona as pessoas transgêneros e transexuais em seu ensaio, apagando, de certo modo, a existência delas, assim como as mídias tradicionais o fazem.

As mídias, portanto, tendem a veicular ideias tradicionalistas e masculinistas, pautadas em uma normatividade social, diminuindo ou até mesmo excluindo a participação de grupos considerados minoritários, como as mulheres, as pessoas racializadas, as pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, entre outras. A todo instante, as mídias expõem os valores masculinos, inferiorizando determinados grupos ou incentivando discursos de ódio e conservadores, como o racismo, a LGBTfobia e o antifeminismo e o capacitismo.

Hoje, trinta e seis anos após a publicação de *Le silence des médias*, as coisas mudaram um pouco, mas não tanto. Ao se deparar com a manchete do jornal *Le Parisien*, do dia 4 de abril de 2020, em que quatro pesquisadores homens, brancos e de certa idade discutiam o futuro do mundo, a jornalista Laura Bastide decidiu realizar um debate em seu *podcast* feminista, *La Poudre*, com mulheres jornalistas, feministas e não-racializadas para discutir a hegemonia branca e masculina das mídias, que silenciam outros grupos sociais.

No episódio especial de *La Poudre*, intitulado “Médias et silenciements” (2020), Lauren Bastide realizou uma mesa redonda para discutir o silêncio das mídias francesas face às manifestações de 2020 contra a violência policial. Como convidadas estão presentes a jornalista e militante antirracista Sihame Assbague, a jornalista e feminista Léa Lejeune, também cofundadora da associação *Prenon la Une!*, e a jornalista freelancer Jennifer Padjemi, fundadora da *newsletter* afrofeminista *What’s Good*. Embora o foco principal do episódio seja o silenciamento sobretudo da população não-branca da que vive na França e sofre violências físicas ou simbólicas diárias, as discussões da mesa redonda também se estendem a outras minorias, como as mulheres e as pessoas LGTBPIAQN+, como é mostrado no próprio decorrer do episódio.

Figura 4 – Manchete do jornal *Le Parisien*.



Fonte: Le Parisien via Twitter, 2020.

Segundo Bastide, a falta de diversidade e de verdadeiras/os especialistas para tratarem de determinados assuntos é uma realidade das mídias, e não uma exceção, como bem ilustra a manchete de *Le Parisien*. Raramente são vistas nas mídias mulheres, pessoas racializadas e não heterossexuais discutindo sobre pautas que as concernem. No entanto, nas poucas vezes em que um lugar de debate é concedido a elas, é para servir aos interesses e aos discursos dominantes, e não para contestá-los.

Em junho de 2020, alguns meses após a publicação de *Le Parisien* e na mesma época em que a mesa redonda entre as jornalistas foi realizada, uma imagem se tornou bastante conhecida nas redes sociais brasileiras: em uma discussão sobre racismo em um jornal televisivo, apenas jornalistas brancas/os estavam presentes. Ainda que houvesse uma equidade no número de jornalistas mulheres e homens, a ausência de jornalistas negras/os chama a atenção em meio a um debate racial, e nos mostra como as tentativas de diversidade e inclusão nas mídias e na sociedade ainda são assimétricas quanto a gênero e raça.

Figura 5 – A pauta é o racismo no Brasil.



Fonte: Joel Luiz via Twitter, 2020.

A respeito dessas questões raciais, Jennifer Padjemi comenta no *podcast* que atualmente as pautas femininas e feministas são mais difundidas e aceitas pelas mídias do que as pautas antirracistas. No caso da violência policial, se as mídias não deixam claro quem a polícia mata (pessoas racializadas) e por qual motivo (racismo e intolerância em suas diversas formas), é porque elas servem aos interesses da ideologia dominante, provocando esse silenciamento violento a respeito da condição desses grupos socialmente marginalizados. A invisibilização e o silenciamento desses grupos é uma violência simbólica que se acrescenta à violência física já sofrida por eles.

Siame Assbague, por sua vez, discute sobre a impossibilidade de uma suposta neutralidade da sociedade e das próprias mídias diante a essas situações. Segundo a jornalista, o silêncio das mídias sobre o assunto já é uma tomada de partido:

Quando você não diz a realidade das coisas, quando você não politiza a realidade, na verdade, quando você não politiza como se deve as experiências vividas pelas populações não-brancas, por fim você as politiza em proveito da ordem estabelecida, da ordem social, da ordem racial. É isso o que acontece. (La Poudre, 2020)²⁰

Ao se politizarem e tomarem partido publicamente, jornalistas “parciais” são chamados pelas mídias de “jornalistas militantes”. Léa Lejeune, contudo, contesta essa nomenclatura, uma

²⁰ “Quand tu ne dis pas la réalité des choses, quand tu ne politises pas la réalité, en fait, quand tu ne politises pas comme il le faut les expériences vécues par les populations non-blanches, finalement tu les politises au profit de l'ordre établie, de l'ordre social, de l'ordre racial. C'est ça qui se passe.” (La Poudre, 2020)

vez que, sendo a neutralidade impossível, todas/os as/os jornalistas são militantes. A questão que ela levanta, no entanto, é para quem militam esses/as jornalistas que não se dizem militantes? A resposta é clara: militam em favor da ordem hegemônica e dos ideais dos grupos dominantes.

Portanto, as mídias, enquanto um produto social, refletem a sociedade. Sob a sua forma mais tradicional, elas difundem as ideias tradicionalistas daqueles que as controlam, perpetuando seus ideais masculinos, conservadores e opressores sob o restante da população. Enquanto subverter a ordem social e patriarcal ainda nos parece distante, apesar de todo o percurso já realizado por feministas e outros grupos militantes, são as mídias alternativas que abrem espaço para novos tipos de informação e discussão em nossa sociedade, assim como fizeram os primeiros jornais feministas entre os séculos XVII e XIX, e meios de comunicação independentes que ainda hoje lutam para divulgar o que não é transmitido pelas mídias tradicionais. Além disso, estudos críticos sobre a imprensa, como os trabalhos de Beauchamp (1993) e Buitoni (1986; 2009), ou relatórios sobre a informação como o *Global Media Monitoring Project* se fazem também essenciais para que possamos melhor refletir sobre o controle da informação em nossa sociedade.

3 A TRADUÇÃO E SUAS MANIFESTAÇÕES

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho é realizar tradução parcial comentada do ensaio feminista *Le silence des médias* (1993), a fundamentação teórica desta pesquisa no que diz respeito à tradução é dividida em três eixos temáticos, que serão explanados neste tópico: (i) Antoine Berman e a tradução; (ii) Escrita, tradução e gênero e (iii) A tradução comentada.

Em “Antoine Berman e a tradução”, trago algumas obras e conceitos do teórico francês Antoine Berman sobre a tradução que servem de base para esta tradução-pesquisa tanto em sua parte prática, quanto teórica, como é o caso do conceito de tradução da letra e de ética na tradução apresentados em *A tradução e a Letra ou O albergue do longínquo* (2007), assim como seu método de análise crítica de traduções proposto em *Pour une critique des traductions : John Donne* (1995). É a partir dessas concepções bermanianas de tradução e crítica que este trabalho é apresentado e desenvolvido, levando em consideração certos aspectos tais como a presença do Outro no texto traduzido, a letra do texto, bem com o papel do/a tradutor/a e seu trabalho ético de tradução.

Já em “Escrita, tradução e gênero” apresento algumas considerações sobre a escrita feminina francófona e sobre tradução feminista canadense e transnacional. Tendo em vista que o objeto desta tradução-pesquisa é um ensaio feminista sobre a imprensa publicado nos anos 1980 no Quebec, por vezes é possível notar os diálogos que ele mantém com as obras literárias experimentais desenvolvidas pelas escritoras feministas daquela época. Desse modo, é a partir da relação entre escrita feminina e tradução feminista que desenvolvo algumas das minhas práticas de tradução durante o processo tradutório de *Le silence des médias*, considerando o contexto de sua publicação, bem como o contexto em que me situo enquanto tradutora. É por isso que tanto a tradução feminista canadense quanto a tradução feminista transnacional se mostram pertinentes para o desenvolvimento deste trabalho.

Por último, em “A tradução comentada: notas, comentários e discurso”, introduzo o gênero tradução comentada, que é o trabalho de tradução que proponho nesta pesquisa. A tradução comentada vem se desenvolvendo sobretudo no âmbito acadêmico, sob a forma de dissertações e teses, devido à liberdade de criação e de intervenção que as traduções-pesquisas permitem, diferentemente das traduções editoriais. Após a conceitualização do gênero, discorro sobre o papel das notas do/a tradutor/a e do/a próprio/a tradutor/a no texto traduzido e sobre os discursos que podem se apresentar por meio deles/as. Por fim, apresento alguns trechos de minha tradução junto aos comentários redigidos em formato de notas de rodapé e categorizados em: notas metalinguísticas, notas exegéticas e notas reflexivas.

3.1 Antoine Berman e a tradução

No que tange às teorias da tradução, diversos trabalhos nortearam esta pesquisa tanto em sua fase prática, quanto em sua etapa teórica. A concepção de tradução abordada nesta pesquisa é da *tradução da letra*, aprestada por Antoine Berman (2007), e a sua noção de ética na tradução. Apesar deste trabalho não visar a análise de uma tradução já realizada, o projeto de crítica produtiva de Berman também é fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa tendo em vista seu percurso analítico que pode ser aplicado no processo tradutório. Assim, baseio-me em alguns de seus principais trabalhos, como *A tradução e a letra ou O albergue do longínquo* (2007) e *Pour une critique des traductions: John Donne* (1995), para desenvolver a abordagem teórica e prática desta tradução-pesquisa.

3.1.1 A tradução da letra: uma questão ética

Em *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo* (2007), Berman trata da tradução enquanto experiência e reflexão. Nessa perspectiva, a tradução é um saber *sui generis*, uma área do conhecimento constituída de um objeto próprio, e não uma subárea, uma sublitteratura ou uma subcrítica como costumava-se pensar nos séculos passados. Para Berman, a tradução pertence, portanto, à *tradutologia*, que consiste na “reflexão da tradução sobre si mesma a partir da sua natureza de experiência” (Berman, 2007, p. 19). É com base nessa visão bermaniana da tradução que desenvolvo este trabalho, propondo uma tradução-pesquisa baseada na minha experiência de tradução e nas minhas reflexões sobre meu percurso tradutório, já que a tradução comentada é um processo de autorreflexão do/a tradutor/a-pesquisador/a, e não uma metodologia ou parâmetro de como se realizar uma tradução.

A primeira parte de sua obra é destinada a uma crítica às teorias tradicionais que consideram a tradução como uma restituição de sentido do texto original. De acordo com o autor, nessa visão tradicional e ocidental que visa a equivalência de sentidos, a tradução se torna etnocêntrica, uma vez ela prioriza a cultura e a língua de chegada; hipertextual, visto que ela tende a adaptar o texto de partida em detrimento do sentido e da língua de chegada (já que ela é etnocêntrica); e platônica, situando-se no mundo “inteligível” de Platão que privilegia a ideia, ou seja, o sentido do texto.

Como forma de se desvincular dessa visão tradicional da tradução ocidental e de se opor a essa tradução etnocêntrica, hipertextual e platônica, Berman (2007) apresenta um projeto de tradução ética, poética e pensante, o qual ele intitula de *tradução da letra*. Na dimensão ética,

o/a tradutor/a busca reconhecer o Outro enquanto Outro no texto traduzido, levando-nos ao conceito de uma tradução não-etnocêntrica, em que há conservação e valorização da cultura a ser traduzida – do Estrangeiro. Do ponto de vista poético, o/a tradutor/a não deve ir além do texto original, pois uma super-interpretação da obra leva a uma sobre-tradução ou até mesmo a uma recriação livre, e não à tradução propriamente dita; assim como na dimensão ética, ele deve ater-se e respeitar o texto que traduz. Já em sua perspectiva pensante, a tradução não é apenas a translação de sentidos de uma língua à outra, uma vez que o sentido está ligado à letra e constrói-se na relação dialógica com o outro.

No que diz respeito à tradução da letra, a letra bermaniana não deve ser confundida com palavra, contudo, não se trata de uma tradução palavra por palavra. Para Berman (2007), a letra é toda a materialidade linguística do texto, ou seja, sua organização e estruturação em parágrafos; a própria extensão dos parágrafos; o ritmo da frase; as rimas; as aliterações; as redes significantes subjacentes ao texto, que incluem as escolhas lexicais e sintáticas; a pontuação. Portanto, é a letra do texto que deve ser levada em consideração na tradução, uma vez que ela é o “corpo mortal” do texto, nas palavras de Berman, do qual a tradução não pode se desfazer.

Junto ao conceito de tradução da letra, Berman explora a noção de ética na tradução, dedicando um capítulo de *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo* (2007) a este tema. Segundo o autor,

O objetivo ético do traduzir, por ser propor ao acolher o Estrangeiro na sua corporeidade carnal, só pode estar ligado à *letra* da obra. Se a *forma* do objetivo é a fidelidade, é necessário dizer que só há fidelidade – em todas as áreas – à letra. Ser “fiel” a um contrato significa respeitar suas cláusulas, não o “espírito” do contrato. Ser fiel ao “espírito” do texto é uma contradição em si. (Berman, 2007, p. 70, grifos do autor)

Embora o projeto de uma tradução culturalmente ética fosse pertinente nos anos 1980, quando Berman profere sua palestra sobre a tradução da letra, algumas décadas mais tarde, outros teóricos da tradução questionaram e se opuseram, de um certo modo, à ética bermaniana, como Jean-Marc Gouanvic (2001) e Sathya Rao (2008).

Um dos primeiros conceitos abordados por Berman (2007) no capítulo “A ética da tradução” é a tradução enquanto comunicação. Para o autor, a tradução enquanto comunicação diz respeito apenas à tradução de textos técnicos e pragmáticos, os quais visam comunicar uma informação. Por sua vez, a tradução de obras literárias – área de estudos de Berman – não tem como objetivo transmitir uma informação, pelo contrário, “ela abre à experiência de um mundo” (Berman, 2007, p. 64). Desse modo, Para Berman (2007), se considerássemos a tradução

literária como um processo comunicativo, teríamos, na verdade, uma comunicação contraprodutiva, pois o/a tradutor/a que privilegia o público faz concessões em sua tradução, traindo o original assim como o seu público, o qual lê uma obra “arrumada” e “manipulada”. De acordo com o teórico francês, o objetivo comunicativo na tradução literária teria um caráter negativo e não consistiria em uma tradução ética; em vez da vulgarização e da popularização das ciências e da literatura, deveríamos privilegiar a *educação à estranheza* das/os leitoras/es, visto que “[e]mendar as estranhezas de uma obra para *facilitar* a sua leitura acaba por desfigurá-la, e, portanto, enganar o leitor a que se pretende servir” (Berman, 2007, p. 66).

A partir da noção de ética do filósofo Emmanuel Lévinas, Sathya Rao (2008) propõe o esboço de uma teoria lévinassiana da tradução. Em relação à comunicação, Lévinas a via como uma abertura ao outro, e não como “concessões” às/aos leitoras/es, como Berman. Ao explicar a visão lévinassiana da comunicação, Rao (2008, p. 61)²¹ afirma: “[L]ugar de incerteza radical, a comunicação, entendida como relação ética, ‘expulsa’ brutalmente o Si de sua ‘egoicidade’ para colocá-la frente à sua responsabilidade para com o outrem”. Portanto, a comunicação, de acordo com Rao (2008) e a sua proposta de uma teoria lévinassiana da tradução, teria um aspecto ético mais abrangente e subjetivo, uma vez que ela leva em consideração o outro em sua transcendência e em sua subjetividade ao infinito.

Após a discussão sobre comunicação e tradução, Berman (2007) trata da dimensão ética na tradução. Nesse tópico, o autor menciona que o objetivo “último” da tradução é ético, poético e pensante, como já mencionado. Concentrando-se no objetivo ético, Berman explica que ele está sempre ligado à fidelidade e à exatidão na tradução, contudo, não se trata de fidelidade e exatidão ao sentido, mas sim à letra do texto, pois esses dois conceitos dizem respeito a uma “certa *postura* do homem” (Berman, 2007, p. 64) em relação a ele mesmo, aos outros e ao *texto*. Desse modo, a fidelidade e a ética seriam o espírito que possuem o/a tradutor/a, assim como seriam sua paixão – uma paixão que é ética (Berman, 2007). A ética bermaniana é, portanto, o reconhecimento e o acolhimento do Outro enquanto Outro, e a respeito disso, ele invoca a teoria de Lévinas que considera o diálogo entre as tradições judaicas e gregas, entre o outro e o mesmo:

Refiro-me aqui naturalmente a toda a meditação de Levinas em *Totalidade e infinito*. Essa natureza do ato ético está inserida implicitamente nas sabedorias gregas e hebraicas, para as quais, sob a figura do Estrangeiro (por exemplo, do suplicante), o homem encontra Deus ou o Divino. Acolher o Outro, o

²¹ “*Lieu d’incertitude radicale, la communication entendue comme relation éthique « expulse » brutalement le Soi hors de son « égoïté » pour le mettre face à sa responsabilité envers autrui.*” (Rao, 2008, p. 61)

Estrangeiro, em vez de rejeitá-lo ou de tentar dominá-lo, não é um imperativo. Nada nos obriga a fazê-lo. (Berman, 2007, p. 68)

Contudo, de acordo com Rao (2008), a noção de ética lévinassiana seria mais abrangente que a de Berman. Ao acolher o outro na letra do texto, ou seja, em sua “corporeidade carnal” (Berman, 2007, p. 70), a ética de Berman fecharia o Estrangeiro no mesmo, tratando-se de uma manifestação totalizante do Outro na língua e na cultura de chegada – que é a do mesmo. A ética de Lévinas, por outro lado, caracteriza-se pela noção de “Rosto”, que personifica o outro e sua alteridade, excedendo sua própria manifestação ao infinito “no evento de sua expressividade²²” (Rao, 2008, p. 61). Sathya Rao explica que a partir do ponto de vista lévinassiano, o problema da ética de Berman “seria de fixar, pior, de ‘tematizar’ o Outro na literalidade encarnada de sua própria manifestação” (Rao, 2008, p. 61)²³. Portanto, Lévinas defende uma ética fundada na alteridade absoluta e na transcendência infinita do Outro, que não pode ser reduzido ao mesmo ou a um conceito, como a letra; a partir desse ponto de vista, a ética bermaniana, então, seria globalizante, ou seja, uma redução do Estrangeiro ao universal (Rao, 2008).

O último ponto desenvolvido por Berman nesse capítulo é a noção de letra em relação à ética. Como explicado anteriormente, a ética de Berman se baseia na fidelidade e na exatidão à letra do texto. Sendo assim, a tradução da letra, de acordo com o autor, não se trata de uma tradução literal palavra por palavra, visto que a letra não é meramente um calco ou uma reprodução; o trabalho sobre a letra leva em consideração o jogo de significantes da obra. Desse modo, Berman (2007) explica que ao acolher o Outro na corporeidade carnal do texto, o objetivo ético da tradução só poder ser atingindo por meio da fidelidade à letra da obra.

No entanto, em seu estudo “Ethos, éthique et traduction : vers une communauté de destin dans les cultures” (2001), Jean-Marc Gouanvic questiona em que consiste a ética da tradução, uma vez que há várias formas de traduzir um mesmo texto. Se considerarmos que existe apenas uma maneira ética de traduzir, excluimos todas as outras traduções que vão de encontro a este suposto modelo ético de tradução. Assim, cria-se um paradoxo: postular uma única maneira ética de traduzir e desconsiderar todas as outras traduções, ou negar a noção de ética para aceitar quase todas as outras traduções.

Diferentemente de Berman, que estuda “obras” consideradas “alta literatura”, em seu artigo Gouanvic (2001) analisa obras vistas como “paraliteratura” ou “literatura popular”,

²² “*dans l'événement de son expressivité.*” (Rao, 2008, p. 61)

²³ “*serait de figer, pire de 'thématiser' l'Autre dans la littéralité incarnée de sa propre manifestation.*” (Rao, 2008, p. 61)

mantidas “fora do circuito letrado” (Gouanvic, 2001, p. 33)²⁴ com base em um julgamento de valor que poderia não ser tão ético, pois uma teoria ética da tradução deveria considerar todas as práticas tradutórias, e não apenas as traduções de obras de prestígio. No entanto, ele se aproxima da definição de tradução proposta por Berman (2007), que a difere de outras práticas hipertextuais bilíngues, como adaptações, imitações e pseudo-traduições, uma vez que “toda tradução continua a ser a propriedade espiritual de seu autor fonte, e não do tradutor [...]” (Gouanvic, 2001, p. 35)²⁵.

Já do ponto de vista tradutológico apresentado pelo teórico, a tradução, enquanto teoria, pertence ao campo científico específico das ciências humanas; no entanto, enquanto prática, ela pode pertencer a vários outros campos: literário, científico, administrativo; e às vezes, a tradução literária pode até mesmo fazer parte de um campo que ainda não é conhecido na cultura de chegada, por isso criam-se coleções especializadas para “acolher” obras de um campo desconhecido na cultura e na língua da tradução.

A respeito disso, Gouanvic (2001, p. 37)²⁶ afirma que “as traduções diferem de acordo com os gêneros e os discursos traduzidos em uma certa época [...]”. Para ilustrar sua afirmação, ele menciona as traduções para o francês de *detective-novel*, um gênero anglo-americano. Essas traduções, realizadas por Marcel Duhamel nos anos 1940 e publicadas na coleção especializada *Série Noire*, eram marcadas pela oralidade e pela assimilação da cultura francesa no texto de chegada, substituindo referências à cultura estadunidense e à língua inglesa por referências francesas.

Por outro lado, as traduções de ficção científica nos anos 1950 eram caracterizadas pela dissimilação e pelos traços de “estrangeiridade” (Gouanvic, 2001, p. 37)²⁷ do texto de partida no texto de chegada. Porém, de acordo com o autor, isso não significa que o *ethos* da tradução de *detective-novel* seja menos ético do que o *ethos* da tradução de ficção científica, na verdade, trata-se apenas de duas maneiras distintas de traduzir. Para ele, a ética da tradução não se baseia na fidelidade à letra, como a ética bermaniana, mas sim no respeito à significância do texto, que se difere a partir dos discursos e dos gêneros próprios de cada obra, e na classificação em campos dessas obras. Gouanvic (2001, p. 38)²⁸, portanto, observa que “[...] nada impediria que

²⁴ “en dehors du circuit lettré.” (Gouanvic, 2001, p. 33)

²⁵ “toute traduction demeure la propriété spirituelle de son auteur source, non celle du traducteur [...]”. (Gouanvic, 2001, p. 35)

²⁶ “les traductions diffèrent selon les genres et les discours traduits à une époque donnée [...]”. (Gouanvic, 2001, p. 37)

²⁷ “étrangèreté” (Gouanvic, 2001, p. 37).

²⁸ “[...] rien ne s’opposerait à ce qu’une traduction qui confinerait à une adaptation revête des traits éthiques, sans que soit “respectée la texture” d’un original.” (Gouanvic, 2001, p. 38)

uma tradução que beirasse a adaptação assumisse traços éticos, sem ‘respeitar a textura’ de um original”.

Como exemplo de uma tradução que não é ética nem à letra do texto nem à sua significância, o autor menciona *Grappes d’amertume*, a tradução para o francês de *The Grapes of Wrath*, de John Steinbeck. Publicada em 1944, na Bélgica ocupada pelos nazistas, essa “tradução”, segundo o autor, é repleta de modificações, que buscam apagar todas as referências ao socialismo, como os nomes de Marx e Lenin e o movimento operário. Ao servir aos interesses do regime alemão, essa tradução deixa de respeitar a significância do da obra de Steinbeck, passando a pertencer ao campo político, e não literário, como era o caso da obra original. A respeito dessa tradução, Gouanvic (2001, p. 40)²⁹ conclui:

Percebemos com esse caso que, em primeiro lugar, a ética do tradutor só pode passar pela lógica do campo literário, ao qual ela [a obra] pertence. Mais do que isso, a ética do texto traduzido só pode ser objetivada em sua relação com o texto fonte e é para o futuro que o texto fonte oferece que a ética do texto alvo é submetida. Para que a tradução ofereça uma imagem ética dela mesma, o texto alvo e o texto fonte devem estar em uma comunidade de destino.

Além da ética à significância, ligada ao discurso e ao campo do texto, Gouanvic (2001) também aborda o *habitus* do/a tradutor/a, ou seja, sua maneira de traduzir. Quanto a isso, ele comenta a prática tradutória de Boris Vian de ficção científica, caracterizada pela implicitação e pela familiarização. Em suas traduções, Boris Vian faz uso de registros do francês contemporâneo da época, quando no texto original o registro é mais neutro, como se pode notar na tradução de *lucky* por *verni*: “[c]om Vian traduzindo van Got, estamos diante de um tradutor que realiza uma tradução com um registro de língua que difere do original” (GOUANVIC, 2001, p. 42). Assim, o autor explica que embora a linguagem seja diferente no original e na tradução – o que seria um problema para a ética da letra de Berman, – a significância é preservada, portanto, a tradução permanece ética do ponto de vista de Gouanvic. Ele acrescenta que se trata, na verdade, de uma tradução “melhoradora”, na qual o tradutor “corrige” o texto de partida “[...] indo ao sentido da proposição do autor” (Gouanvic, 2001, p. 43)³⁰.

No que tange à ética da tradução, a partir dessa pluralidade de ideias sobre o assunto, pode-se concluir que a ética se baseia essencialmente na relação com o outro, assim como a

²⁹ “On aperçoit sur ce cas que, en tout premier lieu, l’éthique du traducteur ne peut passer par une autre logique que celle du champ littéraire auquel il appartient. Bien plus, l’éthique du texte traduit ne peut être envisagée que dans son rapport avec le texte source et c’est à l’à-venir qu’offre le texte source que l’éthique du texte cible est soumise. Pour que la traduction offre une image éthique d’elle-même, le texte cible et le texte source doivent être dans une communauté de destin.” (Gouanvic, 2001, p. 40)

³⁰ “[...] en allant dans le sens de la proposition de l’auteur.” (Gouanvic, 2001, p. 43)

tradução, que é intrinsecamente esse contato com o outro e com a sua língua e sua cultura. A ética na tradução é ligada ao respeito do/a tradutor/a com o original e com a tradução em diferentes níveis. A princípio, temos a ética bermaniana que seria a mais estrita e rigorosa, uma vez que ela se tece a partir do respeito e da fidelidade à letra do texto, esse “corpo carnal” no qual ela se manifesta e acolhe o Estrangeiro. A ética de Gouanvic, por sua vez, levaria em consideração outros aspectos da obra além de sua letra, como o respeito à significância do texto, baseado no discurso e no gênero do texto que se traduz, no campo literário ao qual ela pertence, assim como o *habitus* do/a tradutor/a, que é, de certo modo, influenciado pela significância e pelo campo da obra. Por último, a ética lévinassiana seria caracterizada por um nível absoluto de respeito e de abertura ao outro, que tende ao infinito de sua expressividade em uma completa transcendência.

3.1.2 O projeto e o processo tradutório a partir da crítica bermaniana

Além de *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo* (2007), outra obra de Antoine Berman importante para o desenvolvimento desta pesquisa é *Pour une critique des traductions : John Donne* (1995). Neste trabalho póstumo, o autor propõe uma crítica positiva da tradução a partir do esboço de um método de análise rigoroso que não se resume a um “julgamento” ou a uma “avaliação” dogmática, como geralmente se concebem as críticas de tradução. Essa crítica positiva ou produtiva se trata, na verdade, de um trabalho minucioso que consiste em três etapas: 1) a pré-análise do original e da tradução; 2) o tradutor e seu trabalho de tradução; e por último 3) a análise propriamente dita do texto traduzido.

Segundo o teórico, a pré-análise da tradução se inicia com a leitura e a releitura do texto traduzido observando se ele funciona como um texto escrito na língua receptora, ou seja, se está “bem escrito” de acordo com as normas da língua de chegada. Essas primeiras (re)leituras da tradução devem ser realizada apenas com o olhar de “leitor/a”, para isso, é importante que o crítico ou a crítica “esqueça” do original neste primeiro momento, evitando comparações, já que o momento de confrontação entre o original e a tradução é a última etapa deste método crítico bermaniano. Após diversas leituras, a/o crítica/o começa a observar as “zonas textuais” problemáticas:

[...] o texto traduzido, de repente, parece se enfraquecer, se contradizer, perder seu ritmo; ao contrário, ele parece demasiado fácil, escorregadio, impessoalmente “francês”; ele ainda exhibe brutalmente palavras, expressões, formas frasais que destoam; por fim, ele é invadido de modismos, expressões

etc., remetendo à língua do original, e que testemunham um fenômeno de contaminação linguística (ou de “interferência”). (Berman, 1995, p. 66)³¹

Para Berman, essas zonais textuais podem revelar uma escrita que nenhum/a autor/a jamais teria escrito em sua própria língua, pois é a escrita do “estrangeiro em francês”, a escrita do estrangeiro na língua da tradução, o que para Berman é a “graça” e a “riqueza” do texto traduzido, tendo em vista sua perspectiva de tradução ética, que acolhe o Outro no texto traduzido.

Em seguida, ainda na etapa de pré-análise, a/o crítica/o deixa de lado a tradução para se debruçar sobre original a fim de identificar o estilo do/a autor/a, o uso que ele/a faz dos adjetivos, advérbios, dos tempos verbais e das preposições, bem como palavras-chaves, conceitos e termos que fazem parte de uma rede de significantes usados por ele/a, ou seja, elementos textuais e linguísticos que são significativos na construção do texto e de seu sentido, mas que muitas vezes não são reconhecidos pelo/a tradutor/a.

Além do texto original, a/o crítica/o pode apoiar-se também no que Berman chama de “leituras colaterais”, que consistem nas demais obras do/a mesmo/a autor/a, outras traduções realizadas da mesma obra, leituras críticas, informativas etc. No caso de *Le silence des médias*, as leituras colaterais se mostram escassas, tendo em vista que Colette Beauchamp não é uma autora tão reconhecida, portanto suas obras são de difícil acesso, além de não terem sido traduzidas. Contudo, alguns trabalhos críticos foram realizados acerca de seu ensaio, que contam, então, como minhas leituras colaterais. Mas de modo geral, no caso desta pesquisa-tradução, a fase de pré-análise foi feita a partir das leituras da obra original e da tradução aqui realizada, uma vez que não há outras traduções de *Le silence des médias*.

Depois de debruçar-se sobre a tradução e o original, a última etapa da fase de pré-análise da tradução é a seleção das zonas significantes, que consiste em exemplos estilísticos importantes e significativos para se realizar a análise da tradução propriamente dita. Ao comentar o trabalho de Berman, Torres (2021) acrescenta que:

Após a pré-análise textual que selecionou diversos traços estilísticos fundamentais do original e que a partir da interpretação da obra permitiu uma seleção das suas passagens significativas, segundo Berman, o crítico de tradução penetra no texto traduzido, localiza as suas zonas fracas e as suas zonas fortes, analisa e interpreta o original e constitui um material textual de

³¹ “[...] soit que le texte traduit semble soudain s'affaiblir, se désaccorder, perdre tout rythme ; soit qu'il paraisse au contraire trop aisé, trop coulant, trop impersonnellement « français » ; soit encore qu'il exhibe brutalement des morts, tournures, formes phrastiques qui détonnent ; soit qu'enfin il soit envahi de modes, tournures, etc., renvoyant à la langue de l'original et qui témoignent d'un phénomène de contamination linguistique (ou d'« interférence »)”. (Berman, 1995, p. 66)

exemplos exaustiva, racional e representativa. E antes da confrontação do original e da tradução, para entender o funcionamento e lógica do sistema da tradução, o crítico deve se interessar não somente pelo trabalho de tradução, mas também pelo tradutor. (Torres, 2021, p. 196)

Então dá-se início à segunda etapa da crítica produtiva de Berman, que recai sobre o/a tradutor/a e seu trabalho de tradução. Antes de confrontarmos a tradução, devemos nos interrogar sobre quem é o/a tradutor/a, se exerce outra profissão significativa além da tradução, se é bilíngue, se traduz de e para outras línguas, qual é a sua área de tradução (literária, filosófica, pragmática etc.), se ele/a é também escritor/a, se escreve sobre a sua própria prática de tradução. Essas são questões que visam “elementos bibliográficos, psicológicos, existenciais etc.” (Berman, 1995, p. 73)³² que podem influenciar no seu trabalho de tradução. Ou seja, fazer um “levantamento biográfico” do/a tradutor/a pode ajudar a/o crítica/o a estabelecer qual é sua posição tradutória, seu projeto de tradução, além do seu horizonte tradutório.

De acordo com Berman (1995), a posição tradutória é a concepção e a percepção do/a tradutor/a sobre o ato de traduzir a partir dos discursos e das teorias sobre tradução aos quais ele/a é exposto/a e com quais se identifica. Desse modo, assim como há uma multiplicidade de tradutores/as, há uma multiplicidade de posições tradutórias, já que esta está diretamente ligada ao perfil do/a tradutor/a, que pode ser traçado com base nas indagações a seu respeito.

O projeto de tradução, por sua vez, é o modo como o/a tradutor/a realiza o seu trabalho de tradução – a *translação* literária, segundo Berman (1995) – a partir de suas escolhas tradutórias. O projeto é, portanto, determinado pela posição tradutória do/a tradutor/a e pelas especificidades da obra a ser traduzida. Desse modo, o/a tradutor/a pode escolher se ele vai traduzir uma antologia de textos de um mesmo autor ou apenas algumas obras, se será uma tradução monolíngue ou bilíngue, se a edição da tradução será “nua”, sem paratextos, ou se terá prefácio, introdução, notas etc. O projeto, então, só pode ser verificado e avaliado pela/o crítica/o por meio da própria tradução, pois é nesse produto final que o projeto se “materializa”, revelando sua forma e a relação que ele mantém com o original.

Por fim, o horizonte do/a tradutor/a é determinado por conceitos hermenêuticos, como a experiência, o mundo, a ação e a (re)contextualização do/a tradutor/a e do texto a ser traduzido. Ele é, portanto, “o conjunto de parâmetros linguísticos, literários, culturais e históricos que ‘determinam’ o sentir, o agir e o pensar de um tradutor” (Berman, 1995, p. 79)³³.

³² “*éléments biographiques, psychologiques, existentiels, etc.*” (Berman, 1995, p. 73)

³³ “*l’ensemble des paramètres langagiers, littéraires, culturels et historiques qui “déterminent” le sentir, l’agir et le penser d’un traducteur.*” (Berman, 1995, p. 79)

A última etapa da crítica positiva de Berman é a análise da tradução propriamente dita. Para dar início à análise do texto traduzido, a/o crítica/o deve, primeiramente, considerar qual é o tipo de tradução a ser analisada: a tradução de um poema, de um romance, de uma obra inteira, de uma antologia etc.; em seguida, ele/a pode verificar a possibilidade de analisar apenas a tradução em questão, ou se vai se basear em outras traduções ou retraduições daquela mesma obra. Berman salienta que é importante que a análise da tradução seja feita em sua totalidade, e não apenas a partir de excertos isolados e descontextualizados. Então a/o crítica/o parte finalmente para a confrontação entre a tradução e o original. Durante a confrontação, observa as passagens e os excertos selecionados no original e na tradução, em seguida, analisa no original as “zonas textuais” consideradas como problemáticas ou exitosas e os seus correspondentes no texto traduzido. Nesta fase, a/o crítica/o pode também confrontar as outras traduções e retraduições do texto na mesma língua, realizadas por outros/as tradutores/as, ou em línguas diferentes, contribuindo assim para a sua análise. Por fim, é feita a confrontação da tradução com o seu projeto de tradução a fim de verificar a maneira como o/a tradutor/a a realizou, levando em consideração sua subjetividade e suas escolhas tradutórias.

Partindo desse método de Berman, que toma como parte importante da crítica o/a tradutor/a e o seu trabalho de tradução, apresento algumas considerações a meu respeito, enquanto tradutora-pesquisadora deste trabalho, e sobre minha tradução de *Le silence des médias*, que constitui o objeto desta pesquisa.

Le silence des médias foi a primeira publicação de Colette Beauchamp, assim como este é também o meu primeiro trabalho de tradução. Além disso, esta é a primeira tradução do livro para uma outra língua estrangeira, ou seja, encontro-me em um campo onde comparações e confrontações não são possíveis, uma vez que não se pode comparar esta tradução com outras traduções que já realizei anteriormente, nem a comparar com outras traduções realizadas por outros/as tradutores/as, em outras línguas. Portanto, esta é uma tradução muito provavelmente “imperfeita” e “impura”, pois de acordo com Berman (1995, p. 84), uma primeira tradução é, ao mesmo tempo, introdução e tradução, e por isso ela chama por uma retradução. Segundo o autor, “é na retradução, ou melhor, nas retraduições, sucessivas ou simultâneas, que a tradução acontece. Não somente no espaço de língua/cultura receptora, mas em outras línguas/culturas” (Berman, 1995, p. 84)³⁴.

Quanto à minha posição tradutória, baseio-me na concepção de tradução da letra, também apresentada por Berman (2007) e mencionada anteriormente, que consiste em uma

³⁴ “C’est dans la retraduction, et mieux, dans les retraductions, successives ou simultanées, que se joue la traduction.” (Berman, 1995, p. 84)

tradução ética, poética e pensante, na qual se considera a letra do texto e seu jogo de significantes, e não somente o sentido do texto ou palavra por palavra de modo literal. Trata-se, portanto, de uma tradução na qual o Outro é acolhido e respeitado enquanto o Outro no texto traduzido. Também enquanto mulher, tradutora-pesquisadora e feminista, traduzindo um ensaio feminista escrito no Quebec, nos anos 1980, incluo as teorias de escrita feminina e tradução feminista em minha posição tradutória, uma vez que esses estudos são fundamentais para a minha vivência, para a minha experiência e para a minha concepção de texto e de tradução, visto que a escrita feminina também se reflete na obra de Colette Beauchamp e, conseqüentemente, algumas práticas da tradução feminista também se fazem presentes em minha tradução, sobretudo a criação de neologismos.

Já em relação ao projeto de tradução, trata-se de uma tradução comentada, escrita na forma de uma dissertação de mestrado. Sendo assim, é uma tradução que conta com paratextos, como comentários em forma de notas de rodapé, assim como o trabalho de pesquisa apresentado na dissertação em si. A tradução, por sua vez, é apresentada seguindo os moldes e a divisão do livro original, apresentando o título das seções traduzidas, os capítulos e subcapítulos.

Cabe ressaltar que Berman propõe este método de análise crítica a partir de traduções e retraduições já realizadas. Contudo, embora eu esteja propondo nesta pesquisa uma tradução inédita, julgo o trabalho de Berman pertinente para determinar meu projeto e horizonte tradutório com base em minhas experiências enquanto mulher, pesquisadora, tradutora e feminista, como explicitarei adiante. A parte da crítica propriamente dita, então, não é aplicada a este trabalho, uma vez que enquanto autora de minha tradução, o trabalho de minha própria crítica se torna mais difícil pela proximidade com o texto traduzido. No entanto, as/os leitoras/es deste trabalho, de algum modo, podem ser as/os críticas/os da tradução aqui apresentada tomando como base as considerações feitas anteriormente sobre o meu trabalho de tradução.

3.2 Escrita, tradução e gênero

Os anos 1960 são conhecidos por diversos acontecimentos históricos que mudaram de alguma forma o mundo. Em 1968, a França testemunhava a insatisfação de jovens estudantes perante a ordem estabelecida por um sistema capitalista e imperialista, que culminou nas diversas revoltas ocorridas em maio daquele ano, marcando para sempre a história do país. No Quebec, em 1960, com a vitória de Jean Lesage pelo Partido Liberal do Quebec, iniciou-se a Revolução Tranquila, um período de mudanças políticas e sociais e de modernização da

província após 16 anos sob o domínio da União Nacional, um partido conservador e de valores tradicionais e religiosos (Cf. Durocher, 2013).

Nesse cenário revolucionário, a década de 1970 também se manteve como um período de mudanças. Nessa época, os movimentos e estudos feministas ganharam força, dando início à chamada Segunda Onda Feminista. Apesar das diversas pautas abordadas por diferentes tipos de feminismos, as principais críticas dos movimentos liderados por mulheres eram em relação à sociedade e à opressão feminina. Segundo Zirbel (2022, p. 18), “os variados feminismos partiam da premissa de que mulheres e homens possuem as mesmas capacidades humanas e deveriam, por isso, ser igualmente respeitados e ter os mesmos direitos sociais, o que não ocorria”. Nesse sentido, a crítica social estendeu-se também ao texto, um produto social que reflete e perpetua as desigualdades entre homens e mulheres.

Como forma de subverter o falocentrismo da língua e do texto, escritoras feministas francesas e quebequenses – as quais apresentaremos adiante – propuseram um novo tipo de escrita, na qual as mulheres deveriam fazer-se presentes e ouvidas por meio de um texto que fosse capaz de “escrever a mulher”. Nos anos 1970, essas autoras feministas francófonas começaram a produzir um tipo de escrita experimental, denominado *écriture féminine* [escrita feminina] ou *écriture-femme* [escrita-mulher] na França, e *écriture au féminin* [escrita no feminino] no Québec, já que as feministas quebequenses não queriam ter seus trabalhos relacionados à escrita feminina convencional, caracterizada pela reprodução dos estereótipos masculinos sobre as mulheres (Bordeleau, 1998).

Com a necessidade de traduzir esses textos experimentais das escritoras quebequenses para o inglês, para que as feministas canadenses anglófonas pudessem lê-los, foi necessário pensar em novas práticas de tradução que recobrissem as especificidades da escrita feminina. Desse modo, as tradutoras feministas do Canadá passam a desenvolver práticas de tradução que ficariam conhecidas como tradução feminista, dando início à Escola de Tradução Feminista Canadense.

Nos tópicos a seguir, apresento algumas considerações sobre escrita, tradução e gênero a partir do desenvolvimento da escrita feminina e da tradução feminista, bem como algumas críticas que se sucederam após os trabalhos literários e tradutórios das feministas canadense. Primeiro trato da escrita feminina, que se desenvolveu paralelamente na França e no Quebec, durante os anos 1970, por meio de escritoras feministas francófonas. Em seguida, discorro sobre a prática de tradução feminista que, embora seja principalmente associada às práticas de tradução das feministas canadenses realizadas entre os anos 1970 e 1990, se desenvolveu

séculos antes e também em outras regiões do mundo, em outros pares linguísticos para além do francês e do inglês.

3.2.1 A escrita feminina: entre a França e o Quebec

Falar sobre escrita feminina não é apenas falar sobre mulheres escritoras. Mulheres escrevem há séculos, há milhares de anos. Contudo, para ingressarem e serem aceitas em uma área dominada por homens, as mulheres passaram a escrever *como* homens e até mesmo a serem nomeadas como tais, como foi o caso de uma das maiores escritoras francesas, Amandine Aurore Lucile Dupin, mais conhecida pelo pseudônimo de George Sand. Em seu manifesto de 1975, *O riso da Medusa*, Hélène Cixous elucida que naquela época – e ainda hoje – o número de mulheres escritoras era irrisório se comparado à quantidade de escritores homens, além disso, havia uma problemática ainda maior: grande parte dos textos escritos por essas mulheres reproduzia as mesmas representações clássicas do sexo feminino – o sexo frágil, sensível e romântico – perpetuadas pela escrita dos homens. Escrever *como* um homem, contudo, era a forma que essas mulheres encontravam para serem minimamente aceitas em uma área tão excludente como a literatura. Cixous, então, inicia seu manifesto com os seguintes dizeres:

Falarei sobre a escrita feminina: *sobre o que ela fará*. É preciso que a mulher se escreva: que a mulher escreva sobre a mulher e traga as mulheres à escrita, da qual elas foram afastadas tão violentamente quanto de seus corpos; pelas mesmas razões, pela mesma lei, com o mesmo objetivo moral. É preciso que a mulher se coloque no texto – como no mundo e na história – a partir do seu próprio movimento. (Cixous, 2010, p. 37, grifos da autora)³⁵

A escrita experimental feminista surge, então, nos anos 1970 como uma forma de subverter a ideologia patriarcal da língua e da escrita, pois, para as escritoras feministas da época, seria somente por meio dela que as mulheres poderiam recuperar seus corpos e suas vozes, (re)inserindo-se no mundo e na história. A escrita feminina, portanto, implica a mulher escrevendo a mulher, é uma escrita de si, que subverte a ordem social (Cixous, 2010).

Na França, além de Hélène Cixous, Luce Irigaray, Julia Kristeva, Annie Leclerc e Claire Lejeune também escreveram sobre o tema. Já no Canadá, destacam-se, nesse movimento da escrita feminina, Nicole Brossard, Madeleine Gagnon, Louky Bersianik, Denise Boucher, France Théoret, Lise Gauvin, entre outras.

³⁵ “Je parlerai de l’écriture féminine : de ce qu’elle fera. Il faut que la femme s’écrive : que la femme écrive de la femme et que fasse venir les femmes à l’écriture, dont elles ont été éloignées aussi violemment qu’elles ont été de leurs corps ; pour les mêmes raisons, par la même loi, dans le même but mortel. Il faut que la femme se mette au texte – comme au monde, et à l’histoire –, de son propre mouvement.” (Cixous, 2010, p. 37)

Nesse contexto francófono, houve trocas intelectuais entre as escritoras feministas francesas e quebequenses. Segundo Guay (2015), em 1973 e 1974, Cixous ministrou seminários na Universidade de Montreal, nos quais Nicole Brossard e Madeleine Gagnon estiveram presentes. Contudo, apesar dessa conexão linguística e intelectual, a escrita feminina foi se desenvolvendo paralelamente em cada país, devido às diferenças culturais, como podemos observar, por exemplo, na nomenclatura utilizada em cada país para se referir a esses escritos: *escrita feminina* ou *escrita-mulher* na França, e *escrita no feminino* no Canadá.

Como se nota, a nomenclatura desse tipo de escrita experimental realizada pelas feministas dos anos 1970 pode causar alguns problemas terminológicos. *Escrita feminina* pode soar como um termo genérico, que remete a qualquer tipo de texto escrito por mulheres; já a *escrita-mulher* pode ser associada a uma expressão muito biologizante; mas *escrita no feminino*, por sua vez, pode soar como textos “feminizantes” que tenderiam a utilizar apenas o gênero gramatical feminino, pensando apenas em uma escrita inclusiva. Dito isso, embora o objeto deste trabalho seja uma obra canadense, optei por utilizar o termo *escrita feminina* em razão de uma maior proximidade com a nomenclatura francesa.

Como tudo o que é novo e subversivo, a escrita feminina, assim como a tradução feminista, foi questionada e criticada. No Canadá, algumas escritoras contestavam a existência de uma escrita feminina, como é o caso de Paule Noyart e Danielle Roger, que defendiam a existência da *escrita* apenas, sem diferenciar os textos de homens e de mulheres, até porque, segundo elas, se não se falava sobre escrita masculina, não existiam motivos para se falar de escrita feminina (Bordeleau, 1998). Para Cixous, no entanto, embora a escrita feminina fosse uma prática difícil de ser teorizada, a sua existência era inegável:

Sustento, sem equívoco, que existem escritas *marcadas*; que a escrita tem sido, até o presente, repressora, de maneira bem mais acentuada do que suspeitamos ou confessamos, gerada por uma economia libidinal e cultural – portanto política, tipicamente masculina –, um lugar em que se produz mais ou menos conscientemente, e de maneira temível pois frequentemente ocultada, ou adornada pelos charmes mistificantes da ficção, o recalque da mulher; um lugar que zombou grosseiramente de todas as linhas da oposição sexual (e não da diferença) e em que a mulher nunca teve *sua* voz, isso sendo ainda mais grave e imperdoável que justamente a escrita é *a própria possibilidade da mudança*, o espaço de onde pode se lançar um pensamento subversivo, o movimento precursor de uma transformação das estruturas sociais e culturais. (Cixous, 2010, p. 43-44, grifos da autora)³⁶

³⁶ “Je soutiens, sans équivoque, qu’il y a des écritures marquées ; que l’écriture a été jusqu’à présent, de façon beaucoup plus étendue, répressive, qu’on a le soupçonne ou qu’on l’avoue, gérée par une économie libidinale et culturelle – donc politique, typiquement masculine –, un lieu où s’est produit plus ou moins consciemment, et de façon redoutable car souvent occulté, ou paré des charmes mystifiants de la fiction, le refoulement de la femme ;

A escrita feminina era, então, um espaço transgressor que visava a mudança, a ruptura com os estereótipos e com as ideologias dominantes e patriarcais; era um espaço de criação, onde as mulheres poderiam falar – por meio do texto – sobre sua alteridade, seus desejos, sua sexualidade e seus corpos, pois “ao censurar o corpo, censura-se ao mesmo tempo o fôlego, a voz” (Cixous, 2010, p. 45)³⁷ e vice-versa. Para isso, “pareceu-lhes necessário questionar, triturar, até mesmo desconstruir a língua e a sintaxe, visto que estas desvelam inevitavelmente uma lógica masculina” (Bordeleau, 1998, p. 15)³⁸, e foi a partir desse movimento com a língua, então, que se deu a desconstrução do texto, que caracteriza a escrita feminina.

Para escrever no feminino, era preciso transformar a língua e o texto, desconstruindo sua misoginia intrínseca. Ao contextualizar as origens da tradução feminista canadense, Von Flotow (2021) menciona algumas das estratégias utilizadas pelas praticantes da escrita feminina, como a criação de neologismos e o apagamento ou a inserção de morfemas nas palavras; por exemplo, a desinência de gênero feminino no francês -e, cujo som é mudo, era um dos pontos posto em evidência por essas escritoras e que “foi explorado como um elemento mutante com o qual neologismos e trocadilhos puderam ser desenvolvidos para parodiar e atacar a linguagem convencional” (Von Flotow, 2021, p. 496). Além disso, era comum a desconstrução das estruturas gramaticais e sintáticas, e também a fragmentação das palavras como forma de se explorar seus diversos significados.

Cixous (2010), por exemplo, fala em “*dé-penser*”³⁹, uma fragmentação do verbo *dépenser* [gastar], constituído pelo prefixo *dé* e o verbo *penser* [pensar], que nos remete à ideia de “des-pensar”, ou seja, no contexto evocado pela autora, *dé-penser* implica romper as formas logocêntricas do discurso e do pensamento, pensar desconstruindo a lógica patriarcal do texto e da sociedade. *Dé-penser* seria uma forma de subverter o *modus operandi* do pensar, instaurando um limite ténue entre a razão e a “desrazão”. Por outro lado, cabe mencionar que, em francês, o verbo *dépenser* significa gastar ou desperdiçar algo, em sentido figurado, a forma

un lieu qui a charrié grossièrement tous les lignes de l'opposition sexuelle (et non la différence) et où la femme n'a jamais eu sa parole, cela étant d'autant plus grave et impardonnable que justement l'écriture est la possibilité même du changement, l'espace d'où peut s'élancer une pensée subversive, le mouvement avant-coureur d'une transformation des structures sociales et culturelles.” (Cixous, 2010, p. 43-44)

³⁷ “À censurer le corps on censure du même coup le souffle, la parole.” (Cixous, 2010, p. 45)

³⁸ “Il leur est apparu nécessaire de questionner, de triturer, voire de déconstruire le langage et la syntaxe puisque ceux-ci ressortissent forcément à une logique masculine.” (Bordeleau, 1998, p. 15)

³⁹ “Elle [la femme] *dé-pense* l'histoire unifiante, ordonnatrice, qui homogénéise et canalise les forces et ramène les contradictions dans la pratique d'un seul champ de bataille.” (Cixous, 2010, p. 49)

pronominal *se dépenser* é usada para se referir ao esforço máximo que se emprega para realizar uma tarefa, é um esforçar-se além do limite, uma espécie de esgotar-se.

Do mesmo modo, Brossard, em um de seus escritos, propõe o neologismo *dé-lire* [des-ler], constituído pela decomposição do vocábulo *délire* [delírio], apelando também a uma forma de desconstrução da leitura, dos textos, dos legados opressores de uma sociedade machista. Como assinala Von Flotow, *dé-lire* pode significar “tanto a expressão delirante e descontrolada das realidades e fantasias das mulheres, quanto o processo de desler – DÉ-LIRE –, ou ler contra a corrente [...]” (Von Flotow, 2021, p. 496). Essas são, portanto, algumas das estratégias de escrita que as escritoras feministas utilizavam, *en se dé-pensant*⁴⁰, para subverter o pensamento e a linguagem dominante e patriarcal, indo além dos significados convencionais das palavras.

Nesse sentido, as palavras de France Théoret (*apud* Bordeleau, 1998, p. 16)⁴¹ vem expandir as discussões sobre a construção da escrita feminina: “Falar sobre a escrita no feminino, supõe, primeiro, que haja escrita, ou seja, um trabalho sobre a linguagem, para retomar a definição de Roland Barthes.” Escrever no feminino não é apenas escrever sobre personagens femininas, como na literatura feminina, perpetuando a escrita dos homens em textos escritos por mulheres. Escrever no feminino é transformar a linguagem, a língua, o texto, mas também as estruturas socioculturais, porque a mulher não é algo objetivo e linear, ela é perpassada por multiplicidades e subjetividades, que ecoam no seu texto e na sua história. Como afirma Cixous (2010, p. 46-47)⁴², “[é] escrevendo, de e para a mulher, e enfrentando o desafio do discurso governado pelo falo, que a mulher afirmará a mulher em outro lugar além daquele que a ela reservado no e pelo símbolo, ou seja, o silêncio”.

Para concluirmos este tópico, um último ponto é preciso ser explorado: as diferenciações entre escrita feminina e escrita feminista. Bordeleau (1998) assinala que, embora muito comumente sejam associadas, a escrita feminina está ligada ao texto literário e à ficção, enquanto a escrita feminista é principalmente abordada em ensaios, manifestos e testemunhos. No caso de *Le silence des médias*, podemos considerá-lo sob o ponto de vista da escrita feminista, uma vez que se trata de um ensaio feminista sobre a imprensa, no qual Colette Beauchamp expõe as relações de dominância masculina e o silenciamento das mulheres nas mídias. No entanto, podemos encontrar traços e referências à escrita feminina na obra de

⁴⁰ Ao fazer esforços.

⁴¹ “Parler d’écriture au féminin suppose d’abord qu’il y ait écriture : c’est-à-dire, pour reprendre la définition de Roland Barthes, un travail sur le langage.” (Théoret *apud* Bordeleau, 1998, p. 16)

⁴² “C’est en écrivant, depuis et vers la femme, et en relevant le défi du discours gouverné par le phallus, que la femme affirmera la femme autrement qu’à la place à elle réservée dans et par le symbole, c’est-à-dire le silence.” (Cixous, 2010, p. 46-47)

Beauchamp, como o uso e a criação de neologismos que dizem respeito à condição feminina, e também sua menção a *L'Euguélione*, romance experimental de Louky Bersianik, um dos principais nomes da escrita feminina no Québec. Visto que Colette Beauchamp é uma feminista quebequense que foi bastante ativa nos anos 1970 e 1980, suas leituras e referências não poderiam ser diferentes.

3.2.2 A tradução feminista: para além da Escola Canadense

Paralelamente às experimentações literárias das feministas quebequenses, as tradutoras canadenses passaram a desenvolver “novas” práticas de tradução que abrangessem as especificidades dessa escrita, que denunciava a ideologia patriarcal da sociedade por meio da linguagem, criando neologismos e jogos de palavras que expressassem suas críticas. Esse “novo” tipo de tradução, marcado por estratégias específicas que buscavam recuperar as críticas da escrita feminina por meio da linguagem, foi denominado então de tradução feminista e, posteriormente, esse movimento ficou conhecido como Escola Canadense.

Contextualizando os desdobramentos desses trabalhos, Von Flotow (1991/2021) expõe de que modo a tradução feminista estava atrelada à escrita feminina da época:

A tradução feminista parece ter se desenvolvido como um método de tradução do enfoque e da crítica à “linguagem patriarcal” pelas escritoras feministas no Quebec. No final dos anos 70 e no início dos anos 80, as escritoras quebequenses [...] produziam trabalho altamente experimental e constituíram esforços para atacar, desconstruir, ou simplesmente evitar a linguagem convencional que percebiam como inerentemente misógina. (Von Flotow, 2021, p. 495)

Se a escrita feminina era uma prática inovadora e experimental, não teria como a tradução feminista ser diferente. Enquanto os gramáticos defendiam que o gênero gramatical era apenas uma convenção linguística e nada tinha a ver com questões sociológicas e culturais, as escritoras femininas e as tradutoras feministas, segundo Simon (1996), compartilhavam do pensamento de Roman Jakobson de que as marcações de gênero na língua possuíam, sim, significado: “O sentido que desejam manifestar é poético e, principalmente, *ideológico*. Elas desejam mostrar de que forma as diferenças de gênero servem como fundamentos inquestionáveis de nossa vida cultural” (Simon, 1996, p. 17, grifo meu)⁴³. Assim como a escrita,

⁴³ “The meaning which they wish to make manifest is both poetic and, especially, ideological. They wish to show in what ways gender differences serve as the unquestioned foundations of our cultural life.” (Simon, 1996, p. 17)

a tradução feminista buscava “articular novas vias de expressão para dismantelar a carga patriarcal da linguagem e da sociedade” (Castro, 2017, p. 222), uma vez que uma tradução “neutra” estaria a serviço do discurso dominante e patriarcal. De acordo com Von Flotow (2021, p. 497):

A tradução feminista é, portanto, um subproduto direto do trabalho experimental das escritoras do Quebec; é um fenômeno intimamente ligado a uma prática de escrita específica em um ambiente ideológico e cultural específico, o resultado de uma conjuntura social específica. Trata-se de uma abordagem da tradução que aproveitou e adaptou muitas das técnicas e teorias subjacentes à escrita que traduz.

Um dos primeiros trabalhos de tradução feminista da Escola Canadense foi a tradução da peça *La Nef des sorcières* (1976), uma obra coletiva escrita sob a direção de Luce Guilbeaut. Na tradução de Linda Gaboriau, intitulada *A Clash of Symbols*, a frase “Ce soir, j’entre dans l’histoire sans relever ma jupe” [Esta noite, eu entro para a história sem levantar minha saia] foi traduzida por “This evening I’m entering history without opening my legs” [Esta noite, eu entro para a história sem abrir as minhas pernas], tornando-se um dos exemplos mais conhecidos da tradução feminista canadense, ao ser mencionado por Von Flotow em seu artigo publicado em 1991. Ao comentar sobre essa passagem, Von Flotow (2021, p. 493) questiona se essa seria uma “supertradução chocante, inaceitável, uma deliberada superinterpretação do texto original?” ou se a tradutora estaria sendo sensacionalista ao traduzir uma frase “banal” em francês para algo que não está presente (linguisticamente) no original. Mas para a tradutora, esse exemplo não se trata de ser uma “boa” ou “má” tradução, mas sim de que um determinado contexto e certas práticas e teorias fazem com que ela seja possível e até mesmo aceitável (Von Flotow, 2021).

Embora nos anos 1980 as discussões sobre fidelidade, equivalência e objetividade na tradução já tivessem sido superadas, ao menos em teoria (Castro, 2017), essa nova prática de tradução feminista retoma algumas discussões sobre as intervenções das tradutoras no produto final. Ao comentar sobre a tradução de Susanne de Lotbinière-Harwood da obra *Lettres d’une autre*, de Lise Gauvin, o crítico David Homel diz que de Lotbinière-Harwood “sequestra” (*hijacks*) o texto de Gauvin ao ser tão “intrusiva” em sua tradução. Von Flotow (2021) explica que é a partir dessa crítica que ela passa a usar o termo *hijacking*, como uma das estratégias de tradução feminista, juntamente ao suplemento, aos prefácios e notas de rodapé.

O Francês e o inglês são línguas que funcionam de modos diferentes e veiculam pensamentos e culturas diferentes. Desse modo, as tradutoras para o inglês de textos femininos,

como Barbara Godard, Susanne de Lotbinière-Harwood, Marlene Wildeman e Fiona Strachan precisaram “sequestrar” o texto de partida, utilizando diferentes técnicas de tradução, para que a crítica ao sexismo da língua francesa, presente nas obras das quebequenses, se sobressaíssem na tradução para o inglês, uma língua teoricamente mais “neutra” que o francês, por não ter gênero marcado. Contudo, a não existência de um gênero gramatical no inglês não faz com que distinções entre masculino e feminino não ocorram na língua, pelo contrário, essa ausência parece ser “[...] compensada pela presença de um gênero ‘psicológico’ ou ‘metafórico’”, como explica Simon (1996, p. 18)⁴⁴. Para exemplificar, a autora menciona um estudo elaborado por Jack Rosenthal e apresentado por Deborah Cameron (1985/1992), no qual pares de palavras como *knife/fork* [faca/garfo]; *Ford/Chevrolet*; *salt/pepper* [sal/pimenta]; *vanilla/chocolate* [baunilha/chocolate] foram apresentados para os participantes, o quais deveriam classificar as palavras em masculino e feminino, mesmo não existindo a noção de gênero gramatical na língua inglesa. De acordo com Cameron, (1992, p. 82)⁴⁵:

Curiosamente, as pessoas conseguiram realizar essa tarefa bizarra sem dificuldade. Ainda mais curioso, houve quase um total acordo com a classificação “correta”. Faca, Ford, pimenta e chocolate eram masculinos, enquanto garfo, Chevrolet, sal e baunilha eram femininos. Este fenômeno é chamado de “gênero metafórico [...]”

Sendo assim, o sexismo linguístico está presente tanto no francês, quanto no inglês, no entanto, ele é manifestado de modo distinto em cada idioma, ou seja, “*pareil, mais autrement*” (igual, mas de maneira diferente), nas palavras de Von Flotow (2021, p. 498). A partir disso, as tradutoras feministas inovam em suas práticas tentando reconstruir e evidenciar essas críticas de uma língua à outra.

Howard Scott, considerado o único tradutor feminista da época, ao traduzir *L'Euguélionne* (1976) de Louky Bersianik, cria uma alternativa “suplementadora” para contornar a ausência de gênero gramatical no inglês. Em francês, na frase “Le ou la coupable doit être punie”, a *culpada* – em um texto que fala sobre a criminalização aborto, até então proibido no Quebec – é revelada por meio da desinência de gênero feminino -e em *punie* [punida], cujo som é mudo na língua francesa. A solução de Scott, em sua tradução para o inglês, foi alterar a estrutura e a sintaxe da frase, transformando-a em “The guilty one must be

⁴⁴ “[...] compensated for by the presence of ‘psychological’ or ‘metaphorical’ gender.” (SIMON, 1996, p. 18)

⁴⁵ “Strangely enough, people were able to perform this bizarre task without difficulty. Even more strangely, there was near total agreement on the “right” classification. Knife, Ford, pepper and chocolate were masculine, while fork, Chevrolet, salt and vanilla were feminine. This phenomenon is called ‘metaphorical gender’ [...]” (Cameron, 1992, p. 82)

punished, whether *she* is a man or a woman”, em que o gênero da culpada é mostrado por meio do pronome *she*, aplicando a crítica à linguagem ao inglês, de modo que as leitoras e os leitores anglófonos pudessem notá-la.

Além do campo gramatical, as diferenças lexicais e culturais também causavam dificuldades nos trabalhos das tradutoras. De Lotbinière-Harwood, ao traduzir *Sous la langue* (1987), de Nicole Brossard, depara-se com a palavra francesa *cyprine*, a qual não possui um equivalente em língua inglesa. *Cyprine* é um termo que significa a secreção vaginal decorrente do desejo sexual feminino, e embora já apareça nas *Flores do Mal* (1857) de Baudelaire, só foi dicionarizado nos anos 1990, evidenciando como os “lexicógrafos não querem dar acesso as mulheres a essa palavra”, segundo De Lotbinière-Harwood (1991, p. 145 *apud* Von Flotow, 1997, p. 18)⁴⁶.

A tradutora comenta que a única palavra correspondente ao termo *cyprine* em inglês é *wet* [molhado], uma palavra muito ampla e de vários significados na língua inglesa, que não se refere apenas a uma particularidade do corpo feminino. Em sua tradução, portanto, De Lotbinière-Harwood retoma a etimologia grega da palavra e cria o neologismo *cyprin*, até então, não existente na língua inglesa. Por tratar-se de um neologismo, ela adiciona a seguinte nota ao texto, explicando o significado e a origem daquele novo termo: “Secreção sexual feminina. Do francês *cyprine* [fr. gr. Cyprus, local de nascimento de Afrodite]. Estamos propondo *cyprin* para o uso em inglês” (De Lotbinière-Harwood, 1991 *apud* Von Flotow, 1997, p. 18)⁴⁷. Nesse exemplo, vemos a criação de neologismos, um procedimento característico da escrita feminina, sendo reapropriado pela tradução feminista, junto à criação de notas explicativas, prática típica da tradução canadense, desvelando o diálogo entre as duas práticas.

As modificações no texto feitas pelas tradutoras feministas são, portanto, pensadas, explícitas e ideológicas. Como explica Von Flotow (2021, p. 498), “a tradutora feminista é consciente de seu papel político como mediadora [...]” e como crítica da língua.

Ao relacionar a escrita feminina com a tradução feminista, Von Flotow (1997) destaca que a escrita experimental das mulheres foi crucial para o desenvolvimento das práticas da Escola Canadense, pois ela permitiu uma reflexão sobre as questões de gênero na linguagem, fazendo com que as tradutoras enfrentassem desafios técnicos e teóricos em seus trabalhos, recorrendo a métodos criativos e inovadores para traduzir as experimentações linguísticas da escrita feminina e transpor as críticas ao sexismo linguístico e social de uma língua/cultura à

⁴⁶ “lexicographers don't want to give women access to this word” (De Lotbinière-Harwood, 1991 *apud* Von Flotow, 1997, p. 18)

⁴⁷ “Female sexual secretion. From the French *cyprine* [fr. Gk Cyprus, birth place of Aphrodite]. We are proposing *cyprin* for English usage.” (De Lotbinière-Harwood, 1991 *apud* Von Flotow, 1997, p. 18)

outra. Ao lidar com textos que escrevem o corpo feminino, devolvendo esse “corpo” às mulheres, as tradutoras feministas tiveram que criar e/ou recuperar palavras que tratassem desses tabus culturais, como exemplificado pela palavra francesa *cyprine*, ao ser traduzida por de Lotbinière-Harwood para o inglês. Dessa forma, a partir da escrita feminina, foram levantados diversos debates acerca de gênero, escrita e tradução, politizando as tradutoras e tradutores do Canadá, evidenciando, mais uma vez, a importante relação entre a escrita feminina e a tradução feminista.

Ao traduzir *Le silence des médias* – um ensaio feminista canadense, publicado nos anos 1980, durante o desenvolvimento da escrita feminina e que por vezes é permeado de características e referências a essa escrita experimental – seria impossível desvincular-me da tradução feminista canadense. No entanto, sou uma tradutora, pesquisadora e feminista situada em um contexto muito diferente daquele em que a tradução feminista canadense se desenvolveu, por isso é importante que eu traga outras reflexões, para além das práticas da Escola Canadense, que abordem a tradução feminista a partir de uma perspectiva transnacional, levando em consideração o fato de eu ser uma tradutora brasileira, que traduz para uma língua menos hegemônica do que o inglês e que está situada em um contexto social, político e cultural distinto.

Antes das tradutoras canadenses, outras tradutoras já atuavam há séculos, pois durante muito tempo a tradução foi vista como uma profissão feminina, sendo o único meio das mulheres escreverem e acederem ao mundo letrado e intelectual. A partir das visões mais tradicionais, a tradução era considerada um produto secundário em relação ao texto original, ela era tida como um ato passivo de cópia do texto original, enquanto este era visto como uma criação de seu autor. Sendo assim, o espaço de criação e de escrita era destinado aos homens escritores e inapropriado para as mulheres, restando-lhes apenas o espaço da tradução e da cópia. Contudo, essas mulheres tradutoras foram completamente apagadas da história da tradução, e hoje, a partir de uma tentativa de criar uma historiografia feminista dos Estudos da Tradução é que se tenta recuperar e comentar o trabalho e a história dessas mulheres, como explica Godayol (2013).

Além do apagamento feminino em relação às tradutoras que atuaram nos séculos passados, existe também um apagamento de tradutoras advindas do Sul global e do Oriente⁴⁸ e que trabalham com línguas diferentes do par linguístico inglês/francês. Sendo assim, busco apresentar a seguir algumas reflexões sobre as práticas de tradução feminista para além da

⁴⁸ Castro e Spoturno (2020) explicam que a relação entre o Norte e o Sul global se dá por meio de uma dominação econômica, enquanto a relação entre o Ocidente e o Oriente expressa uma dominação de ordem cultural.

Escola Canadense, explorando a tradução feminista a partir de uma perspectiva transnacional, como propõem Castro e Spoturno (2020).

Embora seja comum associar o surgimento e o desenvolvimento da tradução feminista às práticas e às teorias realizadas pelas tradutoras canadenses a partir dos anos 1970, esse tipo de tradução subversiva e ideológica já era realizado há muitos séculos por outras tradutoras que podemos também chamar de feministas. De acordo com Robinson (1995 apud SIMON, 1996), a partir do século XVI tem-se o início de um processo de “feminização” da tradução, no qual as mulheres tradutoras usam a tradução como um meio de expressar socialmente suas ideias e de se inserir no mundo da escrita, até então destinado somente aos homens. Na verdade, as mulheres sempre escreveram, mas o prestígio e o reconhecimento da escrita eram sobretudo masculinos.

Simon (1996), por exemplo, comenta sobre a tradução de um romance de cavalaria espanhol, de Diego Ortuñez de Calahorra, feita por Elisabet Tyler em 1578, intitulada *Mirroure of Princely Deeds and Knighthood*. Além de realizar a tradução de um gênero literário até então desconhecido na Inglaterra e na literatura inglesa, Tyler inova em sua tradução ao escrever um prefácio considerado como um manifesto feminista, um “marco na história da literatura feminista” (Simon, 1996, p. 46)⁴⁹, ao reivindicar o direito de as mulheres lerem, traduzirem e escreverem textos que não fossem apenas religiosos, como era o costume até então, subvertendo a ideologia patriarcal dominante da época e da Inglaterra Renascentista. Quatro séculos depois, o uso ideológico do prefácio e das notas de rodapé se tornaria uma característica da tradução feminista canadense.

A autora também menciona a tradutora Aphra Behn, considerada a primeira escritora profissional do século XVII, que assim como Tyler usou o prefácio de suas traduções para se manifestar contra o patriarcado e expressar sua própria identidade de gênero. Além disso, segundo Godayol (2013, p. 177)⁵⁰:

Sua consciência dos valores patriarcais do discurso que ela traduzia levou-a a fazer malabarismos com os limites de fidelidade e tradução e a alterar o texto original (uma prática frequente em diferentes épocas e em diferentes contextos). Um de seus estratagemas mais conhecidos foi a incorporação de um novo personagem na tradução, uma mulher cuja função era fazer com que

⁴⁹ “a landmark in feminist literary history”. (Simon, 1996, p. 46)

⁵⁰ “Her awareness of the patriarchal values of the discourses she was translating led her to juggle the limits of faithfulness and unfaithfulness and to alter the original text (a frequent practice at different times and in different contexts). One of her best-known stratagems was the incorporation of a new character into the translation, a woman whose function was to make readers identify with her and the work, and challenge the superiority of masculine learning.” (Godayol, 2013, p. 177)

os leitores se identificassem com ela e com seu trabalho e desafiar a superioridade da aprendizagem masculina.

No século XIX, a escritora, tradutora e feminista brasileira Nísia Floresta traduz em 1832 o tratado feminista de Mary Godwin Wollstonecraft, *A Vindication of the Rights of Woman: With Strictures on Political and Moral*. Na “tradução”⁵¹ para o português, intitulada *Direitos da Mulheres e Injustiça dos homens*, Nísia Floresta mudou substancialmente o texto, a começar pelo título, a fim de estabelecer uma argumentação feminista lógica e coerente para as leitoras brasileiras. Segundo Dépêche (2000), Nísia omite certos trechos, acrescenta outros, faz referências a textos não mencionados no original, utilizando estratégias que posteriormente seriam teorizadas e descritas pelas feministas canadenses como suplemento (*supplementing*) e sequestro (*hijacking*). De acordo com a pesquisadora, “o caminho tomado assim, pela jovem brasileira, abre uma brecha no discurso e nas leis patriarcais, tomando a tradução como meio de acesso à palavra e ao mesmo tempo à divulgação das reivindicações das mulheres ‘emudecidas’” (Dépêche, 2000, p. 168), o que caracteriza sua tradução como uma tradução feminista.

Já nos anos 1980, na mesma época em que as feministas canadenses desenvolviam suas práticas de tradução subversivas, outras tradutoras hispânicas também realizaram trabalhos de tradução feministas, que ficaram pouco conhecidos por conta da invisibilidade do espanhol e do catalão perante a hegemonia do inglês e do francês, como explica Castro e Spoturno (2020). Suzanne Jill Levine traduziu do espanhol para o inglês autores latino-americanos, como Manuel Puig e Guillermo Cabrera Infante, desvencilhando o sexismo presente nas obras por meio de estratégias em suas traduções. Em 1991 Levine também publicou *The Subversive Scribe*, livro no qual ela trata do seu próprio processo tradutório e de questões de gênero na tradução. Assim como Levine, Carol Maier, ao traduzir as obras de Octavio Armand, realizou traduções nas quais as discussões sobre gênero são fundamentais, uma vez que os textos de Armand também apresentavam passagens misóginas. Já Miriam Díaz-Diocaretz traduziu do inglês para o espanhol a obra poética de Adrienne Rich, lidando com questões de gênero e sexualidade por meio de estratégias de tradução baseadas no feminismo lésbico (BASSNETT, 2005; CASTRO; SPOTURNO, 2020).

Castro e Ergun (2017), por sua vez, comentam sobre outras áreas de atuação na pesquisa feminista dos Estudos da Tradução, como (i) metáforas de gênero nos discursos ocidentais sobre

⁵¹ Dépêche (2000) fala em “tradução” pois Nísia Floresta traduziu o texto de Mary Wollstonecraft do francês para o português, e não diretamente do inglês.

a tradução; (ii) mulheres tradutoras na história; (iii) mulheres escritoras na tradução; (iv) textos feministas na tradução; e (v) representações linguísticas de gênero na tradução. Essas áreas de pesquisas também contribuíram para a realização da historiografia feminista da tradução, recuperando textualidades femininas, traduções de textos feministas clássicos e outras mulheres escritoras “[...] eclipsadas através dos anos pelo universo masculino” (Godayol, 2013, p. 178)⁵².

Posto isso, é importante refletir sobre o apagamento dessas e de tantas outras tradutoras feministas que realizaram práticas inovadoras em diferentes momentos da história e em diferentes lugares do mundo, mas que foram esquecidas pelos Estudos da Tradução por conta da hegemonia linguística e cultural imposta pelo inglês e pelos países do norte global. Assim como atualmente fala-se em feminismos transnacionais, uma vez que a opressão das mulheres é perpassada por diferentes contextos sociais, culturais, políticos e geográficos, não seria diferente para os estudos feministas da tradução. Um único tipo de tradução feminista seria incapaz de lidar com essa pluralidade de feminismos ao redor do mundo, assim, tradutoras e teóricas como Castro e Spoturno (2020) propõem uma *tradutologia feminista transnacional*: uma visão interseccionista do feminismo e da tradução feminista que leva em consideração classe, etnia, nacionalidade, migração, religião, sexualidade, faixa-etária etc.

Segundo as autoras, o objetivo dos feminismos transnacionais e da tradutologia feminista transnacional é, portanto, decolonizar aquilo que é considerado como “universal” e libertar-se da hegemonia feminista e cultural branca, cisgênero, burguesa e heterossexual imposta pelo imperialismo linguísticos e cultural do Norte Global e dos grupos dominantes. Sendo assim, é preciso traduzir e estudar textos, teorias e autoras que ampliem os debates sociais para além do feminismo anglo-americano: “[t]rata-se de lutar contra a já denunciada ‘violência epistêmica’ (Spivak, 1988, p. 282) que situa certos conhecimentos como mais válidos e/ou valiosos que outros” (Castro; Spoturno, 2020, p. 28)⁵³.

3.3 A tradução comentada: comentários, notas e discurso

Quando pensamos em tradução e em processo tradutório, geralmente, o que nos vem à mente são as traduções comerciais, que circulam por meio das editoras e das livrarias, ou, com menos frequência, as traduções de artigos publicadas em revistas científicas. O ato tradutório ainda é pouco visto e considerado como pesquisa, uma vez que se tem a ideia de que ele é um processo prático, e não investigativo. No entanto, o gênero tradução comentada vem ganhando

⁵² “[...] eclipsed over the years by the masculine universe”. (Godayol, 2013, p. 178)

⁵³ “Se trata de luchar contra la ya denunciada ‘violencia epistémica’ (Spivak, 1988, p. 282) que sitúa ciertos conocimientos como más válidos y/o valiosos que otros.” (Castro; Spoturno, 2020, p. 28)

espaço no meio acadêmico, sobretudo em dissertações e teses de programas de pós-graduação, como explicam Zavaglia, Renard e Janczur (2015).

Muito se questiona sobre o que é e em que consiste a tradução comentada. Para Williams e Chesterman (2002 *apud* Zavaglia; Renard; Janczur, 2015), a tradução com comentários, também chamada de tradução anotada, seria um tipo de pesquisa em que o/a tradutor/a, ao mesmo tempo em que traduz o texto, tece comentários sobre o seu processo tradutório, podendo, nesses comentários, discutir a tarefa de traduzir, analisar o texto de partida, apontar as dificuldades do seu trabalho e justificar suas escolhas tradutórias, ou seja, “toda e qualquer análise crítica envolvendo os textos fonte e alvo podem caracterizar o que chamam de tradução com comentários ou anotada” (Zavaglia; Renard; Janczur, 2015, p. 333). O que define os tipos de comentários a serem realizados e a configuração do texto final é a natureza do texto a ser traduzido.

Ao tratar desse assunto, Torres (2017) menciona que, assim como qualquer outro gênero textual, a tradução comentada é um gênero com características específicas, tais como seu caráter autoral, metatextual, descritivo, discursivo-crítico e histórico-crítico. Para a pesquisadora, o fato desse gênero ser mais amplamente difundido no meio acadêmico deve-se à possibilidade do/a tradutor/a-pesquisador/a poder realizar uma autoanálise durante a elaboração de sua tradução e de seus comentários, o que não acontece com frequência com os/as tradutores/as comerciais, tendo em vista os prazos exigidos pelas editoras e o objetivo desses tipos de traduções.

Complementando essa ideia, Zavaglia, Renard e Janczur (2015, p. 344) relatam que “durante o ato tradutório, o tradutor não visa outro leitor além dele mesmo; visa a sua própria releitura enquanto tradutor realizador do processo em curso”. A tradução comentada é, portanto, um trabalho de investigação, análise e reflexão, que resulta em um produto final complexo – geralmente uma dissertação ou tese –, e não em um texto comercial, por isso a academia é o meio que privilegia este tipo de trabalho e investigação.

3.3.1 A visibilidade do/a tradutor/a e o discurso na tradução

A discussão acerca da visibilidade do/a tradutor/a não é algo recente, contudo, é um assunto que ainda gera muita discussão a partir de diferentes pontos de vistas e discursos sobre o que é a tradução, qual o seu papel e o papel do/a tradutor/a. Em sua concepção mais tradicional, ou logocêntrica nas palavras de Arrojo (1992), a tradução é vista como uma mera transferência de mensagens e de sentidos, sendo o/a tradutor/a apenas um instrumento para que

esse processo possa acontecer. Segundo Mittmann (2003), nessa visão, que tem como um de seus principais teóricos Eugene Nida, entre muitos outros, a tradução é considerada como transferência, transposição e reformulação, em linhas gerais, o/a tradutor/a tem a função de decodificar o texto de partida, recodificando-o *adequadamente* na língua de chegada por meio de símbolos e estruturas gramaticais equivalentes, para transferir com *exatidão* a mensagem pretendida pelo/a autor/a. Sendo assim, a tradução não seria transposição de palavras de uma língua à outra – ou uma tradução literal –, mas sim a transferência de uma mensagem de acordo com as exigências da língua para a qual se traduz.

Nesse processo em que se privilegia o/a autor/a e o texto original, no qual o/a tradutor/a não teria nada a dizer, buscando apenas reproduzir os dizeres do/a autor/a imergindo em suas ideias, o/a tradutor/a deve passar despercebido, invisível. Assim, uma “boa” tradução seria aquela que não é sentida como tradução devido à objetividade e à fidelidade máximas do/a tradutor/a às ideias do texto traduzido. Quando a lemos, temos a sensação de que aquele texto foi escrito diretamente na língua de sua tradução, sem passar por um processo interpretativo e tradutório. Contudo, apesar dessa tentativa de invisibilidade, até mesmo Nida reconhece – com pesar – que o/a tradutor/a deixa transparecer sua personalidade na tradução, visto que ele/ela não é uma máquina. Por isso a objetividade absoluta na tradução seria impossível, apesar de ser aconselhado que a subjetividade e a intervenção do/a tradutor/a sejam mínimas (Mittmann 2003).

A partir da virada cultural nos Estudos da Tradução durante os anos 1980, a relação entre autor/a, original, tradutor/a e tradução passa a mudar, surgindo novas discussões e novos pontos de vista sobre o assunto, sobretudo no que diz respeito à tradução enquanto reescrita e manipulação do texto original. Nessa nova perspectiva, que Mittmann (2003) chama de contestadora, a tradução está sujeita à subjetividade do/a tradutor/a, que, como explica Bohunovsky (2001, p. 54), é “um sujeito inserido num certo contexto cultural, ideológico, político e psicológico – que não pode ser ignorado ou eliminado ao elaborar uma tradução”. Além disso, a tradução será sempre realizada em uma determinada época, sob certas condições de recepção e de produção, a partir de uma interpretação possível do texto original dentre várias outras.

Levando em consideração, neste trabalho, uma perspectiva discursiva, pode-se dizer que toda produção humana constitui em um discurso, inclusive a própria tradução. Nesse contexto, onde há sujeito e produções humanas, existe uma pluralidade de interpretações e de sentidos depreendidos do discurso, sendo, portanto, impossível realizar a tradução de uma mensagem pretendida pelo/a autor/a com exatidão. Ao escrever um texto, o/a autor/a visa a construção de

um determinado discurso e de um determinado sentido, contudo, a partir do momento que esse texto é publicado e lido por outras pessoas, o discurso do/a autor/a não é mais o único possível, já que agora ele passa a comportar as interpretações e os sentidos produzidos pelas/os leitoras/es. Sendo assim, o/a tradutor/a é também um leitor do/a autor/a e do texto original, e sua tradução é resultado de sua leitura e de sua interpretação, o que leva a tradução a ser um novo texto, interpretado e reescrito pelo/a tradutor/a. Num segundo momento, a tradução também é lida e interpretada pelas/os leitoras/es da língua da tradução, as/os quais produzem um novo sentido para aquele discurso, e assim, sucessivamente, os textos e as traduções, enquanto produções humanas e discursivas, passam por várias (re)interpretações e (re)criações de sentidos.

Arrojo (1993), por sua vez, explica que os significados de um texto são depreendidos de um processo temporário de interpretação, baseado nas circunstâncias sociais e históricas da comunidade que o lê. Sendo assim, o/a tradutor/a enquanto leitor/a do texto também está sujeito a essas condições que impossibilitam a realização de uma tradução objetiva, visando a transferência exata de sentidos do texto original para uma outra língua. Essa nova perspectiva da tradução, portanto, dá abertura para a visibilidade do/a tradutor e de sua “inescapável presença autoral no texto que produz a partir do ‘original’” (Arrojo, 1992, p. 63), evidenciando o seu papel ativo na criação de um novo texto e de novos sentidos.

Um/a tradutor/a visível é, então, aquele/a que faz sua presença ser sentida e notada na tradução, seja por meio de paratextos, como prefácios e notas, seja por meio do próprio processo tradutório, ao privilegiar uma tradução que cause estranhamentos no/a leitor/a ao invés de fluir com a naturalidade de um texto escrito na própria língua. A partir desse ponto de vista, a tradução deixa de ser considerada como um trabalho inferior e secundário, se comparada ao original, para assumir a posição de um trabalho autoral por meio da transformação do texto de partida. Desse modo, o/a tradutor/a também passa a ser visto como um agente ativo que interpreta o original transformando-o em um novo texto, e não mais como um copista que imita o trabalho do/a autor/a, antes visto como o/a único/a criador/a.

Contudo, Venuti (1986), em “The Translator’s Invisibility”, chama atenção para o fato de que a maioria as/os leitoras/es dá preferência para essas traduções que parecem ter sido escritas em sua própria língua, em que o/a tradutor/a se faz invisível. As estranhezas do texto original para a cultura de chegada não são bem-vindas, é por isso que as editoras, críticas/os e leitoras/es privilegiam o ideal de uma tradução cuja leitura é fluida, sem frases fora da ordem canônica da língua e significados confusos, que apenas transmite as intenções e o significado do original. E até mesmo algumas/uns tradutoras/es compartilham dessa visão, como expõe

Bohunovsky (2001) ao apresentar a opinião de diversas/os profissionais da tradução que argumentam que a invisibilidade do/a tradutor/a é resultado do seu talento e de sua fidelidade ao original – além de ser um dos critérios de aprovação das editoras para sua publicação.

Dentre essa pluralidade de ideias sobre a tradução e o/a tradutor/a, a tradução comentada, como o seu próprio nome sugere, abre espaço para a visibilidade do/a tradutor/a que tece comentários sobre o texto que traduz e sobre o seu processo tradutório, emitindo pensamentos e opiniões próprias para além do texto original. Esse tipo de tradução, portanto, privilegia sua posição de destaque enquanto criador/a e produtor/a de um novo texto e de novos sentidos e também seu diálogo com as/os leitoras/es por meio de seus comentários sob a forma de paratextos.

No caso desta tradução-pesquisa, faço-me visível enquanto tradutora-pesquisadora por meio das notas do/a tradutor/a, a partir de uma perspectiva discursiva apresentada por Mittmann (2003) em que as N.T. funcionam como uma extensão do discurso do/a tradutor/a, quebrando a ilusão de sua invisibilidade, expondo sua interpretação do texto, seu processo tradutório e suas dificuldades ao traduzi-lo, além de sua própria posição de sujeito. A autora acrescenta que “[e]mbora esses fatos estejam também presentes no texto da tradução, pois faz parte das CP [condições de produção] do processo tradutório, na N.T. é que eles ficam explícitos” (Mittmann, 2003, p. 131). Sendo assim, em minhas N.T. apresento informações sobre a cultura e a língua do texto que traduzo, sobre meu processo de tradução e minhas escolhas tradutórias e desenvolvo comentários e reflexões sobre determinados assuntos presentes no ensaio de Beauchamp, como explico mais detalhadamente no tópico a seguir.

Nesse sentido, o trabalho de tradução-comentada contribui para a visibilidade e o do/a tradutor/a enquanto um agente ativo na elaboração de um novo texto e também para o seu reconhecimento e sua valorização profissional, colocando-o/a ao lado do/a autor/a, enquanto criador/a, e não mais como um/a coadjuvante que apenas transmite uma mensagem por meio da tradução. A realização desse tipo de tradução também favorece o debate sobre traduções que realmente soam como traduções ao apresentar notas reflexivas, cuja função vai além da explicação e da facilitação da leitura, quebrando a ilusão da “não-tradução” e da invisibilidade do tradutor. Embora as editoras, as/os críticas/os, as/os leitoras/es e até mesmo algumas/uns tradutoras/es ainda preferiam essa perspectiva mais tradicional, logocêntrica e facilitadora da tradução, é importante desenvolvermos trabalhos e traduções mais contestadoras, pois, como expõe Arrojo (1992, p. 69), somente “uma visão menos mistificadora e menos culpada do processo tradutório pode nos livrar desse círculo vicioso que gira em torno da marginalidade e

da indigência” do papel da tradução e do/a tradutor/a, reconhecendo os “as várias relações que se estabelecem entre poder e cultura” durante esse processo.

3.3.2 O paratexto: as notas e os comentários na tradução

Ao tratar de obras literárias, Gérard Genette (2009, p. 9) explica que raramente um texto é apresentado em seu “estado nu”, sem ser acompanhado de outras informações, verbais ou não, como título, nome do autor, prefácio e ilustrações; o que não é muito diferente quando se trata de uma tradução de obras. A esses elementos presentes no texto, que o transformam no livro propriamente dito, Genette (2009) dá o nome de *paratextos*, ou para ser mais preciso, *peritextos*. O paratexto consiste em todas as informações relativas ao texto, estejam elas dentro ou fora dele, por isso o paratexto é formado pelo *peritexto*, como também pelo *epitexto*. O peritexto são os elementos inseridos no próprio texto, como título, autor, prefácio, capítulos e notas. Já o epitexto se situa fora do texto, aparecendo geralmente sob a forma de um suporte midiático ou privado, como conversas do autor, entrevistas, correspondências, diários etc.

Em relação à tradução comentada, os peritextos assumem um papel de destaque na tradução, pois é por meio deles que o/a tradutor/a realiza seus comentários. Zhang (2018), por exemplo, usa o termo “comentário” em seu sentido mais amplo, como apresentado por Genette (2009), pois, segundo a autora, os comentários podem aparecer sob diferentes formas peritextuais na tradução, desde que seja escrito pelo/a tradutor/a.

Já no que diz respeito às pesquisas em tradução comentada, Zavaglia, Renard e Janczur (2015) explicam que os comentários consistem nas análises, apresentações e notas realizados pelo/a tradutor/a, podendo ser comparados aos prefácios, posfácios e notas de rodapé das traduções editoriais. A diferença, no entanto, é que, para a pesquisa em tradução comentada, esses elementos são essenciais, e não acessórios, uma vez que nesse tipo de pesquisa, a tradução não existe sem o comentário e o comentário não existe sem a tradução.

Dentre os diversos tipos de peritextos presentes em uma tradução, o foco deste trabalho são as notas do/a tradutor/a (N.T.), pois é por meio delas que teço os comentários em minha tradução e me mostro visível enquanto tradutora-pesquisadora.

Em *Notas do tradutor e processo tradutório* (2003), Solange Mittmann trata das N.T. com base em uma perspectiva discursiva, buscando observar como o discurso do/a tradutor/a é produzindo durante o processo tradutório, sobretudo a partir das notas, uma vez que é por meio delas que o/a tradutor/a materializa seu discurso e sua subjetividade. Sendo assim, a análise de Mittmann sobre as N.T. vai de encontro às teorias tradicionais da tradução que privilegiam um/a

tradutor/a invisível e traduções com o mínimo de notas possível, pois, segundo a autora, “este barulho [a N.T.] indica o trabalho do tradutor – tomadas de posição, embates, justificativas – durante o processo tradutório” (Mittmann, 2003, p. 107).

Ao explorar diferentes pontos de vista sobre a tradução e sobre as N.T., a autora as classifica em três perspectivas distintas, com base em diversos/as teóricos/as da tradução. Na primeira perspectiva, ligada à visão tradicional da tradução, as N.T. são consideradas como um recurso facilitador que auxiliam o/a leitor/a a melhor compreender o texto e seu contexto histórico-social. A função das N.T. é, portanto, explicar costumes, lugares e fatos históricos que são possivelmente desconhecidos pelo/a leitor/a, ou expressões não traduzidas. Nessa concepção, a intervenção do/a tradutor/a por meio das N.T. é considerada inapropriada, uma vez que seu trabalho é transmitir, de modo objetivo, a mensagem do original na tradução, e não expressar sua opinião ou contradizer o/a autor/a.

A segunda perspectiva, de acordo com Mittmann (2003, p. 114), passa a considerar as N.T. como “um lugar privilegiado para analisar-se o papel do tradutor”, uma vez que nela a tradução não é mais vista como uma mera transferência e as N.T. não são mais apenas explicativas e criadas por um/a tradutor/a que se faz invisível. Nessa perspectiva, o/a tradutor/a é um agente ativo que interpreta e recria o texto ao traduzi-lo, e por meio das N.T. manifesta seus posicionamentos e discursos sobre o texto e sobre a tradução.

Como exemplo, Mittmann (2003) cita a pesquisa de Dawn Alexis Duke (1993), que trata da participação do/a tradutor/a na criação de um outro texto durante o processo tradutório. Assim como na virada cultural da tradução – *cultural turn* – Lefevere e Bassnett (1992) descrevem o ato de traduzir como uma reescrita do original, Duke (1993) concebe a tradução como transformação e recriação, resultando em uma obra diferente da original. Ao dar espaço ao/a tradutor/a, as N.T. quebram a ilusão de que a tradução foi escrita diretamente na língua de chegada, indicando que aquele texto não é o mesmo que o texto original. Desse modo, Mittmann (2003, p. 120) explica que: “a tradução é resultado de uma interpretação particular, que se dá em condições específicas e se dirige para um público diferente daquele imaginado pelo autor. Todo esse processo se manifesta nas N.T.”. É por meio das N.T., portanto, que o discurso do/a tradutor/a transparece, possibilitando-o/a tratar do seu próprio processo tradutório.

A terceira e última perspectiva apresentada por Mittmann (2003) é um caso particular baseado no trabalho de Ana Cristina Cesar (1988), em que a autora faz um uso livre das N.T. para tratar do seu próprio processo de tradução, indo “até as últimas consequências” (Mittmann, 2003, p. 122) do que foi teorizado na segunda perspectiva. Cesar cria oitenta notas em sua tradução do conto *Bliss* de Katherine Mansfield, nas quais ela explicita as dificuldades

enfrentadas ao traduzir aquele texto, em vez de *facilitar* a leitura para o/a leitor/a explicando sentidos e solucionando problemas. Mittmann (2003, p. 122) comenta que as notas de Cesar parecem “fugir ao controle”, pois às vezes elas ocupam uma página inteira, saindo do rodapé e ultrapassando o texto da tradução, resultando em um trabalho muito criativo e particular de Cesar (1988), que vai além das perspectivas mais gerais das N.T.

Em “De la note du traducteur comme commentaire : entre texte, paratexte et prétexte” (2007), Pascale Sardin apresenta suas concepções a respeito das N.T. enquanto comentários da tradução, mostrando como às vezes os limites entre tradução e comentário são incertos e instáveis, uma vez que “o comentário está sempre na tangente do texto” (Sardin, 2007, p. 2)⁵⁴, ou como afirma Berman (1986; 2008), a tradução acaba onde começa o comentário, e todo comentário comporta um trabalho de tradução.

Partindo da mesma perspectiva de Mittmann (2003), em que as N.T. são um espaço de visibilidade e manifestação do/a tradutor/a e de seu discurso, Sardin (2007, p. 2) comenta que a N.T. é “escandalosa”, revelando que a invisibilidade do/a tradutor/a é apenas uma ilusão e a tradução está permeada de sua subjetividade e do contexto sociocultural no qual ele está inserido. Para a autora, a discussão sobre as N.T. também se dá na oposição entre fontistas/alvistas: Ladmiral (um fontista) defende que o/a tradutor/a deve ser somente “anotador/a” da tradução, fazendo interpretações pontuais e reiteradas do texto que traduz – visão que se assemelha a primeira perspectiva apresentada por Mittmann (2003) –; Berman (um alvista), por sua vez, sustenta que a tradução deve assumir uma parte especulativa, tornando-se “crítica e *comentário* dela mesma” (Berman, 1986, p. grifo meu).

Em seguida, Sardin trata das funções das N.T., que para ela se dividem em dois tipos: exegética e “meta” (metaprática, metalinguística e metatextual). Partindo da função exegética, ela explica que se baseia na definição de *exegese* apresentada por Patte (1978), que a contrapõe à hermenêutica. A exegese seria a compreensão do texto em si, uma interpretação objetiva, enquanto a hermenêutica trataria do seu significado para o/a leitor/a por meio de uma interpretação subjetiva do texto. Desse modo,

A exegese, que se apresenta sob a primeira forma de interpretação, tem como objetivo preparar o caminho para a hermenêutica, e revela-se, portanto, de natureza essencialmente propedêutica. Com a nota exegética, o tradutor dá ao leitor as ferramentas contextuais necessárias para uma compreensão imediata

⁵⁴ “*le commentaire est toujours à la tangente du texte.*” (Sardin, 2007, p. 2)

do texto. Ele se vale do extratexto para clarificar o texto, produzindo mais conhecimento do que sentido. (Sardin, 2007, p. 3)⁵⁵

A função exegetica, portanto, procura desvendar questões culturais ou sociais, preenchendo uma lacuna contextual, uma vez que sua referência é externa ao texto. Por isso, de acordo com Sardin (2007), é o tipo de função mais frequente nas N.T. e o menos controverso, já que seu papel é apenas explicativo.

No entanto, apesar de haver momentos em que a nota exegetica atinge uma objetividade máxima, há também situações nas quais a subjetividade transpõe, em diversos graus, essa função exegetica, podendo o/a tradutor/a trazer comentários interpretativos, biográficos e literários em sua nota. Como exemplo, Sardin apresenta a N.T. criada por Geoffrey Wall, em sua tradução para o inglês de *Madame Bovary*, para explicar o jogo de palavras entre *Charbovary* e *charivari*. Para além da explicação do jogo de palavras, o tradutor traz em sua nota comentários que vão em direção à interpretação do texto e do sentido, assim como menciona críticas literárias sobre a obra e seu autor, Gustave Flaubert.

Muitas vezes, buscando evitar a subjetividade de notas interpretativas e excessivas, o/a tradutor/a tende a realizar N.T. exegeticas que são tão objetivas, que acabam frustrando seu/sua leitor/a. A respeito da tradução de *O diário de Bridget Jones* para o francês, Sardin explica que sua tradutora cria algumas notas que são tão objetivas que acabam por não explicar o que deveria ser explicado, como é o caso das referências a Darcy e Heathcliff, dois personagens importantes da literatura inglesa. Em suas notas, a tradutora apenas menciona que se trata de personagens de *Orgulho e Preconceito* de Jane Austen e de *O morro dos ventos uivantes* de Emily Brontë, mas a falta de detalhes sobre os personagens nas N.T. faz com que ironia presente nas referências a eles não sejam captadas por parte do leitorado francês, que não conhece as obras e os personagens em questão. Sendo assim, nesse caso, “[p]ara tornar-se significante, a exegese deveria efetivamente ser interpretativa [...]” (Sardin, 2007, p. 6)⁵⁶.

De certo modo, a função exegetica se aproxima da primeira perspectiva que Mittmann (2003) apresenta sobre as N.T., cuja função principal é a explicação. Contudo, Sardin reconhece a possibilidade de a subjetividade do/a tradutor/a ultrapassar a função exegetica das N.T., ainda que seja de modo mais explicativo do que opinativo.

⁵⁵ “L’exégèse, qui s’apparente à la première forme d’interprétation, a pour but de préparer la voie à l’herméneutique, et s’avère donc être de nature essentiellement propédeutique. Avec la note exégétique, le traducteur donne au lecteur les outils contextuels nécessaires à une compréhension immédiate du texte. Il puise dans le hors-texte pour éclairer le texte, produisant de la connaissance plus que du sens.” (Sardin, 2007, p. 3)

⁵⁶ “Pour devenir signifiante, l’exégèse devrait bel et bien se faire interprétative [...]” (Sardin, 2007, p. 6)

Em relação à função “meta”, Sardin (2007, p. 8) a divide em três tipos: *metaprática* (“o impossível de traduzir”), que na verdade se mostra como um comentário *metalinguístico* (“jogo de palavras e de letras”) e *metatextual* (“tão literal quanto possível”). Nesta pesquisa, privilegio o uso do termo *notas metalinguísticas* uma vez que essas N.T. são a manifestação da linguagem (as notas em si) tratando da linguagem (a tradução) ao discutir problemas de tradução encontrados pelo/a tradutor/a, que revela as dificuldades de realizar o seu próprio discurso – a tradução. As N.T. metalinguísticas, portanto, abordam questões linguísticas e refletem sobre o funcionamento das línguas e da linguagem evidenciando aquilo que escapa ao/a tradutor/a. Os comentários realizados nas notas metalinguísticas são ao mesmo tempo escrita e crítica dessa escrita, alcançando a parte especulativa da tradução proposta por Berman (1986) em que ela é comentário e crítica de si mesma.

A partir desse ponto de vista metalinguístico das N.T., Zhang (2018) comenta sobre notas que visam um ensinamento linguístico ao/a leitor/a. Essas N.T. apresentam, por exemplo, palavras e expressões utilizadas pelo/a autor/a no texto original a fim de contextualizá-las ao/a leitor/a, uma vez que nem sempre é possível transpor alguns sentidos por meio da tradução, como a ironia e o humor. A autora também apresenta notas que reconhecem a “intraduzibilidade” de certos termos e que explicitam, portanto, o processo tradutório realizado pelo/a tradutor/a e qual o contexto sociocultural envolto naquela palavra ou expressão “intraduzível”. Como exemplo, ela menciona o termo chinês *yiming qunzhong* (一名群众) [uma massa], que pode representar um indivíduo pertencente às massas, como também indicar a situação política de uma pessoa que não pertence ao Partido Comunista Chinês (Zhang Zavaglia; Renard; Janczur, 2018, p. 12-13). Assim, uma nota metalinguística é utilizada para explicar algum conceito “intraduzível”.

A respeito dessas notas, que considero como metalinguísticas, Zhang (2018, p. 13) retoma Sardin (2007) ao mencionar que são N.T. que revelam a “deficiência” da tradução e buscam esclarecer o original e a própria tradução. A autora também faz referência a Berman (1986), que considera os comentários linguísticos como tradução. Desse modo, Zhang (2018) declara que essas notas são essenciais para o que o/a leitor/a possa tomar consciência da imperfeição de uma tradução diante das diferenças fundamentais entre línguas e culturas.

Um outro tipo de notas apresentado pela autora são as notas que trazem interpretações do/a tradutor/a. Visto que o processo de tradução é intrinsecamente um processo de interpretação, como já mencionado, muitas vezes o/a tradutor/a cria notas nas quais realiza a sua própria interpretação do texto, ou até mesmo hipóteses, buscando facilitar a compreensão do/a leitor/a. Essas N.T. em geral são feitas por tradutores/as-pesquisadores/as especialistas

no/a o/a autor/a que traduz ou em determinado assunto presente na obra, desse modo, suas interpretações são resultado de suas pesquisas, mostrando sua capacidade de completar os implícitos e as referências realizadas pelo/a autor/a, assim como de reconhecer sua intenção. De acordo com Zhang (2018, p. 10)⁵⁷:

Esses suplementos, sejam eles bem-vindos ou injustificados, mostram de algum modo o percurso complexo do sentido para chegar enfim (ou não) ao leitor. Eles afirmam o fato que, baseada na leitura pessoal do tradutor, toda tradução é interpretativa e subjetiva, e que o ato de traduzir não pode ser invisível.

Neste trabalho, a esse tipo de notas interpretativas, dei o nome de *notas reflexivas*, pois em minha tradução-pesquisa a interpretação do texto de Beauchamp por vezes é seguida de minhas próprias reflexões, que vão além do discurso da autora, deixando transparecer o meu próprio discurso.

Sobre o papel das notas e dos comentários na tradução, Zhang (2018, p. 14)⁵⁸ conclui que:

E é colocando o leitor nessa posição lúcida face à imperfeição da tradução que o tradutor especialista tenta resolver o problema da tradução. Ele transmite seu estudo da obra e do autor pelo prefácio; com as notas, ele completa o implícito civilizacional e contextual, guia o leitor e compartilha seus questionamentos sobre as escolhas de tradução. Seu ato visível de traduzir leva em consideração um processo intelectual dele mesmo e chama pelo do leitor. Sua tradução assim “enriquecida” é mais próxima da crítica e confirma a sua ligação com a pesquisa. Por sua vez, essa tradução torna possível múltiplos estudos: linguísticos, literários, históricos, antropológicos e por fim tradutológicos.

3.3.3 As notas e os comentários em *O silêncio das mídias*

Para a criação das minhas notas e comentário, baseio-me, portanto, nos trabalhos de Mittmann (2003), Sardin (2007) e Zhang (2018) a respeito das notas exegéticas e

⁵⁷ “Ces suppléments, qu’ils soient bienvenus ou injustifiés, montrent en quelque sorte le parcours complexe du sens pour parvenir enfin (ou non) au lecteur. Ils affirment le fait que basée sur la lecture personnelle du traducteur, toute traduction est interprétative et subjective, et que l’acte de traduire ne peut être invisible.” (Zhang, 2018, p. 10)

⁵⁸ “Et c’est en mettant le lecteur dans cette position lucide face à l’imperfection de la traduction que le traducteur spécialiste tâche de résoudre le problème de la traduction. Il transmet son étude de l’œuvre et de l’auteur via la préface ; avec les notes il complète l’implicite civilisationnel et contextuel, guide le lecteur, et partage ses interrogations sur les choix de traduction. Son acte de traduire visible, rend compte d’une démarche intellectuelle de lui-même et appelle celle du lecteur. Sa traduction ainsi « enrichie » est plus proche de la critique, et confirme son lien avec la recherche. A son tour, cette traduction rend possibles multiples études : linguistiques, littéraires, historiques et anthropologiques, et enfin traductologiques.” (Zhang, 2018, p. 14)

metalinguísticas, que visam explicar certos detalhes às/aos leitoras/es da tradução, assim como nas notas interpretativas de Zhang (2018) e na visão discursiva de Mittmann sobre as N.T., que as considera como um local de manifestação do discurso do/a tradutor/a.

Nesta seção apresento alguns resultados parciais do processo de tradução de *O silêncio das mídias* e da criação de comentários por meio das notas, as quais classifiquei em três grupos: notas exegéticas; notas metalinguísticas – ambas apresentadas por Sardin (2007) – e notas reflexivas, tendo como referência as notas interpretativas de Zhang (2018). Nas notas exegéticas abordo questões históricas, sociais e culturais, explicando acontecimentos distantes no tempo ou conceitos da sociedade e da cultura quebequense. Já notas metalinguísticas trato de questões linguísticas e tradutórias, que justificam minhas escolhas para traduzir termos específicos, neologismos e expressões idiomáticas. Por fim, nas notas reflexivas trago as minhas reflexões, análises e comentários sobre o próprio texto, sendo elas notas subjetivas, que fazem transparecer a minha existência no texto enquanto tradutora-pesquisadora.

Apesar de as notas serem divididas em três categorias distintas, é possível que elas se mesquem, como mostro em minha nota sobre a tradução do termo *péquiste* (Quadro 19), um termo proveniente do contexto histórico-social da época, que tomo como base para criar o neologismo *pequista*, apresentando, então, uma nota que é ao mesmo tempo metalinguística e exegética.

Como mencionado anteriormente, junto ao projeto de tradução da letra, trago também alguns recursos da tradução feminista, já que *Le silence des médias* por vezes tem características da escrita feminina canadense, uma vez que fora escrito no Quebec, nos anos 1980 – local e época em que a escrita experimental feminina e feminista se desenvolveu. Assim, durante meu processo tradutório, realizei sobretudo a estratégia de criação de neologismos decorrente das práticas de escrita feminina e tradução feminista, como ao traduzir termos criados e/ou apresentados por Beauchamp para tratar das condições das mulheres, por exemplo, a expressão *d'hommestiquées*, que foi traduzida como *dhomensticadas* (Quadro 10) e *féministicides* e *féministifuges*, que em português se tornaram *feministicida* e *feministífugo* (Quadro 20). É desse modo, portanto, que elaboro minhas notas metalinguísticas, explicitando meu processo tradutório e minhas escolhas lexicais, gramaticais e sintáticas.

Para a criação das notas exegéticas e notas reflexivas, baseio-me nas literaturas sobre os temas abordados para esclarecer referências históricas e socioculturais do Quebec, como explicar o que é o Fórum de Montreal (Quadro 3), bem como para desenvolver meus argumentos e meu ponto de vista, quando necessário, sobre algum termo ou tema apresentado pela autora, com o qual eu dialogo fazendo a minha análise e reflexão (Quadro 13).

Tendo em vista que o objetivo primário desta tradução é uma pesquisa acadêmica, e não uma publicação editorial, tomo, portanto, a liberdade de realizar uma tradução que às vezes possa soar “estrangeira” – *étrangère* –, distante da nossa língua e da nossa cultura, pois este é o objetivo da tradução da letra, como propõe Berman ao trazer o Outro para a tradução, assim como tomo a liberdade de criar notas mais extensas, quando necessário, sejam elas explicativas, sejam elas meus comentários, minha análise e minhas reflexões sobre a obra.

Cabe ressaltar que Colette Beauchamp traz as referências de seu ensaio por meio de notas de fim, contudo preferi deixá-las em formato de notas de rodapé. Sendo assim, as minhas notas são todas as que têm a indicação “(N.T.)” ao fim, as demais são as referências bibliográficas e comentários realizados pela própria autora, como ilustrado no Quadro 6 e no Quadro 10.

A seguir, apresento vinte trechos traduzidos, junto às notas criadas em minha tradução comentada, para exemplificar as questões tradutórias abordadas neste tópico.

Quadro 1 – Nota metalinguística

Contexto	Título do livro
Original	<i>Les silence des médias</i> (Beauchamp, 1993)
Tradução	<i>O silêncio das mídias*</i>
Nota	* Do francês, <i>médias</i>. Em português, usa-se comumente o termo <i>mídia</i>, no singular, com a seguinte definição: “Conjunto dos meios de comunicação de massa (jornal, rádio, televisão etc.)” (MÍDIA, 2015, p. 639). No entanto, preferi traduzir <i>mídias</i>, no plural, pelos seguintes motivos: primeiro para manter a letra e estranheiridade do termo (Cf. BERMAN, 2007), já que em francês usa-se o vocábulo <i>médias</i>, no plural; segundo, apesar de a palavra <i>mídia(s)</i> vir do inglês [mass] <i>media</i> (MÍDIA, 2022), sua origem é latina, sendo o plural do substantivo <i>médium</i>; por último, embora o substantivo <i>mídia</i> caracterize um conjunto, acredito que seja muito genérico tratá-la no singular, já que as mídias e os meios de comunicação não são unívocos, mas sim múltiplos, pois apresentam diferentes pontos de vistas e ideologias (sejam eles conservador, liberal, de esquerda, de direita – mas majoritariamente masculinos). (N.T.)

Quadro 2 – Nota metalinguística

Contexto	Capítulo 8 – O controle das mídias O monopólio masculino e estadunidense das mídias.
Original	<i>Cinquante entreprises contrôlées par des hommes – conglomerats de magazines, des livres et d’entreprises de radiodiffusion, chaînes de journaux, studios de cinéma et d’enregistrement de disques – détiennent le monopole du système de communications américain.</i> (Beauchamp, 1993, p. 100)
Tradução	Cinquenta empresas controladas por homens – conglomerados de revistas, de livros e de empresas de radiodifusão, redes de jornais, estúdios de cinema e de gravação de discos – detêm o monopólio do sistema de comunicação estadunidense*.
Nota	* Do francês, <i>américain</i>. Embora o termo “americano” seja comumente usado para referir-se a tudo que é proveniente dos Estados Unidos, optei por traduzi-lo como <i>estadunidense</i> para explicitar e demarcar sua origem, já que <i>americano</i> é um termo genérico e impreciso que pode designar tudo que é relativo ao continente americano, e não apenas aos Estados Unidos. (N.T.)

Quadro 3 – Nota exegética e metalinguística

Contexto	Capítulo 8 – O controle das mídias Tópico: As mídias: redes inimigas O senso de competição dentro das salas de redação, assim como nos esportes.
Original	<i>Dans les salles de rédaction, celle de la radio privée en particulier, règne le même esprit que dans les vestiaires des joueurs au Forum.</i> (Beauchamp, 1993, p. 104)
Tradução	Nas salas de redação, as das rádios privadas particularmente, reina o mesmo espírito que nos vestiários dos jogadores no Fórum de Montreal*.
Nota	* O Fórum de Montreal foi uma das arenas esportivas mais importantes da cidade de Montreal, onde treinavam e jogavam os principais times de hóquei de gelo do Quebec. No original, Beauchamp usa apenas o termo “ <i>Forum</i> ”, que é de conhecimento das/dos quebequenses. Contudo, preferi traduzi-lo como “Fórum de Montreal”, fazendo o uso da <i>clarificação</i> , uma tendência deformadora, segundo Berman (2007), que constitui na inserção de uma informação não contida no texto original, a fim de explicitá-la. (N.T.)

Quadro 4 – Nota metalinguística

Contexto	Capítulo 8 – O controle das mídias Tópico: As mídias: redes inimigas O senso de competição dentro das salas de redação, assim como nos esportes,
Original	<i>Une jeune journaliste n'en croit pas ses oreilles lorsqu'elle se fait dire par son patron «Si tu scores, tu vas avoir de la glace». (Pour les lectrices et lecteurs non initié-e-s, c'est une expression qu'utilisent les entraîneurs pour signifier aux joueurs de hockey que, s'ils ne comptent pas de points, ils resteront sur le banc.).</i> (Beauchamp, 1993, p. 104)
Tradução	Uma jovem jornalista não acredita no que está ouvindo, quando seu patrão lhe diz: “Se você pontuar, você vai para a pista*”. (Para as leitoras e leitores desavisadas/os, é uma expressão utilizada pelos treinadores para dizer aos jogadores de hóquei que, se eles não marcarem pontos, eles ficarão no banco.)
Nota	* Do francês quebequense <i>avoir de la glace</i> . Expressão utilizada no hóquei para indicar o tempo de jogo que um jogador passa na pista de gelo durante uma partida. Quanto mais ele pontua, mais tempo de jogo ele tem; e quando não marca pontos, é mandado para o banco. (N.T.)

Quadro 5 – Notas metalinguísticas

Contexto	Capítulo 8 – O controle das mídias Tópico: As mídias: redes inimigas O senso de competição dentro das salas de redação, assim como nos esportes,
Original	<i>Le président d'un syndicat fait des représentations auprès du directeur de l'information au nom d'une employée qui a déposé un grief: «Elle m'a envoyé dans les câbles», s'exclame le patron pour expliquer le renvoi de la journaliste.</i> (Beauchamp, 1993, p. 104)
Tradução	O presidente de um sindicato pressiona* o diretor de informação em nome de uma funcionária que prestou uma queixa: “Ela me colocou nas cordas*”, exclama o patrão para justificar a demissão da jornalista.
Nota	* Do francês quebequense <i>faire des représentations</i> . Segundo o <i>Office québécoise de la langue française</i> , trata-se de um empréstimo linguístico da expressão inglesa <i>to make representations</i> , e que tem uso desaconselhado, sendo preferível o uso de expressões como <i>intervenir</i> , <i>exercer des pressions</i> . (N.T.) * Do francês <i>envoyer quelqu'un dans les câbles</i> . Expressão utilizada no boxe para indicar que o lutador colocou seu adversário contra as cordas do ringue. Por extensão: acuar, colocar alguém em uma situação de dificuldade. (N.T.)

Quadro 6 – Nota metalinguística e exegética

Contexto	Capítulo 8 – O controle das mídias Tópico: Uma linguagem de soldado e de jogador de hóquei O modo como as mídias usam termos relativos à guerra, aos esportes e às competições para noticiar fatos cotidianos.
Original	Il termine ainsi son reportage: «Si les gouvernements fédéral et provincial interdisent aux Mohawks de vendre des cigarettes, ceux-ci pourraient aller jusqu'à déterrer la hache de guerre.». (Beauchamp, 1993, p. 108)
Tradução	Ele termina assim sua reportagem: “Se os governos federal e provincial proibissem os Mohawks de vender cigarros, eles poderiam até mesmo declarar guerra*.”*.
Nota	* Téléjournal, 18 heures, CBFT, Radio-Canada, Montréal, 28 avril 1986. * “Si les gouvernements fédéral et provincial interdisent aux Mohawks de vendre des cigarettes, ceux-ci pourraient aller jusqu'à déterrer la hache de guerre.” De acordo com o dicionário <i>Le Robert</i> (2023, on-line), a expressão <i>déterrer la hache de guerre</i> faz alusão a costumes dos povos indígenas dos Estados Unidos, significando dar início às hostilidades, declarar guerra. (N.T.)

Quadro 7 – Nota metalinguística e exegética

Contexto	Capítulo 8 – O controle das mídias Tópico: Uma linguagem de soldado e de jogador de hóquei O modo como as mídias usam termos relativos à guerra, aos esportes e às competições para noticiar fatos cotidianos.
Original	<i>Mais le médium est le message: par sa passion guerrière et l'escalade quotidienne de son langage de Valcartier pour décrire des faits qui n'ont rien à voir avec des conflits armés, la presse propage la violence et la haine.</i> (Beauchamp, 1993, p. 108)
Tradução	Mas o meio é a mensagem: através de sua paixão pelas guerras e da ascensão cotidiana de sua <i>linguagem valcartiana</i> * para descrever os fatos que nada têm a ver com conflitos armados, a imprensa propaga a violência e o ódio.
Nota	* Do francês, <i>langage de Valcartier</i> . Saint-Gabriel-de-Valcartier é uma cidade na região do Quebec, onde está situada a <i>Base de forces canadiennes de Valcartier</i> [Base das Forças Canadenses de Valcartier], uma das regiões mais antigas de treinamento militar no Canadá, fundada pouco antes da Primeira Guerra Mundial (Cf. Boileau, 2021). Colette Beauchamp usa a expressão <i>langage de Valcartier</i> como sinônimo de linguagem militar, mas traduzir essa expressão por algo tão genérico, como <i>linguagem militar</i> , vai de encontro à ideia de tradução da letra proposta por Berman (2007). Assim, decidi criar o neologismo <i>valcartiano</i> (de Valcartier) e traduzir a expressão como <i>linguagem valcartiana</i> . Já a opção de traduzir <i>de Valcartier</i> para o adjetivo <i>valcartiana</i> , em vez de manter a expressão composta, foi puramente estilística. (N.T.)

Quadro 8 – Nota metalinguística e exegética

Contexto	Capítulo 8 – O controle das mídias Tópico: Uma informação branca O fato de as mídias tratarem da informação a partir de um ponto de vista branco, americanizado e eurocentrado, sobretudo no que diz respeito aos países do Sul Global.
Original	<i>Ces agences diffusent massivement (90%) l'information en provenance des pays occidentaux riches et leur vision des pays du Tiers monde.</i> (Beauchamp, 1993, p. 110)
Tradução	Essas agências difundem massivamente (90%) a informação proveniente dos países ocidentais ricos e a visão deles sobre os países de terceiro mundo*.
Nota	* Do francês, <i>pays de Tiers monde</i> . Para aproximar minha tradução à letra do texto e respeitar o sincronismo do ensaio, optei por manter a expressão <i>países de terceiro mundo</i> , como utilizada pela autora, sendo essa a nomenclatura recorrente nos anos 1980. Contudo, cabe ressaltar que atualmente este é um termo ultrapassado, já que, com a dissolução da URSS, tem-se o fim da Guerra Fria e da divisão bipolar das potências econômicas. (N.T.)

Quadro 9 – Nota metalinguística e reflexiva

Contexto	Capítulo 8 – O controle das mídias Tópico: Uma informação heterossexual O modo como as mídias silenciam as pessoas homossexuais, sobretudo as lésbicas, que são mais discriminadas e sexualizadas do que os gays.
Original	<i>Il y a des homosexuels et des lesbiennes chez les journalistes comme dans toute autre profession mais ils sont interdits d'identification publique.</i> (Beauchamp, 1993, p. 110)
Tradução	Existem homossexuais e lésbicas* entre os/as jornalistas, como em qualquer outra profissão, mas eles são proibidos de se assumirem publicamente.
Nota	* Beauchamp usa os termos <i>homosexuels</i> e <i>lesbiennes</i> . Tendo em vista que as autoras feministas francófonas da época reivindicavam o uso de termos que escrevessem o feminino e suas especificidades, levanto a hipótese de que Beauchamp faz essa diferenciação no uso de termos relativos aos homens e às mulheres homossexuais para marcar o lesbianismo como uma qualidade exclusivamente feminina, enquanto <i>homossexual</i> é um termo que pode se referir tanto à sexualidade feminina, quanto masculina. Além disso, a autora expõe como gays e lésbicas são vistos e aceitos de formas distintas na sociedade, o que pode também ser um indício dessa sua diferenciação por meio da escrita. (N.T.)

Quadro 10 – Nota metalinguística

Contexto	Capítulo 8 – O controle das mídias Tópico: Uma informação heterossexual O modo como as mídias descredibilizam as mulheres independentes, as mulheres feministas e as mulheres lésbicas que não se sujeitam às imposições masculinas.
Original	<i>Toute identification aux femmes étant vue comme un rejet des hommes, la visibilité lesbienne représente la menace des menaces dans une société «homosocialisée qui ne veut que des femmes d'hommes-tiquées».</i> (Beauchamp, 1993, p. 111)
Tradução	Qualquer identificação às mulheres sendo vista como uma rejeição aos homens, a visibilidade lésbica representa a ameaça das ameaças em uma sociedade “homossocializada que só quer mulheres <i>dhomestiquadas</i> *”.*
Nota	* Segundo a expressão da escritora lésbica Michèle Causse. * Do francês, <i>d'hommes-tiquées</i> . Neologismo usado por Beauchamp e criado pela escritora lésbica francesa Michèle Causse. Dessa forma, optei por também criar em minha tradução um neologismo mantendo o sentido e a raiz da expressão original, que insere na palavra <i>domestiquées</i> [domesticadas] a palavra <i>homme</i> [homem], criando o sentido de ser uma domesticação das mulheres imposta pelos homens. (N.T.)

Quadro 11 – Nota exegética e metalinguística

Contexto	Capítulo 9 – Moral e sexo Estudos realizados por diferentes pesquisadores/as e em diferentes locais que mostram como as relações sociais e as questões de gênero estão ligadas.
Original	<i>Et elle [Marilyn French] cite une étude récente sur les enfants de la tribu Mbuti, au nord-est du Zaïre: filles et garçons participent ensemble à des jeux qui visent à leur apprendre le partage et la coopération, à éviter la défaite comme la victoire, et ces jeux sont totalement dénués d'esprit compétitif.</i> (Beauchamp, 1993, p. 129)
Tradução	Ela [Marilyn French] cita um estudo recente sobre as crianças da tribo Mbuti, no nordeste de Zaire*: meninas e meninos participam juntos de brincadeiras que visam a lhes ensinar a partilha e a cooperação, a evitar tanto a derrota quanto a vitória, e essas brincadeiras são totalmente desprovidas de espírito competitivo.
Nota	* Atual República do Democrática do Congo. De 1971 a 1997, o país foi denominado de República Democrática do Zaire, nome que mantive em minha tradução respeitando o sincronismo da obra, publicada em 1987. (N.T.)

Quadro 12 – Notas metalinguísticas e notas reflexivas

Contexto	Capítulo 9 – Moral e sexo Tópico: Enquanto isso Enquanto os chefes de Estado tratam de assuntos como poder, dinheiro e guerras, a população, sobretudo as crianças e as mulheres, sofre com o descaso de seus governantes em relação à fome e à pobreza.
Original	<i>Mais au Canada, un-e enfant sur cinq vit dans la pauvreté, aux États-Unis, c'est un-e enfant de moins de six ans sur quatre et un-e enfant de race noire sur deux – encore que leur situation soit privilégiée par rapport aux centaines de millions d'enfants qui meurent de faim.</i> (Beauchamp, 1993, p. 134)
Tradução	Mas no Canadá, uma a cada cinco crianças vive na pobreza, nos Estados Unidos é uma criança* de menos de seis anos a cada quatro e uma criança de raça negra* a cada duas – ainda que a situação delas seja privilegiada* em relação às centenas de milhões de crianças que morrem de fome.
Notas	* Em francês, <i>un-e enfant</i>. Termo que apresenta dois gêneros na língua francesa, e que são marcados pela autora em seu texto por meio da escrita inclusiva, mas que em português apresenta-se apenas no feminino, <i>a criança</i>. (N.T.) * Julgo pertinente destacar o emprego da palavra <i>raça</i>, pela autora, na expressão <i>race noire</i>, para referir-se às crianças negras. Se por um lado, objetivou enfatizar a condição de miséria em que vivem essas crianças, por outro, parece, mais uma vez, deixar escapar pela linguagem uma certa herança hegemônica de sua branquitude. Em seu texto, Beauchamp não emprega a palavra <i>raça</i> para tratar de pessoas brancas. (N.T.) * A autora utiliza o termo <i>privilégiée</i>. Apesar de traduzi-lo como <i>privilegiada</i>, não concordo com o uso deste adjetivo, já que uma criança que passa fome não é mais privilegiada do que uma criança que morre de fome. Não existem privilégios neste caso, apenas uma situação pior e ainda mais triste do que a outra. (N.T.)

Quadro 13 – Nota reflexiva

Contexto	Capítulo 9 – Moral e sexo Tópico: Enquanto isso Enquanto os chefes de Estado tratam de assuntos como poder, dinheiro e guerras, mulheres e crianças são entregues ao trabalho forçado, à prostituição e à escravidão sexual.
Original	<i>Cinquante-deux millions d'enfants sont au travail obligatoire de par le monde, et on n'arrive pas à dénombrer les millions de fillettes, de jeunes filles et de femmes livrées à l'esclavage sexuel de la prostitution forcée.</i> (Beauchamp, 1993, p. 134)
Tradução	Cinquenta e dois milhões de crianças estão em trabalho obrigatório pelo mundo, e não conseguimos enumerar as milhões de meninas, jovens garotas e mulheres entregues à escravidão sexual da prostituição forçada*.
Nota	* Prostituição imposta por outra pessoa, como um/a cafetão ou cafetina, por meio de violência física ou psicológica. Contudo, cabe ressaltar que a prostituição é um assunto muito debatido dentro do feminismo, desde a sua legitimidade enquanto profissão, até a sua legalização. Enquanto feminista marxista, acredito que mesmo as mulheres que se prostituem por vontade própria, sem serem coagidas por terceiros, são, na verdade, motivadas por questões provenientes do capitalismo e da dominação masculina (Cf. Afonso, 2014; Albuquerque, 2008; Mathieu, 2003). No caso das mulheres socialmente desfavorecidas, a prostituição se torna um meio de sobrevivência; no caso das mulheres privilegiadas, o fator-chave é o poder aquisitivo, que lhes dá mais status e poder social. Portanto, a prostituição é sempre forçada, seja diretamente por meio de outra pessoa, seja indiretamente por meio do capitalismo. (N.T.)

Quadro 14 – Nota metalinguística

Contexto	Capítulo 10 – A muralha bronze: a Objetividade A objetividade das mídias, que na verdade é subjetivamente masculina.
Original	<i>Si la loi est l'épine dorsale de la morale masculine, l'Objectivité en est le rempart d'airain.</i> (Beauchamp, 1993, p. 147)
Tradução	Se a lei é a espinha dorsal da moral masculina, a Objetividade* é o escudo de bronze.
Nota	* Em francês, <i>Objectivité</i> . Mantive a grafia em letra maiúscula, como faz Beauchamp no texto original. A “Objetividade” seria sobretudo a dita objetividade masculina, enquanto “objetividade” seria o termo geral (mas que quase sempre é enviesado, retratado sob a ótica masculina). (N.T.)

Quadro 15 – Nota reflexiva

Contexto	Capítulo 10 – A muralha de bronze: a Objetividade Tópico: A ferramenta de propaganda Subtópico: A saúde O modo como as mídias deixam de lado as informações sobre medicinas alternativas e humanizadas praticadas por mulheres para darem destaque aos avanços tecnológicos e “futuristas” da medicina.
Original	<i>La presse ne se contente pas de nier, snober ou ridiculiser ces approches de la santé, politiquement et scientifiquement différentes, elle s’engage dans la promotion active des machines et des théories du pouvoir médical et de sa science futuriste: bébé-éprouvette, homme «enceint», construction d’un hôpital et d’une usine de pilules dans une station spatiale interplanétaire.</i> (Beauchamp, 1993, p. 153)
Tradução	A imprensa não se contenta em negar, esnobar ou ridicularizar essas abordagens da saúde, política e cientificamente diferentes, ela se engaja na promoção ativa das máquinas e das teorias do poder médico e de sua ciência futurista: bebê de proveta, homem “grávido”*, construção de um hospital e de uma fábrica de comprimidos em uma estação espacial interplanetária.
Nota	* Embora nos anos 1980, a ideia de um homem grávido soasse como uma invenção científica futurista, hoje sabemos que a gestação masculina é algo possível em homens transgêneros e transexuais. (N.T.)

Quadro 16 – Nota reflexiva

Contexto	Capítulo 10 – A muralha de bronze: a Objetividade Tópico: As ideias que sobrevivem Apesar de todos os esforços das mídias para silenciar as ideias feministas, privilegiando a Objetividade masculina, a fala dessas mulheres ainda ecoa entre as mulheres.
Original	<i>Elles commencèrent à se le dire, d’abord de l’une à l’autre, puis en se regroupant et par le biais des livres, des chansons et des médias qu’elles créèrent; au cours de cette autre période, le féminisme enregistra pour toutes les femmes de nouveaux progrès.</i> (Beauchamp, 1993, p. 165-166)
Tradução	Elas começaram a dizer isso para si mesmas, primeiro umas para as outras, depois se reunindo, por meio de livros, músicas e mídias que elas criaram; durante esse outro período, o feminismo registrou para todas as mulheres novos progressos*.
Nota	* Cabe ressaltar que não foi para todas, mas majoritariamente para as mulheres brancas, cisgêneros, heterossexuais, de classe média e oriundas dos países do Norte global. (N.T.)

Quadro 17 – Nota exegética

Contexto	Capítulo 13 – Sem a opinião delas... e contra elas Tópico: Aqui, no Quebec Subtópico: Corrige-se o feminismo O modo como as mídias e homens tentam corrigir o feminismo e culpabilizar as feministas por discussões que concernem à prostituição e ao aborto.
Original	<i>Si les gouvernements ne maintenaient pas cette loi inique qui fait de l'avortement un acte criminel et s'ils traitaient les femmes en êtres responsables et respectaient leur droit et leur choix, les féministes n'auraient pas besoin de crier si fort pour empêcher que cette loi soit appliquée.</i> (Beauchamp, 1993, p. 191-192)
Tradução	Se os governos não mantivessem essa lei iníqua que faz do aborto um ato criminoso e se eles tratassem as mulheres como seres responsáveis e respeitassem o seu direito e a sua escolha, as feministas não precisariam gritar tão alto para impedir que essa lei seja aplicada*.
Nota	* O aborto foi legalizado no Canadá em 1969, mas somente em casos específicos e com autorização. Apenas em 1988, após a publicação deste livro, é que o aborto foi completamente legalizado no país. (N.T.)

Quadro 18 – Nota reflexiva

Contexto	Capítulo 13 – Sem a opinião delas e... contra elas Tópico: O aborto nas manchetes, mas... O modo como as mídias ilegitimam as palavras das mulheres.
Original	<i>Il y a racisme à l'endroit des Noir-e-s dans l'industrie du taxi ou les transports en commun? Les médias prendront la chose au sérieux, aucun n'osera prendre parti en faveur de cette discrimination raciale. On fera des entrevues séparées avec les Noir-e-s qui ont démasqué et analysé la discrimination, avec des chauffeurs et des chauffeuses, avec des usagers et des usagères, avec les autorités pour leur demander des comptes. (Beauchamp, 1993, p. 206)</i>
Tradução	Existe racismo para com as pessoas negras nos táxis ou no transporte coletivo? As mídias levarão as coisas a sério, nenhuma ousará tomar partido em favor dessa discriminação racial. Serão feitas entrevistas separadas os/as negros/as que desmascararam e analisaram essa discriminação, e com os/as motoristas, com os usuários e as usuárias do serviço, com as autoridades para pedir-lhes explicações*.
Nota	* Em diversos momentos, Beauchamp, enquanto uma mulher branca e norte-americana, compara questões de gênero com questões raciais, colocando o machismo em um nível de opressão mais elevado do que o racismo. Sua concepção feminista branca e civilizatória (Cf. Vergès, 2020), faz com que ela não perceba – ou não assuma – a real dimensão dessas opressões em nossa sociedade. Apesar de o machismo ser um fato universal, sabemos que mulheres brancas, ricas e instruídas têm mais privilégios do que homens e mulheres negros/as. Portanto, a afirmação da autora de que crimes raciais são levados mais a sério do que a violência de gênero é equivocada, e vemos isso constantemente nas mídias, por meio do descaso e da violência policial contra esses grupos. (N.T.)

Quadro 19 – Notas metalinguísticas e exegéticas

Contexto	Capítulo 14 – As mulheres, o jornalismo e o poder Tópico: O lugar das mulheres na informação Subtópico: A imprensa escrita Quando Anne-Marie Voisard, na época em que era editorialista do jornal <i>Le Soleil</i> , teve de renunciar ao seu cargo por não estar de acordo com a sua equipe editorial sobre os cortes salariais decretados pelo governo.
Original	<i>Au moment des négociations de 1982 dans le secteur public entre le gouvernement péquiste et le Front commun, la direction l'accusa de prosyndicalisme parce qu'elle n'était pas d'accord avec les coupures de salaires décrétées par le gouvernement.</i> (Beauchamp, 1993, p. 229)
Tradução	Na época das negociações de 1982 no setor público entre o governo pequista* e o <i>Front commun</i> *, a direção a acusou de pró-sindicalista, porque ela não estava de acordo com os cortes salariais decretados pelo governo.
Nota	* Do francês <i>péquiste</i> – junção da sigla PQ (abreviação de <i>Parti Québécois</i> [Partido Quebequense]) com o sufixo <i>-iste</i> . Referente ao <i>Parti Québécois</i> . (N.T.) * O <i>Front commun syndical</i> [Frente comum sindical] são coalizões sindicais que visam uma ação comum. Em 1982, o <i>Front commun</i> era composto pela <i>Fédération des Travailleurs du Québec</i> (FTQ) [Federação de Trabalhadores do Quebec], pela <i>Confédération des Syndicats Nationaux</i> (CSN) [Confederação de Sindicatos Nacionais] e pela <i>Corporation des Enseignants du Québec</i> (CEQ) [Corporação de Professores do Quebec], que visavam a renovação de contratos de trabalho e o impedimento das reduções salariais. (Cf. Denis, 2003) (N.T.)

Quadro 20 – Nota metalinguística

Contexto	Capítulo 15 – As mulheres jornalistas e o feminismo Tópico: A síndrome feminista A forma como a mídia e os homens “toleram” algumas feministas, sobretudo aquelas que se dizem “moderadas”, para não serem vistos como misóginos.
Original	<i>Se sentant coïncé par un féminisme qui prend racine en dépit de la toxicité des féministicides et des féministifuges dont il se sert abondamment, le pouvoir masculin en tolère certaines pour ne pas avoir l'air anti-femmes.</i> (Beauchamp, 1993, p. 257)
Tradução	Sentindo-se coagido por um feminismo que se enraíza apesar da toxicidade dos feministicidas e dos feministífugos* dos quais ele se serve abundantemente, o poder masculino tolera algumas feministas para não parecer antimulheres.
Nota	* Do francês, <i>féministicides</i> e <i>féministifuges</i> . Neologismos criados pela autora a partir da junção da palavra <i>féministe</i> com <i>pesticide</i> e <i>vermifuge</i> ao falar da toxicidade das feministas de acordo com os homens, relacionando-as a produtos tóxicos, como pesticidas e vermífugos. Desse modo, criei os neologismos em português a partir das palavras <i>feminista</i> e <i>pesticida</i> e <i>vermífugo</i> . (N.T.)

4 A TRADUÇÃO COMENTADA COMO EXPERIÊNCIA: O SILÊNCIO DAS MÍDIAS

Nesta seção apresento *O silêncio das mídias: as mulheres, os homens e a informação*, tradução parcial comentada para o português brasileiro do ensaio *Le silence des médias: les femmes, les hommes et l'information* (1993) de Colette Beauchamp. Por se tratar de uma tradução parcial, trago a seguir os capítulos “O controle das mídias” e “Moral e sexo”, presentes na seção “A informação é masculina”, e “Sem a opinião delas e... contra elas” e “As mulheres jornalistas e o feminismo”, que compõem a seção “A informação sem as mulheres”.

Colette Beauchamp

O silêncio das mídias⁵⁹
As mulheres, os homens e a informação

Tradução

Beatriz Romero da Silva

⁵⁹ Do francês, *médias*. Em português, usa-se comumente o termo *mídia*, no singular, com a seguinte definição: “Conjunto dos meios de comunicação de massa (jornal, rádio, televisão etc.)” (MÍDIA, 2015, p. 639). No entanto, preferi traduzir *mídias*, no plural, pelos seguintes motivos: primeiro para manter a letra e estranheiridade do termo (Cf. BERMAN, 2007), já que em francês usa-se o vocábulo *médias*, no plural; segundo, apesar de a palavra *mídia(s)* vir do inglês [*mass*] *media* (MÍDIA, 2022), sua origem é latina, sendo o plural do substantivo *médium*; por último, embora o substantivo *mídia* caracterize um conjunto, acredito que seja muito genérico tratá-la no singular, já que as mídias e os meios de comunicação não são unívocos, mas sim múltiplos, pois apresentam diferentes pontos de vistas e ideologias (sejam eles conservador, liberal, de esquerda, de direita – mas majoritariamente masculinos). (N.T.)

A informação é masculina

É que a sectarização é sempre castradora, pelo fanatismo de que se nutre. A radicalização, pelo contrário, é sempre criadora, pela criticidade que a alimenta. Enquanto a sectarização é mítica, por isto alienante, a radicalização é crítica, por isto libertadora⁶⁰.

Paulo Freire
Pedagogia do oprimido

⁶⁰ Paulo Freire, *Pedagogia do oprimido*. 65 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2018, p. 34.

Capítulo 8 – O controle das mídias

Os homens controlam as mídias. Eles as possuem, as dirigem, mas também as fabricam: a grande maioria de seus artesãos – diretores, roteiristas, jornalistas etc. – são homens. E quanto mais avançamos nesse século, mais o número daqueles que detêm esse monopólio se reduz a um círculo restrito de instituições que estão sob a dominação masculina.

Hoje os impérios financeiros, formados por conglomerados, por multinacionais, por instituições, monopolizam os meios de comunicação: redes de jornais e de revistas, satélites, redes de televisão, de televisão a cabo, de telemática, empresas de produção e distribuição de livros, filmes, vídeos, discos. O desenvolvimento de novas tecnologias só aumenta a vontade de poder desses consórcios gigantes movidos pelo desejo de ganhar mais e mais bilhões. O domínio dos monopólios sobre as mídias e as redes de transmissão públicas é facilitado pelos governos que compartilham sua filosofia de desregulamentação. Assim, cada vez mais a propriedade e o controle dos meios de comunicação, do desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia de comunicação (generosamente subsidiado pelos governos), em suma, de todas as formas de informação e de todos os meios de transmiti-las estão concentrados nas mãos de um número extremamente restrito de megaempresas dirigidas por homens, e todas representam os mesmos interesses financeiros e políticos.

A influência delas não é mais exercida sobre algumas centenas de milhares, mas sobre milhões, centenas de milhões, até mesmo bilhões de pessoas de uma só vez, por todo o mundo. Por meio da magia dos satélites, uma emissora de televisão pode produzir um programa que será retransmitido simultaneamente em todos os países do mundo. Em Nova York, Montreal e Val d'Or, as mídias transmitem as mesmas notícias internacionais reunidas pelas mesmas quatro grandes agências de imprensa ocidentais. Só no ano de 1980, a tiragem de dezessete revistas pornográficas atingiu quinze bilhões⁶¹.

“Ainda hoje, nos Estados Unidos, as mulheres possuem menos de 2% das mídias, quase a mesma proporção que na indústria da construção”, revela a editora estadunidense Celeste West.

Cinquenta empresas controladas por homens – conglomerados de revistas, de livros e de empresas de radiodifusão, redes de jornais, estúdios de cinema e de gravação de discos –

⁶¹ Connie Guberman et Margie Wolfe, *No Safe Place, Violence Against Women and Children*, Toronto, Women's Press, 1985. Citadas em *Media Report to Women*, Women's Institute for Freedom of the Press, Washington, D.C., vol. 14, n° 2 (mars-avril 1986), p. 9.

detêm o monopólio do sistema de comunicação estadunidense⁶². Apenas uma dessas empresas é dirigida por uma mulher: Katherine Graham, da companhia Washington Post. Esse ministério da Informação formado por essas cinquenta grandes empresas é em suma a propriedade de uma plutocracia de acionistas de interesses cruzados, e que, na maioria, são instituições. (Assim, os acionistas que detêm mais de 1% das ações da ABC, CBS e NBC são quase todos bancos e 75% das mulheres que possuem ações individuais nas empresas de radiotransmissão são aparentadas aos acionistas homens⁶³.)

West também nos explica em sua análise sobre a propriedade das mídias estadunidenses que, das trinta editoras que controlam 70% do mercado de livros estadunidense, apenas duas são presididas por mulheres, e que essas duas empresas são propriedade de Gulf + Western e da rede Newhouse Newspaper. Seis das dez revistas estadunidenses mais vendidas são revistas destinadas exclusivamente às mulheres, mas nenhuma é editada ou publicada por uma mulher. No decorrer dos últimos trinta anos, os homens produziram 99% dos dramas televisivos em horário nobre e dos longas-metragens distribuídos pelas grandes produtoras. “Internacionalmente”, ela conclui, “as feministas conduzem uma revolução mais silenciosa ainda⁶⁴.”

No Quebec, a situação é a mesma, em uma escala menor. As mídias, tanto escritas quanto eletrônicas, estão sob domínio de alguns monopólios masculinos. “Nenhuma grande mídia quebequense escrita ou falada escapa à concentração”, escreve Jacques Keable em *L’information sous influence*. “Nenhuma, a não ser *Le Devoir*, por um fio⁶⁵.” “*Le Devoir* é, na verdade, impresso e distribuído pela Québécoir, a quem ele devia, em 1986, mais de um milhão de dólares em um déficit de 1,5 milhão⁶⁶.”

Três impérios controlam a imprensa cotidiana: Quebecor (Pierre Péladeau), Power Corporation (Paul Desmarais), Unimédia (Jacques Francoeur), que passou em junho de 1987 para as mãos do grupo torontense Hollinger, dirigido por Conrad Black. O trio possui nove dos dez jornais francófonos: Quebecor: dois, Power: quatro, Unimédia: três. Esses monopólios possuem igualmente um bom número de semanários regionais e locais, revistas e publicações especializadas, além de tipografias, editoras e distribuidoras.

⁶² Do francês, *américain*. Embora o termo *americano* seja comumente usado para referir-se a tudo que é proveniente dos Estados Unidos, optei por traduzi-lo como *estadunidense* para explicitar e demarcar sua origem, já que *americano* é um termo genérico e impreciso que pode designar tudo que é relativo ao continente americano, e não apenas aos Estados Unidos. (N.T.)

⁶³ Celeste West, préface « Closing the Media Gap », dans *Words in Our Pockets: The Feminist Writers Guild Handbook on How to Gain Power, Get Published & Get Paid*, Booklegger Press, San Francisco. Citada em *Media Report to Women*, op. cit., p. 06, tradução minha.

⁶⁴ *Ibid.*

⁶⁵ Jacques Keable, op. cit., p. 111.

⁶⁶ Jacques Guay, « Info-médias », *Le 30*, Montréal, vol. 10, n° 05 (mai 1986).

Seis redes controlam a imprensa falada francófona: Radio-Canada (CBF-CBFT), TVA (CGTM-TV) (que se tornou há pouco propriedade da Vidéotron, a gigante da televisão a cabo no Quebec), Quatre Saisons⁶⁷, Pathonic, Télémédia (CKAC) et RadioMutuel (CJMS).

O jornal anglófono *The Gazette* pertence à rede Southam News, e outros grupos menos poderosos dividem o restante das mídias quebequenses. Há cada vez menos grupos independentes: somente um terço dos proprietários dos semanários locais e regionais e das estações de rádio possuem apenas uma mídia. Como nos Estados Unidos, os interesses dos mesmos acionistas se cruzam: um grupo pode possuir um terço das ações de um segundo grupo que, por sua vez, possui a mesma porcentagem das ações de um terceiro.

A concentração da propriedade da imprensa não tem apenas como objetivo fazer dinheiro. Os financiadores buscam um outro objetivo, menos declarado, o de exercer um controle ideológico sobre a informação, amparado em seus poderes econômicos e políticos. Logicamente, os proprietários escolhem um quadro de funcionários que compartilham as mesmas visões das coisas e protegem seus interesses. Como os editorialistas (nenhuma mulher no Quebec), os apresentadores (mais de 95%) e a grande maioria dos jornalistas (85%) são também homens, a imprensa reflete consequentemente a cultura masculina, seu sistema de valores, suas características, suas paixões.

Esta cultura é governada pelo frenesi da conquista do Poder (a potência) e do Dinheiro (a posse). Ela considera o Poder como o valor supremo e faz dele seu objetivo primeiro. Os homens não veem no Poder individual apenas um poder de ação e de influência, mas primeiramente um *poder de controle*, ou seja, a capacidade de dominar os outros utilizando a ameaça do uso da força. Esse desejo de controlar os outros se apoia na posse, e suas vias de acesso são a competição, a hierarquia e o legalismo. A violência é inerente a ele.

A hierarquia cria falsos status de superioridade e inferioridade, impede o diálogo e as relações igualitárias entre as pessoas. Ela se funda no desprezo, no temor e na obediência e se mantém pela coerção. A competição ensina as pessoas a desconfiarem umas das outras e a rivalizar, ela as divide em ganhadores e perdedores. O sucesso se obtém em detrimento do outro: o sucesso de um/a sempre significa a falha do/a outro/a. O custo emocional da vitória competitiva é alto: ele se traduz, entre outros, por um estado permanente de insegurança e pela angústia de jamais estar à altura.

⁶⁷ *Quatre Saisons* é propriedade do grupo Pouliot, que já possui a estação inglesa de televisão montrealense CFCF, duas emissoras de rádio de língua inglesa em Montreal, CF Cable TV, a segunda companhia de cabo mais importante do Quebec (e a quarta do Canadá), e a companhia de produção de programas de televisão Champlain Productions. A estação montrealense transmite em sete cidades do Quebec via estações retransmissoras.

Essas características são encontradas nas brincadeiras de competição e de violência dos meninos e em seus sonhos: tornar-se o mais forte, o melhor, o maior: presidente, primeiro-ministro, piloto de guerra, jogador de hóquei ou de futebol ou, mais modestamente, policial ou bombeiro, como nos filmes e nas canções dos adultos. Os sistemas socioeconômicos de todas as sociedades organizadas – que são também criações masculinas – repousam sobre o postulado de que é preciso lutar contra o outro para sobreviver, é preciso se matar no trabalho para ter sucesso, é preciso rivalizar para erigir um país e assegurar o bem-estar de seus/suas habitantes e é preciso se engajar na corrida armamentista nuclear para assegurar a paz.

O controle é um valor central na vida dos homens. No *Rapport Hite*, uma pesquisa científica conduzida por Shere Hite sobre a sexualidade junto a sete mil homens estadunidenses de todas as idades e condições, a maioria dos entrevistados confessaram não terem se casado com a mulher que eles mais amavam. O motivo: quando eles estão apaixonados, têm a impressão de perderem completamente o controle de suas emoções, de não serem nem razoáveis, nem racionais, e de não se sentirem mais homens. “Foi-lhes ensinado”, diz Hite, “que a pior coisa que pode acontecer com eles é perder o controle, ‘ser demasiadamente emotivo’, sendo este comportamento uma ‘atitude de mulher’ (significando falta controle).” “Eles buscam”, ela explica, “ou acreditam que devem buscar alguém mais ‘estável’, alguém que não os coloque constantemente em posição de questionar sua vida. A maioria considera sua decisão racional, e sente orgulho de ter agido sabiamente, de permanecer frio e de ter “usado a cabeça” – mesmo que se arrependam do amor perdido⁶⁸.” Hite acrescenta:

O principal valor, ensinado aos homens desde a infância, era o de que um homem deve ser emotivamente reservado, ter o controle todo o tempo – não ser “viadinho” ou de modo algum “como uma mulher” (cujo domínio são as emoções). Os homens deveriam retirar-se desse domínio, discutir apenas sobre assuntos importantes, como os negócios, a política e o esporte, e ter sucesso. Essa tradição continua sendo notavelmente forte atualmente; na infância e na adolescência, os garotos continuam a aprendê-la de modo disfarçado, aprendendo a serem “descolados”⁶⁹.

Além disso, o sistema patriarcal condiciona os homens a reprimirem suas emoções, a fim de exprimir apenas sua agressividade e sua raiva, e as mulheres à submissão, à doçura, à passividade, o que é um meio de evitar qualquer subversão da ordem estabelecida.

⁶⁸ Shere Hite, *The Hite Report on Male Sexuality*, New York, Ballantine Books, 1981, préface, p. xiv et xv, tradução minha.

⁶⁹ *Ibid.*, tradução minha.

A violência não é a única maneira de exprimir a raiva que, em si, é uma emoção saudável, uma reação legítima a uma situação coerciva ou inaceitável que queremos mudar. Mas a raiva, tal como nós a conhecemos, é aquela dos homens.

Como ela é atualmente destrutiva e encorajada em uns (dominantes e principalmente machos) e reprimida nos/as outros/as (dominados/as, sobretudo mulheres, negros/as e crianças) é preciso devolver à raiva o seu verdadeiro sentido, torná-la acessível a todas e todos, sem distinção de sexo, idade ou raça⁷⁰,

afirma Michelle Duval, referindo-se ao trabalho de várias outras pesquisadoras e sociólogas feministas norte-americanas, que querem devolver novamente às mulheres o direito à raiva, mas usando novas práticas não violentas e afirmativas, que mantêm a comunicação entre as pessoas em vez de acabar com ela.

Esse treinamento dos homens por meio de jogos de guerra, da competição, do exército etc., os enrijece, os insensibiliza. Face às vítimas de sua raiva, eles negarão a realidade (o sofrimento) para desenvolver a abstração (exemplo: matar por uma *justa causa*)⁷¹.

Apenas uma percepção abstrata permite ver no inimigo que combatemos não uma pessoa humana, mas um objeto a ser contido, confrontado, derrotado. Ela leva também a lutar contra a natureza e a querer subjugar-lá, quando deveríamos preservá-la e viver em harmonia com ela.

As mídias: redes inimigas

Como essa cultura é a deles, a imprensa a reflete, utiliza seu código moral e linguístico, promove-a... ela a respira, ela a vive.

Tanto no plano local quanto internacional, as mídias se veem como redes inimigas que disputam ferozmente e rivalizam pelo troféu dos índices de audiência, como as equipes de hóquei pela Copa Stanley⁷². Os meios utilizados para obter sucesso podem infringir a ética mínima, assim como vimos no comportamento das direções das redes de televisão

⁷⁰ Michelle Duval, «La nouvelle colère des femmes», texto publicado em um número especial da revista *Atlantis* da Nova Escócia sobre o feminismo e o pacifismo. Citado livremente com a permissão da autora por Françoise Guénette em «Onze femmes en colère», *La Vie en rose*, Montréal, n° 35 (avril 1986).

⁷¹ *Ibid.*

⁷² Troféu dado à equipe vencedora da *National Hockey League*, a principal liga de hóquei no gelo do mundo, sendo o hóquei o esporte mais popular do Canadá. (N.T.)

estadunidenses em Beirute, quando reféns estadunidenses foram capturados pelos terroristas Xiitas Amal.

Os diretores da programação das duas das maiores redes de rádio privadas quebequenses explicaram recentemente sua filosofia em uma entrevista. Luc Harvey, da CKAC, afirmava: Luc Harvey, da CKAC, afirmava: “Primeiro, você sente o segundo pegando no seu pé. Segundo, você aperreia o primeiro. Você não descansa nunca.” Seu rival, Reynald Brière, da CJMS, se descreve assim: “Um diretor de programas em uma estação de rádio AM é como o treinador de um time de hóquei. Você pode ter os melhores atletas das difusões do mundo, mas se você não souber desenvolver a confiança deles e motivá-los, você acabará sendo vencido.” (Os meios utilizados pelos treinadores profissionais para motivar seus times de hóquei são conhecidos: o abuso de poder e a incitação à violência). E cada um diz sobre o outro: “Eu não tenho nada contra ele. É um cara danado de bom. Mas longe de mim ser fotografado apertando sua mão!...” No artigo de *L'Actualité* de março de 1986 que reporta suas palavras, esses diretores de programação falam apenas de suas estrelas e do público disputado: o qual interessa mais aos publicitários; nem mesmo uma frase sobre o conteúdo dos programas de informação ou de entretenimento.

Nas salas de redação, em particular, as das rádios privadas, reina o mesmo espírito que nos vestiários dos jogadores no Fórum de Montreal⁷³. Uma jovem jornalista não acredita no que está ouvindo, quando seu patrão lhe diz: “Se você pontuar, você vai para a pista⁷⁴”. (Para as leitoras e leitores desavisadas/os, é uma expressão utilizada pelos treinadores para dizer aos jogadores de hóquei que, se não marcarem pontos, ficarão no banco.) O presidente de um sindicato pressiona⁷⁵ o diretor de informação em nome de uma funcionária que prestou uma queixa: “Ela me colocou nas cordas⁷⁶”, exclama o patrão para justificar a demissão da jornalista.

Pelo número de jornalistas que designam para a cobertura de um determinado assunto, as mídias nos indicam onde estão suas prioridades. Em uma sala de imprensa que conta com

⁷³ O Fórum de Montreal foi uma das arenas esportivas mais importantes da cidade de Montreal, onde treinavam e jogavam os principais times de hóquei de gelo do Quebec. No original, Beauchamp usa apenas o termo “*Forum*”, que é de conhecimento das/dos quebequenses. Contudo, preferi traduzi-lo como “Fórum de Montreal”, fazendo o uso da *clarificação*, uma tendência deformadora, segundo Berman (2007), que constitui na inserção de uma informação não contida no texto original, a fim de explicitá-la. (N.T.)

⁷⁴ Do francês quebequense, *avoir de la glace*. Expressão utilizada no hóquei para indicar o tempo de jogo que um jogador passa na pista de gelo durante uma partida. Quanto mais ele pontua, mais tempo de jogo ele tem; e quando não marca pontos, é mandado para o banco. (N.T.)

⁷⁵ Do francês quebequense, *faire des représentations*. Segundo o *Office québécoise de la langue française*, trata-se de um empréstimo linguístico da expressão inglesa *to make representations*, e que tem uso desaconselhado, sendo preferível o uso de expressões como *intervenir*, *exercer des pressions*. (N.T.)

⁷⁶ Do francês, *(re)envoyer quelqu'un dans les câbles/cordes*. Expressão utilizada no boxe para indicar que o lutador colocou seu adversário contra as cordas do ringue. Por extensão: acuar, colocar alguém em uma situação de dificuldade. (N.T.)

uma centena de jornalistas, dezenas são atribuídos à política, à economia (reduzida a finanças e negócios), aos esportes e ao entretenimento, enquanto um/a ou dois/duas cobrem pautas de trabalho, um/a ou dois/duas de educação, um/a ou dois/duas de saúde, os chamados assuntos sociais. São as mulheres jornalistas as designadas aos assuntos sociais que cobrem além disso, na ocasião, as atividades das mulheres que compõem, no entanto, a maioria da população (52% contra 48%); nenhum/a é encarregado/a de cobrir as atividades dos vários grupos de cidadãos/ãs. Até recentemente, a maior parte daqueles que poderíamos chamar de os generalistas da redação asseguravam o acompanhamento de um ou vários dossiês específicos: habitação, comunicação etc. Atualmente, é o reino da polivalência e da atribuição sob medida; ninguém mais na redação está informado sobre tudo o que se passa em tantas áreas. Os homens não escondem suas prioridades; eles se reservam a cobertura da política, da economia e do esporte e deixam para as mulheres os assuntos sociais e culturais, afirmando que a política, a economia e o esporte são mais “naturais” a eles do que os assuntos “humanos”.

Um certo número de homens jornalistas é consciente do desequilíbrio assim criado na informação e de que esse silêncio das mídias oculta setores inteiros de atividades humanas. Raros são aqueles que vão embora ou criam coragem além das palavras. Eles denunciam com belos discursos as práticas que derivam de seu sistema de valores e suas consequências sobre a qualidade da informação, mas continuam, no entanto, a seguir sua carreira na mesma via, aquela do seu avanço pessoal. Eles aprenderam a estabelecer como objetivos o Poder e o Dinheiro. Para consegui-los, não derrogam as normas estabelecidas, comportam-se de modo a agradar seus pares e seus superiores e vão no sentido do fluxo, ou seja, do carreirismo.

Uma informação de homens

A informação transmitida pelas mídias ao público é, então, a informação dos homens, inclusive a informação deles sobre as mulheres, o ponto de vista deles sobre elas, como sobre todas as coisas. Logicamente, os proprietários das mídias transmitem aquilo que julgam importante para o público conhecer. Em seu conjunto, os jornalistas compartilham inteiramente a mesma visão das coisas, e aqueles que não a compartilham se submetem a ela por interesse e por espírito de competição – o sistema de valores masculino e o dinheiro dos proprietários pesam muito: os cabeças-duras se vão. Proprietários e redatores estão de acordo, aliás, para determinar a partir dos objetivos e dos critérios de sua cultura o que constitui um acontecimento,

uma notícia, quase não transmitindo o resto, negando aos outros assuntos sua qualidade de notícia.

Não é espantoso, então, ver a imprensa falar prioritariamente do que concerne aos indivíduos que encarnam a supremacia individual do Poder e do Dinheiro, os indivíduos e os grupos estruturados que os detêm mais do que ela ou concentram porções equivalentes deles. Muito menos surpreendente ver essa imprensa conceder toda sua atenção às preocupações dos altos escalões da hierarquia de sua casta, promover suas ideias e suas façanhas, apaixonar-se pela guerra, pelos esportes violentos e por toda forma de afrontamento, ao ponto de guerrear a curto termo com as palavras e as ideias e de tudo perceber sob essa ótica.

Quando a imprensa ultrapassa seus campos de interesse primários para tratar do que chama de assuntos culturais e sociais (arte, saúde, educação etc., além daquilo que concerne às crianças, aos jovens, às mulheres, às pessoas idosas, às pessoas racializadas⁷⁷, de religião, de etnias diferentes da maioria dominante), ela os aborda, claro, sob uma perspectiva de confrontação entre duas partes. Ela privilegia os aspectos suscetíveis a serem apresentados nestes sentidos: quando elas e eles vão à rua ou fazem outras ações públicas para constatar e denunciar a discriminação em seu local, quando a violência física explode entre a população preta e a população branca na África do Sul, ou entre motoristas brancos e passageiros/as negros/as nos ônibus de Montreal. Mas com a maneira de ver esses grupos, seus modos de vida, suas prioridades, suas atividades, a imprensa não se preocupa. Ela comunica apenas uma visão masculina, a visão de uma minoria, uma vez que a imprensa é feita por e para homens de trinta a sessenta anos.

O que a imprensa julga importante reportar? Em que constitui para ela um acontecimento, uma notícia? Em primeiro lugar, as palavras, os gestos daqueles que encarnam o poder supremo ao qual ela faz apologia: os chefes de Estado que detêm em uma mão o poder civil e na outra, o poder militar, seguido dos príncipes da finança e dos negócios. Consequentemente, também, os governos, as instituições financeiras e as empresas privadas – os mais ricos e mais poderosos sendo proprietários.

A notoriedade é também um critério de seleção de um acontecimento, de uma notícia. Uma notoriedade orientada pelos mesmos valores de poder, de dinheiro, de competição, de violência, e que frequentemente os reúne. As grandes estrelas da informação norte-americana são os chefes político-militares, os profissionais do hóquei, do futebol, do boxe. A imprensa enaltece os feitos científicos que, longe de questionarem o poder militar e o poder econômico,

⁷⁷ A autora utiliza a expressão *gens de couleur*, uma expressão um tanto quanto problemática e racista que parece deixar escapar pela linguagem uma certa herança hegemônica de sua branquitude. (N.T.)

servem a eles ou emanam deles, os êxitos tecnológicos que testemunham um poder cada vez maior de dominação sobre a natureza e sobre a pessoa humana, sejam quais forem as consequências.

Quantas vezes por semana a imprensa nos fala do projeto reaganiano da Guerra nas Estrelas, esse projeto sem sentido de instalar um escudo nuclear de defesa no espaço? O debate é retomado à menor declaração feita em Washington ou em Moscou; a imprensa o faz renascer regularmente ao se interrogar sobre sua viabilidade, ao solicitar a opinião de diversos personagens políticos que ela opõe uns aos outros. Quando sete mil cientistas americanos se *opõem* ao projeto de Iniciativa de Defesa Estratégica do seu presidente, é o desacordo deles que constitui a notícia, não as razões pelas quais eles julgam o projeto perigoso e tecnicamente irrealizável. Essas razões, a imprensa deixa no escuro.

Uma linguagem de soldado e de jogador de hóquei

A linguagem jornalística é também reveladora. Em um dia de semana comum, quarta-feira 11 de dezembro de 1985, quando as notícias não eram abaladas por um tremor de terra, nem pela queda de um 747 ou por algum estouro de guerra em um ponto de tensão do globo, destaquei estes títulos nos jornais montrealenses *La Presse* e *Le Devoir*: “*Moscou s’en prend à Londres sur SALT II* [Moscou *incrimina* Londres sobre SALT II], *Shultz gronde les Alliés...* [Shultz *repreende* os Aliados...], *Reagan attaque tous les régimes communistes* [Reagan *ataca* todos os regimes comunistas], *Jaruzelski interdit à Walesa...* [Jaruzelski *proibido* para Walesa...], *L’OPEP est prête à se battre sur les prix du pétrole* [A OPEP está pronta para *lutar* pelos preços do petróleo], *Johnson accuse Ottawa de...* [Johnson *acusa* Ottawa de...], *Montréal reproche au fédéral de ne pas l’avoir consulté...* [Montreal *recrimina* o Estado Federal por não a ter consultado...], *Ottawa pourrait s’attaquer aux «Majors»* [Ottawa poderia *criticar* os ‘Majors’], *La querelle surgit chez les conservateurs du Québec* [A *querela* surge entre os conservadores do Quebec], *Un engagement libéral qui pourrait donner du fil à retordre* [Um compromisso liberal que poderia *dar trabalho*], *Les professeurs résisteront aux valeurs chrétiennes* [Os professores *resistirão* aos valores cristãos], *Des employés de Bell conspuent leur syndicat* [Empregados de Bell *se manifestam* contra seu sindicato], *Texaco perd un deuxième round* [Texaco *perde* um segundo round], *La CVMQ tente d’arbitrer la «chicane» des pharmacies* [A CVMQ (Comissão de Valores Mobiliários do Quebec) tenta arbitrar a

‘chicana’ das farmácias, *Rien à craindre au Québec, dit la SAQ* [Nada a temer no Quebec, diz a SAQ]».

A linguagem jornalística atual utiliza um vocabulário restrito a um repertório de metáforas estereotipadas encontradas nas arenas e nos quartéis militares. A guerra e o esporte inspiram os clichês mais difundidos na imprensa. A descrição dos fatos é revestida de um vocabulário emprestado dessas atividades: chefes, tenentes, junta de chefes, ofensiva, defensiva, contraofensiva, bomba, em primeira linha; maratona eleitoral, arena política, sprint final, revidar, bola no campo do adversário, levar o primeiro round, perder a partida, marcar um ponto. A utilização deles é tão recorrente que praticamente não os percebemos mais. Acrescenta-se aí uma miscelânea de lugares comuns emprestados da meteorologia (tempestade na Assembleia Nacional), das tecnologias científicas (de coração aberto, em órbita) e velhos clichês que nossos/as professores/as circulavam com um vermelho de desaprovação quando nós os cometíamos em nossas redações de francês.

As metáforas bélicas e esportivas são usadas em qualquer lugar, em qualquer momento. Um jornalista faz uma reportagem sobre o comércio florescente, na reserva indígena de Kahnawake, de cigarros obtidos por meio de reservas estadunidenses e vendidos a preço de custo. Ele termina assim sua reportagem: “Se os governos federal e provincial proibissem os Mohawks de vender cigarros, eles poderiam até mesmo declarar guerra⁷⁸.”⁷⁹ Em um outro noticiário, um jornalista conclui assim sua reportagem sobre o debate televisivo entre os candidatos à prefeitura de Montreal, Jean Doré e Jean-Claude Dupras: “Nenhum levou o outro à lona⁸⁰.” Em um programa de negócios públicos, com algumas semanas de intervalo, a expressão *David contra Goliath* é utilizada para qualificar a posição do Canadá nas negociações sobre o livre-comércio com os Estados Unidos, e a compra da CP Air pela companhia aérea Pacific West.

Em um programa de economia, um analista, ao explicar a atitude do ministro das finanças, Michael Wilson, em relação ao seu ponto de vista sobre a universalidade dos programas sociais, compara-o a um jogador de defesa. Nesse mesmo dia, pode-se ler no título de um editorial de um jornal: “*Les victimes de la guerre du blé*” [As vítimas da guerra do trigo] e “*La NASA vaincue par le stress*” [A NASA vencida pelo estresse]⁸¹.

⁷⁸ Télégjournal, 18 heures, CBFT, Radio-Canada, Montréal, 28 avril 1986.

⁷⁹ “*Si les gouvernements fédéral et provincial interdisent aux Mohawks de vendre des cigarettes, ceux-ci pourraient aller jusqu’à déterrer la hache de guerre.*” De acordo com o dicionário *Le Robert* (2023, on-line), a expressão *déterrer la hache de guerre* faz alusão a costumes dos povos indígenas dos Estados Unidos, significando dar início às hostilidades, declarar guerra. (N.T.)

⁸⁰ “*Aucun n’a envoyé l’autre au plancher.*” (N.T.)

⁸¹ Page éditoriale, *La Presse*, Montréal, juin 1986.

Essa cobertura escrita e sonora que nos é imposta de maneira repetitiva tem causas e consequências que vão bem além das preocupações de ordem estética. Quando se percebe a realidade em termos de embate e competição esportiva, não é de surpreender que façam uso dessas imagens. Mas o meio é a mensagem: através de sua paixão bélica e da ascensão cotidiana de sua linguagem valcartiana⁸² para descrever os fatos que nada têm a ver com conflitos armados, a imprensa propaga a violência e o ódio.

Hoje nós testemunhamos uma sobrevalorização de metáforas bélicas e esportivas e de clichês que esvaziam os acontecimentos de sua significação real, superdramatizam fatos de interesse comum e, além disso, contribuem para tornar as guerras, as reais, invisíveis e os estados de guerras normais. É preciso dizer que, sem essas alegorias, a ausência de substância do conteúdo jornalístico apareceria em sua completa nudez, e a superficialidade das escolhas de cobertura não escaparia a ninguém. Essa hipertrofia da linguagem, sintomática da incompetência e da preguiça dos jornalistas, tenta também camuflá-las, desviando nossos olhos da falta de investigação e de verificação da matéria-prima.

A busca por ricas metáforas na escrita jornalística indica um grau elevado de respeito por um público suficientemente estimado para presumir que ele exija essa criatividade da linguagem. Ela testemunha também uma consciência profissional que busca maximizar seus esforços para atingir leitoras e leitores, espectadoras e espectadores. Nessa profissão, isso significa mobilizar o imaginário do seu auditório para estimular suas capacidades de reflexão, isso significa estabelecer com ele uma comunicação inteligente e empática baseada em um rigor absoluto, utilizando uma linguagem agradável e viva, que cativa sua atenção e lhe dê prazer.

Quando se emprega, intencionando o público, uma linguagem inflacionista que reduz o significado das palavras, quando se matracam as mesmas alegorias desprovidas de sentido e emprestadas da competição e da matança, tratam-no como uma massa imbecil, oferecem-lhe uma cumplicidade de baixo nível, em suma, desprezam-nab.

A utilização sofisticada de clichês sem sentido tanto nos títulos e nos artigos jornalísticos, como nas resenhas e nas mini-reportagens das mídias eletrônicas contribui para censurar o enunciado e a explicação dos fatos. Dá-se a impressão de bater com força fazendo

⁸² Do francês, *langage de Valcartier*. Saint-Gabriel-de-Valcartier é uma cidade na região do Quebec, onde está situada a *Base de forces canadiennes de Valcartier* [Base das Forças Canadenses de Valcartier], uma das regiões mais antigas de treinamento militar no Canadá, fundada pouco antes da Primeira Guerra Mundial (Cf. BOILEAU, 2021). Colette Beauchamp usa a expressão *language de Valcartier* como sinônimo de linguagem militar, mas traduzir essa expressão por algo tão genérico, como *linguagem militar*, vai de encontro à ideia de tradução da letra proposta por Berman (2007). Assim, decidi criar o neologismo *valcartiano* (de Valcartier) e traduzir a expressão como *linguagem valcartiana*. Já a opção de traduzir *de Valcartier* para o adjetivo *valcartiana*, em vez de manter a expressão composta, foi puramente estilística. (N.T.)

guerrear as palavras, e acredita-se também poder abster-se do rigor. Com as fórmulas atuais em que o espaço editorial e o tempo de transmissão são comprimidos pela moda da miniaturização, e se, além disso, os jornalistas usam um vocabulário que não quer dizer nada, isso significa evitar revelar o que pode atrapalhar os poderes instaurados e desagradar seus anunciantes. Essa linguagem infantil de meninos idiotas, pasmados de admiração pelo esporte e pela simulação de guerra, não consegue veicular um pensamento adulto articulado – o que cai como uma luva. Ao valorizar o uso desse vocabulário redutor e empobrecedor, os jornalistas não têm mais o controle de sua ferramenta, descreditam seu papel social e perdem o direito de reivindicar seu exercício com eficácia.

Uma informação branca

Em países de maioria branca como o nosso, a imprensa é branca. Nem o tratamento da informação nem a contratação de seu pessoal refletem a diversidade étnica e cultural da população. Até 1990, metade dos alunos que se matricular nas escolas da *Commission des écoles catholiques de Montréal* (CECM) [Comissão das Escolas Católicas de Montreal] serão de outras origens que não francesa e inglesa. No entanto, contamos nos dedos da mão os jornalistas de origem estrangeira – não estamos nem falando dos executivos... Em algumas mídias eletrônicas, podemos ver uma repórter de origem japonesa, um negro, um vietnamita em outros lugares que não nos raros programas dedicados às comunidades culturais. Em Montreal, apenas os canais de televisão anglófonos CTV e CBMT e a estação de rádio *Quatre Saisons* distinguem-se pela presença de alguns/algumas repórteres néo-quebequenses⁸³.

A informação é amarela ou preta nos países amarelos ou negros sem ditadura branca – ainda que isso seja cada vez menos verdade, se levarmos em conta a força da televisão, comparada às outras mídias, e o fato de que uma ideologia não se transmite apenas por meio de programas jornalísticos. Há muitos anos, as grandes emissoras estadunidenses rivalizam para inundar a maior quantidade de países possível com sua propaganda. A América Latina está literalmente submersa pelos programas e pela propaganda estadunidenses.

A informação internacional está, sem dúvida, sob o controle branco, uma vez que são quatro agências ocidentais que detêm o monopólio do fluxo de informações que circulam de um lado para o outro nos países industrializados e nos países em desenvolvimento. Essas agências difundem massivamente (90%) a informação proveniente dos países ocidentais ricos

⁸³ Do francês, *néo-québécois.e.s*: Novos imigrantes estabelecidos no Quebec. (N.T.)

e sua visão sobre países de terceiro mundo⁸⁴. Em relação às informações que elas difundem sobre os países em desenvolvimento, o autor de um estudo comandado pela UNESCO escreve:

Em primeiro lugar, elas são simplesmente insuficientes. A outra crítica é que a informação dada se debruça sobre o sensacionalismo, que ela desconhece os objetivos os valores dos países em desenvolvimento e que ela é, em geral, deformada pela aplicação de perspectivas culturais, de normas, de tomadas de partido e de estereótipos ocidentais e até mesmo de visões ideológicas sobre as nações e os assuntos cobertos⁸⁵.

Uma informação heterossexual

Existem homossexuais e lésbicas⁸⁶ entre os/as jornalistas, como em qualquer outra profissão, mas eles são proibidos de se assumirem publicamente. Pode-se sempre, na grande imprensa, consultar eventualmente um/a psicólogo/a, um/a escritor/a que se identifiquem como tais, publicar uma série de artigos sobre os homossexuais (não sobre as lésbicas) escritos por um heterossexual, questioná-los sobre a AIDS, e o público continua a vê-los como marginais. Mais jornalistas assumidos/as, que veríamos na televisão e ouviríamos na rádio diariamente, cujos textos sobre todos os tipos de assuntos leríamos regularmente, seriam um fator de visibilidade que produziria mais efeito do que qualquer campanha organizada até então contra a discriminação, e principalmente abalariam a certeza e o poder da heterossexualidade.

A imprensa marginaliza e restringe o discurso homossexual, mas proíbe a existência lésbica, leva-a ao ódio dos homens, a um desvio, a uma preferência sexual exótica e perversa. Para negá-la, a imprensa a assimila à homossexualidade masculina. Ora, as diferenças são grandes. Os gays referem-se unicamente aos valores da cultura masculina: eles têm acesso aos privilégios culturais e econômicos de seu sexo. Entre alguns deles prevalece uma sexualidade impessoal e a justificativa da pedofilia. Por sua própria existência, as lésbicas colocam em xeque a validade da cultura masculina e de sua prepotência; elas mostram, principalmente, que é possível uma mulher viver sem homem. “A existência lésbica contempla, ao mesmo tempo,

⁸⁴ Do francês, *pays de Tiers monde*. Para aproximar minha tradução à letra do texto e respeitar o sincronismo do ensaio, optei por manter a expressão *países de terceiro mundo*, como utilizada pela autora, sendo essa a nomenclatura recorrente nos anos 1980. Contudo, cabe ressaltar que atualmente este é um termo ultrapassado, já que com a dissolução da URSS, tem-se o fim da Guerra Fria e da divisão bipolar das potências econômicas. (N.T.)

⁸⁵ Tom McPhail, 1981, p. 175 et 176, citado por Margaret Gallagher, *op. cit.*, p. 33.

⁸⁶ Beauchamp usa os termos *homosexuels* e *lesbiennes*. Tendo em vista que as autoras feministas francófonas da época reivindicavam o uso de termos que escrevessem o feminino e suas especificidades, levanto a hipótese de que Beauchamp faz essa diferenciação no uso de termos relativos aos homens e às mulheres homossexuais para marcar o lesbianismo como uma qualidade exclusivamente feminina, enquanto *homossexual* e um termo que pode se referir tanto à sexualidade feminina, quanto masculina. Além disso, a autora expõe como gays e lésbicas são vistos e aceitos de formas distintas na sociedade, o que pode também ser um indício dessa sua diferenciação por meio da escrita. (N.T.)

a transgressão de um tabu e a rejeição de um modo de vida obrigatório”, escreve Adrienne Rich⁸⁷. A imprensa sempre escondeu a discriminação da qual elas são ainda objeto. Nos livros e nas mídias feministas, aprendemos que no início do período colonial dos Estados Unidos, o lesbianismo era ainda punido de morte, e que ainda hoje é perseguido, com mais ou menos crueldade, de acordo com o país.

Ao caluniar as lésbicas, as mídias atacam as mulheres independentes. Tanto isso é verdade que, para desacreditá-las e insultá-las, as feministas são taxadas de lésbicas. Qualquer identificação com as mulheres sendo vista como uma rejeição aos homens, a visibilidade lésbica representa a ameaça das ameaças em uma sociedade “homossocializada que só quer mulheres *dhomensticadas*”⁸⁸⁸⁹. O discurso masculino (que mulheres integram) utiliza essa ameaça para justificar a condenação de qualquer autonomia das mulheres. Rejeitar as lésbicas é rejeitar as mulheres independentes. Atacar as feministas radicais⁹⁰ (que vão à raiz, às causas das coisas), sejam elas lésbicas ou heterossexuais, é também rejeitar as mulheres independentes, porque elas não se desculparam por viverem seus valores, por pensarem e agirem por elas mesmas e que não dão piruetas constantemente para dizer e fazer, como os homens. Rejeitar as mulheres independentes é rejeitar todas as mulheres...

Aquilo que a imprensa silencia e combate, na verdade, são todas as experiências de mulheres que implicam uma identificação com mulheres: o lesbianismo, mas também, de forma mais ampla, as relações privilegiadas que elas mantêm pela amizade, pela partilha de sua vida, de seu trabalho e de seus interesses, pelo apoio prático e político, pelos grupos que lutam contra a dominação masculina, nos quais elas criam novos modelos de vida e de trabalho. A imprensa tem a solidariedade feminina como suspeita, ao passo que toda sua atividade consiste em dar conta da solidariedade social/econômica/profissional masculina – que exclui as mulheres.

A informação masculina sempre silenciou a história das mulheres solitárias, solteiras, viúvas, independentes e/ou lésbicas, daquelas que resistem ao casamento, que buscam criar modos de vida independentes, estabelecer outros tipos de relações humanas; ela encobre sua

⁸⁷ Adrienne Rich, «La contrainte à l'hétérosexualité», *Nouvelles questions féministes*, Éditions Tierce, Paris, 1981, n° 1 (mars), p. 32.

⁸⁸ Segundo a expressão da escritora lésbica Michèle Causse.

⁸⁹ Do francês, *d'hommetiquées*. Neologismo usado por Beauchamp e criado pela escritora lésbica francesa Michèle Causse. Dessa forma, optei por também criar em minha tradução um neologismo mantendo o sentido e a raiz da expressão original, que insere na palavra *domestiquées* [domesticadas] a palavra *homme* [homem], criando o sentido de ser uma domesticação das mulheres imposta pelos homens. (N.T.)

⁹⁰ O feminismo radical está na base do movimento feminista e de sua evolução. Ele visa a transformação total da sociedade e a abolição total da dominação dos homens sobre as mulheres, seja sobre a sua pessoa (física e mental), sua sexualidade, seu poder de reprodução, sua força de trabalho dentro da família (pelo trabalho invisível que elas assumem sozinhas e cujo valor econômico não é reconhecido) e no mercado remunerado, seja por suas imagens veiculadas pelas mídias.

criatividade, suas invenções, suas atividades. Exceto quando distorce a verdade sobre elas para justificar as lutas que os homens têm travado contra elas. Como prova disso, a história oficial nos ensina que nos séculos XV, XVI e XVII, na Europa, a Inquisição torturou e queimou vivas bruxas malvadas. Na verdade, e as pesquisas feministas dos últimos dez anos provaram que esse foi o genocídio de milhões de mulheres, talvez sete, talvez nove, especialmente solteiras e viúvas que curavam os pobres. Enquanto o Estado e a Igreja as chamavam de “charlatãs”, a população chamava de mulheres sábias essas cuidadoras a quem a universidade era proibida. As curandeiras instruídas, resultantes da mesma classe que os médicos e que tinham a mesma clientela que eles, foram as primeiras acusadas de bruxaria⁹¹.

A fala independente das mulheres é tabu. No entanto, as mídias promovem a idealização do amor heterossexual e do casamento e propagam estereótipos sexistas. Nas revistas femininas de moda e beleza, na publicidade, nas chamadas revistas de pornografia leve, as mulheres são representadas como objetos de desejo sexual, desprovidas de personalidade, de identidade individual, em um contexto privado de qualquer afetividade: elas são mercadorias sexuais para o consumo masculino. A pornografia que se diz lésbica, para *voyeurs* masculinos, é também despersonalizada. A imprensa pornográfica perdura, e ela vai além, mostrando às mulheres que a humilhação e a violência sexual fazem gozar. Para Adrienne Rich, a mensagem perniciosa da pornografia, que quer fazer crer que as mulheres são presas naturais dos homens e que elas gostam disso, que violência e sexo andam juntos, esconde uma outra mensagem, menos conhecida:

que a submissão forçada e a crueldade, quando se expressam no casal heterossexual, representam a sexualidade “normal”, enquanto a sensualidade entre mulheres, que compreende o respeito mútuo e a reciprocidade erótica, é “anormal”, “viciosa” e considerada como pornografia em si, ou como relações pouco excitantes ao lado do erotismo das correntes e dos chicotes⁹².

A imprensa projeta as fantasias masculinas da apropriação das mulheres pela propaganda do ideal heterossexual, dos estereótipos e da pornografia. São os livros e as ações de mulheres lúcidas que mostram sua encarnação na vida de todas e levam Alice para o outro lado do espelho.

⁹¹ Barbara Ehrenreich et Deirdre English, *Sorcières, sages-femmes et infirmières*, Éd. du remue-ménage, Montréal, 1983.

⁹² Adrienne Rich, *op. cit.*, p. 24.

A promoção das ideologias do poder

A imprensa evidentemente promove as ideologias masculinas, mas, sobretudo, aquelas que provêm do seu *establishment* político e financeiro. Ela é vista atualmente difundindo uma ampla corrente que seria a panaceia milagrosa para os problemas socioeconômicos atuais. Essa nova corrente *libertadora* transcende os partidos políticos tradicionais. Seus promotores rotulam-se de diferentes nomes: neoconservadores, neoliberais, conservadores-liberais, libertários ou superliberais, mas todos tomam como modelo Ronald Reagan.

Sopa à moda antiga, sem absolutamente nada de novo, apresentada em uma embalagem que se quer moderna, mas que mostra as mesmas velhas cores. Pensamento masculino de um outro século que defende o retorno da lei selvagem do mais forte, o princípio do lucro individual de alguns/algumas às custas dos/as outros/as, e leva qualquer direito à exploração do trabalho clandestino e à miséria de um número maior de pessoas. O economista Mario Bunge, da Universidade McGill, estima que uma economia baseada no neoconservadorismo não pode funcionar a longo prazo, pois ela repousa sobre as “velhas noções da economia neoclássica fundada por Adam Smith no século XVIII”:

Eles defendem planos econômicos sem bases teóricas reais. [...] Toda política econômica é moralmente engajada e a moral do neoconservadorismo é o individualismo selvagem, que era defendido há dois séculos. Agora ele está em desuso, porque a vida social impõe hoje uma cooperação que não pode existir se houver dominação da concorrência⁹³.

Não é um pensamento político, econômico, social, mas sim uma empresa de homens de negócios que querem concorrer com o Estado, controlá-lo, substituí-lo, para maximizar seus lucros. Como por acaso – mas não existe acaso – os partidos políticos mais poderosos cantam em uníssono. Entre John Turner, Brian Mulroney, Pierre Marc Johnson e Robert Bourassa, existe diferença? “Eu não vejo diferença”, como dizem os gêmeos, que, em um anúncio publicitário de uma marca de sabão, comparam suas camisas brancas lavadas com sabões diferentes. Mas a dominação indireta dos partidos políticos não é mais suficiente para os empreendedores e para os seus alter egos intelectuais, os economistas; mais vale a ação direta.

Na França, por exemplo, a ascensão da direita foi orquestrada pelo meio empresarial. Em 1984, criação do Instituto do Cidadão (hum!) para preparar às pressas os novos candidatos aos negócios do Estado, sobretudo, empreendedores e uma nova geração de homens políticos vindos do setor privado. Em 1985, criação, por uma dezena de economistas e de juristas, do

⁹³ *Le Devoir*, Montréal, 28 octobre 1985.

primeiro grupo de produção política privado, que tem como objetivo alimentar a reflexão dos futuros eleitos, preparando para eles textos legislativos. Esse clube privado, moldado por uma velha e eficaz instituição estadunidense, já elaborou cinquenta projetos de lei. No ano seguinte, criação do Gabinete 86, grupo de quarenta executivos superiores do setor privado que ambicionam se tornar conselheiros técnicos do novo governo francês. O Instituto Econômico de Paris, que reúne os novos economistas franceses, iniciou, de sua parte, um capítulo montrealense⁹⁴.

O Quebec não será poupado. Yves Guérard, presidente da Sobeco, o primeiro grupo canadense de consultoria, e Léon Courville, vice-presidente do planejamento e chefe economista do Banco Nacional do Canadá, confirmam:

É um tsunami, a hora liberal soou, e o Quebec não escapará. O Estado de bem-estar social tanto nos ajudou, que ele acabou por inibir nossa capacidade criativa, é preciso colocá-lo de volta em seu devido lugar.

Precisamos de um lugar para pensar, ancorado nos nossos problemas e nos nossos modos de pensar. Enquanto esse lugar não existir, a introdução *inelutável* de uma boa dose de liberalismo será adiada no Quebec⁹⁵. (Grifos meus)

O discurso do empreendedorismo é barulhento como um processador de alimentos que misturaria conceitos. René de la Portalière, alto executivo de um banco e criador do primeiro grupo de produção política francês, declara:

É preciso devolver à sociedade civil os poderes dos quais ela se deixou desapropriar durante anos. Afinal, a política é um assunto privado⁹⁶.

Enfim um banqueiro que se declara contra o militarismo! Mas é isso mesmo que ele quer dizer? Será que esse senhor ouviu também feministas dizerem o “privado é político” e que, sem entender nada, achou a justaposição das palavras impactante?

O conselheiro econômico da Câmara de Comércio do Quebec, Pierre Lemieux, se opõe com veemência à *tirania* da maioria:

Em nome de que a maioria soberana teria direito de espoliar, de explorar o indivíduo minoritário? Por que devemos continuar a apoiar a tirania da maioria?

O individualismo liberal é, no fundo, mais altruísta que o Estado: ele se opõe mais ao coletivo do que ao social. Quando assinamos livremente contratos, quando nos associamos voluntariamente aos outros, nós somos mais naturalmente levados a ser solidários⁹⁷.

⁹⁴ Sylvie Harpen, «Minute l'État ! La vague libéraliste», *L'Actualité*, Montréal, mars 1986.

⁹⁵ *Ibid.*

⁹⁶ *Ibid.*

⁹⁷ *Ibid.*

Pobre Marcos⁹⁸, espoliado, explorado, tiranizado pelo povo filipino! Deveria também me explicar o altruísmo do individualismo liberal que se opõe ao coletivo, mas não ao social; e como, quando eu compro um carro, a concessionária e o presidente da General Motors ou da Toyota “será mais naturalmente levado a ser solidário comigo” do que as pessoas com as quais eu compartilho os valores, as ideias, as ações, com as quais, no entanto, nunca assinei um contrato. A solidariedade natural dos contratos, da qual o senhor Lemieux fala, se tece entre pessoas de negócios e se aplicam a um meio restrito, e não à população em geral.

Esses seleiros do Poder e do Dinheiro podem dizer qualquer coisa, a imprensa veicula seus pensamentos e lhes dá tanto espaço e importância que ela mesmo transformou a corrente em onda. Meus ouvidos zumbem, o jornal faz meus olhos piscarem: excelência, privatização, desregulamentação, concorrência, competitividade, gestão, crescimento econômico, livre mercado, livre comércio, produção, empresa, empreendedorismo, propensão e modo de agir empreendedores (ouvidos em uma séria revista econômica). Eu não vejo mais, eu não ouço nada além dessas palavras.

Os jornalistas ecoam essa justificativa de interesses disfarçada de militantismo econômico com uma docilidade de relacionistas públicos, sem procurar os contornos e desvios, sem passar esse discurso pelo crivo do rigor, do questionamento, da autenticidade. *Menos do que nunca, eles explicam o conteúdo e o não-conteúdo do discurso ideológico atual do poder político e financeiro e suas consequências.* Lembremo-nos do Quebec na campanha eleitoral Bourassa-Johnson, em 1985. Eles propagam essa ideologia em detrimento de outras correntes de pensamento que atravessam a sociedade, eles repercutem incessantemente a ameaça de falência econômica alardeada pelos seus promotores, com o único objetivo de nos forçar a adotar a solução deles para resolver as dificuldades socioeconômicas atuais.

Não existe, no entanto, evidência alguma de que toda a população compartilhe essa ideologia e de que ela não acredite mais em soluções derivadas de valores de partilha do poder, responsabilidades e riqueza, centradas mais nos seres humanos do que nos bens materiais, que favoreçam o amor, a paz, a cooperação, as relações humanas e o respeito às diferenças; em soluções que propõem a descentralização do poder econômico em proveito dos/as indivíduos/as⁹⁹ e não daqueles das empresas e multinacionais. Muito pelo contrário. Uma pesquisa da Gallup, realizada em 1985, no Canadá, mostrava que a população estava mais

⁹⁸ Ferdinand Marcos, presidente das Filipinas de 1965 a 1986. (N.T.)

⁹⁹ Beuchamp utiliza o termo *individu-e-s*, embora apenas o substantivo masculino *individu* seja reconhecido pela gramática francesa, assim como *indivíduo*, no português. Desse modo, optei por marcar o gênero feminino, assim como faz a autora. (N.T.)

preocupada com a fome no mundo, com a paz e com a ecologia do que com o livre-comércio. Uma pesquisa da CROP, realizada no ano seguinte, revelava que a maioria dos/as quebequenses se opunham à desregulamentação e ao desengajamento do Estado. A população, submetida a essa propaganda tendenciosa diariamente, não dispõe mais de instrumentos reais de escolha, a própria realidade lhe é roubada. Não é de se surpreender que as pessoas, especialmente os jovens, passem a acreditar ou a se resignar a essa velha solução do individualismo selvagem para resolver os problemas socioeconômicos do momento.

E a corrente se move em uma velocidade eletrônica em todas as direções. Os Estados gerais sobre a educação, que reuniam em Montreal, no começo de abril de 1986, cinco mil educadores, educadoras, pais, mães e estudantes, haviam convidado para a noite de abertura o militar astronauta Marc Garneau, para quem o dinheiro investido na educação deve ser feito com sabedoria, ou seja, nos setores que são mais suscetíveis a dar lucro e para os melhores alunos. Para ele, a educação para todos e todas é uma “caridade ilusória” que nos levaria a longo prazo à falência. As mídias divulgaram amplamente as afirmações dessa estrela neoconservadora e cobriram esses debates.

Quinze dias depois, um Fórum sobre poder, educação e saúde, organizado por mulheres da *Centrale de l'enseignement du Québec* (CEQ) [Central do Ensino do Quebec], reuniu durante dois dias em Montreal mais de setecentas mulheres vindas de todas as regiões do Quebec. Na noite de sexta-feira, a conferência de abertura foi dada pela filósofa, escritora e pesquisadora feminista europeia Françoise Collin, a historiadora Micheline Dumont e a sexóloga Andrée Matteau. Sábado, sequer uma palavra em nenhuma das mídias montrealenses; essas mulheres não impressionavam o discurso neoconservador, mas suas reflexões sobre educação, saúde e poder propunham caminhos enriquecedores em relação às preocupações atuais. Na segunda-feira seguinte, *Le Devoir* dedicava a manchete e um longo artigo a três *REAL Women*¹⁰⁰ do Quebec, mulheres que compartilham a filosofia do movimento pró-vida (na verdade, pró-feto e antiescolha) e militam contra o aborto e as feministas, mas que não estavam ligadas a nenhum grupo e falavam a título individual. Na página três, uma pequena matéria sobre o *Forum des femmes* [Fórum das Mulheres], intitulada “Nós mulheres... está acabado!”, distorcia as questões levantadas por uma pesquisadora feminista francesa e servia de capa para esses debates que propunham sessenta e três ateliês e mais de quarenta comunicações. Apenas uma jornalista, Anne-Marie Voisard, do jornal *Le Soleil*, cobriu de fato esse colóquio.

¹⁰⁰ REAL Women: Realistic, Equal, Active for Life.

No fim de semana seguinte, todas as mídias estamparam nas manchetes a manifestação de uma centena de partidários/as contra a escolha do aborto (vindos em sua maioria de fora do Quebec), em frente à clínica Morgentaler, no leste de Montreal, manifestação organizada pelo estadunidense Joseph Schleider, durante o congresso internacional de grupos pró-vida, do qual participavam seiscentas pessoas, sendo uma centena do Quebec. Esse estadunidense que prega a violência para fechar as clínicas de aborto deu uma conferência em que cerca de sessenta jornalistas se empurravam com o desejo de conseguir entrevistas. A *Fédération des femmes du Québec* (FFQ) [Federação das Mulheres do Quebec], que conta com mais de trinta e cinco mil membros, realizava no mesmo momento, na metrópole, seu vigésimo congresso anual. As mídias não cobriram esse colóquio que tratava das mulheres na política, da luta contra a pornografia, da virada tecnológica, do acesso à igualdade, dos serviços de guarda, do fundo de garantia, do reconhecimento do trabalho remunerado. Mas na segunda-feira seguinte, mais interessados pela controvérsia, deram-se conta da tomada de posição da FFQ, que denunciava o teor político da escolha feita pelas mídias, como *Le Devoir*, de dar destaque nas manchetes a grupos pouco representativos e de menor importância no Quebec, como as *REAL Women* e a Ação Pró-Vida, enquanto os grupos mais importantes e organizados de mulheres tinham tanta dificuldade em ter espaço nas mídias. A FFQ também censurou *Le Devoir* por ter veiculado na manchete as “afirmações desrespeitosas, demagógicas e até fascistas face às mulheres” do líder estadunidense, que qualificou o aborto como um ato assassino e as mulheres que o praticam como “bruxas que gozam principalmente quando abortam um menino”.

Em um editorial intitulado “La censure rose” [A censura rosa], Jean-Claude Leclerc, de *Le Devoir*, até então considerado um homem progressista, respondeu acusando as feministas de censura. São as mídias que censuram ao ignorar o discurso de grupos de centenas de mulheres, representando milhares, e que têm uma mensagem séria e dinâmica a comunicar. Elas retêm uma informação que interessa ao público e à qual esse público tem direito. Mas elas dão importância em primeiro plano a um movimento dirigido por homens contra as mulheres e a mulheres que, como por acaso – mas aqui também não existe acaso –, são ainda submissas ao ideal masculino Deus-Pátria-Família, restaurado pela Nova Direita. E quando as feministas as criticam, não por darem voz a esses grupos minoritários, mas sim por exprimirem uma escolha claramente política ao colocá-los em evidência em detrimento de outros grupos amplamente representativos, as mídias não questionam a si mesmas, elas as censuram uma segunda vez. Inacreditável!

Durante o Ano Internacional da Juventude, o jornal *La Presse* incorporou o ideal da juventude ao empreendedorismo, propondo, semana após semana, retratos de pequenos/as

empreendedores/as-modelos. Eu não gostaria de ter vinte anos e ser inundada por cartazes gigantes de neon que me sugerem um ideal *yuppie* (*Young Urban Professional*). Esse tipo de propaganda impõe os valores de uma minoria entre toda uma geração. Os jovens que não têm fascínio algum pela Bolsa, nem ambição alguma de fabricar vassouras, vender computadores, tornar-se proprietário de loja ou de uma cadeia de restaurantes devem se perguntar o que eles valem e o que valem seus valores.

No outono de 1986, a companhia Vidéotron, a primeira empresa de televisão a cabo no Quebec e segunda mais importante do Canadá, quer comprar o canal de televisão montrealense Télé-Métropole, o carro-chefe da rede TVA. Enquanto esperamos o CRTC [Conselho da Radiodifusão e das Telecomunicações Canadenses] tomar sua decisão sobre o pedido, as mídias quebequenses, tanto diárias, quanto mensais, fazem de seu presidente e acionista majoritário, André Chagnon, uma estrela e um modelo de excelência, elas o fazem contar sua *success story* e falar do seu barco de luxo, de seus projetos de expansão geométrica no ramo audiovisual, mas não lhe fazem nenhuma pergunta substancial. As mídias não buscam analisar o significado dessa transação, não se perguntam se corre o risco de levar a uma concentração maior ainda da indústria quebequense na televisão e a uma redução da diversidade da informação e dos conteúdos dos outros programas do Canal 10. Elas não examinam se há conflito de interesses.

Foi um organismo de defesa dos interesses do público, o ICÉA, que revelou que a compra da Télé-Métropole pela Vidéotron, autorizada posteriormente pela CRTC, ia desencadear uma superconcentração da indústria televisiva quebequense nas mãos de um único proprietário e analisou suas consequências sociais e culturais. Ao estudar as atividades dessa empresa, o ICÉA descobriu um verdadeiro império do audiovisual. A Vidéotron não distribui apenas os sinais das emissoras de televisão nos canais a cabo. Em Montreal, ela opera uma dezena deles, alguns temáticos (TV jovem, grupos étnicos, lazer e esportes), outros chamados de programação externa (telecompras, previsão do tempo, guia de horários etc.). Ela faz pesquisa em tecnologia de ponta, engaja-se na produção de programas e detém os interesses ultramarinos no sistema francês de televisão a cabo. Além disso, ela se prepara para comercializar o sistema Vidéoway, um verdadeiro centro comercial eletrônico, para o qual ela emitirá seu cartão de crédito, que permitirá que pessoas tenham acesso remoto por um sistema bidirecional a novos serviços: telecompras, reserva de passagens de avião e de bilhetes de espetáculos, vigilância contra roubos, transações bancárias, pesquisas de opinião etc., cujos lucros ultrapassarão rapidamente o que a empresa ganha com as assinaturas de canais a cabo. Ao tornar-se proprietária da Télé-Métropole, a Vidéotron controlará não só a venda de propaganda, a distribuição e a difusão, como também a produção do que é oferecido ao público

tanto na TV a cabo, quanto nos canais da mais importante emissora de televisão privada do Quebec e da rede TVA¹⁰¹.

Os grandes jornais e algumas mídias eletrônicas se deram conta da análise das consequências sociais e culturais realizada pelo ICÉA e de sua tomada de posição contra essa transferência de propriedade. Mas os curtos artigos não permitiam que o público entendesse as repercussões a longo prazo dessa transação para toda a população do Quebec. Foi muito pouco para informá-lo sobre uma questão social tão importante, ao lado do espaço dedicado ao dinâmico empreendedor. Foi, no entanto, um dossiê espetacular que, bem apresentado, teria fascinado a opinião pública.

A linguagem econômica que os jornalistas sobrepõem à linguagem deles – a de soldado e de jogador de hóquei – não é nem objetiva, nem emocionalmente neutra. Ela propaga conceitos cujas premissas são dadas como certas e beneficia certos discursos. Da realidade, ela só transmite fragmentos e aparências. “A realidade serpenteia como um rio”, me fez notar uma jovem feminista britânica; “essa linguagem fechada, seja ela da economia ou da guerra, é incapaz de abordar os rios sinuosos e de seguir seu curso.” Toda linguagem é carregada emocionalmente, e esse discurso que reduz a problemática político-socioeconômica à empresa privada propaga entre a população o sentimento de que essa economia de negócios é o pivô da vida social e o único remédio para questionar o Estado de bem-estar social.

Ao escolher privilegiar unicamente esse discurso econômico, os jornalistas multiplicam sua força de persuasão. A superexposição na imprensa desse tipo de discurso mantém o pânico da catástrofe econômica e faz a população andar para trás. Ao apegar-se a conceitos desatualizados, que repetem com prazer, em vez de veicular novas ideias – os valores criadores de soluções adaptados aos anos 80 – e de suscitar um verdadeiro debate, os jornalistas escolhem, claramente, perpetuar a sujeição ao poder, e negligenciam o serviço à população. Uma arrogância cega que perpetua velhas ideias e recusa aquelas que muitas pessoas colocam em prática em sua vida privada, mas querem vê-las aplicadas na sociedade. Esse tipo de jornalismo leva à desinformação e priva o público da informação que ele pede e da qual ele precisa.

¹⁰¹ *Vidéotron/Télé-Métropole, Une super-concentration insoupçonnée*, mémoire de l'ICÉA aux audiences du CRTC sur le transfert de licence de Télé-Métropole à Vidéotron, Montréal, 12 novembre 1986.

O desenvolvimento tecnológico e a ascensão do movimento feminista

Ao longo dos últimos quinze anos, dois fenômenos contribuíram para identificar e tornar visíveis os mecanismos de funcionamento do sistema dominante: o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e a ascensão do movimento feminista.

Ainda ontem, o alhures era-nos distante e estrangeiro, e a nossa imprensa local era a nossa fonte diária de informação sobre o resto do mundo. Hoje não vivemos mais em comunidades isoladas. A nova tecnologia nos dá acesso diariamente à informação transmitida pelas redes de televisão estadunidenses e nos permite assistir ao vivo, em nossa sala, a acontecimentos que se passam a quilômetros de nossas casas. Podemos mais facilmente fazer conexões entre o que se passa em outro lugar e aqui, o que se passa de um país a outro, entre o que escolhem nos mostrar e nos esconder, entre o que nos dizem e o que silenciam. A televisão também adentrou em um dos santuários do Poder, os parlamentos.

Ao assistir junto a jornalistas aos acontecimentos que eles escolhem para vivenciarmos, no momento em que são produzidos, podemos comparar suas reportagens e seus comentários a nossas próprias reações e a nossa compreensão. Nós acompanhamos também, na ocasião, o desenrolar ao vivo de coletivas de imprensa, sejam elas banais, dadas pelos figurões desse mundo, sejam elas excepcionais, como aquela dos reféns de Beirute, o que nos permite julgar o comportamento dos jornalistas em circunstâncias corriqueiras ou especiais.

A cultura dominante é, em parte, desmistificada. Seus objetivos, seus valores tornam-se mais evidentes. A televisão nos mostra diariamente as aplicações e as consequências, as quais se repetem de um país a outro, de uma situação a outra. Todos os tipos de verdades óbvias nos saltam aos olhos, se nós os arregalarmos um pouco. Percebemos que a elite mundial, que monopoliza a nossa tela, usa a mesma linha para costurar os discursos oficiais, seja qual for a língua e o regime político de apoio. Nós vemos melhor, através dos fios que se desenrolam, a mentira, a arrogância de suas frases vazias, a trivialidade dos interesses que a motivam. A grande imprensa, que privilegia os feitos e os discursos da elite, não percebe que ela contribui, de fato, para tornar visíveis seus reais motivos.

Nessas condições, as próprias características da imprensa aparecem com mais clareza. De um canal ao outro, de um jornal ao outro, a uniformidade das escolhas e dos tratamentos da informação, dos valores que ela transmite as coloca em evidência. Essa uniformização, que se pode verificar diariamente, também torna mais fácil perceber que ela reduz a matéria a uma pequena parte da realidade humana, ao seu aspecto menos humano, mais negativo.

Mais do que nunca, o movimento feminista dos anos setenta ultrapassou a luta pela igualdade e pela diferença. Ele atravessou o espelho masculino para melhor identificar as características específicas do condicionamento da feminilidade e os valores que decorrem dele, sejam eles alienantes, como a subordinação, a dependência, a passividade e a abnegação, sejam eles indispensáveis à vida, como a intuição, a compaixão, o amor, as relações pessoais, o respeito às diferenças, a cooperação, a não-hierarquia, a não-violência. Seja qual for a época, as feministas sempre vincularam esses valores essenciais à sua ação e questionaram aqueles que as fixavam nos papéis definidos pelos homens. Mas hoje em dia, um número infinitamente maior de mulheres, entre aquelas que pertencem à maioria branca dos países ocidentais ricos, gozam de uma independência econômica e são escolarizadas; em outros lugares, infelizmente, ainda é o caso de uma pequena minoria. Isso lhes permitiu ir mais longe na análise não somente de sua condição, mas de sua *entidade*, e serem mais numerosas a fazê-lo.

Por meio do feminismo radical (uma vez que é essencial qualificar aquele ao qual nos referimos) – que Mary Daly descreve como “a travessia das mulheres em formação” que nascem para si mesmas, que começam a ser “a travessia para um Outro mundo¹⁰²”, o delas – as mulheres descobriram sua energia criadora, sua força, sua integridade. As feministas ganharam confiança em suas próprias percepções das coisas, mesmo se essas fossem antinômicas à ordem estabelecida (para além das mulheres). Elas começaram revirar a realidade e a dar asas à sua imaginação e ao seu pensamento para elaborar sua visão/análise/ação da realidade humana, revelando as reais condições de vida das mulheres e sobretudo das crianças: elas tornaram públicas suas descobertas e suas reflexões em seus jornais de pouca tiragem e nos livros, uma vez que as grandes mídias são completamente fechadas para elas.

A revolução tecnológica dos meios de comunicação, que aproxima os pontos mais afastados da Terra, contribuiu para estabelecer entre as mulheres de diversos países trocas e conexões impossíveis de se imaginar até então. No início do século XX, as feministas estadunidenses pouco sabiam o que pensavam e faziam as francesas ou as britânicas, e vice-versa. As trocas de hoje em dia entre as feministas, nos diversos campos da atividade humana, permitiram construir bases sólidas para a sua pesquisa, sua análise, sua ciência, como para sua ação, sua luta e sua resistência.

Sentindo-se ameaçada por esse movimento mundial, a cultura masculina usou com eficácia os potentes meios dos quais ela dispõe (em primeiro lugar, as mídias) para marginalizar, ridicularizar e barrar a divulgação dessa fala. Mas essa vontade feminista de existir, de

¹⁰² Mary Daly: “This book is about the journey of women becoming, that is, radical feminism. (...) The radical being of women is very much an OtherworldJ Journey”, *Gyn/Ecology*, Boston, Beacon Press, 1978, p. 1.

reestabelecer os valores humanos essenciais, de transformar o mundo e até mesmo o conceito de humanidade semeou grãos que pouco a pouco abalaram a cultura dominante e provocaram uma transformação de seus valores e comportamentos. Desse modo, um número considerável de mulheres (que se consideram feministas ou não) e uma porcentagem ainda ínfima de homens, conduzidos pelo rastro dessa outra ordem do mundo, começou a decodificar A cultura e não mais a aceitar como sendo única, a única.

Os próprios jornalistas homens começam a se assustar com os excessos da sua imprensa e sentem que seu sistema de valores está encurralado. Poderíamos alinhar várias constatações que eles fazem. Citarei três deles, entre os jornalistas ocidentais (uma vez que é a imprensa que nós analisamos), particularmente respeitados e reconhecidos em seus países.

Analisando a imprensa quebequense, Jean-V. Dufresne, vencedor do prêmio Olivar Asselin, com mais de trinta anos de carreira, afirma em uma entrevista para a publicação *Le 30*, em dezembro de 1983:

É um problema moral. Toda a máquina dos meios de comunicação está bloqueada. Isso não funciona mais de jeito algum. Aqueles que dirigem as salas de imprensa fazem o que querem, com quem querem. E, intelectualmente, não é mais interessante. [...] O debate referendário foi aquele das elites, dos aristocratas do pensamento. Nenhum de nós teve sucesso em explicar o que realmente estava acontecendo. [...] É impressionante, não dizemos uma palavra sobre isso!

Claude Julien, o redator chefe do jornal francês de reputação internacional, *Le Monde diplomatique*, declarou mais recentemente em Montreal:

Duas culturas desastrosas se inserem em nossas cabeças: uma cultura puramente econômica, que tem a intenção de medir tudo em função do produto nacional bruto, e uma cultura militar, que tem a intenção de medir tudo em função da pretenciosa superioridade sobre um eventual adversário. Da combinação desses dois cálculos, que excluem todos os outros valores humanos, todos os outros valores sociais e todos os outros valores de espírito, na combinação dessa cultura militar e dessa cultura econômica, sacrificamos o que pode constituir nossa razão de ser, nossa razão de nos comportarmos como seres humanos vivendo em uma sociedade democrática. [...] Por trás da (atual) onda neoliberal, existe uma cultura econômico-militar que constitui para nós o maior perigo de todos. Azar da imprensa que foi cúmplice dessa detestável evolução¹⁰³.

¹⁰³ Claude Julien, «La démocratisation de l'information», allocution prononcée au 10^e congrès de la Fédération nationale des communications, Québec, 7 décembre 1985, publicado em *La Dépêche*, Montréal, vol. 4, n° 3 (mars-avril 1986).

O apresentador-estrela do programa diário *Nightline* do canal estadunidense ABC, Ted Koppel, ao receber o prêmio Apresentador do Ano, entregue pela *International Radio and Television Society*, fez uma constatação também severa:

Eu ignoro o que aconteceu com as nossas normas. Tenho muito medo de que nós, das mídias de massa, tenhamos contribuído tanto para criar um mercado da mediocridade, que abafamos a busca pela excelência. Nós enaltecemos a fama como se fosse uma façanha em si.

[...] Eu tenho muito medo de que se nós não encontrarmos um verdadeiro sentido dos valores na profissão que escolhemos, iremos descobrir que a flexibilidade do sistema estadunidense poderá atingir e atingirá, de fato, um ponto de ruptura.

[...] Nós (os estadunidenses) perdemos nossa capacidade de brincar com as ideias, de nos dedicar à contemplação, à reflexão. Participamos constantemente de uma corrida para sermos os primeiros a constatar a evidência. Estamos em vias de nos tornarmos uma nação de *voyeurs* eletrônicos, cuja capacidade de dialogar não é mais que uma mera lembrança¹⁰⁴.

Esses jornalistas se questionam com a maior seriedade sobre os excessos da imprensa, seus danos tão evidentes, condenam com um tom dramático o comportamento e o trabalho de sua confraria¹⁰⁵. Mas sua indagação é em vão, pois eles não questionam o fundamento de sua moral. Ora, existe um problema moral, como menciona Jean-V. Dufresne. E esse problema é aquele da moralidade masculina.

¹⁰⁴ Louise Cousineau, «L'animateur de Nightline se vide le cœur», *Télé-presse, La Presse*, Montréal, semaine du 14 au 21 décembre 1985.

¹⁰⁵ Do francês, *confrérie*: pessoas reunidas por um interesse comum; associação profissional (*Le Robert*, 2023, online). Ao usar o termo *confrérie* em seu texto e, posteriormente, os termos *confrères* e *consoeurs*, levanto a hipótese de que Beauchamp busca marcar o gênero das pessoas envolvidas nesses grupos por meio desses substantivos, que carregam as palavras *frère* e *soeur* em seus radicais. No português, contudo, o termo *irmandade* tem uma noção de gênero menos marcada do que em francês. Sendo assim, optei por traduzir *confrérie* como *confraria*, *confrères* como *confrades* e *consoeurs* como *irmãs*, de modo a enfatizar essas questões de gênero. (N.T.)

Capítulo 9 – Moral e sexo

A moral é uma noção confusa, e o termo geralmente tem uma conotação pejorativa, sinônima de estreiteza de espírito. Nós nos referimos regularmente a códigos de ética tanto na nossa vida pessoal, como social, mas qualificamos facilmente de moralistas julgamentos simplesmente morais que não compartilhamos. Muitas pessoas associam mais particularmente a moral a regras que regem a sexualidade ou a criminalidade. Mas as proibições que afetam as condutas individuais, tais como a mentira, o roubo, o assassinato são legitimadas seja pela sanção do Estado ou da Igreja, seja quando sua transgressão é o fato de um grupo de homens agindo, supostamente, pelo interesse de uma população. Para muitos, a moral se reduz aos preceitos de uma determinada Igreja – no Quebec, por exemplo, a Igreja Católica. Na verdade, são nossos modos que constituem a nossa moral individual e coletiva, que fundamentam nossas escolhas, nossos gestos, nossos julgamentos. Buscando explicar a moralidade como eu a entendo, encontrei uma definição que me parece justa, aquela dada pela romancista e ensaísta feminista estadunidense, Marilyn French, em sua obra sobre as relações das mulheres e dos homens com a moral, *La Fascination du pouvoir*:

O termo é neutro. Ele não tem nenhum conteúdo específico. Aplica-se à gama de valores que nos permite fazer julgamentos, que dita nossa conduta e até mesmo nossas emoções. Nosso código moral é um sistema de prioridades, ou melhor, uma textura, um emaranhado, no qual o bem e o mal são intercambiáveis, ambivalentes e circunstanciais. Nossa moral se manifesta em nossas escolhas: modos de vida, coisas às quais dedicamos o nosso tempo e o nosso dinheiro, tipos de amigos que temos, maneira como nos ocupamos do nosso lazer e, sobretudo, o tipo de pessoa em que nos tornamos, em que queremos nos tornar. A moral de uma sociedade se manifesta igualmente em suas escolhas: quanto ela gasta e por que, o que ela constrói e como, o que ela produz e de que maneira, qual disciplina ela se impõe e qual ordem ela julga desejável.

A moral é uma questão pessoal e coletiva. Quando ela atinge a esfera pública, ela recebe o nome de política. A relação entre o privado e o público não é comparável àquela entre as duas faces de uma mesma moeda; ela parece mais os dois lados, interno e externo, de uma bola, ou seja, uma única coisa vista do interior ou do exterior¹⁰⁶.

As feministas dizem: *o privado é político*. Isso significa que as nossas ações, sejam elas públicas ou privadas, exprimem uma ideia, uma crença e, por isso mesmo, remetem a uma análise teórica. Toda ação é, portanto, um ato político e moral. A particularidade do movimento feminista dos anos setenta é ter desenvolvido essa análise por meio de uma multiplicidade de ações, não por meio de teses abstratas, mas sim da vivência, do cotidiano, das manifestações de

¹⁰⁶ Marilyn French, *La fascination du pouvoir*, Paris, Acropole, 1986, p.14.

opressão que acometem as mulheres individual e coletivamente, em uma interação constante entre a análise e a ação, a prática e a teoria.

A moral dominante das nossas sociedades, que há séculos rege nossas vidas e impregna a nossa educação, como a nossa cultura, e à qual os dois sexos devem se ajustar, é definida pelos homens. Seus preceitos não se aplicam, contudo, a uns e a umas da mesma forma. As mulheres estão sujeitas a todas as regras que se aplicam aos homens, mas além disso, elas são submetidas a uma moral específica, *a moral do lar*, que lhes foi imposta em nome de sua natureza. Por meio da aprendizagem forçada de seu papel, elas desenvolveram valores que não estão inclusos na moral dita “universal”. No momento de fazer escolhas, as mulheres se encontram dilaceradas entre a ética delas e aquela dos homens, daí a sua dupla existência. Quando elas saem da esfera privada e desejam adquirir poder social e econômico, elas devem obedecer às regras do jogo masculino e, para terem sucesso, devem negar a si mesmas e jogar mais duro que os homens: elas não se tornam homens, contudo, – somente mulheres-álbis¹⁰⁷ – e elas não obtêm nunca a mesma consideração. Enquanto as estruturas de poder forem patriarcais, todas as mulheres que demonstrarem valores e práticas diferentes pagarão o preço por isso, onde quer que elas se encontrem.

Em todas as áreas da vida, o comportamento masculino serve como norma para julgar o comportamento humano, e o comportamento feminino é visto como um tipo de desvio dessa norma. Em *Une si grande différence*¹⁰⁸, a estadunidense Carol Gilligan analisa diversas pesquisas sobre o desenvolvimento humano, dentre elas as de Freud, Piaget e Kolberg, pesquisas que propagam a afirmação de que as mulheres são um sexo que, por natureza, tem menos senso moral e de caráter. A partir da análise dessas teorias e de suas próprias investigações com crianças e adultos, ela mostra que a incapacidade das mulheres de se ajustar aos modelos vigentes indica, pelo contrário, que elas possuem uma moral e uma concepção das relações interpessoais diferentes daquelas dos homens e que elas não são levadas em consideração pelas pesquisas canônicas.

Segundo Gilligan, Freud abriu caminho para as teorias modernas sobre o desenvolvimento humano que definem a moral a partir unicamente da vida dos homens:

Como Freud usa imagens da vida masculina para seguir o percurso da maturação humana, ele não é capaz de identificar nas mulheres o desenvolvimento das relações para com o outro, da moral ou de uma clara percepção de si. Apesar dos seus esforços, ele não consegue inserir a experiência feminina na lógica de sua teoria e ele acaba por considerar as mulheres

¹⁰⁷ Mulheres que servem como *token* para criar uma ilusão de inclusão e diversidade de gênero no espaço social e político, mas que na verdade corroboram a ideologia e os valores dominantes dos homens. (N.T.)

¹⁰⁸ Carol Gilligan, *Une si grande différence*, Paris, Flammarion, 1986.

como um gênero à parte. As relações delas, assim como a vida sexual, são para ele “um ‘continente negro’ da psicologia”¹⁰⁹.

Em um estudo publicado em 1932 sobre o julgamento moral da criança, Jean Piaget traça seus fundamentos na brincadeira. Ele estuda principalmente os meninos e observa que eles manifestam, à medida que crescem, uma fascinação cada vez mais forte pela elaboração de códigos de regras e pela instauração de procedimentos igualitários para arbitrar suas disputas. Ele observa que as meninas têm uma atitude mais pragmática, só consideram uma regra válida desde que sirva à brincadeira, que elas são mais tolerantes, mais inclinadas a fazer exceções e a inovar mais. Ele conclui simplesmente que o senso de igualdade, que ele considera essencial para o desenvolvimento moral, é menos desenvolvido nas meninas do que nos meninos¹¹⁰.

Mais recentemente, dos anos sessenta aos anos oitenta, Lawrence Kolberg, partindo dos trabalhos de Piaget, realizou pesquisas que conduziram às mesmas conclusões de que as mulheres não possuem um senso moral muito desenvolvido. Mas ele também fundou sua teoria sobre o estudo da vida dos homens. Ele elaborou vários testes de comportamento, incluindo um sobre o desenvolvimento do senso moral da infância até a idade adulta que compreendia seis estágios, em que o sexto representava a conduta perfeita. Ele definiu esses estágios a partir de uma pesquisa empírica realizada com 84 garotos, cujo desenvolvimento ele acompanhou durante vinte anos¹¹¹. Ele realizou igualmente esses testes com mulheres. Poucas delas passaram por todas os estágios, não indo além do desejo de serem amadas e respeitadas e da capacidade de manifestar a bondade ao levar ajuda e satisfação ao outro: de acordo com essa escala, o desenvolvimento moral delas parece ser um dos mais imaturos que existe. Kolberg as situa na verdade no terceiro estágio. Segundo o modelo que ele estabeleceu, nos dois primeiros estágios, o menino domina a moral a partir de suas necessidades pessoais, e no terceiro ele se esforça para atrair a aprovação dos outros ajudando-os, e aprende a se conformar com as convenções sociais.

Carol Gilligan faz este comentário:

Kolberg e Kramer (1969) consideram que essa concepção da bondade é funcional na vida de uma mulher de idade madura, desde que ela permaneça no lar. Somente se as mulheres entrarem na arena das atividades masculinas tradicionais é que elas reconhecerão a insuficiência dessa perspectiva moral e progredirão, como os homens, para os estágios em que as relações humanas são subordinadas às regras (quarto estágio) e as regras, aos princípios universais de justiça (quinto e sexto estágio).

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 45.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 24 e 25.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 37.

Existe aí, contudo, um paradoxo, pois as características que definem a “bondade” das mulheres, sua preocupação e sua sensibilidade às necessidades do outro correspondem às daquelas que denotam a carência de seu desenvolvimento moral¹¹².

Marilyn French vai mais longe:

A escala de Kolberg é na realidade uma escala de poder: nos estágios iniciais, o indivíduo deve se curvar à vontade dos outros para adquirir o sentido de sua identidade e do que é justo; nos estágios finais, ele transcende completamente os outros e guia sua conduta aos códigos legais e morais. No nível mais elevado, atingido por alguns raros humanos (sempre de acordo com Kolberg), a relação moral entre o indivíduo e o mundo se caracteriza pela distância, pela formalidade e pelo julgamento. A visão que Kolberg tem de si-no-mundo é antissocial, enraizada nos valores masculinos tradicionais: independência, isolamento e desapego¹¹³.

Como parte das pesquisas que ela conduziu, Carol Gilligan pediu para estudantes do sexo feminino e masculino de nível superior imaginarem uma história a partir de ilustrações que representavam pessoas em diversas situações de proximidade física. As histórias dos homens tinham um conteúdo cada vez mais violento à medida que os personagens se aproximavam um do outro. Naquelas imaginadas por mulheres, a violência aumentava quando os personagens se distanciavam um do outro. Foi a foto de um homem sentado sozinho em um escritório que suscitou nelas imagens mais violentas – mas é preciso dizer que nessa experiência, apenas 20% das estudantes, em comparação a 51% dos estudantes, criaram cenários que continham violência.

A foto de um homem e de uma mulher sentados tranquilamente juntos em um banco, perto de um rio, suscitou em 21% dos homens participantes histórias violentas: homicídio, suicídio, facada, sequestro, estupro. Em contraste, nenhuma das mulheres da turma trouxe violência para essa cena. Diante da imagem de um casal de trapezistas suspensos no ar, o homem pendurado no trapézio pelos joelhos e segurando a mulher pelos pulsos, 22% das mulheres adicionaram uma rede de segurança contra apenas 6% dos homens. A partir dessa imagem, a única em que os personagens se tocavam, os homens projetaram em seus discursos muita violência, imaginando situações de infidelidade e de traição, em que o homem acabava por matar sua parceira¹¹⁴.

Na verdade, a intimidade e as relações humanas provocam medo nos homens, porque, para nascerem e se manterem, elas não se baseiam no poder, no direito ou na competição, mas

¹¹² *Ibid.*, p. 37 e 38.

¹¹³ Marilyn French, *op. cit.*, p. 496.

¹¹⁴ Carol Gilligan, *op. cit.*, chapitre 2.

sim na comunicação, no amor, na responsabilidade para com os outros e num conjunto de qualidades que a cultura deles despreza: a compaixão, o reconforto, a concentração, a cooperação.

De acordo com Gilligan, os estudos de Piaget, corroborados por outros estudos estadunidenses mais recentes, mostram que os meninos aprendem a viver entregando partidas cujo objetivo é a vitória, em que há, portanto, perdedores e nas quais as regras dominam; as meninas aprendem por meio de brincadeiras cujo objetivo é a experiência, sem ganhadores/as nem perdedores/as e nas quais a competição é indireta. Quando vivenciam uma disputa, as meninas dão fim à brincadeira, em vez de colocarem suas relações interpessoais em perigo, e acham outra coisa para fazer. Para Gilligan, a atitude das meninas não é a expressão de um sentido menos avançado da justiça, mas sim de uma abordagem moral diferente, centrada nas relações humanas. “Em vez de elaborar um sistema de regras a fim de resolver as brigas, elas subordinavam a continuação do jogo às suas relações”, ela nota¹¹⁵.

Os estudos estadunidenses e europeus sobre as brincadeiras entre meninas e meninos poderia fazer-nos acreditar em uma diferença de origem genética entre os sexos, observa Marilyn French. Ela cita um estudo recente sobre as crianças da tribo Mbuti, no nordeste de Zaire¹¹⁶: meninas e meninos participam juntos de brincadeiras que visam a lhes ensinar a partilha e a cooperação, a evitar tanto a derrota quanto a vitória, e essas brincadeiras são totalmente desprovidas de espírito competitivo. Essas crianças aprendem a evitar os conflitos ao retirar-se da situação; em casos graves, os adultos dessa tribo até mesmo deixam seu vilarejo. Tais estudos, comenta ela,

dão a entender que a diferença seria mais cultural do que genética. A moral das mulheres, então, é semelhante àquelas das civilizações de cooperação que preservaram os antigos valores matricêntricos^{117, 118}.

Com a ajuda de entrevistas com mulheres que ela interroga sobre os problemas de escolha moral, Carol Gilligan mostra que, para elas, o dilema não é decidir como exercer seus

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 25.

¹¹⁶ Atual República Democrática do Congo. De 1971 a 1997, o país foi denominado de República Democrática do Zaire, nome que mantive em minha tradução respeitando o sincronismo da obra, publicada em 1987. (N.T.)

¹¹⁷ Marilyn French, *op. cit.*, p. 498.

¹¹⁸ Em *Beyond Power: On Women, Men and Morals* (1985), Marilyn French defende o uso dos termos *matricêntrico* e/ou *matrifocal*, em vez de *matriarcal*. Segundo a autora, a palavra *matriarcal* revela uma estrutura social baseada no poder sobre o outro, assim como no patriarcado, já que ambos os termos partilham a raiz grega *arche* (estar à frente, governar). Uma sociedade matricêntrica, por sua vez, é centrada na relação materna, na qual a mãe governa com suas/seus filhas/os, e não sobre elas/eles, para que assim adquiram a sua independência na fase adulta. (N.T.)

direitos sem interferir nos dos outros, mas como viver uma vida moral que leva em conta as obrigações que se tem para consigo mesma, com seus próximos e com os outros em geral¹¹⁹. Ela conclui com as suas pesquisas que a ética feminina tem como fundamento a interdependência dos seres humanos, e, como consequência, a comunicação que a violência rompe e que a solicitude alimenta:

O imperativo moral que sobressai continuamente dessas entrevistas com mulheres é uma injunção para tomar conta de si e do outro (*care*), uma responsabilidade para com o mundo a fim de discernir os males “reais e reconhecíveis” e de amenizá-los¹²⁰.

A moral masculina distingue também entre a vida privada (lugar privilegiado das relações interpessoais) e a vida pública, à qual ela atribui maior importância: ela não aplica à vida privada a conduta que ela julga altamente moral na vida pública. Gilligan e French destacam que Kolberg cita Gandhi como exemplo de uma conduta perfeita, reunindo autonomia e não-violência. No entanto, sabe-se que esse apóstolo da não-violência política, princípio que ele construiu como verdade absoluta, fazia uso da violência psicológica contra sua família e contra as crianças do *ashram*¹²¹, comportando-se com eles de maneira brutal e negando seus sentimentos. Para French, entre muitos homens, a santidade ou a virtude é manchada por este duplo padrão: eles reservam, com frequência, sua caridade e sua magnanimidade aos gestos públicos, podendo ter em sua intimidade uma conduta marcada pela crueldade¹²². Segundo Gilligan, “a vontade cega de sacrificar as pessoas à verdade sempre foi o perigo de uma ética que foge à vida¹²³”.

As análises sobre a vida das mulheres, como essa de Gilligan, não concluem que as qualidades descritas são biologicamente inatas, que todas as mulheres agem da mesma forma e que todos os homens adotam um comportamento diametralmente oposto. Outros fatores culturais e de classe são levados em conta. Isso seria mais “uma média”. Esses valores provêm de um processo de socialização complexo, baseado na sua opressão, e que então condiciona também a maioria das mulheres à dependência, à submissão, ao medo etc. As feministas não consideram a ética feminina tradicional como a solução, elas dizem simplesmente que a experiência das mulheres se funda em qualidades essenciais a qualquer ética. Se as relações humanas, a comunicação e a solicitude para com o outro são valores primários, muito

¹¹⁹ Carol Gilligan, *op. cit.*, p. 41 et chapitre 3 (Les notions de moi et de morale), p. 103 a 163.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 153.

¹²¹ Um *ashram* é um templo sagrado – eremitério – onde vivem os sábios hindus e onde ocorrem treinamentos espirituais dos outros membros que ali vivem, sob orientação desses líderes religiosos. (N.T.)

¹²² Marilyn French, *op. cit.*, p. 498.

¹²³ Carol Gilligan, *op. cit.*, p. 160.

frequentemente eles dominaram a vida das mulheres ao ponto de impedir nelas qualquer expressão de autonomia e de afirmação de si – elas eram apenas *mamães* submissas. A iniciativa feminista consiste justamente em reapropriar-se dos valores para combiná-los com a afirmação das mulheres e seus direitos reais.

O exercício do direito individual

Desde sempre, em uma cultura orientada pelo poder de dominar e fundada em uma moral de direitos que não integram a interdependência das pessoas e as responsabilidades que se resultam, o exercício do direito individual deu lugar aos piores atos anti-humanos. *Um* indivíduo macho, com o suporte e a cumplicidade de outros indivíduos do mesmo sexo, pode matar de fome uma população inteira – as milhões de pessoas que a compõem não são um obstáculo –, aterrorizá-la, roubá-la, dizimá-la, negar-lhe o direito de viver humanamente, e acumular às suas custas uma fortuna pessoa inacreditável.

Ainda hoje, os maiores sanguinários e os maiores déspotas dos chefes de Estado fundam seus poderes sobre quantidade de cadáveres inocentes que secam em seu local de morte sem sepultura (Cambodja), ou desaparecem misteriosamente, enterrados aos montes ou jogados de um avião aos tubarões; pessoas torturadas, aprisionadas, às vezes até mesmo em gaiolas, de quem se tira qualquer possibilidade de funcionamento ainda humano. Outros, uma ideologia, uma religião ou/e o bem do povo em porta-bandeira, dirigem um estado policial, o fuzil apontado para a menor manifestação de liberdade individual. Os mais loucos ou os mais maquiavélicos usam aos milhares, para economizar tanques de combate, meninos de dez anos como projéteis (Irã). Os mais democratas continuam a se aliar aos primeiros, a vender armas para eles, a fazer negócios com eles, de olhos fechados – é preciso viver bem e prosperar. Que eles façam parte de uma mesma liga esportiva ou que eles pertençam a uma liga adversária, abertamente ou às escondidas, de acordo com os interesses mercantis do momento.

A confraria dos homens democratas insere declarações edificantes dos direitos humanos nas constituições. Mas seus princípios são elásticos diante do Poder e do Dinheiro. (Essa confraria conta também com suas mulheres-álibis, como Margaret Thatcher, apelidada de *a Dama de Ferro*, ainda mais patriarcal que eles.) O chefe de um Estado que tem pouco investimentos na África do Sul denunciará fortemente o apartheid. Aquele cujo país tem mais investimentos em tal região, o denunciará mais suavemente, e aquele que tem muitos, não fará absolutamente nada; ou ainda o denunciarão da boca para fora, enquanto continuam a trocar

dinheiro. De acordo com o relatório anual da Anistia Internacional, em 1984, cento e vinte e três dos cento e setenta e dois Estados do mundo violaram, de diversas formas, os direitos humanos fundamentais. Várias pessoas foram executadas e um número ainda maior foi assassinado pelo exército, pela polícia ou por esquadrões da morte apoiados pelos governos, enquanto outros sucumbiram à tortura ou aos maus tratos recebidos na prisão.

Toda a bagagem de conhecimentos e de performances científicas acumulada só resultou na inacreditável ascensão do totalitarismo no mundo e no aumento do número de países que vive atualmente sob a ditadura. Nós vivemos em um pesadelo real, onde dois velhos militaristas, não especialmente inteligentes, mas com sede de poder, ameaçam jogar o planeta em uma roleta russo-estadunidense. Outros coronéis ou aiatolás aterrorizam a humanidade por meio dos seus chamados ao ódio e à matança e participam de assassinatos selvagens contra a população civil, enquanto os outros governos, aliados da corrida armamentista nuclear, estão engajados na poluição do planeta.

Justifica-se em nome do direito individual o uso da tecnologia a fim do lucro e do poder e, na mesma tacada, todos os excessos e os atos anti-humanos, visto que a lei e o sistema judiciário estarão lá para sancioná-los. Pode-se estar legitimamente acima da lei, fazer a lei por meio da força do seu poder, do seu armamento, do seu poder financeiro e principalmente por meio da possibilidade de controlar e de esconder a informação sobre as suas ações ou de beneficiar a cumplicidade tácita ou direta das mídias.

Pode-se usar seu direito de monopolizar a comida para privá-la de um terço da humanidade, o direito de preferir a acumulação de armas à distribuição dos alimentos de base, enquanto os meios de produção atuais permitiriam alimentar toda a terra. A Índia faminta é a terceira potência militar do mundo, o que evidencia que o militarismo é a Primeira religião, sejam quais forem as outras sub-religiões inventadas pelos homens. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, as diversas guerras locais fizeram vinte milhões de mortos. As despesas militares mundiais somam anualmente mais de novecentos bilhões de dólares. Nos países subdesenvolvidos, gasta-se cinco vezes mais com defesa do que com políticas de desenvolvimento. No Canadá, os parlamentos, assim como a imprensa, não cessam de calcular os custos ditos astronômicos dos serviços de saúde e dos serviços sociais, sem compará-los ao orçamento de dez bilhões da defesa (orçamento do exercício de 1985-1986 do governo federal).

Fazem e desfazem as leis, transgridem-na. Manipulam a vida, utilizam a ciência para tentar criá-la artificialmente. Primeiro procedem no sigilo dos laboratórios. Fato realizado, constituem, pró-forma, comitês de bioética.

Gerir o mundo com um cartão de crédito

Apoiados pelos seus estados-maiores militares e financeiros, todos os chefes praticam a mesma gestão econômica, aquela do cartão de crédito, do endividamento. Quando se fala da saúde econômica de um país, a questão não é de modo algum sobre sua riqueza coletiva ou aquela de seus/suas indivíduos/as. A saúde se exprime, nos países ricos, em termos de déficits que se calculam por bilhões; nos países pobres, ela se exprime por meio de dívidas impagáveis aos países ricos, que acumulam uma fortuna ao roubar dos países pobres seus recursos e ao explorar sua mão-de-obra. Hoje essa falsa dívida é de mil bilhões de dólares. Na maioria das vezes, todo esse dinheiro oficialmente emprestado aos países pobres não reduziu a miséria de suas populações, ele serviu às ditaduras para oprimi-las, enriqueceu os amigos do regime ou se transformou em armamento. As mídias, que falam regularmente da dívida dos países de terceiro mundo e de sua obrigação de reembolsá-la, não chamam a atenção para o endividamento dos países ricos. Em 1984, a dívida pública dos Estados Unidos, de todos os setores do governo juntos, era superior à soma das dívidas dos países em desenvolvimento e atingia mil quinhentos e setenta e três bilhões de dólares. Esse número não leva em conta o endividamento individual dos/as estadunidenses¹²⁴.

Os grandes gestores do poder são impermeáveis à vergonha. Eles só têm a palavra economia na boca. Mas quando eles não sabem mais o que fazer, em vez de botar a cabeça para pensar ou de voltar para a casa, eles brincam de Pôncio Pilatos e colocam o destino da economia nas mãos de dez dos seus amigos, de dois economistas e de um representante do mundo sindical, a quem eles pedem para estudar longamente a questão, ao fazer turismo pelo Canadá, enquanto os trabalhadores e as trabalhadoras continuam perdendo seus empregos. No outono de 1985, a comissão MacDonald sobre a economia apresentou seu relatório ao final dos trabalhos, que duraram três anos e custaram vinte milhões. A montanha dá à luz a um embrião de rato¹²⁵:

um monte de coisa sem imaginação sobre a sabedoria convencional do mundo dos negócios, um relatório da câmara de comércio de duas mil páginas e setenta e duas toneladas de relatórios, de pesquisas caras; uma [...] salada de tolices fervorosas, de remédios de direita e de ingenuidade política [...]. O relatório é politicamente invendável¹²⁶.

¹²⁴ Claude Julien, *op. cit.*

¹²⁵ Em francês, *La montagne accouche d'un embryon de souris*. Expressão oriunda das Fábulas de Esopo, usada para designar uma ação que gera muita expectativa, mas cujo resultado é insignificante. (N.T.)

¹²⁶ Don McGillivray, "Three Year's Work Yields Pious Platitudes", *The Gazette*, Montréal, 16 septembre 1985, tradução minha.

Neste momento me vem à memória uma entrevista que eu ouvi, há oito ou nove anos, no programa *La Vie quotidienne* da CBF-FM, Montreal. Um professor da Universidade de Sherbrooke, se minha lembrança é precisa, descrevia um jogo que ele havia aperfeiçoado como instrumento de trabalho para sessões de dinâmica em grupo, muito na moda naquela época. O jogo consistia em criar em um território virgem, uma ilha, eu acho, um sistema de sociedade equipado de todos os serviços modernos necessários, de estruturas financeiras e políticas etc. “Para testar o jogo”, contava ele, “nós reunimos dois grupos: um de especialistas de finanças – contador, administrador, gerente de banco – e outro de donas de casa. O primeiro grupo servia, como era de se esperar, para verificar se o jogo estava no ponto e o segundo, claro, para ver se pessoas, consideradas como pouco dotadas em matemática e finanças, podiam tirar proveito do jogo. Ao final do tempo atribuído ao teste, que surpresa!, os especialistas tinham criado um sistema de superfaturamento e de desemprego, no qual os serviços essenciais estavam em falta ou funcionavam mal; e elas, as ignorantes, tinham criado uma sociedade que de fato funcionava, equipada com os melhores serviços, sem desemprego nem superfaturamento...”

Enquanto isso

Os chefes se ocupam dos negócios importantes do Estado (o Poder, o Dinheiro, a Guerra). Enquanto isso, quinhentos milhões de pessoas passam fome, oitocentos milhões são iletradas (majoritariamente as mulheres) e um a bilhão e meio faltam cuidados médicos básicos. Na América Latina, dezenas de milhões de crianças vivem nas ruas, engraxando sapatos de dia e dormindo em bancos públicos com um papelão no lugar de uma coberta para abrigar-se do frio, presas fáceis para os vendedores de drogas que os idiotizam. Escândalo internacional da pobreza, da falta de cuidados médicos. Mas no Canadá, uma a cada cinco crianças¹²⁷ vive na pobreza, nos Estados Unidos é uma criança de menos de seis anos a cada quatro e uma criança

¹²⁷ Em francês, *un-e enfant*. Termo que apresenta dois gêneros na língua francesa, e que são marcados pela autora em seu texto por meio da escrita inclusiva, mas que em português apresenta-se apenas no feminino, *a criança*. (N.T.)

de raça negra¹²⁸ a cada duas – ainda que a situação delas seja privilegiada¹²⁹ em relação às centenas de milhões de crianças que morrem de fome¹³⁰.

Milhões de meninas são mutiladas sexualmente em nome das culturas e religiões masculinas; outras milhões são vítimas de incesto diário nos países que se julgam os mais civilizados. Estupros de mulheres em escala planetária, espólios de guerra ou violência contra a estudante, a amiga, a esposa, a vizinha, a transeunte; única variável de um país a outro, o número de minutos que separa um estupro de outro.

Rede interplanetária de tráfico de mulheres e de crianças de todas as cores. “Milhões de crianças e de adultos são compradas/os e revendidas/os. O comércio de seres humanos está cada vez mais próspero. [...] o mundo conta atualmente com mais escravizados que no momento da fundação da Sociedade, em 1839!, diz Alan Whitaker, um dos oito permanentes da *Société anti-esclavage de Londres* [Sociedade Antiescravidão de Londres]¹³¹.”

Cinquenta e dois milhões de crianças estão em trabalho obrigatório pelo mundo, e não conseguimos enumerar as milhões de meninas, jovens garotas e mulheres entregues à escravidão sexual da prostituição forçada¹³². A polícia indiana encontra meninos de cinco a dez anos, levados, sem o conhecimento dos pais, para uma fábrica de tecelagem de tapete, onde trabalham dezoito horas por dia sem remuneração, recebem uma alimentação insuficiente, são punidos com pauladas em caso de desobediência e marcados com ferro em brasa se eles cochilam durante o trabalho. Na Tailândia, fotografaram crianças de quatro anos trancadas em gaiolas, colocando heroína em saquinhos. No Marrocos, são pequenas meninas que, a partir dos sete anos, trabalham até doze horas por dia em fábricas de tapetes. Os recrutadores, a quem os pais miseráveis entregam por alguns dólares as filhas que não podem alimentar, revendem-nas

¹²⁸ Julgo pertinente destacar o emprego da palavra *raça*, pela autora, na expressão *race noire*, para referir-se às crianças negras. Se por um lado, objetivou enfatizar a condição de miséria em que vivem essas crianças, por outro, parece, mais uma vez, deixar escapar pela linguagem uma certa herança hegemônica de sua branquitude. Em seu texto, Beauchamp não emprega a palavra *raça* para tratar de pessoas brancas. (N.T.)

¹²⁹ A autora utiliza o termo *privilegiée*. Apesar de traduzi-lo como *privilegiada*, não concordo com o uso deste adjetivo, já que uma criança que passa fome não é mais privilegiada do que uma criança que morre de fome. Não existem privilégios neste caso, apenas uma situação pior e ainda mais triste do que a outra. (N.T.)

¹³⁰ «Lettre pastorale des évêques américains», *La Presse*, Montréal, 7 octobre 1985.

¹³¹ Vera Murray, «L'esclavage en liberté», *L'Actualité*, Montréal, mai 1985.

¹³² Prostituição imposta por outra pessoa, como um/a cafetão ou cafetina, por meio de violência física ou psicológica. Contudo, cabe ressaltar que a prostituição é um assunto muito debatido dentro do feminismo, desde a sua legitimidade enquanto profissão, até a sua legalização. Enquanto feminista marxista, acredito que mesmo as mulheres que se prostituem por vontade própria, sem serem coagidas por terceiros, são, na verdade, motivadas por questões provenientes do capitalismo e da dominação masculina (Cf. AFONSO, 2014; ALBUQUERQUE, 2008; MATHIEU, 2003). No caso das mulheres socialmente desfavorecidas, a prostituição se torna um meio de sobrevivência; no caso das mulheres privilegiadas, o fator-chave é o poder aquisitivo, que lhes dá mais status e poder social. Portanto, a prostituição é sempre forçada, seja diretamente por meio de outra pessoa, seja indiretamente por meio do capitalismo. (N.T.)

por até duzentos dólares aos proprietários de fábricas ilegais; mercadores de crianças e patrões são, frequentemente, ao mesmo tempo, fornecedores de redes de prostituição¹³³.

Kathleen Barry relata em *L'esclavage sexuel de la femme* que em 1978, um policial francês que havia trabalhado no escritório central de repressão do tráfico de seres humanos lhe declarou que as autoridades sabiam muito bem que várias milhares de meninas adolescentes desapareciam todo ano e acabavam nos haréns árabes¹³⁴. Os garotos menores de idade também não escapavam do comércio sexual. Em 1984, a polícia australiana descobriu que membros de um grupo chamado *Australian Pedophile Support Group* [Grupo de Suporte a Pedófilos Australianos] haviam tido relações sexuais com jovens garotos filipinos que eles apadrinhavam por intermédio de uma séria organização internacional de adoção¹³⁵.

Mais de duas mil e quinhentas mulheres e crianças refugiadas foram estupradas no mar da China quando piratas abordaram suas embarcações, mais de mil foram sequestradas e apenas 43% foram encontradas¹³⁶. Os piratas não são os únicos culpados. Os oficiais responsáveis pelas fronteiras e os guardas dos campos abusam de sua autoridade e de seu poder e estupram mulheres e adolescentes. Estes despatriados são particularmente vulneráveis, a maior parte dos dez milhões e até mesmo talvez vinte milhões de refugiadas/os do mundo são mulheres e crianças¹³⁷.

O tráfico de mulheres é feito em todas as direções, por revezamento: filipinas enviadas para a Espanha e daí para a América do Norte ou para os países do mercado comum; paraguaias e mulheres de outros países da América do Sul expedidas para os Estados Unidos e daí para a Europa; europeias – portuguesas, alemãs, francesas – que acabam em haréns árabes, na Austrália, na África; norte-americanas expedidas para o México e para outros lugares. Jovens mulheres, mas também meninas de oito e nove anos, são assim compradas, raptadas, atraídas pela falsa promessa de um emprego regulamentado e remunerado¹³⁸.

Os ramos internacionais do tráfico de mulheres são conhecidos pela Interpol e pelas Nações Unidas, assim como o turismo sexual organizado em grande escala pelas agências de viagens nos países asiáticos e esse outro comércio lucrativo que praticam as agências especializadas: a venda, aos europeus e estadunidenses, de jovens mulheres dóceis, prontas para

¹³³ *Ibid.*

¹³⁴ Kathleen Barry, *L'Esclavage sexuel de la femme*, Paris, Éd. Stock, 1982, p. 92.

¹³⁵ Vera Murray, *op. cit.*

¹³⁶ *The Globe and Mail*, 2 juillet 1985, citado pela *Revue du RAIF*, Québec, 1985, n° nov.-déc.

¹³⁷ *Revue du RAIF*, Québec, 1985, n° nov.-déc.

¹³⁸ Kathleen Barry, *op. cit.*, p. 95 a 98.

o casamento – mas não sabemos exatamente o que acontece a essas futuras esposas depois que elas chegam no Ocidente¹³⁹.

As autoridades civis de todos os países mantêm direta ou indiretamente o tráfico de seres humanos e tira dele enormes benefícios financeiros. A Interpol recusa tornar públicos seus relatórios sobre o tráfico de mulheres e “nenhum dos seus trinta e um membros solicitou-lhe fazer desse assunto uma prioridade em comparação à luta contra o tráfico de drogas. E no entanto, tudo isso está ligado: o dinheiro lucrado pelo tráfico de seres humanos serve, então, ao tráfico de drogas e de armas”, declarava a uma jornalista o diplomata francês Jean Fernand-Laurent, que preparou em 1983, para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, um relatório sobre a abolição do tráfico de seres humanos e da exploração da prostituição¹⁴⁰. Kathleen Barry destaca que

Em vinte e três mil queixas prestadas junto às Nações Unidas sobre violações dos direitos da pessoa, de acordo com um novo procedimento adotado para tratar de práticas de escravidão, oito casos somente resistiram às lentidões e aos procedimentos da burocracia. É assim que a fria máquina da Comissão dos Direitos Humanos prudentemente evitou a tarefa de denunciar a escravidão sexual internacional e a prostituição forçada¹⁴¹.

A moral da imprensa

O poder não se abala facilmente e não questiona sua moral por tão pouco. Os governos escondem esses fatos, as organizações internacionais repudiam a ação. A imprensa evita também questionar essa moral. Ela se interessa muito mais pelo exercício do direito individual do poder e pelos conflitos de interesses que ele provoca do que pela situação desumana de violência, miséria e escravidão que esse mesmo poder continua a impor às mulheres e às crianças. Ela mantém longe de suas páginas e de suas telas a evocação dessa crueldade. Ela enquadra ocasionalmente algumas manifestações nas estatísticas. Nossa imprensa ocidental fala mais facilmente das mutilações sexuais sofridas pelas meninas árabes e africanas e da exploração sexual das crianças e das mulheres do terceiro mundo do que das mulheres ocidentais e da existência de uma rede internacional de tráfico humano com a qual todos os países contribuem. Ela publica regularmente os relatórios da Anistia Internacional sobre violações dos direitos ditos políticos, relacionados às ações dos governos contra as populações civis: prisões, torturas, assassinatos. Ela deixa nas suas prateleiras os relatórios da ONU sobre

¹³⁹ Vera Murray, *op. cit.*

¹⁴⁰ *Ibid.*

¹⁴¹ Kathleen Barry, *op. cit.*, p. 103.

a escravidão e o tráfico de mulheres e de crianças, não investiga esses assuntos nem por parte das organizações internacionais, nem dos serviços da polícia... nem por parte das mulheres.

Enquanto isso, é a livros feministas como *L'Esclavage sexuel de la femme*, da estadunidense Kathleen Barry, que devemos a revelação desses acontecimentos e de suas causas, são eles que nos fazem ver a cumplicidade das mídias no silêncio do poder masculino sobre a realidade das mulheres.

A imprensa nos informa sobre injustiças, opressões, sofrimentos que homens infligem a outros homens. Os sequestros de civis por terroristas estão nas manchetes regularmente. Se trata-se um jornalista, a imprensa de seu país e as mídias estrangeiras com as quais ele colabora farão pressão, em nível mais alto, para obter sua libertação. Quando o jornalista francês Roger Auque é sequestrado em Beirute, a Radio-Canada, para quem ele era correspondente freelancer, intervém, no mesmo dia, junto ao governo canadense e a organizações internacionais como a Cruz Vermelha e a Associação Internacional de Radialistas. Quando Dalila Maschino é sequestrada no Canadá, a imprensa dá pouco crédito ao movimento organizado por grupos de mulheres em nome de sua libertação e alimenta dúvidas sobre a veracidade de seu sequestro, mesmo diante da evidência das provas. A imprensa silencia também a história dessas centenas de milhares de mulheres reféns, objetos de comércio de um país a outro. A imprensa, que tanto ama descrever a violência entre homens, patina sobre a violência causada às mulheres. Quando a diretora de um abrigo para mulheres agredidas, em Baie-Comeau, é assassinada pelo seu marido, é por meio da rede de mulheres que você saberá disso, a menos que você leia *Allo-Police* ou as cartas posteriormente enviadas aos jornais.

O discurso do apresentador-estrela da televisão estadunidense Ted Koppel, citado anteriormente, ilustra de modo eloquente que a imprensa também se refere à moral dominante, fundada sobre a primazia e a universalidade dos direitos individuais e sobre as leis. O apresentador critica os excessos da ética dominante atual:

A lei é flexível de uma riqueza sem limites em sua interpretação. E abusam dela como nunca antes.

Mas ele não leva em consideração o fundamento dessa moral e nem mesmo imagina que possa existir outra: “[...] a lei, que é a espinha dorsal do nosso sistema”.

Quando se compreende a lógica dessa moral, baseada no exercício do direito individual e nas leis, mas que não integra o senso das responsabilidades e as relações humanas, voltada para o poder da dominação e para a supremacia masculina, tem-se a explicação do

funcionamento da imprensa – como a dos outros poderes em vigor – e do comportamento dos jornalistas homens. São esclarecidas a escolha dos assuntos, sua ordem de importância, o ângulo de tratamento e a linguagem utilizada.

Entende-se melhor a submissão da imprensa ao poder, sua paixão pelos governantes. Não se surpreende mais ao vê-la direcionar todo o seu arsenal tecnológico de ponta para as guerras, quentes ou frias, em busca de um ganhador. Entende-se melhor também a sua paixão pelos conflitos de direitos e os acontecimentos que se situam em relação à lei, aos direitos e às políticas governamentais, que ela trata individualmente, silenciando mais frequentemente a gravidade ou a importância de suas repercussões sobre a vida das pessoas. Seu interesse pelo legalismo a leva a se entusiasmar pelas batalhas jurídicas e a dar muita importância ao processo judiciário, isolando, muitas vezes, acontecimentos de pouca importância social. Um quebequense volta do Peru, onde ele ficou preso por sete anos. Seu retorno está nas manchetes das mídias: ele, no entanto, conheceu desse país apenas o sistema judiciário. Muitos/as outros/as quebequenses voltam de países da América do Sul após terem trabalhado com a sua população por vários anos e estão em posição de transmitir, em primeira mão, uma informação tanto política, quanto econômica e social sobre a vida real das pessoas nesses países. A imprensa comunica muito raramente seus testemunhos, seja na primeira página ou na última.

Jornalistas que consideram a encenação espetacular dos acontecimentos uma prática válida e inerente à profissão denunciam, no entanto, os excessos: os projetores que iluminam os atores muito frequentemente inócuos em vez dos problemas, a escolha de assuntos sem importância real, o deslizamento em direção a uma informação que é apenas entretenimento, então desviada do seu objeto. Eles invocam, para explicar essa situação, a contaminação das práticas jornalísticas pelas leis do mercado publicitário, uma tendência deplorável à facilidade, o medo de afugentar o público pelo rigor intelectual, ou ainda se acusam de falta de imaginação ou talento. Mas uma vez que a constatação é estabelecida, eles giram em círculos, incapazes de encontrar os meios de conter a corrente, e a informação, ela fica atolada em um espetáculo cada vez mais debilitante, que leva à não-informação. O que eles dizem é verdade, mas seu diagnóstico sinaliza apenas os sintomas de uma causa mais profunda. O problema não é a encenação em si impressionante de situações, mas sim os assuntos que são escolhidos para se tornarem espetaculares e as razões dessas decisões. A escolha do inócuo, de acontecimentos tirados de seu contexto ou sem importância significativa, dos atores em detrimento dos problemas, que ignora realidades fascinantes que poderíamos muito bem se tornar espetaculares, remete a uma concepção individualista e impessoal da vida, que dá pouca

importância à interdependência das pessoas, à manutenção de suas relações, à dimensão humana da realidade, ao senso comunitário.

O funcionamento em gavetas

Essa concepção despersonalizada e abstrata da vida leva a imprensa a adotar um funcionamento em gavetas que divide a pessoa em duas: o espírito e o corpo, o cerebral e o emotivo, a razão e a intuição, o trabalho e o amor, e a valorizar apenas o que firma a imagem masculina de individualismo e de controle: o espírito, o cerebral, a razão, o trabalho.

A emoção, no entanto, faz parte dos fatos, ela faz parte também dos jornalistas, homens e mulheres, encarregados/as de informá-los. Negá-la, não restituir à realidade que se informa a parcela de emoção da qual ela é portadora é trapacear os fatos, distorcê-los, uma vez que é preciso tanto de sensibilidade como de inteligência para entendê-los e percebê-los. Mas os homens que dominam coletivamente a informação interpretam a noção de objetividade no sentido de seus valores primários: controle e repressão dos sentimentos, deficiência mais do que qualidade humana. Eles deixam para as mulheres a capacidade de exprimir suas emoções, mas restringem-na à esfera da vida privada, como se essa qualidade, julgada natural entre elas, útil para a educação das crianças e para a manutenção das relações interpessoais, se tornasse catastrófica fora do privado, e como se exprimir seus sentimentos tivesse como efeito anular o resto da personalidade, especialmente a inteligência.

Mas a inteligência e o coração são dois modos de conhecimento complementares. Quando se exclui um, só se pode entender as pessoas e as coisas pela metade e de forma distorcida.

O espírito se exprime pelo pensamento, o corpo, pelas sensações, e a alma, pelas emoções e pelos sentimentos¹⁴².

O filósofo Mikhaël Aïvanhov escreve, por sua vez:

Com o intelecto, não conheceremos nunca a realidade. Conheceremos, talvez, muitos detalhes superficiais, mas nunca a realidade, a quintessência. É ao coração que é dada a capacidade de penetrar na realidade¹⁴³.

¹⁴² Janine Fontaine, *Médecin de trois corps*, Paris, Robert Laffont, 1982, p. 102.

¹⁴³ Mikhaël Aïvanhov, citado em *Médecin de trois corps*, *ibid.*, p. 322.

Para não deixar de lado o essencial, para ver todos os ângulos, descobrir os aspectos escondidos do que acontece, manter o bom caminho, a intuição e a sensibilidade são também essenciais à prática jornalística assim como a inteligência. A repressão da sensibilidade e da empatia leva aos comportamentos descritos como nos casos de Dalila Maschino, dos reféns de Beirute e dos/as refugiados/as tâmeis. Ela bloqueia qualquer possibilidade de compreender uma situação, de descobrir os fatos e de transmitir ao público uma informação adequada. Mais grave ainda, essa repressão de uma abordagem humana em proveito de uma abordagem estritamente cerebral leva os jornalistas a distorcerem a realidade, a desacreditarem as pessoas, a fazerem julgamentos discriminatórios sobre elas e acusações não justificadas. A informação errônea e enviesada da qual eles são portadores tem consequências graves sobre a reputação das vítimas, as quais não têm meios de restabelecer publicamente a verdade – o mal está feito –, e sobre a opinião forjada pelo público a partir da versão unânime das mídias, versão à qual ele acrescenta necessariamente fé – histeria coletiva racista no caso dos/das tâmeis.

A supressão total das emoções é na verdade impossível. A emoção negada sob uma forma reaparece sob outra. Quanto mais sua repressão é forte, mais seu reaparecimento sob formas indiretas é perigoso: raiva e agressividade destruidoras, desconfiança dos outros, isolamento, incapacidade de funcionar em colegialidade e de delegar responsabilidades, comportamentos que levam ao desmoronamento das redes de comunicação entre as pessoas. Ao reprimir suas emoções, se tornarão a presa, ao passo que ao reconhecê-las e a aceitá-las, serão capazes de superá-las.

Os homens jornalistas também transmitem emoções, ou melhor, a repressão de emoções verdadeiras que se exprime pela violência. As páginas de esporte estão cheias dela. A excitação e o entusiasmo pelo sensacionalismo, os conflitos, as catástrofes, os incêndios, os bang-bangs de todos os tipos, o sangue, como o tom frio, neutro, autoritário, antagonico ou o tom arrogante, rígido, ruidoso, violento, arrombador que alguns forçam para além da ética e do respeito dos/as entrevistados/as são manifestações emotivas entre as mais negativas, as menos reflexivas, as menos adultas.

Negar a emoção em proveito da razão é negar o aspecto humano das realidades, portanto, sua dimensão mais importante: por exemplo, falar de baixa natalidade em termos de demografia unicamente, de suas consequências sobre o poder e o peso de uma comunidade em relação a uma outra sem falar das condições de vidas impostas às mulheres, das creches, dos efeitos da poluição nuclear e química na genética e na infertilidade.

Eu fico constantemente estarecida de ler, de ver, de ouvir jornalistas tratarem, sem se comoverem, de guerras em que combatentes matam milhares e milhares de pessoas: outros

combatentes, mas também civis de todas as idades. Como podemos contar, sem sentir um nó na garganta de pânico, que aqui ou ali, tal ou tal país realiza ensaios nucleares que envenenam o ar, a terra, as florestas, os cursos d'água e os seres humanos. Quando cientistas simulam um pós-guerra nuclear queimando uma floresta com napalm, como se pode falar sem hesitar diante do microfone com dois convidados para saber se a devastação que acontecerá será um outono ou um inverno nuclear?

Cobertura por acontecimentos e por setores

Essa divisão entre o emotivo e o cerebral, entre o privado e o público, leva os jornalistas homens a perceberem a história imediata ou distante como *acontecimentos*, separados uns dos outros e sem ligação entre eles, o que transmite também uma percepção falsa da realidade e cria confusão – o público não entende nada. O modo de cobertura da realidade por setores (política, economia, social etc.), que é uma outra manifestação, é totalmente inadequado para refletir e explicar as atividades humanas que se interpenetram. Sua única vantagem: tornar possível o controle da informação. Esse procedimento permite discriminar fácil e rapidamente os assuntos sobre os quais não se quer tratar, favorecer setores ao consagrar-lhes mais espaço e atribuindo mais jornalistas a eles, delimitando e restringindo mais facilmente a orientação (por exemplo, tratar principalmente de esportes profissionais, da política e não do político, reduzida às atuações dos governos), controlar os jornalistas e o acesso às mídias.

Tecnologia, direito e poder

A moral dominante não mudou. Como explicar então a degradação constante, nos últimos anos, da qualidade da informação, a perda em progressão geométrica do senso de responsabilidades e da ética jornalística, a propensão crescente de engajar o superficial, o espetacular e o *voyeurismo*? O desenvolvimento tecnológico, sua potência, sua fascinação e sua utilização entram também na linha de conta.

O desenvolvimento tecnológico dos últimos vinte anos colocou à disposição dos homens – visto que eles detêm todos os poderes e as riquezas deste mundo e que eles desenham a trajetória da ciência – meios e ferramentas de uma potência extraordinária e de uma sofisticação sem precedentes. Ele se tornou, nas mãos dos líderes da casta hierárquica no poder, um instrumento de reforço de sua dominação.

O desenvolvimento da tecnologia em si não está em questão, pois ele pode nos trazer imensos benefícios: eliminar a miséria, o sofrimento, a exploração dos seres humanos, a restrição de tarefas penosas e exaustivas; permitir a um número crescente de pessoas levar uma vida realmente humana, digna, com boa saúde, aumentar seu desenvolvimento e a expressão de seu potencial criador, realizar essa harmonização essencial entre o espiritual e o material. As possibilidades da tecnologia poderiam também levar a um uso não destrutivo do meio-ambiente e, pelos novos meios de comunicação, aumentar as trocas e engajar a humanidade em uma via de progresso humano e de bem-estar (no sentido de estar bem e não de consumo material). O progresso que conduz ao armamento nuclear nos é fatal; ele é desejado, procurado, planejado. Mas uma vontade contrária leva o progresso a uma via oposta; à necrofilia (amor à morte) se opõe vantajosamente a biofilia¹⁴⁴ (amor à vida), segundo a expressão de Mary Daly.

As mídias apoiam os apologistas da tecnologia conquistadora e transmitem à opinião pública sua fascinação pelas suas possibilidades ilimitadas. É ao vivo que a televisão transmite os lançamentos de naves espaciais, mas ela não está lá para fotografar os inúmeros testes de explosões nucleares. É durante dias que ela chora a morte de astronautas sacrificados/as pelas potências militares que usam, antes de tudo, seus voos interplanetários para aperfeiçoar seu armamento. Tomada por uma excitação frenética pelos feitos tecnológicos, a imprensa não se dá ao trabalho de explicar por que os governos alocam milhares para o desenvolvimento da indústria espacial e por que existem vínculos entre o Pentágono e a NASA. Ela quer a sua dose diária de espetáculo. A NASA afirmou que a pressão das mídias tinha sido uma das razões pelas quais ela havia decidido não atrasar o voo do ônibus espacial Challenger, apesar de condições meteorológicas não favoráveis e de sérias incertezas no âmbito da segurança.

Quando o governo estadunidense anuncia publicamente que ele retomará a fabricação de armas biológicas (mas talvez ele nunca a tenha parado), as mídias discutem calmamente sobre o significado *político* dessa decisão, em outras palavras, sobre a reação das outras potências, de suas consequências na negociação entre as duas Potências. Nenhuma denuncia essa decisão ou explica o que é esse tipo de armas e suas atrocidades. Mesmo quando elas os conhecem, as mídias também escondem cuidadosamente os aspectos criminosos da fabricação dessas armas.

Há mais de trinta anos existe um comércio internacional, que abrange vários países, um comércio de fetos humanos, em que fetos de *sete* ou *oito meses*, ou seja, de crianças gestadas quase até o fim, são mortos e usados para fabricar produtos de beleza, em pesquisas médicas e

¹⁴⁴ A palavra biofilia não existe no dicionário, enquanto a palavra necrofilia tem uso corrente. Mary Daly a inventou (biofilia) para significar o “amor à vida”. Mary Daly, *Gyn/Ecology*, Beacon Press, Boston, 1978, p. 10.

para desenvolver armas biológicas. O comércio é interrompido quando pessoas ou grupos se dão conta e corre o risco de causar um escândalo, retomando-o imediatamente em um outro lugar. O segredo é bem guardado, e a imprensa, cúmplice. Foi o que descobriu a francesa Rolande Girard, que decidiu conduzir uma investigação¹⁴⁵. Estima-se em oitenta mil o número de fetos inteiros ou divididos em órgãos que foram importados anualmente pelos Estados Unidos entre 1970 e 1980. Esses fetos eram destinados a firmas biomédicas de Maryland, especializadas em tecido humano, localizadas a poucos quilômetros dos laboratórios de pesquisa militar sobre as armas bacteriológicas de Fort Detrick. Entre 1971 e 1976, aproximadamente doze mil pares de rins de fetos, talvez até mesmo vinte mil, preparados por um professor da Escola de Medicina de Seul, foram expedidos pela Japan Airlines para um laboratório de Maryland. O laboratório Flow pagava vinte e cinco dólares pelo par de rins que ele recebia fresco, dividia-os em culturas celulares para enviá-los a diversos laboratórios estadunidenses, incluindo aqueles de Fort Detrick. Esses rins são extraídos, durante os “abortos”, de fetos retirados por cesárea no terceiro trimestre da gestação, perto do nascimento... a cesárea é usada para obter tecidos em perfeito estado.

No início de 1977, organizações feministas sul-coreanas, preocupadas com os rumores que circulavam sobre o assunto, alertam suas colegas japonesas durante uma reunião preparatória na conferência pela unificação pacifista da Coreia, que era realizada em Tóquio. Os rumores cruzam o auditório da Conferência, atingindo os meios políticos; a oposição decide fazer uma investigação e o governo japonês pressiona Seul para deter esse tráfico. Em Tóquio, claro, os grandes jornais japoneses reportam o caso nas manchetes. Mas as agências de imprensa internacionais, mesmo cientes, se calam; tanto as mídias europeias quanto as norte-americanas. Nos Estados Unidos, apenas um jornal quase clandestino de Boston, *The Phoenix*, divulga a informação. Na França, *Le Monde* relata a notícia em dezesseis linhas em um artigo que trata de outro assunto: a desaceleração das exportações de crianças sul-coreanas. O tráfico entre a Coreia do Sul e os laboratórios Flotow cessou, mas o mercado foi retomado por Singapura, pela Suíça e por uma outra companhia de Maryland¹⁴⁶.

Não se sabe o que se contou às mulheres envolvidas nesse programa para fazê-las aceitar semelhante “aborto”, nem se elas ou suas famílias foram indenizadas. Mas o procedimento de extração desse novo recurso natural é simples: exploram mulheres pobres e pouco instruídas – é mais fácil garantir seu silêncio e sua cumplicidade involuntária. Fazem-nas carregar seus

¹⁴⁵ Rolande Girard, *Les Fruits de nos entrailles*, Paris, Éd. Suger, 1986.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 125 a 173.

bebês até o fim, impõem-lhes uma intervenção cirúrgica; roubam-lhes seu/sua filho/a para traficá-lo/a como carne para a guerra biológica, sem dizer-lhes como serão usados.

Esse comércio diabólico não é um ato isolado de pequenos vendedores pobres, ignorantes e sem escrúpulos. É resultado de uma organização internacional orquestrada por grandes cérebros dos países da liberdade, que se beneficiam do silêncio das mídias. Bela moral! De um lado, proíbem o aborto às mulheres, defendem publicamente o direito do feto, a partir de sua concepção, contra a escolha das mulheres em decidir sobre sua maternidade e exigem incluir esse direito na lei; do outro, usurpam-se o direito de matar e de fazer um comércio ilícito e bem escondido de crianças prestes a nascer para fabricar armas biológicas. Esse gesto não é ditado pela compaixão às mulheres, mas pelos interesses do Poder masculino que se arroga o direito de propriedade sobre as mulheres e as crianças.

Esse silêncio das mídias é desconcertante; é que ele é político. A divulgação de semelhante atividade criminosa e desumana para um vasto público, pela televisão e pelos jornais, depreciaria a lista de êxitos da tecnologia e aquelas das políticas governamentais tratando-se do assunto; ela suscitaria um verdadeiro debate público. O livro de Rolande Girard, que desvela vários outros aspectos do tráfico de fetos, se deparou com o silêncio da imprensa ocidental. As grandes mídias do Quebec não ecoaram sobre esse escândalo (exceto em uma entrevista, feita por uma mulher jornalista, durante um programa de assuntos públicos da rede do Estado, que é pouco acompanhado). A publicação recorrente nas mídias de massa a respeito da informação disponível sobre a realidade do desenvolvimento tecnológico – disponível visto que as mídias feministas e ecologistas de baixo orçamento, de poucos meios e de pequena tiragem as publicam – obrigaria, pelo viés da opinião pública, aqueles que são seus mestres a mudar de direção.

A onipresença diária da televisão nas nossas vidas desenha, ao longo dos dias, um esboço preciso do tipo de informação veiculada pela imprensa, mas também um gráfico impressionante do uso que ela faz da nova tecnologia, da direção que ela lhe dá, do culto que ela lhe dedica.

São as próprias mídias que fazem do público um observador eletrônico. O desenvolvimento tecnológico deveria ter permitido um jornalismo mais minucioso, mais aprofundado por meio do acesso às ferramentas de pesquisa e aos bancos de dados que ele autoriza. A mobilidade e a flexibilidade dos apetrechos eletrônicos deveriam ter aumentado as comunicações e as trocas entre as pessoas e dado à população maior acesso às mídias. O desenvolvimento dos meios de comunicação deveria ter permitido ir aonde antes não íamos para tirarmos daí um melhor conhecimento, uma melhor compreensão dos outros povos,

transmitindo-nos suas experiências por satélites. Nós assistimos, em vez disso, à uniformização crescente de uma informação reduzida. O importante não é ir coletar informações e explicá-las, mas estar lá no mesmo lugar e no mesmo momento que todos para trazer imagens, para ver mais do que compreender. A competição obriga, é preciso chegar primeiro, arrancar do agonizante a sua última palavra, pagar, se for preciso, um terrorista armado que mantém um refém pela felicidade de uma entrevista ou os pais do refém para que eles chorem com exclusividade em seus braços. Correm, com a câmera nos ombros, de uma esquina à outra, de um país a outro por satélite. Correm. Correm atrás de um primeiro-ministro, de um coração transplantado, de estátuas que choram, de refugiados que mentem. Não sabem mais o que estão fazendo, se estão criando ou se estão relatando os fatos, se estão ou não manipulando grosseiramente a realidade e a opinião pública. Mas tiram fotos, gravam imagens. Estamos na era eletrônica.

Do lado deles, os *establishments* financeiros têm ritos mais secretos de veneração da tecnologia: é controlá-la que os interessa. Eles sentiram o cheiro do poder político extraordinário que daria àqueles que controlam as mídias o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação (satélites, antenas parabólicas, televisão paga, canais especializados, televisão a cabo, telemática, banco de dados etc.). A concentração da propriedade dos meios de comunicação cresce em um ritmo vertiginoso. Seus efeitos, que não são sempre visíveis, são sentidos tanto na imprensa escrita quanto eletrônica:

Já existem os contatos diretos entre os computadores das grandes agências internacionais e as gráficas de certos jornais estadunidenses: a agência escolhe as notícias mais importantes, de acordo com os critérios, e as “lançam” diretamente para a gráfica do jornal assinado! Assim, o redator chefe de um determinado jornal no Wyoming ou no Texas lê seu próprio jornal, como qualquer assinante, descobrindo-o como elas e eles, o que ele mesmo acabou de imprimir e cuja escolha foi feita em Nova York. A influência sobre os conteúdos se move para centros cada vez mais sofisticados e restritos¹⁴⁷.

Informat, o maior editor telemático do Canadá (subsidiado pelo governo federal), é propriedade de dois magnatas da imprensa escrita: Southam News (catorze jornais, um semanário financeiro e cinquenta e duas revistas) e Torstar (o *Toronto Star*, uma dúzia de semanários e, entre outros, a editora multinacional Harlequin). Seu associado de língua francesa no Quebec é o império Unimédia. Além de colocar bancos de dados à disposição de seus assinantes, ele produz um serviço de notícias telemáticas destinado aos cabo-distribuidores;

¹⁴⁷ Jacques Keable, *op. cit.*, p. 176.

seus executivos não vêm do mundo jornalístico, mas de empresas de tecnologia¹⁴⁸. Esse jornal telemático transmitido a cabo pega as notícias das agências e as resume em manchetes de trinta palavras. Lê-se nelas (primores encantadores!) que Frank Sinatra fará uma turnê pela Itália e que uma outra estrela desconhecida está muito contente de interpretar um monstro em um filme...

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 177.

A informação sem as mulheres

Os problemas do nosso tempo são urgentes demais e presentes demais para todos para que eles fiquem em silêncio. Ninguém mais pode se fazer de indiferente ... “Uma reportagem deve ser objetiva”, diziam nossos patrões preocupados antes de tudo em evitar polêmica e as críticas da oposição. A luta engajava-se então entre o nosso eu mais profundo e um trabalho que nada deveria trair de nossos sentimentos. Vimos alguns desses perfeitos trabalhos de neutralidade: máquinas sob medida e ajustadas a conta-fios e como tais, elas entediavam. Eu te desafio a fazer uma reportagem sobre o desemprego, sobre a delinquência ou sobre a questão racial nos Estados Unidos, mantendo-se frio, neutro e objetivo. Caso contrário, você não entendeu nada. Pois entender é também amar, se indignar, tomar partido e se engajar.

Judith Jasmin, 1964

Capítulo 13 – Sem a opinião delas... e contra elas

As mídias de massa – e é preciso incluir o cinema, a televisão (nos outros setores além da informação propriamente dita), o vídeo, a imprensa pornográfica, a publicidade, a indústria do disco – transmitem massivamente o Masculino. Há dois ou três anos exprime-se nela uma intensa recrudescência do machismo¹⁴⁹. Nota-se, por consequência, na imprensa um aumento do ponto de vista feminino... seja o uso das mulheres jornalistas para transmitir modelos femininos inferiorizados pelo viés de artigos de moda, beleza, cozinha, e de reportagens que reforçam os estereótipos de modo sutil ou declarado. As jornalistas italianas afirmam em *Écrire contre*, publicado após seu primeiro colóquio realizado em 1977 sobre as mulheres e a informação: “cabe às mulheres o dever de transmitir um modelo feminino antifeminista, de negar a si mesmas para negar as outras mulheres.” Dez anos depois, podemos fazer a mesma constatação.

O que aconteceu? Invocamos, para explicar a volta da direita, o surgimento de uma corrente de ideias inevitável contra a qual não poderíamos fazer nada, uma vez que toda a população pareceria ir em direção a essa orientação.

O retorno da direita, que se confunde com o uso da violência contra as mulheres, não é nem a mão invisível do destino, nem um objeto não identificado que surge do nada. Essa corrente de privatização, de desregulamentação, de neoliberalismo conservador, que atinge os países ocidentais, vai de encontro à marcha e à iniciativa das mulheres, da afirmação da visão de mundo delas, dos seus valores, das suas soluções, vai também de encontro às mudanças de mentalidade que as feministas provocaram a partir de 1970. As mulheres¹⁵⁰ não têm nada a ver com essa ideologia materialista retrógrada, baseada na apropriação do poder e do dinheiro por alguns, que promove o individualismo selvagem, a competição, o empreendedorismo privado, a busca pela excelência – formulação errônea que esconde a lei do mais forte –, o ideal Deus-Família-Pátria.

¹⁴⁹ Machismo: sistema social, ideologia da supremacia do macho. *Le Petit Robert 1*.

¹⁵⁰ Cabe ressaltar que essa afirmação não diz respeito a todas as mulheres, mas sim àquelas que são socialmente conscientes e engajadas. Como já mencionado por Beauchamp, existem também as mulheres-álbis que partilham da ideologia masculina. (N.T.)

Aqui no Quebec

Esse retorno da direita se encarna nas mídias sem ordem externa. As revistas femininas, assim como os programas de rádio e televisão destinados às mulheres, são forçadas, sob tutela masculina, a regressar ao padrão moda-beleza-decoração e aos estereótipos do eterno feminino, ao superficial, ao otimismo idiota, ao antifeminismo; ou são transformadas em revistas de atualidades gerais para toda a família... e nós sabemos muito bem o que isso esconde e significa. Os jornais também realizam esse retrocesso que nos leva para antes dos anos 1960. Em todos os outros setores de informação, as escolhas, a maneira, o tom dos homens redescobrem a arrogância que a visibilidade do movimento feminista havia feito recuar. Em todas as mídias, a lei masculina ganha peso em proporção direta à propulsão que exerce contra as mulheres o poder ideológico e político masculino.

Atualmente, *Clin d'œil*, *Allure*, *Coup de pouce* pululam no Québec. Não são mulheres que criam essas publicações, e os homens de negócio que as lançam não as criam para as mulheres, mas para tirar a maior quantidade de dinheiro possível dos anúncios publicitários de produtos alimentícios e cosméticos. O consórcio Télémédia (*TV Guide*, *TV Hebdo*, rede de rádio) lançava em fevereiro de 1984 a versão francesa de *Canadian Living*, *Coup de pouce*, revista dita de serviços, cuja maior parte do conteúdo é traduzida do inglês, e um terço, consagrado a receitas culinárias; sua tiragem chega a 140.000 exemplares. No início, Télémédia gastou um milhão de dólares em divulgação, sem contar o suporte de sua rede radiofônica, e distribuiu gratuitamente 650.000 exemplares do primeiro número. A revista mensal *Allure*, que tem mais ênfase em moda e beleza, foi lançada pela Quebecor, em junho de 1985, com um grande reforço de publicidade e mantida durante seus doze primeiros meses de existência por um plano publicitário de dois milhões de dólares e uma primeira distribuição gratuita de 500.000 exemplares. Um ano depois, sua tiragem chegava apenas a 40.000 exemplares, enquanto seu patamar de rentabilidade era de 80.000¹⁵¹.

Châtelaine

A versão francesa da revista *Châtelaine* se encontra atualmente no cerne dessa guerra de dinheiro entre homens. Os anunciantes querem um ambiente propício para suas mensagens. Se a Kraft tiver de escolher, para vender seu queijo e sua maionese, e a Revlon, para vender

¹⁵¹ *Info-Pressé*. Montréal, n° 3 (mai 1986).

seus produtos de beleza, entre uma revista que fala de aborto ou propõe uma reflexão às mulheres sobre seu corpo, e outras amplamente dedicadas à cozinha, à moda, escolherão as segundas. Os proprietários das revistas femininas se apressarão a agradá-los – entre homens, nós nos entendemos – e o sexismo publicitário encontrará seu pleno desenvolvimento. “A proporção vida prática *versus* assuntos de interesse geral, que é atualmente de 50-50%, corre o risco de passar para 55-45% com o aumento da seção moda e beleza, mas a mudança será imperceptível para as leitoras”, afirmava, em outubro de 1985, a redatora-chefe de *Châtelaine*, Martine Thornton¹⁵².

As publicações Mclean-Hunter haviam escolhido como redadoras-chefes da revista mensal *Châtelaine*, desde a sua criação há 25 anos, as experientes jornalistas Fernande Saint-Martin e Francine Montpetit, dando-lhes plenos poderes. Em 1985, o redator-chefe de *L'Actualité*, outra revista mensal do mesmo consórcio, é promovido a diretor geral das duas publicações. Ele contrata como redatora-chefe não uma profissional capaz de imprimir uma direção pessoal à revista, responder às necessidades de informação das leitoras, defender seus interesses, em cada número, se fosse preciso, mas sim a ex-redatora-chefe de *Coup de pouce* “que partilha sua visão sobre uma revista feminina¹⁵³”. O tempo das mulheres independentes já havia durado o suficiente.

É preciso dizer também que eles estavam muito cansados, em Toronto, de repetir doze vezes por ano instruções que não eram seguidas, mesmo quando eles pediam simplesmente para publicar fotos de mulheres sorridentes: “Muito ruim para o moral das leitoras, senhora redatora-chefe, fotos de *mulheres tristes* para ilustrar a reportagem sobre as polonesas de Gdansk¹⁵⁴”... Desculpa, senhores proprietários. Desculpa também pelos artigos sobre as práticas de medicina alternativa e pelas reportagens sobre a humanização dos tratamentos perinatais que interessam às leitoras, mas que enfurecem toda a classe médica. Desculpa pela informação pertinente e de qualidade transmitida às leitoras, tidas como adultas e inteligentes, informação nem pesada, nem triste, mas dinâmica e envolvente.

“Chega de loucura.” Objetivo: oficialmente, renovar o modo de se fazer revista, atrair uma clientela mais jovem; não-oficialmente, agradar os anunciantes em primeiro lugar, informar as leitoras em seguida, e tentar levá-las de volta ao bom e velho tempo das boas e velhas fórmulas perniciosas. As pesquisas sobre as preferências das leitoras são feitas sob medida. Perguntam-lhes, ano após anos, o que elas preferem entre moda, beleza, receitas

¹⁵² Françoise Guénette, «Châtelaine après 25 ans, le château fort assiégé», *Le 30*, Montréal, vol. 9, n° 8 (octobre 1985).

¹⁵³ *Ibid.*

¹⁵⁴ Kathy Breen, «Les Polonaises sous la loi martiale», *Châtelaine*, Montréal, avril 1982.

culinárias, atividades de artesanato, atividades culturais, dicas de consumo e decoração, narrativas de ficção, entrevistas com celebridades e assuntos de interesse geral. Nunca perguntam sobre o interesse delas pela política nacional e internacional, pela economia, pelas questões sociais, pelo trabalho, o que afeta sua condição de vida, os testemunhos e as atividades das mulheres, o feminismo; nenhuma pergunta recai sobre suas preocupações dietéticas, nem mesmo educacionais! Não se importam com o que as leitoras querem, escolhem por elas.

Enfim, sob a tutela de um diretor geral entusiasta, as instruções serão seguidas e aplicadas: algo leve, inócuo, “nada profundo”; beleza, belos sorrisos maquiados; roupas geralmente caras; receitas culinárias, mas sem se preocupar como antigamente em adotar uma alimentação saudável e natural – “os homens de verdade não comem quiche”; transposição da cruzada antifeminista de *L’Actualité*¹⁵⁵ nas páginas da revista feminina; conselhos, conselhos, conselhos e objetividade de macho, macho, macho... sob a forma de fotos de mulheres nuas ou em trajes minúsculas, em poses sugestivas divididas em duas páginas que podem concorrer com a página central da *Playboy*. Questionada na televisão sobre o lugar do feminismo na revista, a redatora-chefe responde: “Hoje o feminismo é menos falado e mais praticado. Nós, da *Châtelaine*, iremos insistir mais em aspectos como trabalho, carreira, finanças. Não se pode impor um ponto de vista tão absoluto a todas as leitoras¹⁵⁶.” A direção dessa revista não parece, no entanto, sentir nenhum desconforto ao impor modelos de mulheres inferiorizadas.

Desde outubro de 1985, as mudanças são vistas a olho nu. Aumento anunciado da seção vida prática (beleza, moda, decoração, cozinha). Algo inédito: duas fotos coloridas de mulheres nuas para ilustrar um artigo que recomenda pomadas para melhorar a curvatura dos seios (!); apenas a púbis está escondida por uma luva esfoliante na primeira, que toma uma página inteira, e pelo efeito de uma perna cruzada sobre a outra (número de outubro de 1985). Mas isso era só um começo. Em sua edição de junho de 1986, *Châtelaine* ilustra um artigo sobre o bronzamento com uma foto colorida, de duas páginas, de um corpo de mulher deitado na praia, vestindo apenas uma calcinha de biquíni amarela, os seios nus em primeiro plano. Esse número apresenta também seis páginas, sempre coloridas, de fotos de lingerie de luxo com modelos em poses umas mais sugestivas que as outras. Três dessas fotos se estendem em primeiro plano em duas páginas: uma mostra um sutiã e uma calcinha de renda transparente que deixam à mostra os mamilos e a púbis, e uma outra apresenta uma modelo, com as pernas abertas e ar triunfante, usando apetrechos de serviço sexual: sutiã balconê, calcinha, cinta-liga e meia-calça.

¹⁵⁵ Entre outras “Les femmes: 10 ans de révolte” (setembro de 1978), “Les hommes après vingt ans de féminisme ou le syndrome de bourson” (abril de 1984).

¹⁵⁶ *Les Actualités*, CBFT, Radio-Canada, Montréal, 6 juin 1986.

Falam de prataria, de renda, de junco e de vime. Publicam artigos gerais, ou seja, inócuos, como essa reportagem sobre a relação das mulheres com os automóveis, que divaga sobre uma velha notícia: as mulheres escolhem a cor do carro da família – os anunciantes ficarão contentes. Trazem listas de sugestões de presentes para os/as casados/as, para a mamãe, para o papai. Trazem também testes psicológicos: “Et vous, dans 25 ans?” [E você, daqui 25 anos?] “Êtes-vous Sado, Maso ou... Zorro?” [Você é Sado, Maso ou... Zorro?] O preâmbulo de explicação desse teste é revelador:

[...] cada um pode escolher entre três papéis: o da vítima, do salvador e do perseguidor. Qual é o seu, o meu, o de vocês?

Quanto à especialista entrevistada no artigo que acompanha o teste, ela é presidente de uma firma de consultoria de gestão – a arte de trazer a psicologia para os negócios. Este é o conteúdo.

Dar lugar aos homens

Vejamos os artigos de fundo. Nenhum velho estereótipo é poupado às leitoras: “La femme idéale vue par Pierre, Serge, Charles et les autres...” [A mulher ideal vista por Pierre, Serge, Charles e outros...] Hmm, entendi... Um emaranhado de absurdos cheio de sexismo dos mais desprezíveis: homens novos mais velhos que os velhos! São as estrelas da sociedade quebequense, homens ricos, influentes e ditos sérios, que se prestaram a esse jogo retrógrado, não demonstrando dessa vez nem inteligência, nem bom senso: o ator Serge Dupire, o maestro Charles Dutoit, o apresentador de televisão Pierre Nadeau, o homem de negócios Pierre Péladeau, o editor Alain Stanké e o jogador de hóquei Mario Tremblay.

Em coro, eles recitam a primeira virtude da mulher ideal, a beleza, e a segunda... o senso de humor – entendemos por quê. Eles querem mulheres altas, loiras, de olhos azuis, maquiadas na medida. Para o jogador de hóquei: nada de “baranga cheia de espinhas” nem de “mulher bêbada”; para o maestro: nada de “mulher que parece com os pneus da Michelin” e “em um casal, nada de mulher mais alta que seu companheiro”; para o apresentador de televisão: nada de “morena baixinha, pouco esportiva.” O ator “gosta de contemplar as formas femininas”, o editor “repara primeiro nos olhos, depois nas curvas”. Quanto ao homem de negócios, ele gosta das mulheres “revigorantes”, mas gosta principalmente de se gabar: “Eu não encontrei quem seja superior a mim na cama, com exceção de uma.”

A mulher ideal deve também ser carinhosa, fiel, honesta, do tipo independente, mas desde que não exerça a mesma profissão, nem ganhe mais dinheiro do que seu parceiro. Quanto à inteligência, sim, – todos eles precisam de “estímulo e de troca intelectual” – mas não muito. Um deles não se ofende se uma mulher tem mais diplomas do que ele... mas “pode começar a bocejar se ela leva uma conversa muito adiante!” Um outro, que anda sem dúvidas de olhos fechados, “raramente encontrou uma mulher que seja ao mesmo tempo extremamente linda e inteligente”... E bum!

Na revista, novo comportamento, uma dupla estreia: uma entrevista com uma personalidade masculina e a sua foto na primeira página, o presidente da *Corporation professionnelle des médecins* [Corporação Profissional dos Médicos], cujo rosto sem maquiagem substitui o rosto da modelo do mês. Enfim realizada a equação gráfica entre a sedução feminina e a sedução masculina: de um lado, um jovem rosto de uma modelo maquiado, sorridente e anônimo, do outro, um rosto sério de homem que envelhece ao natural, nomeado!

Ao que parece, “*Châtelaine* pode colocar na capa apenas excepcionalmente fotos de celebridades. Cada vez que substituem a cabeça de uma modelo por uma pessoa conhecida, as vendas nas bancas caem catastroficamente¹⁵⁷.” O que é preciso saber: a revista vende nas bancas apenas 7% dos seus 300.000 exemplares, os outros são vendidos por assinaturas, com 40% de desconto e acompanhados de brindes (calculadora, estojo de maquiagem, amostra de bebidas). Em 1975, o número de outubro, que quebrou recordes de venda nas bancas, foi consagrado inteiramente à reapropriação das mulheres de seus corpos. Ele se intitulava “*Je veux parler*” [Eu quero falar], apresentava testemunhos de todos os tipos de mulheres e, entre outros artigos, um sobre a masturbação, vários sobre a sexualidade e um outro artigo intitulado “*Accoucher est une fête que nous appartient*” [Parir é uma festa que nos pertence]. Nunca admitiram, em mais alto nível, que o sucesso do número foi devido ao seu conteúdo.

Outras estratégias editoriais e um modo de se fazer renovado, que se aproximariam dos interesses das mulheres, atrairiam provavelmente uma nova clientela às bancas. Mas os proprietários de revistas femininas não ambicionam informar as mulheres, eles estão nos negócios e fazem guerra entre eles às custas das mulheres, ou melhor, às custas do seu sexo, às custas de suas vidas.

¹⁵⁷ *Ibid.*

Corrige-se o feminismo

Atualmente, na *Châtelaine*, fala-se apenas excepcionalmente de feminismo e ainda para revê-lo e corrigi-lo: “Le féminisme revu et corrigé par Pierre Bourgault et Betty Friedan” [O feminismo revisto e corrigido por Pierre Bourgault et Betty Friedan] (maio de 1986). Que dádiva! Uma das pioneiras do feminismo estadunidense que, há 20 anos, abria os olhos de toda uma geração pela descrição do cotidiano alienante das donas de casa em *La Femme mystifiée*, afirma hoje que é preciso “abandonar o combate estéril à pornografia para lutar contra a única e verdadeira obscenidade: a pobreza”... e “antes dos direitos das mulheres, precisamos privilegiar os direitos da democracia”. Sinto muito, senhora Friedan, não é hoje que as feministas dos mais diversos meios gastarão suas energias para combater o câncer da pobreza entre as mulheres, para analisar as causas e as consequências de sua condição econômica e para iniciar a transformação. Por que a luta a favor da independência econômica das mulheres deveria ser exclusiva e impedir o combate à pornografia, um outro sintoma da pobreza das mulheres e do enriquecimento dos homens? Além disso, a maioria das feministas não combatem a pornografia por causa de sua “obscenidade”, mas porque essa indústria explora as mulheres, seu corpo, sua sexualidade e constitui uma propaganda de desprezo às custas delas¹⁵⁸. Quanto a primar os direitos da democracia em detrimento do direito das mulheres, eu confesso não entender... a democracia é a soberania do conjunto dos cidadãos e cidadãs, e estas compõem sua maioria... Mesmo que Betty Friedan emita ideias de acordo com o novo gosto da *Châtelaine*, ela é pouco considerada. O desenho de uma página inteira e colorido, traçado a partir de uma foto, que acompanha o artigo dá medo: é a imagem de uma ogra assombrosa e horivelmente feia.

Sob suas aparências de homem moderno e apoiador do movimento feminista, Pierre Bourgault ataca e ridiculariza os posicionamentos feministas com grandes golpes de sabre autoritário e paternalista. “Disso ele entende.”

Leiam o documento da *Corporation des enseignants du Québec* [Corporação dos professores do Quebec], o assédio seria “a proposta sexual não solicitada.” É de fazer chorar!

O discurso sobre a pornografia, completamente ridículo... e na maioria das vezes errôneo [...].

O argumento da mulher-objeto não é mais brilhante.

¹⁵⁸ Empréstimo parcial da reflexão de Micheline Carrier, *Cahier Femmes et sexualité*, Fédération québécoise pour la planification des naissances, Montréal, novembre 1985.

[...] Recentemente, um grupo militante cerceou um CLSC [Centro Local de Serviços Comunitários] para protestar contra a prática do aborto. O que fazem as feministas? Elas esbravejam. Mas então calem a boca! Vocês vão estragar tudo. Se o Quebec é interpelado, ele será obrigado a aplicar a lei.

Tanto desprezo para com as mulheres, tanta má fé para refutar um sexismo e uma violência sexual cuja existência não pode ser questionada hoje em dia, me tiram qualquer vontade de ironizar sobre esse assunto. Sobre a questão do aborto, a confusão não é criada pelas feministas. Se os governos não mantivessem essa lei iníqua que faz do aborto um ato criminoso e se eles tratassem as mulheres como seres responsáveis e respeitassem o seu direito e a sua escolha, as feministas não precisariam gritar tão alto para impedir que essa lei fosse aplicada¹⁵⁹. Se as mídias, em vez de tratá-las como ridículas, transmitissem suas falas, elas poderiam parar de esgoelar. Há mais de vinte anos, feministas voluntárias tentam obter medidas que favoreçam a maternidade e o aborto livre e gratuito em condições médicas, de modo que as mulheres não arrisquem mais a saúde e vida delas na clandestinidade de abortos carnicieiros.

O especialista Bourgault é também contra as creches, porque deveria sempre ter, segundo ele, um dos pais em casa junto às crianças e que a família monoparental é catastrófica! A ordem é dirigida evidentemente às mulheres, uma vez que são elas ainda que cuidam dos/as filhos/as. É a ordem do retorno ao lar contra o mercado de trabalho remunerado que sozinha torna possível o estabelecimento de um sistema universal e gratuito de creches. Não tem por que se desesperar quanto às crianças criadas por mães e pais solos ou em creche! Nós somos das gerações monoparentais: a presença do pai em casa na criação dos/as filhos/as... hmm! No entanto, sobrevivemos.

Mas gostaríamos de dar algo melhor às novas gerações. As creches, justamente, e a responsabilidade coletiva pela formação das crianças são soluções e as melhores que existem. Um estudo comparativo sobre as crianças russas e as crianças estadunidenses mostrou que as primeiras, criadas em grupo nos centros, eram mais bem socializadas, que havia mais camaradagem entre elas, suas mães e seus pais, e que estes passavam mais tempo com seus/suas filhos/as do que as mães e os pais estadunidenses. Os países onde a responsabilidade pela educação das crianças é coletiva – nos kibutzim¹⁶⁰, em Cuba, na China – parecem criar crianças com um maior senso de compromisso e de solidariedade, crianças menos individualistas, menos

¹⁵⁹ O aborto foi legalizado na Canadá em 1969, mas somente em casos específicos e com autorização. Apenas em 1988, após a publicação deste livro, é que o aborto foi completamente legalizado no país. (N.T.)

¹⁶⁰ Um kibutz – ou kibutzim, no plural – é um tipo de comunidade israelita baseada na coletividade e na igualdade social, em que as pessoas trabalham em conjunto na agricultura local para preservarem suas terras e produzirem economicamente. (N.T.)

competitivas e menos suscetíveis a desenvolver relações possessivas na idade adulta¹⁶¹. “Se quisermos uma sociedade em que as pessoas aprendam cedo a viver harmoniosamente juntas, a responsabilidade coletiva pela educação das crianças é uma condição essencial¹⁶².”

Em sua vontade de corrigir o feminismo, o senhor Bourgault não teme as afirmações categóricas: “O estupro está em declínio. Uma das proibições mais fundamentais na educação de jovens garotos diz respeito à violência sexual das mulheres.” De onde ele tirou isso? Em São Francisco, recentemente, 44% das mulheres interrogadas declararam ter sido vítimas de estupro ou tentativa de estupro. Um estudo conduzido no Canadá e nos Estados Unidos revelou que 35% dos homens confessaram estar mais ou menos prontos para estuprar¹⁶³!

Como ele explica que os maiores consumidores de pornografia sejam os adolescentes de doze a dezessete anos e que 35% deles confessam gostar de assistir a cenas de violência sexual? O psicólogo torontense James Check, que tira essas constatações de uma pesquisa junto a mil canadenses de todas as idades e regiões, e da análise de diferentes pesquisas realizadas nessa área, explica:

É muito provável que os adolescentes tirem da pornografia essa concepção da sexualidade e do comportamento social que se deve ter com as mulheres. É muito difícil para eles distinguirem o modo como as trocas sexuais acontecem na realidade e, por exemplo, a mensagem truncada que transmite a pornografia, na qual as mulheres gostam de ser estupradas ou de se submeter a serviços sexuais.

A pornografia torna-se para os jovens um curso de educação sexual e, frequentemente, o primeiro contato deles com comportamentos sexuais muito íntimos¹⁶⁴.

As feministas cansam também o senhor Bourgault com “seu dedo acusador sobre os guetos femininos de empregos”. E os guetos masculinos? pergunta ele. São as mulheres que não têm acesso às categorias de emprego mais bem remuneradas, às promoções; elas são bem menos pagas do que os homens no mesmo setor de emprego (profissional ou manual); elas detêm 75% dos trabalhos tradicionalmente femininos, que são bem menos pagos que os trabalhos masculinos e, às vezes, muito. Elas são as campeãs do *cheap labor*, compondo a maioria da mão de obra que trabalha na ilegalidade, que ganham por trabalho, que recebem um salário-mínimo.

¹⁶¹ Rosalyn F. Baxandall, “Who Shall Care For Our Children? The History and Development of Day Care in the United States” em Freeman, *Women*, p. 134-149. Nancy Chodonov, *The Reproduction of Mothering*, Univ. of California Press, 1978, p. 217. Citadas por Marilyn French em *La Fascination du pouvoir*, op. cit., p. 556.

¹⁶² Marilyn French, op. cit., p. 556.

¹⁶³ *The Globe and Mail*, 11 mars 1986, citado na *Revue du RAIF*, Québec, mars-avril 1986.

¹⁶⁴ *Ibid.*

A imprensa diária

O retorno dos estereótipos de vinte e cinco anos atrás acontece em um ritmo vertiginoso. *La Presse*, que não tem mais páginas femininas como tais, publica toda semana cadernos de moda-beleza-cabelo, consumo, alimentação, decoração, cujo número de páginas varia entre oito e doze, de acordo com a remessa publicitária. Eles são concebidos a partir de um mesmo modelo: uma capa colorida e, no interior, dois ou três artigos e notícias sem interesse para divulgar a publicidade que ocupa mais de 60% do caderno. Alguns dias, artigos assinados por uma jornalista divulgam gratuitamente novos produtos de beleza. O caderno moda-beleza-cabelo de 24 de janeiro de 1984 continha seis notícias do tipo “La laque revient même sur les coiffures négligées” [O laquê de volta mesmo nos cabelos despenteados] ou “Les tissus suisses dans les collections” [Os tecidos suíços nas coleções], e vinte e dois anúncios. O de 29 de abril de 1986: nas manchetes, vestidos de baile (informação muito útil para as leitoras de hoje) e ao longo da publicidade, um artigo sobre a clínica Biotherm de Deauville (sem menção às taxas de estadia e dos tratamentos), um sobre os produtos de beleza Juvena, um quadro anunciando um super vestido de gala de pele, e notícias: “la cellulite” [a celulite], “les nouveaux maquillages” [as novas maquiagens], “l’art du bain” [a arte do banho], “la robe noire chez les grands couturiers” [o vestido preto dos grandes estilistas]. O de 14 de maio do apresentava uma página de vestidos de casamento, um artigo sobre os ditames da moda canadense para a próxima estação, um outro sobre a coleção do estilista Balmain, um terceiro sobre o desfile das/os concluintes de uma escola de moda, uma notícia sobre a moda masculina, conselhos para se proteger do sol e algumas linhas sobre penteados. Os outros cadernos são iguais. O de alimentação: receitas, um artigo sobre o design de utensílios para churrasco e notícias sobre as novidades nos supermercados, sobre exposições alimentícias no exterior – pouco sobre nutrição... Esse conteúdo inócuo não tem outra função a não ser atrair os anunciantes e agradá-los; ele não responde às necessidades do público, mesmo em matéria de moda ou alimentação.

Atualmente, as outras grandes mídias remontam a mesma corrente. Escolhi analisar mais detalhadamente *Châtelaine* e *La Presse* por causa de sua tiragem e de sua importância no cenário quebequense. Nelas, as opiniões misóginas e errôneas do senhor Bourgault são desinteressantes. Mas elas mostram como a conjuntura revela as atitudes, em relação às mulheres, de homens considerados progressistas. Que uma mídia destinada à clientela feminina use a credibilidade de um observador-estrela da política quebequense para transmitir um discurso eminentemente sexista e retrógrado, apesar de seu tom modernista, e rejeita o acesso

dessas páginas à fala das mulheres independentes de hoje, mostra quanto o objetivo de seus proprietários e de sua direção masculina é *política*, e que tipo de meios sutis eles usam para trazer as mulheres de volta à razão ... de antigamente.

Vinte e cinco anos de trabalho pelo ralo

As políticas atuais das mídias anulam vinte e cinco anos de trabalho e de luta das mulheres jornalistas. No início dos anos sessenta, a maioria entre elas estava confinada nas páginas femininas. Elas começam, então, a lutar nas redações dos jornais para oferecer às mulheres um conteúdo mais substancial do que a capa, até então, limitada aos aspectos mais tradicionais da vida das mulheres (mundanidades, moda, cozinha, decoração, puericultura) e eliminar notícias sem importância para substituí-las por assuntos que convêm aos interesses das leitoras e por páginas de moda que correspondem pelo menos ao orçamento delas.

Elas conseguiram. No jornal *La Presse* (uma dezena de jornalistas, sob a direção de Céline Légaré que sucede Fernande Saint-Martin, em 1960, depois Nicole Mongeau até 1966, Lily Tasso até 1969 e Anne Richer até 1973, data da transformação das páginas femininas em páginas que se dirigem a toda a família); nos semanários *La Patrie* (com Céline Légaré, que deixa *La Presse* para reorganizar as páginas femininas de *La Patrie*) e *Photo-Journal* (com Claire Harting, que criaria mais tarde as páginas para as mulheres no *Journal de Montréal*). O jornal *Le Nouveau Journal* (com Lyse Rossingol, eu mesma quase em que minha estreia, e quatro novatas), lançado em 1961, propõe páginas femininas inéditas nas quais as mulheres assinam regularmente crônicas políticas. A partir de 1963, Solange Chalvin e Renée Rowan conferem às páginas femininas do jornal *Le Devoir* uma aparência que contribui para fazer evoluir a condição feminina, conservando apenas a crônica do carrinho de compras, ligada à proteção em matéria de consumo. Em *Le Soleil* de Quebec, uma equipe de cinco jornalistas, sob a direção de Monique Brunelle, faz também desaparecer moda, beleza e cozinha para abordar mais profundamente a educação, a saúde e outros assuntos sociais relacionados à condição das mulheres. No início dos anos setenta, a equipe de *Le Soleil* se desfaz, acreditando também que os assuntos dos quais ela trata não devem mais ficar restritos às páginas femininas. Em 1966, a revista anglófona *Homemaker's* aparece em francês com o nome de *Madame au Foyer*; muito conservadora no início, logo daria também espaço a questões substanciais sob o impulso de sua diretora Pierrette Laberge-Ferth.

Por parte das mídias eletrônicas, nasce na televisão da Radio-Canada, em 1964, o programa *Femme d'aujourd'hui*. Na rádio, Louise Simard continua a se interessar pelas preocupações das mulheres e, em 1965, Lise Payette inaugura o programa matinal *Place aux femmes*, marcado pelo humor, bom humor e mesmo pela provocação. Nele, ela trata com frequência da condição das mulheres e convida o público que assiste ao programa a reagir.

Já nos anos cinquenta, Jeannette Bertrand, responsável pelo correio sentimental no *Petit Journal*, exige e consegue com que as cartas recebidas e suas respostas sejam publicadas integralmente. “Todo domingo, o correio leva a milhares de leitoras suas falas polêmicas sobre casamento, dominação, mulheres agredidas, sexualidade, vida social, embriaguez, contracepção. Estão acabados os conselhos de renúncia e as alusões veladas. Uma linguagem clara, direta, provocante para a época convida as mulheres a reagir, a responder, a exigir¹⁶⁵.”

Na revista *Châtelaine*, que nasce em 1960, a seção vida prática ocupa de 60% a 65% da revista. Mas “desde o começo, coexistem assuntos tradicionalmente femininos e proposições editoriais corajosas, novas, inéditas de autoras/es quebequenses (como Anne Hébert, Monique Bosco, Marie-Claire Blais, Claire Martin) e reportagens ou pesquisas que revelam a condição real das quebequenses”, lembra a jornalista Françoise Guénette. E comenta sobre a vontade que animava sua primeira redatora-chefe, Fernande Saint-Martin, uma vontade forte de suscitar nas mulheres uma tomada de consciência. “Quando ela se pronuncia em 1963 a favor da pílula anticoncepcional, é um choque para as mulheres do Quebec e o início de um grande debate. Levada pela Revolução Tranquila, ela também conduziu várias batalhas e iniciou grandes questionamentos que abordavam mesmo assuntos tabus, como a homossexualidade feminina. Apesar da prudência do tempo e das preocupações oratórias destinadas a atenuar a “violência” das palavras, as mensagens passavam e a dimensão dada à *Châtelaine* por Fernande Saint-Martin ultrapassavam de longe aquela da *Châtelaine* de língua inglesa, escrita timidamente pela leitora da Saskatchewan¹⁶⁶.” A jornalista Michèle Lasnier havia deixado *La Presse* com Fernande Saint-Martin para formar equipe com ela no novo mensal; e ela era sua única repórter permanente.

“Em 1963, Renée Rowan publica em *La Revue populaire* um artigo que atrairia milhares de cartas, que chegavam em malas postais inteiras, pedindo mais informações: “La régulation des naissances: la joie d’avoir un enfant quand nous l’avons voulu” [A regulamentação dos nascimentos: a alegria de ter um filho quando nós o queríamos]. Em novembro de 1968, *Photo-*

¹⁶⁵ Collectif Clio, *L'histoire des femmes au Québec depuis quatre siècles*, Montréal, Les Quinze éditeur, 1982, p. 420.

¹⁶⁶ Françoise Guénette, *op. cit.*

Journal publica uma pesquisa sobre a contracepção, cujos resultados seriam analisados no ano seguinte pela Radio-Canada, e mostra que apenas 12% dos casais católicos se abstém de qualquer controle de natalidade e respeitam as recomendações da encíclica *Humanae vitae*, tornada pública no início daquele mesmo ano pelo Papa¹⁶⁷.”

Essa nova imprensa feminina propõe, ao lado do caderno social, da moda e da vida prática, reportagens e editoriais que se situam no cerne da vida das mulheres e de suas novas preocupações: contracepção, aborto¹⁶⁸, parto natural, creches, divórcio, regime matrimonial, acesso à educação superior, às carreiras masculinas, salário igual por um trabalho igual no mercado exterior do trabalho, contribuição à vida pública, à vida política¹⁶⁹ e econômica, solicitação de uma comissão real de estudo sobre a condição de vida delas. Ela descreve também a pobreza das mulheres, a situação das imigrantes. Mas a imagem da condição feminina que se tira daí permanece ambígua: de um lado, novas aspirações e uma clara vontade de mudanças, do outro, uma atração pelo modelo modernizado da dona de casa. O título *Vie féminine, Vie mondaine* encabeça a seção das páginas femininas de *La Presse* até 1973. Até essa data, publica-se nessas páginas os anúncios de casamento, o caderno social, cobre-se os bailes e os concursos de rainhas da beleza juntos com os assuntos sobre a condição das mulheres. A revista *Châtelaine* elege todo ano uma “Châtelaine do ano”, uma mãe de família engajada em uma causa.

Nessa época anterior ao feminismo moderno, a luta das mulheres jornalistas para transformar a imprensa feminina foi semeada de obstáculos, como testemunha Lizette Gervais que foi, de 1964 a 1967, a primeira apresentadora do programa televisivo da Radio-Canada, *Femme d’aujourd’hui*:

Eu estava frustrada de tratar da informação sob um ângulo dito feminino, sob um ângulo obtuso. [...] Durante a campanha eleitoral de 1966, eu havia proposto convidar os presidentes dos partidos para perguntar a eles o que haviam previsto para as mulheres. Felizmente, quando exigiram tratar apenas de questões como o número de mulheres que iriam votar, as mulheres jornalistas que deveriam participar do programa foram solidárias comigo e se recusaram a fazê-lo.

¹⁶⁷ Gloria Escomel, «Un siècle de journalisme au féminin, deuxième partie, 1950-1970», *Madame au Foyer*, Montréal, juin 1984.

¹⁶⁸ O assunto aborto é abordado com precaução, as tomadas políticas são delicadas e ainda não se reivindica abertamente a escolha. Revela-se apenas a realidade dos abortos clandestinos: trinta milhões pelo mundo; as que abortam: 80% de mulheres casadas. No Canadá, trezentos falecimentos e vinte mil casos de complicações.

¹⁶⁹ 1961 marca a eleição, na ocasião de uma parcial, da primeira deputada quebequense, Sra. Claire Kirkland-Casgrain, imediatamente nomeada ministra sem pasta no governo liberal de Jean Lesage. Ela empreende um projeto de leis que será adotado três anos depois (a lei 16) e colocará fim na incapacidade jurídica da mulher casada. Em 1970, Lisa Bacon assume o comando e torna-se ministra no governo Bourassa. Será preciso esperar até 1976 para poder ver mais de uma mulher tomar posse em Quebec.

[...] Mantinha-se as mulheres nos guetos dos insípidos. Então eu pedi, no final da temporada, para me explicarem diante os diretores e diretoras, e me disseram para lavar roupa suja em casa. Que bela imagem feminina. Então eu deixei o programa. A gente pensa quando tem que deixar um programa! É importante e difícil ao mesmo tempo, em todos os níveis, de fazer valer suas ideias e, além disso, de ganhar sua vida¹⁷⁰.

Em 1969, Anne Richer, então diretora da seção *Vie féminine, Vie mondaine* de *La Presse* inicia uma “longa luta”, segundo sua própria expressão, para mudar o título da seção e sobretudo sua mentalidade: “Eu queria, principalmente, acabar com as rainhas da beleza, a cobertura dos bailes, o caderno social, que começavam a desaparecer dos jornais estadunidenses. Mas a direção temia perder os anunciantes dessa seção¹⁷¹.” Em 1973, a “vida social” desaparece, mas junto com as páginas femininas, substituídas pelas páginas “Vivre aujourd’hui” de interesse humano, social, familiar e feminino.

Pouco a pouco, nos anos setenta, as páginas femininas dos jornais e semanários desaparecem para dar lugar às seções capazes de interessar às mulheres e aos homens, o que no início parecia uma reforma progressista a qual tirava as mulheres de um gueto – leitoras como jornalistas. Em 1977, na grande imprensa escrita, tem no máximo três publicações nas quais a condição das mulheres é regularmente descrita, comentada e analisada: o semanário *Le Jour* (que desaparece no início do ano seguinte) e *Le Devoir* que têm uma seção sobre a condição das mulheres, a revista *Châtelaine*, e na imprensa falada, o programa *Femme d’aujourd’hui*. Lysiane Gagnon e Armande Saint-Jean dizem, então, em uma análise apresentada no congresso da FPJQ [Federação Profissional dos Jornalistas do Quebec]:

O problema, e não é de hoje que o percebemos, é que essa transformação teve como efeito atomizar as únicas seções onde as mulheres, sendo a maioria, teriam podido criar um grupo sólido, encorajando umas às outras a “vasculhar” mais profundamente o domínio da condição feminina e de formarem uma equipe nesse sentido.

A transformação das páginas femininas em seções mais amplas, nas quais entraram um certo número de jornalistas homens, teve exatamente o mesmo efeito que a implementação das escolas mistas, ou seja, colocar nas mãos dos homens a direção das operações. Nas escolas para meninas, as mulheres tinham facilmente acesso aos cargos de direção. Nas escolas mistas – cuja equipe é mista – elas são hoje, em geral, diretoras-assistentes¹⁷².

A partir dos anos 1982-83, o vazio quase total que reina só pode favorecer a ofensiva do retorno dos conteúdos femininos perniciosos e insípidos de antes do despertar das mulheres.

¹⁷⁰ Testemunho em *Thérèse, Janette, Hélène et les autres ou... la face cachée de l’information*, bilan du colloque Les femmes et l’information, FPJQ, 1981-1982, p. 14 et 15.

¹⁷¹ Gloria Escomel, *op. cit.*

¹⁷² Lysiane Gagnon et Armande Saint-Jean, *La Situation des femmes dans l’information*, FPJQ, Montréal, avril 1997, p. 17.

O programa televisivo *Femme d'aujourd'hui* é transformado em um programa de atualidade geral, as páginas para mulheres do *Jornal de Montréal* desaparecem, Télé-Métropole coloca fim ao popular programa de Jeannette Bertrand, *Jeannette veut savoir*. Resta na grande imprensa escrita apenas as crônicas semanais sobre as condições das mulheres de *Devoir* e *La Presse*.

Mídias e feminismo

A atomização nos anos setenta das páginas femininas nos jornais e semanários coincidiu com a emergência, no Quebec, da fase mais recente do movimento feminista. Mas as mulheres jornalistas, já pouco numerosas e não estando mais agrupadas em um mesmo setor, não se beneficiavam mais do suporte de uma equipe. Elas não tinham mais um lugar protegido, melhor dizendo, não tinham mais lugar algum para tratar da condição das mulheres e dar-se conta da evolução de sua luta; a afirmação das mulheres era a última preocupação das mídias e o feminismo, a Hidra suspeita¹⁷³.

De um ano ao outro, com exceção de algumas brechas, não teve lugar na imprensa tradicional para as lutas coletivas e para a tomada de palavra das mulheres. Essas brechas, forjadas a duras penas, foram o feito de algumas mulheres jornalistas conscientes e corajosas. Revistas e programas femininos como *Femme d'aujourd'hui* da emissora Radio-Canada, apresentado durante treze anos por Aline Desjardins, e *Châtelaine*, sob a direção de Francine Montpetit, começaram a falar de feminismo nos anos setenta para progressivamente deixarem de lado, até 1981, a moda, a beleza, os retratos de mulheres-alíbis, “o psicologismo ronronante e o otimismo doente da imprensa dita feminina¹⁷⁴” e dar lugar e fala à expressão das mulheres, às suas preocupações e às suas condições reais de vida numa perspectiva de questionar seu papel. Tudo isso, apesar das mensagens publicitárias que vendiam a maionese Kraft e dos padrões avarentos, contrariados, que só esperavam a oportunidade para pôr esse belo mundo na linha.

É significativo que seja em certas revistas femininas e nas raras páginas femininas restantes nos jornais que a fala e a realidade das mulheres foram mais transmitidas – setor da informação considerado na profissão como menos importante, menos sério, que exige menos competências e profissionalmente desvalorizado. Os outros setores da informação são

¹⁷³ Do francês, *hydre suspecte*. Na mitologia grega, a Hidra de Lerna é um monstro com corpo de dragão e cabeças de serpente. Na língua francesa, em sentido figurado, a hidra também representa um mal que se desenvolve apesar dos esforços realizados para se livrar dele (*Le Robert*, 2023). (N.T.)

¹⁷⁴ Sylvie Dupont, *Actes du colloque La Parole ça se prend*, Montréal, ICÉA, 1979, p. 12.

totalmente fechados às ideias das mulheres. No início dos anos oitenta, os responsáveis por algumas crônicas sobre a condição das mulheres nos jornais (*Le Devoir* e *Le Journal de Montréal*) foram abarrotados pela informação que lhes era fornecida por grupos de mulheres: sendo o único canal de difusão, elas só conseguiam publicar em um espaço restrito uma pequena parte do que deveria ter sido.

Não apareceu, como, normalmente, deveria ter sido, um jornalismo de mulher que integre a condição das mulheres a todos os aspectos da vida, que introduza a visão delas, linguagem delas. Teve, aqui e lá, algumas séries, algumas seções, algumas reportagens. Brechas limitadas, circunscritas no tempo. Após um momento, sempre tem um bloqueio: os padrões colocam fim nessas iniciativas, porque tratar da informação sob o ponto de vista da mulher, ou simplesmente dar a palavra às mulheres sobre a realidade delas é algo inadmissível: “Não é objetivo, vocês também não deram a palavra aos homens, vocês usam as redes para transmitir uma ideologia.” Brechas limitadas também quanto ao seu lugar de difusão. A rádio privada jamais entreabriu as portas. É a mobilização e a força do movimento das mulheres que tornaram possível o pouco que as mulheres jornalistas puderam realizar após quinze anos nas mídias masculinas, pagando um alto preço em termos de energia, de batalhas diárias, de dinheiro, de carreira, de reputação profissional no meio – quando elas se mostravam feministas.

Em 1981, as mulheres jornalistas tomaram publicamente a palavra no colóquio *Les femmes et l'information* [As mulheres e a informação], mas sem que esse evento tivesse consequências reais no meio. Pela primeira vez, ultrapassando seus medos, elas “quebraram a parede do silêncio”. Foi um primeiro passo em direção a uma luta coletiva, um momento importante de tomada de consciência, um evento caloroso, comovente. Oitocentas mulheres participaram dele: jornalistas contratadas e freelancers vindas de todas as partes do Quebec, e também, em um grande número, leitoras e militantes feministas. Mas as jornalistas rejeitaram as medidas de ação positiva propostas no colóquio e, em nome de seus critérios profissionais, recusaram qualquer associação eventual com os grupos de mulheres, para estudar posteriormente a relação entre as mulheres e a informação e estabelecer acordos. O comitê da condição feminina, cuja criação foi votada pela assembleia geral da FPJQ e ao qual ela deu o mandato para implementar as recomendações do colóquio, jamais viu a luz do dia, muito menos os projetos de jornadas de estudo anuais e seminários regionais que deveriam reunir as mulheres jornalistas. O mensal da FPJQ ainda hoje não publica uma nota sobre o assunto.

As organizadoras do colóquio não quiseram se engajar em uma luta estritamente feminista, nem usar a base ideológica como quadro de análise, a exemplo das mulheres dos sindicatos e de outros meios profissionais – as pressões dos confrades, veladas ou diretas, eram

fortes. A falta desse quadro de análise não facilitou para as suas irmãs, durante esse encontro, a análise mais profunda da situação delas e a reapropriação de sua identidade. Mas as consequências dessa primeira tomada da palavra eram assunto de todas as mulheres jornalistas...

Sem poder se inscrever em um percurso coletivo, um núcleo de mulheres em movimento tentou fazer sua parte, e os grupos feministas de fora forçaram as portas sem conseguir abri-las. Não houve transformações profundas. Houve acomodações forçadas, não consentidas.

O impacto do feminismo

Todo aparelho da informação tentou silenciar a mais recente fase da revolução feminista. Mas, há vinte anos no Quebec, a tomada de consciência das mulheres teve um impacto sobre a população, apesar da resistência das mídias. Muito lentamente a partir dos anos 1965 e mais vigorosamente a contar de 1972-1973, o movimento feminista tomou a palavra publicamente. Ele atribuiu a si mesmo ferramentas de difusão. Coletivos de mulheres não-jornalistas criaram mídias feministas, começando pelas publicações radicais, atualmente desaparecidas, como *Québécoises deboutte!*, *Les Têtes de pioche*, *Des luttes et des rires de femmes*, *L'Entrelles*, das mulheres de Outaouais, ou ainda a revista mensal da RAIF (*Réseau d'action et d'information des femmes*) [Rede de Ação e de Informação das Mulheres] que mantêm uma fonte contínua de energia há quatorze anos. Na mesma época, outras feministas criaram *La Librairie des femmes*, as editoras *Remue-ménage* e *Pleine Lune*. Sabemos a importância que essas ferramentas de partida tiveram na estruturação do pensamento feminista e no processo de conscientização das quebequenses.

Em seguida, outros coletivos feministas criaram outros meios de difusão: livros, vídeo, teatro, arte visual e música. Alguns substituíam os primeiros desaparecidos, como a livraria *Aube-Épine* pela *Librairie des femmes*. Outras ainda criavam órgãos de informação bastante diferentes quanto à sua orientação, à sua rede de difusão e à amplitude dos meios financeiros, e que existem ainda hoje. Sem fazer um levantamento exaustivo, citemos, por exemplo, em Quebec, *Marie-géographie* e em Rimouski, esse modesto noticiário, *L'Autre Parole*, que divulgou para todo o Quebec a existência de feministas cristãs, suas proposições e suas ações. O *Conseil du statut de la femme* [Conselho do status da Mulher] lançou uma publicação gratuita, *La Gazette des femmes*, distribuída em 50.000 exemplares. À Montréal, o *Centre de référence et d'information des femmes* [Centro de Referência e de Informação das Mulheres]

tem uma tiragem de 12.000 exemplares da sua modesta revista de informação mensal gratuita, *Communiqu'elles*. Em 1980, *La Vie en rose* aparece primeiro sob a forma de um encarte na revista alternativa *Le Temps fou*, para tornar-se em seguida uma revista mensal com uma tiragem de 25.000 exemplares, a única a se lançar na rede comercial. Sua publicação é suspensa no verão de 1987.

Diante das portas fechadas

Entre 1970 e 1980, as feministas, por meio de suas ações públicas, visíveis e numerosas, impuseram respeito às mulheres e obrigaram as mídias a limitarem seu próprio sexismo – ao menos por um tempo e em proporções variáveis, de um ao outro. Mas o sucesso foi sempre relativo. A cobertura das atividades dos grupos de mulheres foi constantemente reduzida, marginalizada e deformada pelas mídias ou simplesmente estava ausente, e as notícias importantes, perdidas em meio à publicidade, mal abordadas, enviesadas, sem conteúdo ou encabeçadas por títulos ridículos; o pensamento feminista, também foi reduzido, impedido e descreditado.

As grandes mídias quebequenses cobrem regularmente os colóquios internacionais de pesquisadores e profissionais que acontecem em Montreal. As falas dos conferencistas aparecem frequentemente nas manchetes. Quando esses especialistas usam o espaço público para expressar livremente seus sentimentos pessoais misóginos, que não se baseiam em nenhum estudo científico, a primeira página lhes é garantida nas mídias mais importantes: “Selon un médecin de l’U de M, le féminisme radical contribue à hausse de l’homosexualité masculine” [De acordo com um médico da Universidade de Montreal, o feminismo radical contribui com o aumento da homossexualidade masculina] (*Le Devoir*, 28/08/80). *La Presse*, por sua vez, dedicou, um pouco depois, um espaço importante em suas primeiras páginas às falas de um psicólogo que afirmava com autoridade que o incesto de um pai com a sua filha causava traumas que se resolveriam rapidamente em alguns anos, mas que o incesto de uma mãe com o seu filho (que sabemos ser bem mais raro) tinha consequências tão graves, que o resto da vida desse garoto estaria irremediavelmente arruinado.

Quando pesquisadoras se reúnem, por mais importante que seja o encontro, é diferente. Em junho de 1983, o *premier colloque international sur la santé des travailleuses rémunérées* [Primeiro Colóquio Internacional Sobre a Saúde das Trabalhadoras Remuneradas] reuniu durante uma semana, na Universidade do Quebec em Montreal, uma centena de pesquisadoras

e de trabalhadoras de dezessete países. Ele foi muito pouco e muito mal coberto pela imprensa e taxado de ridículo. As mídias eletrônicas, com exceção da Radio-Canada, ignoraram o evento e, embora esse colóquio tenha relatado vários estudos sérios sobre o assunto, o único jornal diário que o cobriu, *Le Journal de Montréal*, intitulou um artigo, escrito por uma mulher jornalista como: “Plusieurs femmes menstruées dans un bureau peuvent dérégler l’air conditionné” [Várias mulheres menstruadas em um escritório podem desregular o ar-condicionado]!

Palavra de médico, palavra de senhores psicólogos ou cientistas, palavra do evangelho! Em 1981, *Le Devoir* intitulava na primeira página que o parto era doloroso. A notícia recebeu destaque porque um psicólogo acabava de *descobrir* que o parto era em geral muito penoso. Qualquer mulher poderia testemunhá-lo: mas a palavra das mulheres não tem credibilidade para ser manchete¹⁷⁵.

Em 1986, um pediatra quebequense publica um livro, *Laissez-moi devenir*. As conclusões de sua pesquisa foram manchete nas mídias escritas e faladas. Não se trata, como o título poderia nos fazer acreditar, de uma reflexão sobre a condição masculina. É o grito de um feto para sua mãe. Segundo esse especialista, o autismo e a hiperatividade são causados por uma falta de comunicação intrauterina. “Inconscientemente, a mãe não permite que seu filho se inicie na vida”, afirma ele. “Se a mãe não conversar com o feto, a criança nascerá com deficiência.” Absolutamente! E também recomenda às gestantes, seja qual for a tristeza que elas estejam vivenciando (a morte de um ente querido), que não comuniquem à criança... As mães mais uma vez no banco dos réus, intimadas a triturar o coração para cortar seus sentimentos em pedaços: “a dor para mim, a alegria para você, bebê”. A terapia para essas crianças que têm problemas comportamentais inclui evidentemente a mãe e fazê-la reviver todos os momentos de sua gravidez, “tirando-lhes a culpa¹⁷⁶”, destaca o bom doutor, que se inscreve na longa lista de criadores de teorias que usam do poder da ciência para enclausurar as mulheres na maternidade e no lar.

Teria sido mais simples, me parece, não culpar a mãe a princípio, declarando-a responsável pelas dificuldades de sua/seu filha/o. Ela não precisaria de tratamento. Mas eu não estou por dentro da moda terapêutica atual. A criança é autista ou hiperativa? A mãe vai à terapia de gravidez. O Marido é alcoólico? A esposa vai à terapia nos Alcoólicos Anônimos. O pai tem relações incestuosas com sua filha? A mãe-esposa vai à terapia individual, conjugal,

¹⁷⁵ Andrée Côté, témoignage dans *Thérèse, Janette, Hélène et les autres ou...*, op. cit., p. 38.

¹⁷⁶ Michelle Coudé-Lord, “L’autisme survient quand la mère oublie la communication intra-utérine avec son fœtus”, *Le Journal de Montréal*, Montréal, 23 octobre 1986.

familiar... A propósito, doutor, quantas horas por dia as gestantes devem conversar com seus bebês? A filha de nove anos de uma das minhas amigas é uma hiperativa atordoante. Sua mãe, no entanto, conversou muito com ela durante a gravidez. Ela é culpada de ter falado muito com a filha dela? Ou é a sua teoria que não tem sentido?

Fala de homem *versus* falas das mulheres

Para atrair todas as grandes mídias, basta o doutor Jacques Testar, pai do primeiro bebê de proveta francês, escrever em um livrinho: “Eu decidi parar. Não a pesquisa para melhor fazer o que já fazemos: o tratamento da esterilidade. Mas aquela que está ao alcance das nossas mãos, a seleção genética que vai provocar uma mudança radical do ser humano. Eu reivindico uma ética da não-pesquisa.” Quando ele afirma “Nenhum mecânico ousaria cuidar de um carro como certos médicos tratam das mulheres” ou “hoje, qualquer progresso significativo da biologia se torna poder na mão dos médicos que não se submetem a nenhum controle¹⁷⁷”, as mídias aderem às suas ideias.

As feministas dizem a mesma coisa há muito mais tempo do que ele. Elas se opuseram antes dele ao desenvolvimento descontrolado das novas tecnologias de reprodução apresentadas como a última esperança da infertilidade: fecundação *in vitro*, inseminação artificial, transferência embrionária, divisão e congelamento de embriões, predeterminação do sexo, clonagem e outras manipulações genéticas, sem contar a barriga de aluguel¹⁷⁸. Elas são basicamente as únicas a questionarem seriamente a evolução dessas pesquisas, o impacto sobre as mulheres e sobre toda a humanidade da maternidade programada, das/os filhas/os feitas/os sob medida e do controle masculino das técnicas de reprodução.

Há muito mais tempo que o doutor Testar, que muda de opinião repentinamente, feministas de todo do mundo afirmam, como a socióloga quebequense Maria De Koninck, que essa nova indústria “ameaça transformar a natureza humana¹⁷⁹”. Por sua vez, sua irmã Louise Vandelac escreve:

¹⁷⁷ Eric Conan, “Jacques 'l'inventeur'”, *L'Express*, Paris, 10 octobre 1986.

¹⁷⁸ Em francês, *pratique de location d'utérus*. Segundo o Conselho Federal de Medicina, os termos mais adequados para essa prática são *cessão temporária de útero* ou *útero de substituição*, uma vez que atualmente a prática com fins lucrativos é proibida em certos países, como o Brasil e o Canadá. No entanto, optei traduzir como *barriga de aluguel* para manter o caráter mercadológico expresso por Beauchamp e pelo contexto da época em que a obra foi publicada. (N.T.)

¹⁷⁹ Nathalie Riel, “L’après Beauvoir et le pouvoir”, *La Vie en rose*, Montréal, n° 37 (juillet-août 1986).

[...] um mesmo discurso com um tom humanista e desinteressado é hoje ouvido por todo o mundo. Entoado pelos médicos e biólogos, levemente revisto, corrigido e retransmitindo pelos comitês de ética antes de ser retomado em coro, com algumas pequenas nuances por uma imprensa a-crítica, esse discurso causa comoção sobre a esterilidade, calando mais ou menos suas causas, seus critérios de definição (na França, considera-se um casal estéril após dois anos de tentativas de fecundação malsucedidas, nos Estados-Unidos, após um ano), assim como a ausência de políticas preventivas.

Poucos questionamentos também sobre o atual reforço do modelo mulher-mãe ou sobre essas demandas biológicas a todo custo, ou ainda sobre a comutação desses desejos de filhos em direitos absolutos (no início do século, no Quebec, quase 25% das mulheres não tinham filhos, hoje essa proporção gira em volta de 10%)¹⁸⁰.

Essas análises apresentadas nos colóquios e nas publicações feministas não atravessam a barreira das grandes mídias. Uma vez que o debate público está avançado, procura-se a especialista, a feminista de serviço para dar a opinião feminista.

Buscando alternativas para a esterilidade, as feministas se consultam entre si para analisar as escolhas científicas e as escolhas da sociedade que as novas tecnologias de reprodução implicam, “os interesses profissionais, de carreira, e monetários que estão ligado a isso, as motivações lúdicas e fantasiosas que os habitam, a emergência dessa economia de reprodução humana que já tem suas próprias regras institucionais e comerciais, sua relação particular com o Estado, assim como seu planejamento e seus padrões de qualidade que implicam certas normas de seleção¹⁸¹.”

A grande imprensa ignorou todas as conferências nacionais e internacionais realizadas pelas feministas sobre o assunto desde 1985. A primeira *Conférence féministe internationale sur les nouvelles technologies de la reproduction* [Conferência Feminista Internacional Sobre as Novas Tecnologias de Reprodução] aconteceu na Suécia, no verão de 1985, e foi organizada pela *Feminist International Network of Resistance to Reproductive and Genetic Engineering* (FINRRAGE) [Rede Internacional Feminista de Resistência à Engenharia Reprodutiva e Genética], criada em novembro de 1984. Antes dessa conferência internacional, essa rede tinha realizado três encontros em Londres, Seattle e Nairobi, como parte do *Forum de la décennie des femmes* [Fórum da década das mulheres]. Nesse mesmo ano, aconteceram dois colóquios feministas internacionais, em Ottawa, onde estavam reunidas trezentas participantes, em Bonn, onde duas mil alemãs se opuseram radicalmente às tecnologias genéticas e de reprodução, em Paris, onde se formaram os primórdios de uma rede francófona¹⁸².

¹⁸⁰ Louise Vandelac, "La maternité programmée", *La Vie en rose*, Montréal, n° 30 (octobre 1985).

¹⁸¹ *Ibid.*

¹⁸² *Ibid.*

O aborto nas manchetes, mas...

Não é muito difícil de o aborto aparecer nas manchetes no Quebec. “Mas”, explicava Andrée Côté da *Coordination nationale pour l’avortement et la contraception libres et gratuits* [Coordenação Nacional a Favor do Aborto e da Contracepção Livres e Gratuitos] (grupo desaparecido atualmente) no colóquio *Les femmes et l’information* [As mulheres e a informação], “o que interessa aos jornalistas não é bem a realidade vivida pelas mulheres, mas a polêmica em volta dessa questão. Essa polêmica é notícia e é essa polêmica que as mídias alimentam de um modo muito consciente...”

Quando falamos de 16 de maio, o Dia Internacional do Aborto, é importante, para que a nossa notícia seja publicada, fornecer números, estatísticas, o número de cidades que participam da manifestação, resumindo, é preciso sempre dar informações quantificáveis, porque dar apenas o nosso posicionamento político, nossa análise da realidade, o motivo da nossa revolta e da nossa luta não é legítimo, isso permanece no domínio do não-publicado.

Por outro lado, as pessoas do poder, que têm o poder de definir a realidade, elas podem emitir uma opinião e essa opinião se tornará a realidade. Por exemplo, quando um papa, um bispo, um deputado querem definir seu posicionamento político sobre o aborto, isso se torna uma notícia, isso se torna político. A opinião de um grupo de mulheres sobre o aborto permanece na esfera pessoal...¹⁸³

Ainda hoje o aborto é manchete, perdão, a imprensa faz renascer o espinhoso debate sobre o aborto, sempre sob o ângulo da controvérsia entre os “pró” e “anti” aborto – mesmo que a maioria das/dos quebequenses seja a favor da livre escolha; ela limita sua abordagem da questão à confrontação e não fala sobre a realidade das mulheres. A escolha das mídias força as mulheres a se mobilizarem novamente para não perder essa frágil conquista, ficando os governos de ouvidos bem atentos. Elas conseguiram: em pouco tempo, uma coligação quebequense de mais de uma centena de grupos foi formada. Mas quanta energia para afirmar um único direito quando outras urgências graves se manifestam: o controle masculino sendo exercido não apenas sob os corpos das mulheres, mas sob seus próprios corpos.

A ausência do ponto de vista das mulheres nas mídias é uma prática recorrente, seja em relação à informação local, regional, nacional ou internacional. A explicação dada por seus responsáveis pode se mostrar grosseiramente sexista. A Radio-Canada produz uma série de seis episódios, *L’avenir du futur*, sobre a igreja católica nos anos 2000. Questionam-se, particularmente, sobre as mudanças que trará, para o cristianismo, o fato de neste momento os

¹⁸³ Testemunho em *Thérèse, Janette, Hélène et les autres ou...*, op. cit., p. 38.

habitantes dos países de terceiro mundo constituírem a maioria da população. Essa série, que recorre aos grandes pensadores religiosos do momento em vez das/os praticantes comuns, é transmitida excepcionalmente em períodos de grande audiência. Questionado sobre a ausência do futuro das mulheres e de suas reivindicações nessa série por uma jornalista, o chefe das emissões religiosas responde “que, de fato, é importante, e faremos meia hora inteira sobre as mulheres... no próximo ano. E que, de qualquer modo, no crescimento do terceiro mundo, a questão feminina não é ainda primordial¹⁸⁴”!

O que é acontecimento, o que é levado a sério pela imprensa e impulsionado nas manchetes são as teorias e as tomadas de posições masculinas, ditas científicas, sejam elas sérias ou absurdas. Essas palavras obtêm facilmente um lugar de escolha quando elas são contra as mulheres, tornam-nas responsáveis pelos problemas das crianças e visam, sob o pretexto da ciência, mantê-las em uma situação de escravidão no papel que lhes foi tradicionalmente atribuído.

Se as mídias podem agir assim com imunidade completa, é que no inconsciente popular, que se exprime também nas mulheres, estão ancorados profundamente os estereótipos da legitimidade do poder masculino, um poder de “cabeça”, e a ilegitimidade do poder feminino, um poder “de sexo”, portanto, confuso e perigoso¹⁸⁵. A racionalidade, a lógica, a capacidade de julgamento sendo qualidades naturais aos homens; a irracionalidade, o ilogismo, a incapacidade de distinguir o verdadeiro do falso, a perversidade são evidentemente um conjunto natural do sexo feminino.

A legitimidade masculina confere também aos homens uma autoridade natural sobre a vida das mulheres e sobre suas lutas. O doutor Morgentaler pode defender sozinho a escolha do aborto, o doutor Testart, a suspensão das pesquisas com novas tecnologias de reprodução. As feministas devem formar coligações de centenas de organizações, que representam centenas de milhares de pessoas, para terem um tanto, talvez pouco, de credibilidade aos olhos da imprensa.

Outra manifestação da ilegitimidade da palavra das mulheres e dos perigos apreendidos de sua presumida perversidade: a prática que consiste em interrogá-las, não em entrevistas individuais, mas em debates, com um ou dois defensores do ponto de vista contrário, ou em mesas-redondas, para obter uma diversidade de pontos de vistas das mulheres... Existe racismo para com as pessoas negras nos táxis ou no transporte coletivo? As mídias levarão as coisas a sério, nenhuma ousará tomar partido em favor dessa discriminação racial. Serão feitas

¹⁸⁴ Louise Cousineau, “L’avenir des femmes dans l’Église, ça peut attendre”, *La Presse*, Montréal, 25 mars 1981.

¹⁸⁵ Michelle Coquillat, *Qui sont-elles? (Les femmes d’influence et de pouvoir en France)*, Paris, Mazarine, 1983, préface p. 14.

entrevistas separadas com as/os negras/os que desmascararam e analisaram essa discriminação, e com as/os motoristas, com os usuários e as usuárias do serviço, com as autoridades para pedir-lhes explicações¹⁸⁶. Existe sexismo na imagem veiculada pelas mídias, com consequências particularmente graves em uma série televisiva popular ou na pornografia espalhada em todo canto? As mídias dão a mínima importância a isso, algumas, nenhuma, ou serão agressivas. Se as feministas insistem, a imprensa as acusará de censura, de estrita moralidade ultrapassada, de atentado à liberdade de expressão, confrontará o ponto de vista delas com o dos promotores do sexismo, lhes concederá um tempo de fala limitado e mínimo nas entrevistas-debates.

O 8 de março

Nós temos nosso 8 de março. As mídias levaram tempo para reconhecer o Dia Internacional das Mulheres, dia de comemorações das lutas feministas anteriores, de afirmação e visibilidade, período político, bem como um momento privilegiado de reencontros. Em 1977, a maioria das mídias não divulgou uma única palavra sobre esse dia, enquanto manifestações e atividades ocorriam em todas as cidades do Quebec¹⁸⁷. Ao longo dos anos seguintes, o reconhecimento público desse Dia não conseguiu uma melhor cobertura.

Em 1981, o grupo de trabalho sobre as comunicações do ICÉA analisou a cobertura dada ao 8 de março daquele ano pelas mídias. Ao menos três mil e quinhentas mulheres, provavelmente mais, participaram, no interior, de manifestações e de várias jornadas de atividades. Em Montreal apenas vinte mil pessoas, majoritariamente mulheres, se reuniram na UQAM [Universidade do Quebec em Montreal] e dez mil, segundo os números da polícia, participaram de uma marcha nas ruas.

De acordo com essa análise, as mídias informaram nos dias anteriores a lista dos eventos previstos em Montreal e em outras partes do Quebec. Mas a cobertura desses mesmos eventos não informou nem sua amplitude nem seu significado. Exceções: os jornais *Le Droit* de Ottawa (quatro páginas), *Le Nouvelliste* de Trois-Rivières (cinco artigos) cobriram de maneira impressionante o que acontecia em sua região. Por sua vez, *La Tribune* de Sherbrooke publicou

¹⁸⁶ Em diversos momentos, Beauchamp, enquanto uma mulher branca e norte-americana, compara questões de gênero com questões raciais, colocando o machismo em um nível de opressão mais elevado do que o racismo. Sua concepção feminista branca e civilizatória (Cf. VERGÈS, 2020), faz com que ela não perceba – ou não assuma – a real dimensão dessas opressões em nossa sociedade. Apesar de o machismo ser um fato universal, sabemos que mulheres brancas, ricas e instruídas têm mais privilégios do que homens e mulheres negros/as. Portanto, a afirmação da autora de que crimes raciais são levados mais a sério do que a violência de gênero é equivocada, e vemos isso constantemente nas mídias, por meio do descaso e da violência policial contra esses grupos. (N.T.)

¹⁸⁷ Testemunho em *Thérèse, Janette, Hélène et les autres ou...*, op. cit., p. 34 e 35.

uma reportagem detalhada sobre a jornada dos sindicatos e sobre as atividades dos grupos independentes de mulheres.

Em outros lugares, foi menos rico. *Le Quotidien* de Chicoutimi publicou uma notícia sobre um desfile de moda em um jogo de hóquei, uma reportagem sobre uma peça de teatro em Dolbeau e um discurso do prefeito de Jonquière, enquanto nessa cidade, como em Alma, Chicoutimi e Roberval, aconteceram ateliês e debates, conferências, exposições ou festas. Ninguém soube o que estava acontecendo em Jean, em Valleyfield, enquanto em todo o Quebec as mulheres, centenas delas, se reuniam para festejar, mas também para refletir, debater, discutir, tomar publicamente a palavra. Ninguém em Montreal soube o que acontecia na região.

As grandes mídias de Montréal e de Quebec nem mesmo cobriram as jornadas que aconteceram em suas cidades. *The Gazette* não publicou nenhum artigo, mas apenas uma foto da manifestação de Montreal com uma legenda que estimava a multidão em quatro mil pessoas. Os outros jornais fizeram dos eventos reportagens sucintas, que não explicavam nada, do tipo “exercício da quinta série B”, como aquela de *La Presse*:

Em Montreal, durante o final de semana, algumas dezenas de milhares de pessoas celebraram o Dia Internacional das Mulheres. As festividades começaram no sábado à tarde, com um encontro de algumas milhares de pessoas no parque Laurier. Ontem, a ação se moveu para o Pavilhão Judith-Jasmin, onde, do meio-dia à meia noite, se podia retrair sob diversas formas de expressão o tema do Dia: “A necessidade de se organizar para obter o direito ao trabalho, à sindicalização, à saúde, à maternidade livremente consentida, às creches e para combater a violência, o sexismo e a pornografia”.

Le Journal de Montréal publicou, além disso, um artigo com um gosto particular sobre as atividades na província. Sob o título de *Bonne journée, mesdames* [Tenham um bom dia, senhoras], ele nos explicava que o Dia Internacional “da” Mulher era a ocasião de prestar homenagens às esposas dos proprietários, recrutadores, gerentes e instrutores, às mães e namoradas dos jogadores e às torcedoras do hóquei júnior, que os Saguenéens de Chicoutimi¹⁸⁸ pensaram nas mulheres nos intervalos do jogo contra os Cataractes de Shawinigan¹⁸⁹ durante o super desfile de moda de doze modelos profissionais, cortesia da loja La Baie de Chicoutimi.

As mídias eletrônicas não fizeram muito melhor, constata a análise do ICÉA. Nicole Lacelle, que fazia a apresentação pública da análise, concluía com essas palavras:

¹⁸⁸ Time de hóquei júnior da *Ligue de hockey junior majeur du Québec* [Liga de Hóquei Júnior Principal do Quebec]. (N.T.)

¹⁸⁹ Time de hóquei júnior da *Ligue de hockey junior majeur du Québec* [Liga de Hóquei Júnior Principal do Quebec]. (N.T.)

Durante o *Affair des Yvettes*¹⁹⁰, ninguém hesitou em dizer que as feministas deveriam questionar seriamente a dimensão de sua ação e esse fracasso evidente. [...] Quem disse que na UQAM ou na província nossa capacidade de mobilização era maior do que a do Partido Liberal? [...] Ninguém disse isso... A não ser a CTV de modo bastante inábil, ninguém comparou as 25.000 mulheres em todos os cantos da província que se reuniram para o 8 de março e as 14.000 Yvettes que estavam no Fórum naquela noite. [...] Ninguém retransmitiu o que dissemos em 8 de março de 1981. Depois disso, virão dizer que as feministas não se juntam às mulheres...¹⁹¹

Encontraram também um jeito, mesmo nesse dia, de dar a palavra aos homens, de entrevistá-los ou de reuni-los em mesas-redondas para saber o que eles pensam da condição das mulheres!

As mídias vieram progressivamente transformar o 8 de março em um segundo Dia das Mães. Para as mulheres: folga do silêncio em março, folga da cozinha em maio, e para os homens: paz pelo resto do ano. Para aliviar a consciência deles, eles nos propõem, uma vez ao ano, um jogo mórbido que nos torna ridículas e que amarra nossas mordanças durante trezentos e sessenta e quatro dias. Eles entreabrem a porta para nós durante algumas horas. Eles pedem para duas, três feministas fazerem, em poucas folhas ou em cinco minutos, nada menos do que um balanço anual ou decenal e uma predição do futuro, além de fazerem perguntas capciosas: “Você é radical ou moderada?”, “As jovens também são militantes?” e dão trinta segundos para que elas respondam. A condescendência se acrescenta à má consciência, alguns jornalistas e apresentadores cedem sua caneta e seu microfone, durante o tempo de um programa ou o espaço de uma crônica, às suas colegas. No improviso, as corajosas aprendizes substituem os capitães a bordo, que riem ao vê-las segurar o leme enquanto eles gozam de uma folga remunerada. No dia seguinte, tudo volta à ordem, o poder está novamente em boas mãos e os senhores comentam publicamente sobre a surpreendente habilidade das mulheres de passar nesse teste forjado.

¹⁹⁰ Em maio de 1980, o Partido Quebequense (PQ – partido a favor da soberania da província) realizou um referendo para ouvir a opinião da população sobre a soberania do Quebec, que foi rejeitada por 60% dos votantes. Alguns meses antes, no Dia Internacional da Mulher, a ministra da Condição Feminina, Lise Payette (PQ), havia denunciado a existência de estereótipos sexistas nos manuais escolares que apresentavam Guy, um menino que adorava esportes e competições, e Yvette, uma menina obediente e que ajudava nas tarefas domésticas. No dia seguinte, no entanto, Lise Payette fez um comentário que causou enorme repercussão: a ministra declarou que Claude Ryan, chefe do Partido Liberal do Quebec (PLQ) e da oposição ao movimento de soberania, desejava que as mulheres permanecessem dentro do lar, assim como Yvette, e que na verdade ele havia se casado com uma Yvette. Após essa declaração polêmica, as militantes feministas aliadas ao Partido Liberal do Quebec se revoltaram contra Payette e deram início ao movimento que ficou conhecido como *L’Affaire des Yvettes*, tendo início com o “Brunch des Yvettes”, realizado no dia 30 de março, contando com a presença de mais de 1.700 mulheres. Especula-se que a vitória do “Não” no referendo do dia 20 de maio de 1980 foi devido ao movimento e a revolta dessas mulheres contra a declaração de Payette. (Cf. ARCHIBALD; LAMBERT, 2022; HUDON, 2017) (N.T.)

¹⁹¹ *Ibid.*

O antifeminismo e o sexismo rígido

O que as mulheres fazem, dizem e pensam, a imprensa fala pouco sobre, e quando ela o faz, ela fala mal e geralmente o ridiculariza, mas ela se deleita com o antifeminismo. No início dos anos oitenta, quando a credibilidade, a força e o esplendor do movimento feminista não podiam mais ser contestados, as mídias continuaram a escrever em letras garrafais: “Jean-Yves Desjardins aux hommes: méfiez-vous des féministes radicales” [Jean-Yves Desjardins para os homens: desconfiem das feministas radicais] (*La Presse*, 1981), “Le pire ennemi de la femme: le féminisme” [O pior inimigo da mulher: o feminismo] (*La Presse*, 05/06/81), “Les bonnes intentions oppressives du féminisme” [As boas intenções opressoras do feminismo] (*La Presse*, 04/08/81). Desde então, as mídias deixam de lado os ataques diretos ao feminismo para devorá-los sob a forma de sua propaganda de velhos estereótipos de outrora.

As formas mais insultantes do sexismo não são apenas encontradas na *Playboy* e companhia, na televisão por assinatura ou nos vídeos-cassetes. Elas aparecem a qualquer momento na imprensa de todos os dias. Sua *pin-up* da página sete finalmente desapareceu, mas *Le Journal de Montréal* mima sua clientela masculina observadora não poupando esforços para lhes apresentar artigos científicos. Ele não tem meios para enviar outros jornalistas, que não os esportivos, para o exterior, mas ele sabe encontrar na enxurrada de notícias das mais instrutivas. “Faites-vous opérer par une femme... nue!” [Seja operado por uma mulher... nua!] é o título de uma notícia vinda de Estocolmo:

Se você tem que ser operado e deseja que os riscos de infecção sejam reduzidos ao máximo, tente garantir que a intervenção seja feita por uma cirurgiã, em idade reprodutiva e nua. É o conselho dado pelo *Nordisk Medecin*, o jornal da *Ordre des médecins nordiques* [Ordem dos Médicos Nórdicos]. As mulheres em idade reprodutiva propagam menos bactérias e partículas que os homens, e as pessoas nuas são menos contaminantes que as pessoas vestidas. Daí o ideal de ser operado por uma mulher nua. (08/02/1980)

Esse jornal também não hesita em enviar, aos finais de semana, seus repórteres e fotógrafos para cobrir fora de Montreal os eventos relativos às mulheres que eles julgam de suma importância, como o concurso de Miss Quebec nua, no clube naturista de Sainte-Brigitte-des-Saults: “Notre nouvelle Miss Québec nue aime le jazz et la poésie” [Nossa nova Miss Quebec nua gosta de jazz e de poesia] (17/07/80). Ele se interessa também pelo trabalho das mulheres: publicou uma reportagem de cinco páginas sobre as dançarinas de boate (primavera de 1981). E quanto às matérias sobre enfermeiras, professoras, trabalhadoras de fábricas? Em *La Presse*, oferecem “Un strip-tease avec votre télégramme...” [Um strip-tease com seu

telegrama...], acompanhado da foto da operadora de telégrafo em trajes mínimos (13/03/81) e, na página três, uma foto de cima a baixo de uma dançarina com os seios de fora participando de um espetáculo que acontece anualmente para arrecadar fundos para crianças doentes (1983).

O telejornal nacional da rede francófona da Radio-Canada se interessa pelas dançarinas da Cidade Rainha¹⁹². Em 5 de janeiro de 1984, ele apresentava uma reportagem em Toronto sobre a guerra do uso de tapa sexo, que opõem dançarinas quebequenses e ontarianas, ilustrada com imagens delas nuas no trabalho. No mesmo noticiário, alguns segundos sem imagens sobre o início da turnê canadense da *Commission fédéral sur la pornographie* [Comissão Federal sobre a Pornografia]. Hoje, é na nossa mais antiga revista feminina, *Châtelaine*, tomada das mulheres, que elas são despidas, e é na capa de uma revista que se diz feminista, *La Vie en Rose* (novembro de 1986), que oferecem em um primeiro plano sugestivo um pedaço de mulher, cortado da cintura até os joelhos: um par de jovens nádegas usando uma calcinha de seda azul.

Em meio a tudo isso, tivemos poucos ganhos reais. Estabelecemos uma relação de força social, as mulheres tornaram-se um dado que os governos não podem mais ignorar totalmente. O feminismo é conhecido, não reconhecido. As/os porta-vozes dos órgãos oficiais, sobretudo paragovernamentais, tais quais os *Conseils du statut de la femme* [Conselhos do Status da Mulher], têm acesso às mídias, assim como certos grupos de mulheres, quando reagem às políticas e às ações governamentais. Nossas reivindicações mais conhecidas, aquelas que repetimos há vinte anos, são incorporadas às reportagens gerais. Mas as mulheres, a vida delas, a situação delas no mundo do trabalho remunerado, a organização familiar, a educação de meninas etc. estão fora de questão, a não ser quando os relatórios oficiais se tornam públicos. As lutas, as atividades, os colóquios feministas não são cobertos, a não ser de maneira resumida para dizer que eles acontecem e mostrar a lista de assuntos que são neles abordados, ou quando estrelas feministas internacionais tomam a fala. As páginas editoriais também não abordam esses assuntos, a não ser no período estival, quando um jornal convida algumas mulheres jornalistas para se exprimirem. As mídias não têm nenhuma política de informação sobre a condição das mulheres... ou talvez tenham uma, não declarada, de boicote e de filtragem do que não respeita o ponto de vista masculino e as suas fantasias das mulheres.

Conseguimos tornar públicas algumas das nossas realidades e de nossas opressões ocultas, mas a afirmação de nossos valores e a continuidade de nossa reflexão e de nossa ação são interceptadas pelas mídias. Por exemplo, nomeamos a violência sofrida pelas mulheres e desfizemos seus mitos e seus julgamentos mais tenazes. No entanto, essa violência, em vez de

¹⁹² Do francês, *Ville Reine*. Perífrase da cidade de Toronto. (N.T.)

diminuir, aumentou, entre outras coisas, porque a imprensa pornográfica, ferramenta de propaganda masculina, é extremamente poderosa.

Diante dessa outra forma de guerra imposta a elas, um grande número de mulheres reagiu. Mas as mídias não apoiam a análise feminista, mas sim o discurso pseudo-feminista, um discurso que reduz a pornografia a um debate intelectual sobre os prós e os contras, que brande as bandeiras da esquerda masculina sobre o respeito à liberdade de expressão e à liberdade sexual, que mistura a noção de erotismo com a de submissão e abuso sexual. Enquanto a realidade da pornografia é desesperadora¹⁹³. Trata-se de uma indústria sexista de ódio contra as mulheres como tais. Os fatos são brutais. Enquanto laboratórios universitários avaliam a reação dos homens diante de filmes de desprezo e crueldade às mulheres, sem os quais eles não podem viver, cada vez mais mulheres são estupradas; na escola, garotinhas de onze, doze anos são assujeitadas diariamente a uma nova matéria, o assédio sexual de seus companheiros de classe e, à medida que elas crescem, as formas de abuso sexual são cada vez mais violentas; as crianças nas creches, os/as jovens com problemas de adaptação em abrigos não são poupados/as, e o que dizer dos danos causados pelo incesto e pela pedofilia justificados em nome do direito das crianças à expressão de sua sexualidade ou alegados em nome da miséria sexual dos autores adultos. Os jornais nos informam toda semana sobre os assassinatos gratuitos de mulheres e de seus filhos cometidos por seus maridos, a descoberta de cadáveres de mulheres em suas casas, a dez passos de sua residência ou nas margens de um bosque. O discurso misógino, masculino e pseudo-feminista afasta os principais e verdadeiros questionamentos sobre a pornografia: seu significado político, social, cultural, a censura que ela exerce sobre a sexualidade das mulheres, suas reais consequências na vida delas, seus efeitos de *normalização* da violência.

A recuperação¹⁹⁴ é um outro meio que usam as mídias para anular a palavra das mulheres. De acordo com a feminista francesa, Christine Delphy, a recuperação, que não deve ser confundida com o reformismo cujo papel é inevitável e necessário,

¹⁹³ “Em 1965, a tiragem de 17 revistas pornográficas era de 3 bilhões e quinze anos depois, em 1980, de 15 bilhões. Faltava o mesmo número de bilhões de pontos de vista das mulheres sobre o assunto”, afirmava o relatório de *Media Report to Women* do Women’s Institute of Freedom of the Press dans son numéro de mars-avril 1986 (Vol. 14 n° 2). O relatório apresenta esses números verificados pelo conselho dessa indústria do livro de Connie Guberman e Margie Wolfe, *No Safe Place, Violence Against Women and Children* (Toronto, Women’s Press, 1985), citando esta outra passagem: “Em seis meses, em 1980, a revista *Penthouse* registrou receitas de 8.556.075\$ apenas no Canadá (o que representa um décimo de suas vendas pelo mundo) e *Playboy*, 5.603.400\$.

¹⁹⁴ Do francês, *récupération*: ato de distorcer as ideias ou as falas de outra pessoa, a fim de endossar suas próprias opiniões (Wiktionnaire, 2023). (N.T.)

começa não quando as ideias e os termos feministas são usados, mas quando eles são usados “de cabeça para baixo”, contra os objetivos do movimento ou contra o próprio movimento¹⁹⁵.

Ela se manifesta, por exemplo, na propaganda feita sobre terapias para agressores de mulheres, improvisadas por grupos de conscientização masculinos. Para exonerar os malfeitores de qualquer culpa, esses novos especialistas promovem suas terapias-álbis como uma alternativa à intervenção judiciária, apesar de muitos poucos homens aceitarem o tratamento ou colaborarem com ela. Em suas análises, eles culpam a violência dita conjugal pelos problemas pessoais dos autores dessas agressões, e tiram as mulheres da condição de vítima para torná-las culpadas e corresponsáveis por essa *perda de controle* (quando se trata de uma tomada de controle), sem questionar a relação de poder que os homens exercem sobre as mulheres.

Desde que as feministas revelaram a existência e a amplitude dos abusos cometidos contra menores, em particular o incesto pai-filha, que elas analisaram suas causas e consequências, o número de casos denunciados aumentou a ponto de o *Comité de la protection de la jeunesse du Québec* [Comitê de Proteção da Juventude do Quebec] ficar sobrecarregado, os *Centres de services sociaux* [Centros de Serviços Sociais] também (ao longo dos primeiros seis meses de 1981, quatrocentos e três casos foram denunciados ao diretor da *protection de la jeunesse* [Proteção da Juventude]). A burocracia e os profissionais não sabem mais o que fazer, mas faz cinco anos que controlam o incesto, e não o impedem. Tratam de menos da metade dos casos. Dos cento e noventa e três casos de incestos entre pai e filha denunciados durante esses seis meses, apenas cento e vinte e um foram julgados fundamentados, e somente oitenta e cinco tiveram um verdadeiro acompanhamento social nos *Centres de services sociaux* (o que levanta várias questões quando se conhece o peso do silêncio que envolve o incesto e a coragem necessária para denunciá-lo)¹⁹⁶. Quanto às teorias científicas aplicadas... Os agressores são muito raramente processados pela justiça e obrigados a deixarem o domicílio conjugal; as mães e as vítimas esperam por longos meses que cuidem delas, ou seja, que sejam submetidas a múltiplas terapias. No máximo, quanto isso, nos casos julgados críticos (nos quais outros atos de violência física podem ser cometidos junto ao incesto), levam as vítimas para abrigos, como delinquentes.

¹⁹⁵ Christine Delphy, «Libération des femmes an dix», *Questions féministes*, Éd. Tierce, Paris, février 1980 (n^{os} 6-7). Citada por Véronique O’Leary e Louise Toupin em *Québécoises deboutte!*, tome 1, Montréal, Éd. Du remue-ménage, 1982, p. 13.

¹⁹⁶ Camile Messier, *Le traitement des cas d’inceste père-fille : une pratique difficile*, Cahier 6, Comité de la Protection de la jeunesse, ministère de la Justice, Gouvernement du Québec, 3^e trimestre 1986.

A imprensa não dá a mínima atenção à análise feminista e aos meios de intervenção que ela preconiza, visando remediar as causas políticas, sociais e econômicas que engendram os abusos sexuais, descondicionar os homens e as mulheres e permitir às sobreviventes do incesto a tomarem a sua vida em suas próprias mãos. Ela se interessa apenas no discurso das instituições, dos profissionais, dos grupos masculinistas, que tratam os casos de incestos como casos isolados, deixam de lado suas causas reais para salvar a família dita incestuosa, privilegiam a terapia como um modo de intervenção para afastar os agressores do processo judiciário. Os resultados desse tipo de tratamento são, além disso, catastróficos no que concerne à reabilitação dos pais, dos quais três quartos não colaboram com a terapia ou não a fazem, à culpabilização das mães, tidas em parte como responsáveis, à possibilidade das meninas de sobreviverem ao incesto.

De passagem em Montreal, a escritora estadunidense, Louise Armstrong, autora de uma das primeiras análises feministas sobre o incesto, publicada há dez anos, afirmava:

Se continuarmos a superdesenvolver um sistema de gestão de problemas individuais em vez de combatermos a estrutura que causa os problemas, deveremos fornecer a cada recém-nascido um conjunto de especialistas: um assistente social, um psicólogo etc.¹⁹⁷

Poderíamos assim examinar todas as questões, indo da economia à saúde, para constatar o mesmo cerco. É, principalmente, porque as mídias sempre se opuseram ao feminismo em vigor, seja com misoginia, com feminismos aprisionados, ou com um pseudodiscurso feminista recuperador, que tantas mulheres em processo de conscientização estão atualmente dando um passo atrás, encurraladas entre o feminismo e o feminino.

No plano mundial

O comportamento dos homens na imprensa, patrões e jornalistas, em relação ao feminismo, é o mesmo em todos os países. É uma escolha política planetária. Há quinze anos, o papel da informação e suas consequências na vida das mulheres ainda eram pouco discutidas, a nível local ou numa escala internacional. Desde então, foram realizadas três conferências internacionais (Cidade do México 1975, Copenhague 1980 e Nairóbi 1985) que juntaram, sempre sob a égide da ONU, os/as delegados/as dos países membros e milhares de mulheres (quinze mil em Nairóbi) reunidas em um fórum paralelo. Os resultados das análises e das

¹⁹⁷ Louise Armstrong, *Kiss Daddy Goodnight: a Speakout on Incest* New York, Pocket Books, 1979. De passage à Montréal en mai 1987.

pesquisas realizadas majoritariamente por mulheres e por grupos de mulheres, nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e numa escala internacional, concluíram que em *todos* os países, tanto do Norte como do Sul, a informação é, junto ao subdesenvolvimento ao qual ele é intimamente ligado, a primeira causa responsável pela pouca melhora global da condição das mulheres – condição que oscila, para a maioria delas, entre a pobreza e a miséria.

Os governos e as organizações internacionais ignoraram as demandas coordenadas das mulheres em matéria de comunicação no plano internacional. Descartaram a questão das mulheres (incluindo a relação delas com a informação) das numerosas discussões que aconteceram durante todos esses anos no seio da Unesco¹⁹⁸ sobre a criação de uma *Nouvel Ordre mondial de l'information et de la communication* [Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação] (que, no entanto, jamais viu a luz do dia)¹⁹⁹. A comissão internacional de estudo sobre os problemas de comunicação instituída pela Unesco, a comissão MacBride, mal aborda essa questão em seu relatório publicado em 1980. As mídias tanto nacionais quanto internacionais mantiveram silêncio sobre tudo isso. Essas informações, descobri em um artigo de Margaret Gallagher²⁰⁰ que retraça a história do que aconteceu no plano mundial há dez anos em relação às mulheres e à informação e na análise de suas consequências.

Na véspera da conferência de Nairóbi, diante do vazio sobre a amplitude das iniciativas dos grupos de mulheres, sobre a conciliação de suas exigências, a universalidade das constatações de suas pesquisas, a marginalização das mulheres e de sua condição na definição dos grandes problemas mundiais do momento, o *Groupe d'initiative Femmes et Développement* (GIFED²⁰¹) [Grupo de Iniciativa Mulheres e Desenvolvimento] decidiu pela publicação conciliada de textos que tratavam de pesquisa, educação, economia, saúde e mídias, em quatro revistas publicadas por organizações de cooperação internacional²⁰². Como o artigo de

¹⁹⁸ A Unesco é uma das instituições da ONU. Seus campos de atividades: a educação, a ciência e a cultura.

¹⁹⁹ Ao definir uma Nova Ordem Mundial da informação e da comunicação, queríamos conferir ao jornalismo um código internacional de deontologia, regulamentar os sistemas mundiais de comunicação e reestabelecer uma melhor circulação e um melhor equilíbrio da informação entre os países, enquanto atualmente uma informação ocidental etnocêntrica circula unilateralmente do Ocidente em direção aos países em desenvolvimento e que aponto no horizonte a ideia de uma rede mundial de comunicação por satélite. Os países-membros da Unesco nunca chegaram a um acordo sobre esse assunto. As discussões acabaram se transformando em conflito entre os países ocidentais industrializados e os países em desenvolvimento, ameaçando até mesmo a existência da Unesco e sendo uma das causas da saída em 1984 dos Estados Unidos seguida logo depois pela da Grã-Bretanha.

²⁰⁰ « Les femmes et le Nouvel Ordre mondial de l'information et des communications », *op. cit.*, publicado em *Les Cahiers de Direct*, sob os auspícios da Agence de coopération culturelle et technique, organização internacional criada em Niamey em 1970, e que reúne trinta e seis países ligados pelo uso comum da língua francesa.

²⁰¹ O GIFED nasceu em 1983 “do encontro de mulheres vindas de horizontes geográficos e profissionais diversos que partilham em comum suas experiências de trabalhar na elaboração de uma nova ordem mundial onde as mulheres serão enfim parceiras de plenos direitos, mesmo se a data pareça distante.”

²⁰² *Les Cahiers de Direct*, *Tiers-Monde*, *L'Enfant en milieu tropical*, *Recherche pédagogique et culture*.

Gallagher é uma fonte de informação inédita, eu retomo, com a permissão da autora, alguns elementos.

Excluídas

Desde a primeira *Conférence mondiale des femmes* [Conferência Mundial das Mulheres] na Cidade do México em 1975, ficou claro que a desigualdade da condição das mulheres estava ligada ao subdesenvolvimento, e que a total falta de controle dos meios de comunicação e de acesso a esses meios era, ao mesmo tempo, o sintoma e a causa dessa situação de inferioridade. Ao longo dos próximos cinco anos, o estudo sobre o papel da informação na vida das mulheres foi aprofundado por ocasião de uma dúzia de reuniões de mulheres, regionais e internacionais, realizadas sob a égide da ONU. Esta financiou igualmente três estudos internacionais sobre as mulheres e as comunicações²⁰³, e a publicação do relatório de um seminário internacional que tinha acontecido na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, dois meses antes da *Conférence de Copenhague* [Conferência de Copenhague].

Em 1978, a Conferência Geral da Unesco adotou a *Déclaration sur les mass media* [Declaração sobre as mídias de massa] que reconhecia oficialmente, pela primeira vez e a nível internacional, o vínculo entre o desequilíbrio econômico e aquele da informação. Essa declaração fala explicitamente do papel das mídias em relação aos jovens, mas omite totalmente as mulheres.

Quanto à comissão MacBride, ela começou suas reformas em dezembro de 1977. Nenhuma mulher tinha sido designada originalmente para fazer parte da comissão de onze membros; mas quando um deles foi demitido, foi substituído por Betty Zimmerman, diretora do Serviço Internacional da Radio-Canada. É em grande parte graças a ela que as mulheres são mencionadas no relatório final que consagra apenas duas de suas duzentas e cinquenta páginas e uma das suas oitenta e duas recomendações aos direitos e às necessidades das mulheres em matéria de comunicação. Além disso, dos cem estudos realizados a pedido dessa comissão, apenas um trata da questão das mulheres e ele foi encomendado à Margaret Gallagher no último minuto, na primavera de 1979.

O assunto da informação está inscrito na pauta da *Conférence de Copenhague*. O pedido de criação de uma rede internacional de comunicação, assim como o pedido da ONU e da Unesco de incluir as mulheres nos novos trabalhos preparatórios para o estabelecimento de uma

²⁰³ Les études de Ceulemans et Fauconnier (1979) ; Gallagher (1979) ; Cuevas (1980).

Nouvel Ordre mondial de l'information et de la communication foram ali apresentados. Mas Margaret Gallagher escreve:

O tema da comunicação praticamente não foi objeto de discussão na conferência intergovernamental de Copenhague. O programa de ação incluía apenas propostas fracas sobre a comunicação. Qualquer tentativa de reforçá-las havia falhado, com os governos pouco dispostos a se comprometerem com um assunto de uma questão que já era tão controversa. O conflito entre os interesses das mulheres e aqueles dos governos era bastante claro em toda a conferência e, apesar das reuniões preparatórias e do levantamento de uma documentação detalhada, a pauta tinha sido re-estabelecida, de fato, pelos homens.

Ela afirma também nesse artigo que as organizações internacionais reconhecem que os países em desenvolvimento são gravemente afetados pelo desequilíbrio do fluxo e do conteúdo da informação internacional difundidas pelos países desenvolvidos, mas que eles raramente indicam a gravidade das consequências na vida das mulheres do desequilíbrio da informação a favor dos homens. Se pode-se criar um paralelo entre o desequilíbrio criado pela relação de dependência entre as mulheres e os homens com aquele que existe entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, existe uma diferença, ela observa:

O desequilíbrio da informação entre homens e mulheres não existe apenas no sistema mundial, mas sim *no cerne de todos* os sistemas de comunicação nacionais.

Um beco sem saída

Esses exemplos mostram bem que as mulheres são colocadas em um beco sem saída e são mantidas afastadas do caminho da mudança, que permanece sendo um monopólio dos homens. Apesar do acervo de estudos e de dados, de relatórios de várias reuniões regionais e internacionais, da realização de três conferências mundiais, de horas, dias e meses de energia e de competência, preparação e participação ativa das representantes de todos os continentes nessas diversas etapas, as mulheres são excluídas da formulação oficial dos dois grandes problemas mundiais, no centro dos quais elas se situam; e qualquer influência para moldar o futuro ou resolver o desequilíbrio da informação e o desequilíbrio econômico, dos quais elas são vítimas, são negadas a elas. Essa marginalização das mulheres tem como consequência o fato de que o caminho da mudança tanto mundial, como nacional, lhes escapa completamente, daí o rumo individual e coletivo de suas vidas. Gallagher afirma:

É no domínio da participação das mulheres no planejamento e na tomada de decisão que a melhoria é a mais franca, incluindo o próprio sistema das Nações Unidas. [...]
 Nos sistemas da economia e da comunicação, as mulheres são basicamente um *recurso* cuja função pode variar, mas não a natureza – periférica em vez de central, mais objeto do que sujeito, submetidas à ação em vez de participantes dela.

A falta de controle das mulheres sobre esses sistemas tem como consequência o não-acesso delas à informação, que poderia contribuir para mudar os processos que lhes concernem, ela sublinha:

Se tal ou tal mulher pode trabalhar para a mudança – e até mesmo causá-la – no cerne das estruturas existentes na comunicação, essas estruturas não estão menos sob a dominação dos homens. As mulheres quase sempre têm que esperar dos homens – seja os membros do governo, de empresas privadas, de organizações internacionais ou dos sistemas de comunicação – a *autorização* para definir os problemas, para seguir uma política, para atribuir os recursos, para colocar em prática os projetos de interesse das mulheres enquanto grupo. O problema é claramente político.

Negar que a condição específica imposta às mulheres é responsável por sua situação desfavorável e fazer pouco caso dos problemas que são apresentados a elas enquanto mulheres para considerá-las, diante da informação, como submersas no todo masculino e afastá-las dos lugares de decisão são gestos que escondem os interesses evidentes. A. informação e as mídias constituem o nervo estratégico de um grupo de interesses masculinos – governos, empresas privadas, organizações internacionais – que, colaborando entre eles, mantêm a exploração das mulheres, tirando proveito disso.

As mulheres continuam

A última conferência oficial, a de Nairobi, apenas usou palavras em vão em termos de comunicação em seu documento *Stratégies pour l'an 2000* [Estratégias para o ano 2000]. Mas no âmbito do Fórum paralelo, apesar da falta de recursos financeiros vindos de organizações internacionais e dos governos, as mulheres continuaram a estabelecer marcos para reforçar as redes entre as pessoas de diversos continentes, a criar redes entre países de um mesmo continente e a estabelecer uma rede mundial de comunicação entre elas. “O Fórum de Nairobi foi o local onde as mulheres se reuniram para estabelecer os mecanismos de uma rede global de comunicação e a partir da qual construir uma nova ordem social²⁰⁴.” “São as redes que vão

²⁰⁴ Riane Eisler, *The Humanist*, Amherst, New York. Citada em *Media Report to Women*, Women's Institute for Freedom of the Press, *op. Cit.*, p. 5, tradução minha.

solidificar nossos ganhos – mais importante, desenvolver em nosso movimento uma perspectiva mais internacional e interracial²⁰⁵.” Centenas de relatórios publicados nas mídias das mulheres ao redor do mundo mencionaram essas atividades que a grande imprensa e as revistas femininas ignoram. Um número especial de sessenta e quatro páginas do trimestral internacional *Connexions*, dedicado à *Conférence de Nairobi*, traz uma dúzia de artigos sobre as comunicações²⁰⁶.

Mesmo que a grande imprensa não ecoe sobre isso, as mulheres continuam a se reunir. Quatro meses depois de Nairobi, era realizada em Atenas uma conferência internacional sobre as mulheres e os meios de comunicação. Um ano depois, em novembro de 1986, acontecia em Washington a conferência anual organizada pelo *Projet international des médias de femmes* [Projeto Internacional das Mídias de Mulheres], reunindo participantes de vinte países além do Brasil, Canadá, China, Egito, França, Quênia, Japão, Filipinas e El Salvador²⁰⁷.

²⁰⁵ Emma Kivisild, *Kinesis*, Vancouverm septembre 1985. Citada em *Media Report to Women*, op. cit., p. 5, tradução minha.

²⁰⁶ *Connexions*, People’s Translation Service, Oakland, Californie em *Media Report to Women*, op. cit., p. 5.

²⁰⁷ The Women’s Intitute for Freedoom of the Press, *Media Report to Women*, op. cit., p. 3 et 4.

Capítulo 15 – As mulheres jornalistas e o feminismo

Mesmo que seja desgastante ser uma mulher jornalista e agir com a sua diferença, mesmo que isso seja difícil de assumir e exija coragem, é a única escolha possível, tanto no plano pessoal quanto no da nossa responsabilidade profissional. Caso contrário, nos mutilamos e somos cúmplices de um modo de fazer a informação no qual não acreditamos, no qual não nos reconhecemos e que não serve às necessidades do público. Nós colaboramos com uma imprensa que se distingue pela irresponsabilidade, pela violência, pelo infantilismo e pelo tédio.

Ser mulher jornalista não é ser jornalista do sexo feminino; é trazer a essa profissão a abordagem que nós trazemos à vida; é apoiarmo-nos em nossa consciência feminista para retirar as camadas de sedimento secular que bloqueiam nossa visão e transmitir nossa própria visão das coisas; é abordar a informação de outro modo, tratá-la diferentemente, conceber de outra maneira a relação com o público.

A solidariedade

Nós não temos escolha pela solidariedade nesta profissão. Dizer-se feminista não basta, precisamos agir como mulheres livres e responsáveis. Após dez anos, embora aquelas que já estejam na profissão tenham acumulado experiência e que as mais jovens sejam altamente escolarizadas e se especializem mais do que os homens em comunicação, não somos atualmente mais numerosas na profissão, nem detemos mais poder; permanecemos confinadas às mesmas atribuições, ficamos na base da escala, somos proibidas de falar de forma independente. A situação que nos é imposta não afeta apenas o nosso plano de carreira individual, nossas ambições profissionais e nossa expressão pessoal, mas a vida das mulheres como um todo e a qualidade da informação transmitida ao público. A relutância em exigir medidas de ação positiva não é mais do que ingenuidade hoje em dia.

Não podemos esperar também ser essa metade desejada para nos apoiarmos, assumirmos nosso destino e começarmos a mudar as coisas. Não podemos ficar aqui, mumificadas, a fechar os olhos e a agir como se fossemos homens: nós temos o dever de informar a população e um enorme poder em nossas mãos. Às vezes, não temos consciência, mas quando recusamos, por qualquer motivo que seja, nossa responsabilidade de mulher jornalista, usamos de forma inadequada o poder que nos é conferido e distorcemos o compromisso que assumimos ao entrar nesta profissão.

Não podemos esperar também sermos mais numerosas, porque permanecemos prisioneiras de um círculo vicioso. Mutilar nosso pensamento e nossa palavra por um conforto temporário e pelo acesso ao estrelato é pagar muito caro, demasiadamente caro. Mesmo que interiorizemos o modelo masculino e que nos esforcemos para nos conformarmos com isso, continuaremos a ser julgadas como mulheres e, no caminho ou no auge do sucesso, em um momento ou em outro, seremos discriminadas como tais, ainda mais se afirmarmos nossa diferença.

Judith Jasmin foi “o maior repórter”²⁰⁸, no sentido europeu do termo, e provavelmente o maior jornalista²⁰⁹ que o Québec já tenha conhecido. Ela o foi porque fazia jornalismo de mulher. Subverteu a informação dita política, porque aliava o rigor e a clareza do fato exposto a uma sensibilidade rara. Devolvia aos fatos a parcela de emoção que eles carregam. Olhava para o mundo, para a política, para a economia e para o resto com seus olhos de mulher. Isso é particularmente notável em suas reportagens no exterior, seja na Índia, na Argélia, na Espanha de Franco, em Cuba, na América do Sul, nos países escandinavos, realizadas entre 1960 e 1966 para a Sociedade Radio-Canada e para os quais – era comum na época – ela pesquisava e redigia os textos de apresentação e de sequência. Independentemente da situação política e econômica do país que ela investigava, relatava as condições de vida das mulheres e das crianças, descrevia a vida cotidiana, e as entrevistas com as “pessoas modestas” tinham, para ela, tanta importância quanto aquelas com chefes de Estado, ditadores, revolucionários ou democratas. Para ela, o privado já era político. Ela nunca apresentou *seu* programa como os René Lévesque, André Laurendeau, Fernand Séguin, Michèle Tisseyre, nem os grandes programas de assuntos públicos como os Wilfrid Lemoyne, Pierre Nadeau, Jacques Keable. No entanto, mais de uma vez, os diretores a haviam escolhido, mas a direção preferiu outras mulheres mais dóceis ou ainda iniciantes. Seus padrões a consideravam perigosa e achavam que não podiam confiar nela, porque ela era muito engajada. O que eles não entenderam na época, porque falava-se pouco, é que ela questionava a objetividade masculina ao fazer jornalismo baseado na sua moral, na sua sensibilidade e nos seus valores de mulher. Nada mais inapropriado para descrevê-la do que o comentário, que era para ser elogioso: “ela tem uma cabeça de homem”. Judith Jasmin esteve

²⁰⁸ Do francês, *grand reporter*: jornalista encarregado/a de grandes reportagens, não necessariamente ligadas às notícias e aos fatos atuais. (*Le Robert*, 2023). No francês, o anglicismo *reporter* é um substantivo apenas masculino, desse modo, optei por manter o substantivo no masculino na tradução, retransmitindo o sexismo da língua francesa para o português. (N.T.)

²⁰⁹ Em francês, *le plus grand journaliste*. Diferente de *reporter*, *journaliste* pode ser tanto um substantivo feminino, quanto masculino. No entanto, Beauchamp optou por utilizá-lo no masculino, talvez para concordar com o gênero de *reporter*, forma que também mantive na tradução. (N.T.)

na origem da criação da *Association des femmes de Radio-Canada* [Associação das Mulheres da Radio-Canada], hoje desaparecida²¹⁰.

Em uma comunicação do *Cercle des femmes journalistes* [Círculo de Mulheres Jornalistas] em 1964 (então com quarenta e oito anos), dizia:

[...] o compromisso do jornalista começa no momento em que ele escolhe seguir essa profissão e continua com destinos diferentes ao longo de sua carreira. A simples escolha de um assunto, o ângulo adotado para abordá-lo: inconscientemente... você trai seus sentimentos profundos. Se você é alguém comprometido... isso se verá sempre. É inútil tentar trapacear, querer ser “neutro” a qualquer custo. O que era a grande arte dos nossos jornais em questão de objetividade total, era a tradução^{211, 212}.

No pódio da fama, questionar a objetividade masculina e fazer jornalismo do ponto de vista da mulher sempre custa caro. De acordo com nossa personalidade, somos julgadas perigosas ou insuficientemente sérias. No dia seguinte ao seu falecimento por câncer, aos cinquenta e quatro anos, em junho de 1986, seus ex-colegas louvaram publicamente seu profissionalismo, seu talento como entrevistadora não-agressiva que deixava os entrevistados sob o estrelato e que sabia fazer as pessoas falarem, sua grande capacidade de trabalho, sua disponibilidade, a amplitude e o vigor do seu engajamento social, seu calor humano, seu entusiasmo e seu humor.

No entanto, alguns anos antes, ela havia declarado “ter deixado a profissão porque seus direitos como mulher jornalista foram lesados e não havia sido tratada com o seu devido valor.”

Eu sonhei em trabalhar na informação, nos programas de assuntos públicos da Radio-Canada. Isso me parecia muito importante, porque eu via esse tipo de informação como um agente de mudança na sociedade e eu queria que a sociedade mudasse, principalmente suas atitudes em relação às crianças e às mulheres. Ainda hoje me pergunto por que a direção me disse, há vinte anos, que eu jamais trabalharia ali. Eu vejo, em todo caso, que eles são persistentes: vários diretores propuseram meu nome, mas isso não aconteceu ao longo de vinte anos de profissão!

²¹⁰ Pesquisa pessoal para bibliografia em preparação. Judith Jasmin iniciou sua carreira de jornalista em 1974 no *Service International de Radio-Canada* [Serviço Internacional da Radio-Canada]. Ela fundou com René Lévesque, em 1953, o serviço de reportagens, que se tornou, posteriormente, o serviço dos programas de assuntos públicos da rede francesa da Sociedade. Ela foi a primeira mulher jornalista canadense, correspondente no exterior (em Nova Iorque e em Washington, de 1966 a 1970). Ela morreu em 1972, aos 56 anos, em consequência de um câncer, alguns meses depois de ter recebido o prêmio Olivar-Asselin.

²¹¹ Judith Jasmin, «L’engagement de la journaliste: engagement social», *Congrès annuel du Cercle des femmes journalistes*, Montréal, 23 mai 1964.

²¹² A visão de Judith Jasmin sobre a tradução é pautada nas teorias tradicionais que consideram o texto traduzido uma “cópia” do original em outra língua, sem nenhuma influência do/a tradutor/a, que deveria permanecer neutro/a e invisível. Nesta tradução comentada, contudo, busquei, justamente, evidenciar a minha visibilidade e subjetividade enquanto tradutora. Do mesmo modo que a neutralidade e a objetividade são impossíveis no jornalismo, não é diferente da tradução, uma vez que ambas as áreas são produtos sociais e discursivos. (N.T.)

Eu estava muito engajada em organizações sociais, [...] nas áreas do sindicalismo, da saúde física e mental, da adoção infantil, do aborto, dos direitos humanos, dos presos, da imigração. Eu também trabalhei muito em um jornal de opinião operária. Durante esse tempo, eu me dizia: eu tenho um conhecimento privilegiado de arquivos de assuntos públicos. Como é que, na minha profissão, eu não posso tratar desses assuntos? Em suma, eu me perguntava por que eu era tão levada a sério para fazer tanto trabalho voluntário, mas não levada a sério para fazer trabalho profissional remunerado. [...] Cheguei a duvidar da minha competência, a me desvalorizar e finalmente a me sentir, muito, muito, muito insegura, – e aconteceu uma única vez de *eu mesma* ir me propor a um diretor, mesmo que tivesse proposto muitos projetos.

Eu deixei a profissão após *La Vie quotidienne*. Esse programa foi apresentado durante quatro anos apenas por duas mulheres, Andréanne Lafond e eu, um programa no qual a emoção não estava ausente do que eu chamaria de informação e nós fazíamos muito isso. [...] Eu ainda sonho em mudar o mundo, eu ainda sonho com o poder que eu desejava ter no momento em que eu queria trabalhar nos programas de assuntos públicos. [...] Mas eu ainda me pergunto quando nós teremos o poder²¹³.

Ao longo de toda sua carreira, Lizette Gervais defendeu, pacientemente, uma visão de mulher. Em janeiro de 1980, em uma entrevista para a revista *Châtelaine*, disse:

A maior crítica que eu me sentiria tentada a fazer àqueles que dirigem a informação é que eles persistem em fazer informação desencarnada. Esforçam-se para que ela seja vazia de emoção. A partir do momento que eu falo sobre emoção, sei que eu vou ser considerada como uma “verdadeira mulher” no sentido mais pejorativo do termo.

Se nos reagruparmos e nos apoiarmos em nossa consciência feminista, nenhuma de nós poderá ser levada em direção à saída, colocada em espera ou rebaixada por causa de um feminismo declarado ou suspeito, grosseira, sutil e indiretamente discriminada sob qual seja o pretexto e impedida de transmitir a informação à sua maneira. Aquelas que desejam subir de nível poderão fazê-lo sem se isolar e fazer valer aí *normalmente* seu ponto de vista de mulher sem se autocensurar; nós as apoiaremos e as encorajaremos a irem em muitas, porque, em todos os lugares de poder aonde vamos sozinhas, só podemos servir de álibis e, no máximo, podemos criar espaços individuais de convivência. Como escreveu uma irmã estadunidense,

um meio de comunicação que não tem uma única mulher como executiva lhe impõe o papel de uma pequena petúnia solitária em uma plantação de cebolas e se priva da riqueza de novas ideias e de desafios que ela poderia trazer: uma mulher sozinha em um contexto

²¹³ Testemunho em *Thérèse, Janette, Hélène et les autres ou...*, op. cit., p. 14 e 15. Lizette Gervais começou na Radio-Canada como locutora em 1960 e apresentou vários programas tanto na rádio como na televisão. Ela foi a primeira apresentadora de revista televisionada *Femme d’aujourd’hui* em 1964, a primeira apresentadora de um noticiário em 1967 e a primeira a apresentar um quiz em 1973. De 1969 a 1974, ela coapresentou com Andréanne Lafon *La Vie quotidienne* na rádio da Radio-Canada. Ela se tornou em seguida presidente do Office des services de garde [Gabinete dos serviços de guarda] e, em 1982, coordenadora do Secrétariat de l’adoption [Secretariado da adoção], serviços do ministério dos assuntos sociais.

masculino competitivo dificilmente dará uma opinião que se destacará das dos seus colegas e será forçada a seguir servilmente as escolhas editoriais deles²¹⁴.

Poderemos também construir essa solidariedade necessária junto às outras mulheres que exercem profissões relacionadas e fundamentais para a difusão da informação, as diretoras, mas também as pesquisadoras, documentaristas, roteiristas, secretárias e recepcionistas silenciadas pela estrutura hierárquica e cujos talentos e contribuição são usados sem serem reconhecidos e remunerados igualitariamente.

Cobrir a realidade das mulheres

Nessa profissão, somos aquelas que podem garantir com que as questões sobre as mulheres sejam tratadas de acordo com a veracidade dos fatos e que tenham a cobertura que merecem. Mesmo que existam jornalistas homens simpatizantes da nossa causa, eles não ocupam em geral os cargos de decisão, e somos as mais indicadas a fazê-lo, uma vez que se trata da vida e da nossa realidade.

A armadilha da Objetividade nos ameaça de várias formas. Em seu nome, nós nos impomos uma autocensura cruel. Toda mulher jornalista que quer avançar nessa carreira se abstém das matérias ditas, com desprezo, “sobre a condição feminina”, elas são um ponto de entrada na profissão, não um ponto de chegada – embora todas as questões afetem a vida das mulheres. Nos desculpamos também por afirmar nosso ponto de vista político e por articular nosso trabalho a partir da nossa moral. Reprimimos sua expressão ou a amenizamos para não sermos acusadas de propaganda. As jornalistas feministas mantêm ligações com o movimento feminista e, por essa razão, têm acesso a fontes privilegiadas de informação e possuem uma melhor expertise. E elas seriam, pois são muito próximas, as menos indicadas para tratar desses assuntos? O argumento é falacioso e discriminatório. Nessa profissão, só tem mulheres que são criticadas por sua competência e por seu acesso a fontes de informação privilegiadas. No esporte, na política, na economia, elas são valorizadas como marcas de talento e de eficácia, que distinguem os melhores jornalistas homens. Quem mais, além de nós, pode colocar um termo na nossa autocensura e nas manobras que nos cercam?

Esse tipo de reportagem interessa ao público, aumenta as tiragens e os índices de audiência e merece a primeira página ou a terceira. A pobreza das mulheres e as creches são

²¹⁴ Dorothy Jurney, «Women in Management», *American Society of Newspaper Editors Bulletin*, janvier 1986, citada em *Media Report to Women*, Women's Institute for Freedom of the Press, *op. cit.*, p. 7.

assuntos econômicos e políticos tão importantes de se tratar regularmente quanto o aumento da taxa de juros, a expansão das pequenas e médias empresas ou boas dicas para aumentar seu portfólio de *régime-épargne-actions* [regime-poupança-ações]. As reportagens sobre as doenças industriais que afetam as costureiras das fábricas, redigidas a partir de pesquisas científicas feministas, que não partem do viés de critérios masculinos de avaliação, proporciona ao público uma informação tão essencial quanto as matérias sobre a amiantose. Incluir a experiência das mulheres na abordagem de assuntos que entusiasma a população lhe dá uma perspectiva mais justa e mais ampla da realidade. Levantar questões que atingem diretamente a vida das pessoas e relatar sua contribuição para a evolução da sociedade, aqui ou em outro lugar, as entusiasma bem mais que a saga eterna dos detentores de poder.

Se nós, enquanto mulheres jornalistas, não nos apoiamos mutuamente, contribuímos também para a destruição do movimento das mulheres, nosso movimento. Cabe a nós, quanto às mulheres de fora, protestar energicamente e em número toda vez que a imprensa transmite uma reportagem ou um posicionamento antifeminista. Não tem lugar para esse tipo de imundice, tão inaceitável quanto reportagens e matérias que afirmariam que é preciso enviar as pessoas racializadas de volta para o lugar de onde elas vieram, ou exterminar a nação judia, que a defesa dos direitos da população haitiana de Montreal é na verdade extremistas que não representam sua comunidade e que trabalham contra seus interesses. Tão inaceitável quanto queria as justificativas das direções de revistas criadas para uma clientela negra de não publicar artigos que mencionam a luta dos/as negros/as, a discriminação da qual ela é vítima, da sua visão de mundo, das questões vitais que lhe concerne e dos meios tomados para mudar sua situação, sob pretexto de que não se pode impor um ponto de vista absoluto à totalidade do público-leitor. Seria igualmente inaceitáveis títulos do tipo:

“Le pire ennemi des Noir-e-s, la lutte contre le racisme” [O pior inimigo dos/as negros/as: a luta contra o racismo],

“Les bonnes intentions oppressives de la lutte contre l’apartheid” [As boas intenções opressoras da luta contra o apartheid],

“Blancs et blanches, méfiez-vous des leaders noir-e-s” [Branco e brancas, desconfiem dos/as líderes negros/as],

“Selon un professeur de l’U de M, la lutte contre le racisme contribue à la hausse de la criminalité blanche”²¹⁵ [Segundo um professor da Universidade de Montreal, a luta contra o racismo contribui para o aumento da criminalidade branca]

²¹⁵ Calquei esses títulos com base em títulos sobre o feminismo que apareceram nos jornais de Montreal e que sinalizei anteriormente neste livro: “O pior inimigo das mulheres: o feminismo”, “As boas intenções opressoras

e para encabeçar um artigo sobre um congresso do movimento antiapartheid na África do Sul: “Pretoria, congrès de plaignards” [Pretoria, congresso de reclamações] como exemplo de *Le Devoir* que intitulou uma notícia sobre a *Conférence internationale de Copenhague* em 1980: “Copenhague ou le forum ‘des plaignards’²¹⁶ [Copenhague ou o fórum ‘das reclamonas’].” O sexismo constitui a primeira forma de racismo e a discriminação continua sendo discriminação, seja qual for a categoria das pessoas que ela visa.

Já, como mulheres, por meio da nossa ligação diária com o cuidado das/os filhas/os, temos uma percepção mais concreta da realidade e nos preocupamos em entender sua complexidade; temos uma abordagem mais comunitária da vida social e estamos mais à escuta do outro.

A ex-estrela américo-canadiana da televisão, Adrienne Clarkson, respondeu a uma jornalista que lhe perguntou a razão do seu sucesso:

Eu sou capaz de ouvir. Meus amigos e minhas amigas dirão a você que eu adoro falar e que eu não os escuto, mas, na minha profissão, eu sou a melhor pessoa do mundo para ouvir: ouvir a pessoa que estou entrevistando e segui-la para onde ela quer ir, mas também para onde ela não sabe que quer ir.

Quando a jornalista lhe lembrou dos seus famosos confrontos com personalidades políticas, como aquele com o Xá do Irã sobre a tortura nas prisões do país, ela respondeu:

Se o convidado se recusa a responder, é importante insistir. Não é preciso ficar com raiva²¹⁷.

A socialização delas deu aos homens o Poder e o Dinheiro como objetivos; uma vez que eles os possuem, consagram suas energias a conservá-los e adquirir mais. Nas empresas de mídia, como em outros lugares, desejar atingir esses objetivos significa colocar sua carreira em primeiro lugar, antes da sua responsabilidade como jornalista, fazer o que agrada aos seus colegas e principalmente aos seus superiores, não se afastar das normas estabelecidas.

A socialização das mulheres as manteve distantes desses objetivos. Temos ainda que definir o poder e o que queremos fazer com ele a partir de nossos próprios critérios, uma vez que só experimentamos um falso poder, o *poder oculto*. Mas já questionamos a noção de poder, fazemos distinção entre o *poder de* e o *poder sobre*, buscamos transformar seu funcionamento,

do feminismo”, “Jean-Yves Desjardins para os homens: desconfiem das feministas radicais”, “Segundo um médico da Universidade de Montreal, o feminismo radical contribui com o aumento da homossexualidade masculina”.

²¹⁶ *Le Devoir*, Montréal, 4 août 1980.

²¹⁷ Il fait toujours beau quel que part, CBF, Radio-Canada, Montréal, juin 1986.

humanizá-lo, feminilizá-lo. O dinheiro também não representa para as mulheres o valor supremo ao qual os outros valores humanos devem se subordinar.

Menos obcecadas pela ascensão de carreira, as mulheres preferem ir buscar as notícias onde elas se encontram, principalmente aquelas que vão ajudar a mudar a vida das pessoas. No Quebec, o trabalho de Claire Dutrisac, que foi jornalista no jornal *La Presse*, é um exemplo marcante disso. Durante vinte anos, ela investigou o setor da saúde e das relações sociais. Suas pesquisas de campo, que colocaram na berlinda tanto a classe médica como os ministros e funcionários, precipitou várias mudanças que beneficiaram principalmente os doentes e idosos. Com um estilo que não faltava incisividade, ela fazia o jornalismo direcionado às necessidades da população e questionava os poderes vigentes. Ela se empenhava com vigor e precisão para decifrar as matérias das quais ela tratava e para torná-las acessíveis ao público para que as pessoas pudessem se situar diante às mudanças sociais. Desse modo, ela explicou a lei da assistência social e da implementação do seguro saúde, assim como noticiou o primeiro transplante de coração.

Sua irmã, Madeleine Berthault, disse que Claire Dutrisac praticava

uma forma de jornalismo que pouco se encontra, ao se esforçar muito para corrigir situações humanamente inaceitáveis em vez de “publicar escândalos” para “satisfazer a curiosidade mórbida de um certo público” [...]. Ela soube conservar a combatividade e a coragem necessárias para fazer certas reportagens e para perturbar os costumes, as rotinas, denunciando a negligência, a mediocridade e a hipocrisia. [...] [Ela afirma] que é inútil publicar uma notícia se o objetivo não é corrigir uma situação. [...] Claire Dutrisac foi por um tempo ironicamente apelidada pelos seus colegas de “a trabalhadora social de *La Presse*”! Outros comparam-na a uma detetive²¹⁸!

Embora ela tenha ganhado dois *National Newspaper Awards*, relata Madeleine Berthault, seu trabalho jornalístico não lhe rendeu apenas honrarias e amigos/as, especialmente na classe médica e entre alguns médicos:

Disseram tantas coisas contra ela... Isso entre outras: “Quando você ficar doente, você não encontrará ninguém para tratar de você”, à qual ela respondeu: “Nesse caso, decidirei morrer sem sua ajuda.”²¹⁹

Chegamos a vislumbrar, a partir de exemplos isolados, circunstanciais, mas não menos convincentes, a transformação que as grandes mídias poderiam conhecer sob o comando de mulheres que ousam aplicar como política de informação sua visão de mulher consciente e dar-

²¹⁸ Madeleine Berthault, *op. cit.*, p. 58 et 59.

²¹⁹ *Ibid.*, p. 61 et 62.

lhe um novo pensamento. A jornalista estadunidense Gloria Brown-Anderson foi redatora-chefe do jornal da tarde *The Miami News* de 1978 a 1982. Ela chegou a esse cargo aos trinta e três anos, tornando-se assim a pessoa mais jovem a alcançar tal posto nos Estados Unidos. Esse jornal, tido como menos importante do que um jornal matutino, passava por um sério declínio, razões pelas quais, estima ela, deram-lhe total liberdade. Ela deu ao jornal uma segunda vida, quase dobrando sua tiragem (de 40 mil para 70 mil exemplares em menos de quatro anos), instaurando nele uma prática jornalística fundada em uma abordagem humana, comunitária, privilegiando as fontes não-burocráticas e as reportagens que tratava do impacto das políticas governamentais na vida das pessoas, além dos anúncios das próprias decisões administrativas e dos possíveis acontecimentos. Ela incitava os jornalistas a se familiarizarem com a comunidade espanhola, que representa uma parte importante da população da cidade – para ela, um jornalista, o mais conhecido que seja, não pode fazer um bom trabalho em Miami se ele não fala espanhol. Ela também os pressionava “a fazer com que a notícia fosse colada na vida” e a recorrer à “observação participativa”. Por exemplo, quando o presidente Reagan decidiu cortar o orçamento da ajuda social, pediu para um repórter viver durante um mês com a pensão mensal de 144,50\$ destinada às/aos aposentadas/os para relatar em suas matérias como e ao custo de quais privações ele conseguiu sobreviver. Para desmistificar o poder das mídias junto ao público, ela convidava regularmente as pessoas para assistir às reuniões de produção para que vissem como se tomam as decisões. Ela também explica sua filosofia da informação:

Eu não tinha um plano de carreira. Mas eu queria fazer jornalismo porque eu acho que *nessa profissão, mais do que nas outras, nós podemos ajudar as pessoas a viverem melhor*. E essa convicção me guiou desde o início. Minha abordagem é de uma mulher. Não somos muito úteis como jornalistas se cobrimos os acontecimentos sem ligá-los ao contexto social em que vivemos. [...] Devemos apresentá-los ao público em sua continuidade e fazer com que ele entenda como eles se entrelaçam, seja o orçamento municipal, um acontecimento mundial ou uma celebridade internacional. [...] Não apenas escrever quem ganhou ou perdeu – isso é fácil – mas dar-lhe uma dimensão humana. Isso significará, no futuro, comprometer-se com a sua comunidade e tornar-se expert em outra coisa, além dos seus interesses pessoais e do seu mundinho individual²²⁰. (Grifos meus)

Se existe um público para os jornais que mergulham sua pena no sangue dos assassinatos e na fumaça dos incêndios, existe um público para os outros jornais também.

²²⁰ Gloria Brown-Anderson, conferência pronunciada no colóquio *Les femmes et l'information*, Montréal, 28 octobre 1981, tradução minha.

As vantagens da lucidez feminista

Ser uma jornalista lucidamente feminista tem imensas vantagens para praticar essa profissão com a independência de pensamentos necessária e com os olhos fixos nos fatos.

Como jornalistas feministas, agimos nos apoiando em nossas experiências, em nossa realidade, tendo novas práticas e permanecendo constantemente atentas às armadilhas que nos prega o nosso velho condicionamento. Nossa visão é também menos encoberta pelos preconceitos, tabus e proibições, uma vez que somos vítimas deles e nos empenhamos em descobri-los, analisá-los, entendê-los, expô-los e em desmistificar a realidade e as consequências.

Podem falar perto de mim, por exemplo, que as mulheres desejam ser violentadas ou que elas são corresponsáveis pela violência conjugal ou doméstica. Enquanto jornalista, eu não transmitirei tal adulteração dos fatos para o público. Eu sei que ambas as afirmações são falsas, que os termos violência “conjugal” e “doméstica” são impróprios, visto que são as mulheres que são espancadas por seus companheiros em 90% dos casos, e assassinadas por eles em 83% dos casos de homicídios matrimoniais²²¹.

Já faz muito tempo que eu não uso mais as expressões “população ativa”, “mulheres no trabalho” (alguém já ouviu falar de um homem no trabalho?), “trabalhadoras”, “mulheres no mercado de trabalho” para designar as mulheres que ganham sua vida fora do lar. Essas expressões dão a entender que as donas de casa não trabalham ou são inativas; emprego os termos “trabalhadoras fora do lar”, “trabalhadoras remuneradas”, “trabalhadoras em emprego remunerado”, “mulheres em emprego remunerado”, “mulheres no mercado remunerado de trabalho”, “mulheres que trabalham com... (educação)”²²². Não faço isso para fazer diferente ou para impor minha análise feminista, mas por fidelidade à minha ética, que me obriga a traduzir os fatos.

Há dois ou três anos, com o fim do imposto, a questão sobre o fim da isenção acordada ao marido pela responsabilidade de sua esposa que trabalha em casa foi levantada na Câmara das Comunas. Em sua reportagem, um jornalista fez várias vezes referência às “donas de casa inúteis”. Mais recentemente, um outro jornalista fez uma reportagem sobre algumas “mulheres que tiveram sucesso em profissões não tradicionais” – um modo masculino de tratar a condição

²²¹ Sue Johnson, professora na Université d'Ottawa, congresso sobre a violência na sociedade contemporânea, Société John Howard, Ottawa, juin 1986.

²²² Mesmo em um ensaio crítico sobre a condição feminina nas mídias e na sociedade, é interessante observar como Beauchamp cita uma profissão “tipicamente feminina”, dentre muitas opções possíveis, como exemplo de trabalho remunerado exercido pelas mulheres. (N.T.)

das mulheres, destacando aquelas que trabalham como os homens e ainda melhor do que eles; ele usava a expressão “mulheres que não trabalham” para designar aquelas que trabalham em casa.

São alguns exemplos simples que ilustram como mesmo a escolha do vocabulário usado nas mídias pode traduzir a realidade das mulheres, ou, pelo contrário, distorcê-la e alimentar os estereótipos sobre elas.

A síndrome feminista

Várias jornalistas que se dizem feministas, sem agir como tais, sofrem da síndrome feminista, do medo de comprometer sua liberdade de ação pela solidariedade com o próprio movimento. No entanto, elas comprometem essa mesma liberdade de ação profissional se submetendo às regras do *establishment* masculino, para não os desagradar... que não lhes oferece nenhuma garantia em contrapartida. Elas defendem ferozmente a objetividade masculina e adotam o ponto de vista masculino em suas reportagens, trabalhando contra os interesses das mulheres, enquanto elas mesmas experienciam as tensões entre seus valores pessoais e suas ambições profissionais.

Nossas irmãs estadunidenses parecem ter buscado superar a síndrome feminista já há algum tempo. Nos Estados Unidos, existe desde 1972 o *The Women's Institute for Freedom of the Press* [Instituto das Mulheres pela Liberdade da Imprensa], uma organização extremamente ativa que, entre outras realizações, publica anualmente dois anuários internacionais, um sobre as mídias feministas e o outro sobre as mulheres que trabalham nas comunicações, além de pesquisas, livros, um boletim que comunica as atividades feministas na área das comunicações, bem como ofertas de emprego nas mídias, e as faculdades de jornalismo. Esse agrupamento, que pretende ser uma rede de apoio, reúne jornalistas das grandes mídias, de publicações feministas, professoras de comunicação e grupos de mulheres, sem que as primeiras se sintam submissas às outras.

Nem todas as mulheres que se dizem feministas não são interdidas pelas mídias. Sentindo-se coagido por um feminismo que se enraíza apesar da toxicidade dos feministicidas e dos feministífugos²²³ dos quais ele se serve abundantemente, o poder masculino tolera

²²³ Do francês, *féministicides* e *féministifuges*. Neologismos criados pela autora a partir da junção da palavra *féministe* com *pesticide* e *vermifuge* ao falar da toxicidade das feministas de acordo com os homens, relacionando-as a produtos tóxicos, como pesticidas e vermífugos. Desse modo, criei os neologismos em português a partir das palavras *feminista* e *pesticida* e *vermífugo*.

algumas feministas para não parecer antimulheres. Ele mostra até mesmo complacência com aquelas que mordem a isca da recuperação, do “profissionalismo” ou que cedem ao medo; as feministas moderadas e as “Eu sou feminista, mas...”

Quando eu ouço uma mulher dizer “Eu sou feminista moderada”, eu sempre me pergunto onde ela estabelece a fronteira entre a passividade e o controle de si mesma. Essa frase me leva infalivelmente à minha infância. Quando estávamos muito agitadas, nossas mães e nossos pais nos acalmavam com um sono “Tenha modos”. Quando os homens dizem essas palavras às mulheres para lhes causar medo, muitas respondem como crianças submissas e dependentes “Não precisa gritar, eu sou comportada”. O “Eu sou feminista, mas...” também me leva à minha juventude. Tenho a sensação de ouvir uma criança dizer: “Eu gosto de chocolate, mas meu papai não quer que eu coma.” Outras nem se arriscam, embora incorporem valores feministas em suas vidas, proclamam: “Não, eu não sou feminista, eu detesto rótulos.” Perguntamo-nos como elas podem aceitar o rótulo “mulher”, que descreve um estado pouco invejável, ao menos que sejam feministas e engajadas na reapropriação de sua identidade.

Todas essas mulheres, em última instância, se prejudicam e prejudicam as outras mulheres. Elas se aprisionam a longo prazo, mas suspeitam de todos os tipos de risco ligados a uma posição feminista não diluída e declarada: rejeição, insultos, rupturas; pressentem a “coragem existencial” (de acordo com a expressão de Mary Daly) que é necessária para arrancar a mordaça que nos reduz ao silêncio. Protegem suas conquistas individuais e seu conforto que lhes parece reconfortante a curto prazo. Nem sempre veem muito bem (e o sistema social masculino faz de tudo para esconder delas) que essas coisas são frágeis e temporárias e podem ser tiradas delas a qualquer momento, de acordo com a boa vontade daqueles que as proporcionam a elas. O duro peso do condicionamento as impede muito frequentemente de ver o verdadeiro preço que elas pagam todo dia pela submissão, renúncia, negação delas mesmas, desejos reprimidos, sofrimento mental, quando não pelo abuso físico...

Dizer e escrever enquanto mulheres

Uma proibição que pesa muito para as mulheres e que afeta particularmente as que trabalham nas comunicações é aquela que as impede (ao menos que usem a ficção) de pensar, de dizer, de escrever... enquanto mulheres – diferentemente dos homens – e enquanto mulher singular – diferentemente das outras mulheres –, sem ser reprimida por teorizar ou intelectualizar.

Para nós, não mais do que para os homens, no curso de normal de nossas atividades, não existe um perigo *intrínseco* em articular, coordenar nossos pensamentos e em torná-los públicos, é uma função normal e digna do nosso intelecto, é essencial exteriorizar nosso pensamento para não nos deixarmos sufocar e nos destruímos.

O anti-intelectualismo que tem espaço mesmo no meio feminista é uma armadilha que vem do medo de conhecer a realidade e também do medo de invalidar o sistema de pensamento e educação masculinistas. Não existe, como os homens sempre afirmaram, uma separação real entre o pensamento e a ação. Colocar em palavras nossas reflexões é um processo de criatividade, de tomada de posse do que é real, uma ação; é um processo que nos permite evoluir, não repetir nossos erros e seguir nosso caminho em direção a um melhor conhecimento de nós mesmas e do que nos cerca.

Na informação, uma leitura feminista da *atualidade* é primeiro, e antes de tudo, seja qual for o assunto tratado, uma leitura da *realidade*, portanto, que não oblitera as mulheres, sua opressão, suas lutas, suas ideias, suas criações, suas práticas, seus questionamentos, suas abordagens, e não descredita sua fala. Essa leitura se baseia em uma análise que visa transformar a situação delas, como a das crianças e de toda a sociedade. A leitura feminista da realidade detecta as opressões, seja qual for. Detecta também as correntes de pensamento, as iniciativas que consideram mais as pessoas, seu desenvolvimento e propõem soluções para dar a cada um/a o poder de agir, de viver melhor e mais feliz, o feminismo como uma filosofia cujo objetivo e meios querem, no plano individual e coletivo, aumentar a autonomia, o bem-estar e a realização das mulheres que se engajam nessa luta. A afirmação feminista, *o privado é político*, é apenas um slogan. Ela rompe com o código secular que regia as relações das pessoas com elas mesmas, com os outros e com a realidade. Ela questiona o processo de relação à vida, reúne o que está dividido: o espírito e o corpo, a inteligência e o coração, a vida privada e a vida pública, ao fazer as ideias pessoais atingirem o discurso público.

A proibição da fala das mulheres não acontece apenas nas mídias tradicionais. A experiência das mídias paralelas e mistas não levou os homens a transformarem sua relação com as mulheres nem a terem uma prática jornalística tão diferente, mesmo que ela foque mais nas necessidades e nos desejos da população à qual serve. Nela, os homens se apropriam do poder e concedem um nicho às feministas como uma categoria entre outras, os jovens, os velhos, os ecologistas. Nela a informação é feita sem levar em conta as mulheres; exala o discurso e a atitude antimulheres como nas mídias tradicionais.

Até agora, as mulheres, enquanto grupo, foram impedidas de experienciar sua própria prática jornalística nas mídias mistas. A visão feminista traz dinamismo, abre a porta para a

criatividade, para a inovação e para a transformação – que se tornou urgente – da prática jornalística ao se basear no relato rigoroso dos fatos. Seu ponto de vista político é novo e revolucionário, no verdadeiro sentido do termo. Acabar com os tabus e preconceitos, incluir as mulheres ao tratar de qualquer questão (não excluir metade da população), pesquisar os fatos ocultos, desmontar os mecanismos científicos e enganosos, munir-se de outras fontes de informação que não acadêmicas²²⁴ e burocráticas são as práticas fundamentais de todo bom jornalismo e produzem uma imprensa de informação viva e interessante. Dar a palavra àquelas e àqueles que vivenciam a situação e que a mudam, focar na dimensão humana dos fatos, situá-los em relação ao contexto social da comunidade, estar à escuta do público, se aproximar dele e se abrir para todos os setores da população é uma abordagem realista, ética e responsável da informação, na qual se pode exercer a liberdade jornalística e que tem apenas um resultado: uma aventura apaixonante para todas e todos, inclusive para o público.

²²⁴ Beauchamp reivindica fontes de informação para além das ciências consideradas “duras”, como as exatas e as biológicas, dominadas pelos homens. Nesse sentido, a autora pontua a necessidade de se recorrer à palavra das mulheres e de outros grupos sociais e às suas vivências, a fim de promover uma visão mais humanizada dos acontecimentos. Apesar de esse posicionamento ser extremamente pertinente para que haja uma maior dimensão social dos fatos e da informação, é preciso também ter muita cautela para que ele não seja descontextualizado, servindo aos discursos negacionistas e anticientíficos que têm se espalhado em nossa sociedade, sobretudo, em decorrência da pandemia de COVID-19. (N.T.)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traduzir *Le silence des médias* foi uma forma de fazer ecoar o ensaio de Colette Beauchamp para além do Quebec, tirando-o de um certo silenciamento ao qual ficou restrito por meio de sua língua e cultura. Traduzir é dar vida e voz a um texto, fazendo com que ele percorra por novos caminhos e entre novas/os leitoras/es. Como expõe Derrida (1979), é por meio da tradução que um texto sobrevive, pois se ele for completamente intraduzível, morre imediatamente, ao mesmo tempo em que se for totalmente traduzível, sua tradução desaparece enquanto texto. É, então, na possibilidade e na realização da tradução que ele vive e sobrevive. Sendo assim, o objetivo desta tradução-pesquisa foi de fazer sobreviver o ensaio de Colette Beauchamp, apresentando-o em uma outra época, a um novo público, mas que de certo modo possa se identificar com as discussões sociais apresentadas pela autora quebequense, que escreveu sobre a sua experiência enquanto mulher e jornalista nos anos 1980.

Apesar da distância temporal e espacial, as reflexões apresentadas em *Le silence des médias* estão muito mais próximas de nossa realidade do que poderíamos imaginar, sobretudo no atual contexto político e social em que vivemos, no qual as ideologias masculinas, conservadoras e de extrema direita vêm ganhando força, muitas vezes com a ajuda das mídias tradicionais. A ascensão dessas ideologias, por sua vez, leva ao crescimento do antifeminismo e contribui para o ódio contra as mulheres, não é por acaso que o número de feminicídios aumenta a cada ano em nosso país, assim como os crimes de ódio contra outros grupos sociais. Segundo os dados apresentados pelo Monitor da Violência e do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV-USP), em 2022, a cada 6h, uma mulher foi vítima de feminicídio no Brasil, totalizando 1,4 mil vítimas dessa violência infligida pelos homens e por sua dominação (Cf. BRASIL, 2023).

Embora hoje as discussões feministas estejam mais presentes em nossa sociedade, ainda temos um longo caminho a percorrer, sobretudo diante dessa onda antifeminista e antimulheres. Por isso é necessário que as mulheres continuem a tomar a palavra e os espaços públicos para que suas manifestações e reivindicações sejam ouvidas, assim como fizeram, e ainda fazem, escritoras, tradutoras, jornalistas e feministas, como Colette Beauchamp em seu texto, e eu, em minha tradução.

De certo modo, pode-se dizer que mulheres, escrita, imprensa e tradução sempre estiveram ligadas. De início, quando a escrita e a literatura eram uma prática exclusivamente masculina, foi por meio da tradução que as mulheres puderam se manifestar, reescrevendo e recriando as palavras dos homens. Em seguida, quando elas tiveram acesso à imprensa escrita,

usaram desse espaço para se manifestarem social e politicamente por meio de textos, notícias e manifestos que publicavam nos jornais feministas. O texto e a escrita, portanto, desempenham a manifestação e a materialização do pensamento e das ideias feministas. Foi por meio da escrita que as mulheres começaram a se inserir no mundo, estendendo seu corpo ao texto, como posteriormente foi fundamentado e teorizado pelas escritoras feministas dos anos 1970. Nesse contexto, Cixous (2010) afirma que é necessário que a mulher se escreva, se colocando no texto, no mundo e na história, recuperando a si e ao seu próprio corpo.

Em relação ao trabalho de tradução, a realização de uma tradução comentada também possibilita abrir o diálogo entre autor/a, texto, tradutor/a e leitor/a. Ao traduzir e comentar *Le silence des médias* trinta e seis anos após sua publicação, expressei minhas ideias e opiniões enquanto leitora e tradutora engajada situada em outro contexto, trazendo por vezes um olhar mais recente e crítico para a minha leitura, interpretação e tradução. Desse modo, apresento a obra de Beauchamp por meio do trabalho de tradução do seu ensaio, assim como apresento minhas próprias ideias nas N.T., fazendo-me visível e produtora de discursos enquanto tradutora. Da mesma maneira que Beauchamp pretendeu quebrar o silenciamento imposto às mulheres pelas mídias ao escrever sobre a condição feminina na sociedade e no jornalismo, tencionei, a partir desta tradução-pesquisa, quebrar o silenciamento e a invisibilidade geralmente impostos ao/à tradutor/a.

A tradução, enquanto uma produção discursiva humana, está sujeita à subjetividade da pessoa que a realiza, o que faz com que a invisibilidade do/a tradutor/a e a sua objetividade sejam impossíveis no processo tradutório. Essa subjetividade é o que faz, então, com que não exista uma única tradução possível para um texto, uma vez que cada tradutor/a é motivado/a pela sua própria experiência, por sua concepção do que é tradução e pelos pontos de vistas que o/a atravessam.

Essas diferentes perspectivas levam ao questionamento do que há por trás de um trabalho de tradução, já que a tradução não se restringe a um mero processo linguístico de decodificação, como postularam no passado as teorias mais tradicionais. Como explicado na seção “O projeto e o processo tradutório a partir da crítica bermaniana”, nesta tradução-pesquisa, tentei de algum modo expor minhas motivações, as teorias e os pontos de vistas que me guiaram na realização do meu trabalho, a partir de um percurso anotado e engajado, que certamente teria sido diferente se fosse realizada por um/a outro/a tradutor/a, com visões e motivações distintas. Retomando Berman (2007), esta tradução foi pautada em minha experiência de mundo e em minha própria reflexão.

Ressalto, mais uma vez, que esta pesquisa foi a primeira tradução realizada de *Le silence des médias* e meu primeiro trabalho de tradução. Sendo assim, minha experiência e minhas reflexões ficaram restritas a esse processo tradutório “primário”, em que não havia “textos colaterais” (Berman, 1995) – outras traduções de *Le silence des médias* ou outras traduções realizadas por mim – nos quais poderia me apoiar. Como afirma Berman (1995), uma primeira tradução é sempre imperfeita, contudo, acredito que a beleza do processo tradutório é também a sua constante reflexão e refacção, tanto pelo/a mesmo/a tradutor/a, ao realizar uma retradução do seu próprio trabalho, quanto por outros/as tradutores/as que retraduzem textos já traduzidos por outras pessoas. Uma tradução, portanto, jamais é finita e acabada dada a sua natureza subjetiva e reflexiva.

Juntamente à sua subjetividade, situa-se também a ética da tradução e do/a próprio/a tradutor/a, sob diferentes pontos de vistas, como explorados neste trabalho. Tomando como base a ética bermaniana, o/a tradutor/a parte de suas experiências e de sua subjetividade para estabelecer uma relação ética com o Outro e com a sua obra, mantendo-se “fiel” à letra do texto num projeto de tradução ética, poética e pensante que acolhe o Outro. Para além da letra, a ética de Gouanvic (2001) recai sobre o respeito à significância do texto e do seu discurso. Por último, uma ética lévinassiana da tradução seria caracterizada por um nível absoluto de respeito e de abertura ao outro em sua mais completa “expressividade de transcendência” (Rao, 2008).

Sendo assim, busquei realizar nesta pesquisa uma tradução ética à letra, às ideias e ao discurso de Beauchamp, ao mesmo tempo em que me posicionei como uma tradutora feminista e engajada, sendo ética também aos meus próprios propósitos, comentando, concordando ou discordando do texto e das ideias de Beauchamp, e manifestando minhas reflexões e pontos de vista nos comentários da tradução realizados em forma de notas.

Traduzir e comentar *Le silence des médias* foi, portanto, uma forma que encontrei para que possamos continuar a refletir sobre o papel das mídias na sociedade e sobre os discursos dominantes que elas propagam sobre as mulheres. A obra de Beauchamp se mostra relevante e atual ao evidenciar como as mídias impõem os valores masculinos como soberanos, silenciando as mulheres e os discursos feministas para que haja um domínio total do que é veiculado para a população. Além disso, busquei levantar questões sobre o gênero tradução comentada e sobre a visibilidade do/a tradutor/a por meio de minhas notas e comentários dialogando com o texto traduzido e criando novos sentidos e discursos.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. L. *Regulamentar para quê(m)? As representações sociais de prostitutas sobre a regulamentação da “profissão”*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- ALBUQUERQUE, R. M. M. *Para além da tensão entre moral e economia: reflexões sobre a regulamentação da prostituição no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.
- ARCHIBALD, C.; LAMBERT, M. E. Lise Payette. *L'Encyclopédie Canadienne*, 2022. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/fr/article/payette-lise>. Acesso em: 18 abr. 2023.
- ARROJO, R. A tradução passada a limpo e a visibilidade do tradutor. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 19, p. 57-73, 1992.
- ARROJO, R. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- BEAUCHAMP, C. (1987). *Le silence des médias: les femmes, les hommes et l'information*. Reimpressão. Montréal: Les Éditions du remue-ménage, 1993.
- BEAUVOIR, S. (1949). *O Segundo Sexo: volume 1 - fases e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BERMAN, A. Critique, commentaire et traduction (Quelques réflexions à partir de Benjamin et de Blanchot). *Po&sie*, v. 37, p. 88-106, 1986.
- BERMAN, A. *Pour une critique des traductions: John Donne*. Paris: Éditions Gallimard, 1995.
- BERMAN, A. (1985). *A tradução e a letra, ou, O albergue do longínquo*. Tradução de Marie-Hélène Catherine Torres, Mauri Furlan e Andreia Guerini. Rio de Janeiro: 7Letras/PGET, 2007.
- BERMAN, A. *L'âge de la traduction : « La tâche du traducteur » de Walter Benjamin*, un commentaire. Paris: Presses Universitaires Vincennes, 2008.
- BOHUNOVSKY, R. A (im)possibilidade da 'invisibilidade' do tradutor e da sua 'fidelidade': por um diálogo entre a teoria e a prática. *Cadernos de Tradução*, v. 8, p. 51-62, 2001.
- BOILEAU, J. Base des Forces canadiennes Valcartier. *L'Encyclopédie Canadienne*, 2021. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/fr/article/base-des-forces-canadiennes-valcartier>. Acesso em: 2 jul. 2022.
- BORDELEAU, F. L'écriture au féminin existe-t-elle? *Lettres québécoises*, n. 92, p. 14-18, 1998. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/lq/1998-n92-lq1185148/37885ac/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

BOURDIEU, P. (1998). *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

BRASIL registra pico de feminicídios em 2022, com uma vítima a cada 6 horas. *Carta Capital*, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/brasil-registra-pico-de-femicidios-em-2022-com-uma-vitima-a-cada-6-horas/>. Acesso em 27 abr. 2023.

BUITONI, D. S. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. 2. ed. São Paulo: Summus, 2009.

BUITONI, D. S. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1986.

CAMERON, D. *Feminism and Linguistic Theory*. 2. ed. New York: St Martin's Press, 1992.

CASTRO, O. (Re)examinando horizontes nos estudos feministas de tradução: em direção a uma terceira onda?. Tradução de Beatriz Regina Guimarães Barboza. *TradTerm*, v. 29, n. Julho, p. 216-250, 2017.

CASTRO, O.; ERGUN, E. Translation and feminism. In: FERNÁNDEZ, F.; EVANS, J. *The Routledge handbook of translation and politics*. London/New York: Routledge, 2018. p. 125-143.

CASTRO, O.; SPOTURNO, M. L. Feminismos y traducción: apuntes conceptuales y metodológicos para una traductología feminista transnacional. *Mutatis Mutandis. Revista Latinoamericana de Traducción*, v. 13, p. 11-44, 2020.

CESAR, A. C. O conto *Bliss* anotado... ou Paixão e técnica: tradução, em língua portuguesa, do conto *Bliss* de Katherine Mansfield, seguida de 80 anotações. In: CESAR, A. C. *Escritos da Inglaterra*. Tradução de Maria Luiza Cesar. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 9-84.

CIXOUS, H. (1975). *Le Rire de la Méduse et Autres Ironies*. Paris: Galilée, 2010.

DENIS, S. La dernière grève du Front commun syndical au Québec (janvier 1983) : un anniversaire oublié : il y a vingt ans. *Bulletin d'histoire politique*, v. 12, n. 1, p. 154-160, 2003. Disponível em: <https://www.erudit.org/en/journals/bhp/1900-v1-n1-bhp04654/1060658ar.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022.

DERRIDA, J. Living on – Border lines. Tradução de James Hulbert. In: BLOM et al. (Orgs.). *Deconstruction and criticism*. New York : The Seabury Press, 1979. p. 75-176.

DUKE, D. A. *Traçando os rumos da nota do tradutor: o caso de O mundo se despedaça*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp, Campinas, 1993.

DUROCHER, R. Révolution Tranquille. *L'Encyclopédie Canadienne*, 2013. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/fr/article/revolution-tranquille>. Acesso em: 11 dez. 2021.

EVENO, P. *La presse*. 3. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2018.

FRENCH, M. *Beyond Power: On Women, Men and Morals*. New York: Summit Books, 1985.

GENETTE, G (1989). *Paratextos editoriais*. Tradução de Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

GODAYOL, P. Gender and Translation. In: MILLÁN, C.; BARTRINA, F. (Orgs.). *The Routledge Handbook of Translation Studies*. London/New York: Routledge, 2013. p. 173-185.

GOUANVIC, J. M. Ethos, éthique et traduction : vers une communauté de destin dans les cultures, *TTR*, v. 14, n. 2, p. 31-47, 2001.

GUAY, E. *La revue Dérives (1975-1987) et l'écriture migrante: introduire les Tiers dans la littérature québécoise*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Université du Québec à Montréal, Montréal, 2015.

HATTNHER, A. Nota de pé de página: alicerce fundamental da tradução. *Tradução & Comunicação*, n. 6, p. 89-100, 1985.

HUDON, R. Référendum du Québec (1980). *L'Encyclopédie Canadienne*, 2017. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/fr/article/referendum-du-quebec-1980>. Acesso em: 18 abr. 2023.

INSTITUTO Antônio Houaiss de Lexicografia. *Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Moderna, 2015.

LA FRONDE. Paris, 1904. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k67062095/f1.item.zoom>. Acesso em: 15 jun. 2023.

LAMBERT, M. Colette Beauchamp. *L'Encyclopédie Canadienne*, 2018. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/fr/article/colette-beauchamp>. Acesso em: 24 jun. 2021.

LA POUDRE. *Épisode bonus : Médias et silenciamentos*. Entrevistadas: Sihame Assbague, Léa Lejeune e Jennifer Padjemi. Entrevistadora: Lauren Bastide. [S.l.]: La Poudre, 23 jul. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4Li03aBumCycP7DxTuKvCc?si=8143feb40e194fa5>. Acesso em: 13 jun. 2023.

LEFEVERE, A.; BASSNETT, S. *Translation, history, culture*. London: Routledge, 1992.

LE PARISIEN. La Une du Parisien de ce dimanche 5 avril 2020. Paris, 4 abr. 2020. Twitter: @le_Parisien. Disponível em: https://twitter.com/le_Parisien/status/1246556823848652803. Acesso em: 20 jun. 2023.

LE ROBERT, Dico en ligne. 2023. Disponível em: <https://dictionnaire.lerobert.com/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

LES ÉDITIONS DU REMUE-MÉNAGE. *Maison*. Disponível em: <http://www.editions-rm.ca/maison/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

LUIZ, J. A pauta é racismo no Brasil. [S. l.], 2 jun. 2020. Twitter: @joelluiz_adv. Disponível em: https://twitter.com/joelluiz_adv/status/1268012664342503424. Acesso em: 20 jun. 2023.

MATEOS, J. O. C. *O jornalismo contemporâneo e a mulher jornalista: um estudo sobre gênero dentro da profissão no estado de São Paulo*. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) — Escola de Comunicação, Educação e Humanidades, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2019.

MATHIEU, L. *Ninguém se prostitui por prazer*. Tradução de Celeste Marcondes, 2003. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/ninguem-se-prostitui-por-prazer/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

MÍDIA. In: HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. *Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Moderna, 2015, p. 639.

MÍDIA. In: DICIONÁRIO Brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/midia/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

MITTMANN, S. *Notas do tradutor e processo tradutório: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RAO, S. Les altérités en conflit : l'éthique bermanienne de la traduction à l'épreuve de l'Étranger lévinassien. *TranscUlturAl*, v.1, n. 1, p. 59-67, 2008.

RECUPÉRATION. *Wiktionnaire : le dictionnaire libre*. Disponível em: <https://fr.wiktionary.org/wiki/r%C3%A9cup%C3%A9ration>. Acesso em: 22 jun. 2023.

RICHARD, J. Colette Beauchamp, Le silence des médias, 1987. *Communication: Information Médias Théories*, v. 10, n. 2-3, p. 227-230, 1989. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/comin_1189-3788_1989_num_10_2_1449. Acesso em: 7 jul. 2022.

ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. *Woman, Culture and Society*. Stanford: Stanford University Press, 1974.

SANTOS, M.; TEMER, A. C. R. P. Jornalismo no feminino: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional. *Comunicação & Sociedade*, v. 38, n. 3, p. 35-58, 2016.

SARDIN, P. De la note du traducteur comme commentaire : entre texte, paratexte et prétexte. *Palimpsestes*, n. 20, p. 1-13, 2007.

SIMON, S. *Gender in Translation: Cultural Identity and the Politics of Transmission*. London/New York : Routledge, 1996.

STEARNS, B. M. The First English Periodical for Women. *Modern Philology*, v. 28, n. 1, p. 45-59, 1930. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/433233>. Acesso em: 06 abr. 2023.

SULLEROT, E. *La presse féminine*. Paris: A. Colin, 1963.

THÉRY, C. L'information dhommetiquée / Le Silence des médias de Colette Beauchamp, Montréal, Remue-ménage, 1987, 281 p., 19,95\$. *Lettres québécoises*, n. 50, p. 63-64, 1988. Disponível em: <https://www.erudit.org/en/journals/lq/1900-v1-n1-lq1170681/38714ac/abstract/>. Acesso em: 7 jul. 2022.

TORRES, M. H. C. L'autre traduit ou la littérature française au Brésil. *Synergies Brésil*, n. 7, p. 91-99, 2009.

TORRES, M. H. C. Por que e como pesquisar a tradução comentada? In: FREITAS, L. F de; TORRES, M. H. C.; COSTA, W. C. (orgs.). *Literatura Traduzida tradução comentada e comentários de tradução volume dois*. Fortaleza, CE: Substância, p. 15-35, 2017.

TORRES, M. H. C. Método de análise e crítica de tradução de Antoine Berman: Autorresenha do seu livro Por uma crítica da tradução: John Donne¹. *Tradução em Revista*, v. 30, p. 191-213, 2021.

VENUTI, L. The Translator's Invisibility. *Criticism*, v. 28, n. 2, p. 179-212, 1986.

VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. Tradução de Jamile Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VON FLOTOW, L. (1991). Tradução feminista: contextos, práticas e teorias. Tradução de Ofir Bergemann de Aguiar e Lilian Virginia Porto. *Cadernos de Tradução*, v. 41, n. 2, p. 492-511, 2021.

VON FLOTOW, L. *Translation and Gender: Translating in the 'Era of Feminism'*. Manchester (UK); Ottawa (CA): St. Jerome Publishing; University of Ottawa Press, 1997.

WHO makes the news? 6th *Global Midia Monitoring Project*. 2020. Disponível em: https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/11/GMMP2020.ENG_.FINAL_.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

WHO makes the news? *Global Midia Monitoring Project: Brasil – National Report*. 2020. Disponível em: <https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/07/1-Relatorio-GMMP-Brasil-portugues-12-07-21-completo-1.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ZHANG, F. X. Commentaire dans la traduction ou la visibilité du traducteur-chercheur – Étude de quelques traductions françaises d'œuvres littéraires chinoises modernes. In: ZHANG, F. X.; WEI, K. (Orgs.). *Recherche et traduction Une vision engagée de la traduction*, Peter Lang B, 2018, p. 1-15.

ZAVAGLIA, A.; RENARD, C. M. C.; JANCZUR, C. A tradução comentada em contexto acadêmico: reflexões iniciais e exemplos de um gênero textual em construção. *Aletria*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 331-352, 2015.

ZIRBEL, I. Ondas do Feminismo. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021.

ANEXO A – “L’INFORMATION EST MASCULINE”

L'information est masculine

Le sectarisme est toujours mutilant par le fanatisme qui le nourrit. En revanche, la radicalisation est toujours créatrice par le sens critique qui l'alimente. Alors que le sectarisme est mythique et donc aliénant, la radicalisation est critique et donc libératrice.

Paulo Freire
La Pédagogie des opprimés

ANEXO B – “CHAPITRE 8 – LE CONTRÔLE DES MÉDIAS”

Chapitre 8

Le contrôle des médias

Les hommes contrôlent les masse-médias. Ils les possèdent, les dirigent mais aussi les fabriquent: la très grande majorité de ses artisans – réalisateurs, scénaristes, journalistes, etc., sont des hommes. Et plus nous avançons dans ce siècle, plus le nombre de ceux qui en détiennent le monopole se ramène à un cercle restreint d'institutions qui sont sous la domination masculine.

Aujourd'hui des empires financiers, formés de conglomérats, de multinationales, d'institutions, monopolisent les moyens de communication: chaînes de journaux et magazines, satellites, réseaux de télévision, de câblodistribution, de télématique, entreprises de production et de distribution de livres, de films, de vidéos, de disques. Le développement de nouvelles technologies ne fait qu'ajouter à la volonté de pouvoir de ces consortiums géants mus par le désir de gagner de plus en plus de milliards. La mainmise des monopoles sur les médias et les ondes publiques est facilitée par les gouvernements qui partagent leur philosophie de déréglementation. Ainsi, de plus en plus, la propriété et le contrôle des moyens de communication, du développement de la recherche et de la technologie de communication (grassement subventionné par les gouvernements), bref de toutes les formes d'information et de tous les moyens de les transmettre sont concentrés dans les mains d'un nombre extrêmement restreint de super-entreprises dirigées par des hommes, et qui toutes représentent les mêmes intérêts financiers et politiques.

Leur influence ne s'exerce plus sur quelques centaines de milliers mais sur des millions, des centaines de millions voire des milliards de personnes à la fois, de par le monde. Par la magie des satellites, une chaîne de télévision peut produire une émission qui

sera retransmise simultanément dans tous les pays du monde. À New York, Montréal et Val D'Or, les médias transmettent les mêmes nouvelles internationales recueillies par les mêmes quatre grandes agences de presse occidentales. Pour la seule année 1980, le tirage de dix-sept magazines pornographiques a atteint quinze milliards¹.

«Encore aujourd'hui aux États-Unis, les femmes possèdent moins de 2% des médias, à peu près la même proportion que dans l'industrie de la construction», révèle l'éditrice américaine, Celeste West.

Cinquante entreprises contrôlées par des hommes – conglomérats de magazines, de livres et d'entreprises de radiodiffusion, chaînes de journaux, studios de cinéma et d'enregistrement de disques – détiennent le monopole du système de communications américain. Une seule de ces entreprises est dirigée par une femme: Katherine Graham, de la compagnie Washington Post. Ce ministère de l'Information que forment les cinquante grands est en somme la propriété d'une ploutocratie d'actionnaires aux intérêts entrecroisés et qui, pour la plupart, sont des institutions. (Ainsi, les actionnaires qui détiennent plus de 1% des actions de ABC, CBS et NBC sont presque tous des banques et 75% des femmes qui détiennent des actions à titre individuel dans les entreprises de radiodiffusion sont apparentées à des hommes actionnaires².)

Madame West nous apprend aussi dans son analyse de la propriété des médias américains que, des trente maisons d'édition qui contrôlent 70% du marché du livre américain, seulement deux sont présidées par des femmes et que ces deux entreprises sont elles-mêmes la propriété de Gulf + Western et de la chaîne Newhouse Newspaper. Six des dix magazines américains les plus vendus sont des magazines destinés exclusivement aux femmes, mais aucun n'est édité ou publié par une femme. Au cours des trente dernières années, les hommes ont mis en scène 99% des dramatiques pour la télévision diffusées aux heures de grande écoute et des longs métrages distribués par les grandes maisons. «Internationalement, conclut-elle, les féministes mènent une révolution plus silencieuse encore³.»

Au Québec, la situation est la même, à une plus petite échelle. Les médias, tant écrits qu'électroniques, sont sous la coupe de quelques monopoles masculins. «Aucun grand média québécois écrit ou parlé n'échappe à la concentration, écrit Jacques Keable dans *L'Information sous influence*. Aucun, si ce n'est *Le Devoir*, par la peau des dents⁴.» «*Le Devoir* est en effet imprimé et distribué par Québecor à qui il devait, en 1986, plus d'un million de dollars sur un déficit de 1,5 million⁵.»

Trois empires contrôlent la presse quotidienne: Québecor (Pierre Péladeau), Power Corporation (Paul Desmarais), Unimédia (Jacques Francœur), passé en juin 1987 aux mains du groupe torontois Hollinger dirigé par Conrad Black. Le trio possède neuf des

dix quotidiens francophones: Québecor: deux, Power: quatre, Unimédia: trois. Ces monopoles possèdent également un bon nombre des hebdomadaires régionaux et locaux, des magazines et des publications spécialisées, et en plus des imprimeries, des maisons d'édition et de distribution.

Six réseaux contrôlent la presse parlée francophone: Radio-Canada (CBF-CBFT), TVA (CFTM-TV) (devenu depuis peu la propriété de Vidéotron, le géant de la câblodistribution au Québec), Quatre Saisons*, Pathonic, Télémédia (CKAC) et RadioMuel (CJMS).

Le quotidien anglophone *The Gazette* appartient à la chaîne Southam News et d'autres groupes moins puissants se partagent le reste des médias québécois. Il y a de moins en moins d'indépendants: seulement le tiers des propriétaires d'hebdomadaires locaux et régionaux ou de stations de radio n'en possèdent qu'un seul. Comme aux États-Unis, les intérêts des mêmes actionnaires s'entrecroisent: un groupe peut posséder le tiers des actions d'un deuxième groupe qui, à son tour, possède le même pourcentage d'actions dans un troisième.

La concentration de la propriété de la presse n'a pas pour seul objectif de faire de l'argent. Les financiers poursuivent un autre but, moins avoué, celui d'exercer un contrôle idéologique sur l'information, assise de leur pouvoir économique et politique. Logiquement, les propriétaires choisissent un personnel cadre qui partage leur vision des choses et protège leurs intérêts. Comme les éditorialistes (aucune femme au Québec), les animateurs (à plus de 95%) et la très grande majorité des journalistes (85%) sont aussi des hommes, la presse reflète en conséquence la culture masculine, son système de valeurs, ses caractéristiques, ses passions.

Cette culture est gouvernée par la frénésie de la conquête du Pouvoir (la puissance) et de l'Argent (la possession). Elle considère le Pouvoir comme la valeur suprême et en fait son objectif premier. Les hommes ne voient pas dans le Pouvoir individuel seulement un pouvoir d'action et d'influence mais d'abord un *pouvoir de contrôle*, c'est-à-dire la capacité de dominer les autres en utilisant la menace de l'usage de la force. Ce désir de contrôler les autres s'appuie sur la possession et ses voies d'accès sont la compétition, la hiérarchie et le légalisme. La violence lui est inhérente.

La hiérarchie crée de faux statuts de supériorité et d'infériorité, empêche le dialogue et les relations égalitaires entre les personnes.

* Quatre Saisons est la propriété du groupe Pouliot qui possède déjà la station anglaise de télévision montréalaise CFCF, deux postes de radio de langue anglaise à Montréal, CF Cable TV, la deuxième plus importante compagnie de câble au Québec (la quatrième au Canada), et la compagnie de production d'émissions de télévision Champlain Productions. La station montréalaise diffuse dans sept villes du Québec via des stations réémettrices.

Elle se fonde sur le mépris, la crainte et l'obéissance et se maintient par la contrainte. La compétition apprend aux gens à se méfier les uns des autres et à rivaliser, elle les divise en gagnants et perdants. Le succès s'obtient aux dépens d'autrui: le succès de l'un-e signifie toujours l'échec de l'autre. Le coût émotionnel de la réussite compétitive est lourd: il se traduit, entre autres, par un état permanent d'insécurité et l'anxiété de ne jamais être à la hauteur.

On retrouve ces caractéristiques dans les jeux de compétition et de violence des petits garçons et dans leurs rêves: devenir le plus fort, le meilleur, le plus grand: président, premier ministre, pilote de guerre, joueur de hockey ou de football ou plus modestement policier ou pompier, comme dans les films et les chansons des grands. Les systèmes socio-économiques de toutes les sociétés organisées – qui sont aussi des créations masculines – reposent sur le postulat qu'il faut se battre contre autrui pour survivre, qu'il faut se tuer au travail pour réussir, qu'il faut rivaliser pour ériger un pays et assurer le bien-être de ses habitant-e-s et qu'il faut s'engager dans la course à l'armement nucléaire pour assurer la paix.

Le contrôle est une valeur centrale dans la vie des hommes. Dans le *Rapport Hite*, une enquête scientifique menée par Shere Hite sur la sexualité auprès de sept mille hommes américains de tous âges et de toutes conditions, la majorité des répondants ont avoué ne pas avoir épousé la femme qu'ils aimaient le plus. La raison: quand ils sont amoureux, ils ont l'impression de perdre complètement le contrôle de leurs émotions, de n'être ni raisonnables ni rationnels et de ne plus se sentir des hommes. «On leur a appris, dit Hite, que la pire chose qui puisse leur arriver est de perdre le contrôle, «d'être trop émotif», ce comportement étant une «attitude de femme» (qui manque de maîtrise).» «Ils cherchent, explique-t-elle, ou croient devoir chercher quelqu'un de plus «stable», quelqu'un qui ne les met pas constamment en situation de remettre leur vie en question. La plupart considèrent leur décision rationnelle, sont fiers d'avoir agi sagement, d'être demeuré froid et de s'être «servi de leur tête» – même s'ils regrettent leur amour perdu⁶.» Hite ajoute:

La principale valeur, enseignée aux hommes à partir de l'enfance, était qu'un homme doit être émotivement réservé, avoir le contrôle en tout temps – ne pas être «tapette» ni d'aucune façon «comme une femme» (dont les émotions sont le domaine). Les hommes devraient se retirer de ce domaine, discuter seulement de sujets importants comme les affaires, la politique et le sport, et réussir. Cette tradition continue d'être remarquablement forte aujourd'hui; dans l'enfance et l'adolescence, les garçons continuent de l'apprendre de façon déguisée en apprenant à être «cool»⁷.

D'ailleurs, le système patriarcal conditionne les hommes à refouler leurs émotions pour n'exprimer que leur agressivité et leur

colère, et les femmes à la soumission, à la douceur, à la passivité, ce qui est un moyen d'éviter toute subversion de l'ordre établi.

La violence n'est pas la seule façon d'exprimer la colère qui, en soi, est une émotion saine, une réaction légitime à une situation contraignante ou inacceptable que l'on veut changer, mais la colère telle que nous la connaissons est celle des hommes.

Comme elle est actuellement destructrice et encouragée chez les uns (dominants et surtout mâles) et réprimée chez les autres (dominé-e-s, surtout femmes, Noir-e-s, enfants), il faut redonner à la colère son véritable sens, la rendre accessible à toutes et tous, sans distinction de sexe, d'âge ou de race⁸.

affirme Michelle Duval, se référant aux travaux de nombreuses autres chercheuses et sociologues féministes nord-américaines qui veulent redonner aux femmes le droit à la colère, mais en utilisant de nouvelles pratiques non violentes et affirmatives qui maintiennent la communication entre les personnes au lieu de la rompre.

Cet entraînement des hommes par les jeux guerriers, la compétition, l'armée, etc., les endure, les insensibilise. Face aux victimes de leur colère, ils nieront la réalité (la souffrance) pour développer l'abstraction (exemple: tuer pour une *juste cause*)⁹.

Seule une perception abstraite permet de voir dans l'ennemi que l'on combat non pas une personne humaine mais un objet à contenir, à confronter, à écraser. Elle conduit aussi à lutter contre la nature et à vouloir la soumettre alors qu'il faudrait la préserver et vivre en harmonie avec elle.

Les médias: des réseaux ennemis

Comme cette culture est la sienne, la presse la reflète, en utilise le code moral et linguistique, en fait la promotion... elle en respire, elle en vit.

Tant sur le plan local qu'international, les médias se voient comme des réseaux ennemis qui se battent féroce et rivalisent pour le trophée de la cote d'écoute, comme les équipes de hockey pour la coupe Stanley. Les moyens utilisés pour réussir peuvent contrevenir à l'éthique minimale ainsi qu'on l'a vu dans le comportement des directions des réseaux américains de télévision à Beyrouth, lors de la prise d'otages américains par des terroristes Chiites Amal.

Les directeurs de la programmation des deux plus importants réseaux de radio privée québécois expliquaient récemment leur philosophie en entrevue. Luc Harvey, de CKAC, affirmait: «Premier, tu sens le deuxième sur tes talons. Deuxième, tu talonnes le premier. Tu te reposes jamais.» Son rival, Reynald Brière, de CJMS, se décrit ainsi: «Un directeur des programmes dans une station de radio AM, c'est comme l'entraîneur d'un club de hockey. T'as beau avoir les

meilleurs athlètes des ondes au monde, si tu sais pas les mettre en confiance et les motiver, tu vas finir par te faire battre.» (On connaît les moyens utilisés par les entraîneurs professionnels pour motiver leurs équipes de hockey: l'abus de pouvoir et l'incitation à la violence.) Et chacun dit de l'autre: «J'ai rien contre lui. C'est un maudit bon gars. Mais de là à me faire photographier en train de lui serrer la main!...» Dans l'article de *L'Actualité* de mars 1986 qui rapporte leurs propos, ces directeurs de programmation ne parlent que de leurs vedettes et du public à s'arracher: celui qui intéresse le plus les publicitaires; pas une phrase sur le contenu des émissions d'information ou de divertissement.

Dans les salles de rédaction, celle de la radio privée en particulier, règne le même esprit que dans le vestiaire des joueurs au Forum. Une jeune journaliste n'en croit pas ses oreilles lorsqu'elle se fait dire par son patron: «Si tu scores, tu vas avoir de la glace». (Pour les lectrices et lecteurs non initié-e-s, c'est une expression qu'utilisent les entraîneurs pour signifier aux joueurs de hockey que, s'ils ne comptent pas de points, ils resteront sur le banc.) Le président d'un syndicat fait des représentations auprès du directeur de l'information au nom d'une employée qui a déposé un grief: «Elle m'a envoyé dans les câbles», s'exclame le patron pour expliquer le renvoi de la journaliste.

26 avril 1986: l'équipe du club de hockey Les Canadiens, qui vient de remporter sa première coupe Stanley depuis sept ans, défile à Montréal de l'hôtel de ville jusqu'au Forum. Hystérie collective dans les postes de radio CKAC, CJMS et CKVL. Entre onze et dix-huit heures, toute la programmation, y compris les bulletins de nouvelles des stations montréalaises et du réseau, est suspendue pour diffuser le reportage en direct de la parade. Toutes les ressources des services d'information des trois postes y sont affectées: les journalistes sont postés le long du parcours, les vedettes d'affaires publiques Pierre Pascau et Gilles Proulx sont juchés dans les airs, le premier près de CKAC et le second dans la nacelle d'une grue mécanique au-dessus du Complexe Desjardins (complexe commercial du centre-ville).

Par le nombre de journalistes qu'ils affectent à la couverture de tel ou tel sujet, les médias nous indiquent où sont leurs priorités. Dans une salle de presse qui en compte une centaine, c'est par douzaines qu'on les affecte à la politique, à l'économie (réduite aux finances et aux affaires), aux sports et aux spectacles alors qu'une ou deux couvrent le travail, une ou deux l'éducation, une ou deux la santé et ce qu'on appelle les affaires sociales. Ce sont les femmes journalistes assignées aux affaires sociales qui couvrent en plus, à l'occasion, les activités des femmes, qui composent pourtant la majorité de la population (52 contre 48%); aucun-e n'est chargé-e de

couvrir les activités des divers regroupements de citoyen-ne-s. Jusqu'à récemment la plupart de ceux qu'on pourrait appeler les généralistes de la salle assuraient le suivi d'un ou de plusieurs dossiers particuliers: logement, communications, etc. Désormais c'est le règne de la polyvalence et de l'affectation sur mesure; plus personne à la rédaction n'est au fait de ce qui se passe dans quantité de domaines. Les hommes ne cachent pas leurs priorités; ils se réservent la couverture de la politique, de l'économie et du sport et laissent aux femmes les sujets sociaux et culturels, affirmant que la politique, l'économie et le sport leur sont plus «naturels» que les sujets «humains».

Un certain nombre d'hommes journalistes sont conscients du déséquilibre ainsi créé dans l'information et que ce silence des médias occulte des secteurs entiers d'activités humaines. Rares sont ceux qui partent ou poussent le courage au delà des mots. Ils dénoncent dans de beaux discours les pratiques qui dérivent de leur système de valeurs et ses conséquences sur la qualité de l'information, mais continuent pourtant à poursuivre leur carrière dans la même voie, celle de leur avancement personnel. Ils ont appris à se fixer comme buts le Pouvoir et l'Argent. Pour y arriver, ils ne dérogent pas des normes établies, se conduisent de façon à plaire à leurs pairs et à leurs supérieurs et vont dans le sens du courant c'est-à-dire du carriérisme.

Une information d'hommes

L'information transmise par les médias au public est donc l'information des hommes, y compris leur information sur les femmes, leur point de vue sur elles comme sur toute chose. Logiquement, les propriétaires de médias diffusent ce qu'ils jugent important pour le public de connaître. Dans leur ensemble, les journalistes partagent la même vision des choses et ceux qui ne la partagent pas entièrement s'y soumettent par intérêt et par esprit de compétition – le système de valeurs masculin et l'argent des propriétaires pèsent lourd: les mauvaises têtes s'en vont. Propriétaires et scribes s'entendent en fait pour déterminer à partir des objectifs et des critères de leur culture ce qui constitue un événement, une nouvelle, et ne transmettent guère le reste, niant aux autres sujets leur qualité de nouvelles.

Il n'est donc pas étonnant de voir la presse parler prioritairement de ce qui concerne les individus qui incarnent la suprématie individuelle du Pouvoir et de l'Argent, les individus et les groupes structurés qui en détiennent plus qu'elle ou en concentrent des portions équivalentes. Pas surprenant non plus de voir cette presse

* Je développe ce point dans la troisième partie en pages 238-239

accorder toute son attention aux préoccupations des échelons supérieurs de la hiérarchie de sa caste, de promouvoir ses idées et ses exploits, de se passionner pour la guerre, les sports violents et toute forme d'affrontement, au point de guerroyer à la petite semaine avec les mots et les idées et de tout percevoir dans cette optique.

Quand la presse déborde de ses champs d'intérêts premiers pour traiter ce qu'elle appelle des sujets culturels et sociaux (art, santé, éducation, etc.), plus ce qui concerne les enfants, les jeunes, les femmes, les personnes âgées, les gens de couleur, de religion, d'ethnie autres que celles de la majorité dominante) elle les aborde, bien sûr, dans une perspective de confrontation entre deux parties. Elle en privilégie les aspects susceptibles d'être présentés dans ce sens: quand elles et ils descendent dans la rue ou font d'autres actions publiques pour contester et dénoncer la discrimination à leur endroit, quand la violence physique éclate entre la population noire et la population blanche en Afrique du Sud ou entre chauffeurs blancs et clientèle noire dans les autobus montréalais. Mais la façon de voir de ces groupes, leurs modes de vie, leurs priorités, leurs activités, elle ne s'en soucie pas. Elle n'en communique qu'une vision masculine, la vision d'une minorité puisque la presse est faite par et pour les hommes de trente à soixante ans.

Qu'est-ce que la presse juge important de rapporter? Qu'est-ce qui constitue pour elle un événement, une nouvelle? D'abord les paroles, les gestes de ceux qui incarnent le pouvoir suprême et dont elle fait l'apologie: les chefs d'État qui détiennent dans une main le pouvoir civil et dans l'autre le pouvoir militaire, ensuite les princes de la finance et des affaires. En conséquence aussi les gouvernements, les institutions financières et les entreprises privées – les plus riches et les plus puissants étant prioritaires.

La notoriété est aussi un critère de sélection d'un événement, d'une nouvelle. Une notoriété axée sur les mêmes valeurs de pouvoir, d'argent, de compétition, de violence et qui souvent les réunit. Les grandes vedettes de l'information nord-américaine, ce sont les chefs politico-militaires, les professionnels du hockey, du football, de la boxe. La presse magnifie les exploits scientifiques qui, loin de remettre en cause le pouvoir militaire et le pouvoir économique, les servent ou en émanent, les réussites technologiques qui témoignent d'un pouvoir toujours plus grand de domination sur la nature et sur la personne humaine, quelles qu'en soient les conséquences.

Combien de fois par semaine la presse nous parle-t-elle du projet reaganien de la Guerre des étoiles, ce projet insensé d'installer un bouclier nucléaire de défense dans l'espace? Le débat reprend à la moindre déclaration faite à Washington ou à Moscou; la presse le fait renaître régulièrement en s'interrogeant sur sa faisabilité, en sollicitant l'opinion de divers personnages politiques qu'elle oppose

les uns aux autres. Quand sept mille savants américains s'opposent au projet d'Initiative de défense stratégique de leur président, c'est leur désaccord qui constitue la nouvelle, non les raisons pour lesquelles ils jugent le projet dangereux et techniquement irréalisable. Ces raisons, la presse les laisse dans l'ombre.

Une langue de soldat et de hockeyeur

La langue journalistique est elle aussi révélatrice. Un jour de semaine ordinaire, le mercredi 11 décembre 1985, où l'actualité n'était pas bousculée par un tremblement de terre, l'écrasement d'un 747 ou quelque coup d'éclat guerrier dans un point chaud du globe, j'ai relevé ces titres dans les quotidiens montréalais *La Presse* et *Le Devoir*: «Moscou s'en prend à Londres sur SALT II, Shultz gronde les Alliés...», Reagan attaque tous les régimes communistes, Jaruzelski interdit à Walesa..., L'OPEP est prête à se battre sur les prix du pétrole, Johnson accuse Ottawa de..., Montréal reproche au fédéral de ne pas l'avoir consulté..., Ottawa pourrait s'attaquer aux «Majors», La querelle surgit chez les conservateurs du Québec, Un engagement libéral qui pourrait donner du fil à retordre, Les professeurs résisteront aux valeurs chrétiennes, Des employés de Bell conspuent leur syndicat, Texaco perd un deuxième round, La CVMQ tente d'arbitrer la «chicane» des pharmacies, Rien à craindre au Québec, dit la SAQ».

La langue journalistique actuelle utilise un vocabulaire restreint à un répertoire de métaphores stéréotypées trouvées dans les arènes et les casernes militaires. La guerre et le sport inspirent les clichés les plus répandus dans la presse. La description des faits est enrobée dans un vocabulaire emprunté à ces activités: chefs, lieutenants, états-majors, offensive, défensive, contre-offensive, bombe, en première ligne; marathon électoral, arène politique, sprint final, renvoyer la balle, balle dans le camp adverse, remporter la première manche, perdre le match, marquer un point. Leur utilisation est tellement récurrente qu'on ne les repère pratiquement plus. S'y ajoute un fourre-tout de lieux communs empruntés à la météorologie (tempête à l'Assemblée nationale), aux technologies scientifiques, (à cœur ouvert, en orbite) et de vieux clichés que nos professeur-e-s encerclaient d'un rouge désapprobateur quand nous les commettions dans nos compositions françaises.

Les métaphores guerrières et sportives sont utilisées n'importe où, n'importe quand. Un journaliste fait un reportage sur le commerce florissant, dans la réserve amérindienne de Kahnawake de cigarettes obtenues via les réserves américaines et vendues à rabais. Il termine ainsi son reportage: «Si les gouvernements fédéral et provincial interdisent aux Mohawks de vendre des cigarettes, ceux-ci pour-

raient aller jusqu'à déterrer la hache de guerre¹⁰. » Dans un autre bulletin de nouvelles, un journaliste conclut ainsi son reportage sur le débat télévisé entre les candidats à la mairie de Montréal, Jean Doré et Jean-Claude Dupras: «Aucun n'a envoyé l'autre au plancher.» Dans une émission d'affaires publiques, à quelques semaines d'intervalle, l'expression *David contre Goliath* est utilisée pour qualifier la position du Canada dans les négociations sur le libre-échange avec les États-Unis et l'achat de CP Air par la compagnie d'aviation Pacific West.

Dans une émission économique, un analyste expliquant l'attitude du ministre des Finances, Michael Wilson, à l'égard de l'universalité des programmes sociaux le compare à un joueur de défense. Ce même jour, on peut lire en titre des éditoriaux d'un quotidien: «Les victimes de la guerre du blé» et «La NASA vaincue par le stress¹¹».

Cet enrobage écrit et sonore qui nous est imposé de façon répétitive a des causes et des conséquences qui vont bien au delà des préoccupations d'ordre esthétique. Quand on perçoit la réalité en termes d'affrontement et de compétition sportive, il n'est pas étonnant qu'on en utilise les images. Mais le médium est le message: par sa passion guerrière et l'escalade quotidienne de son langage de Valcartier pour décrire des faits qui n'ont rien à voir avec des conflits armés, la presse propage la violence et la haine.

Aujourd'hui nous assistons à une surenchère de métaphores guerrières et sportives et de clichés qui vident les événements de leur signification réelle, surdramatisent des faits d'intérêt ordinaire et, de plus, contribuent à rendre les guerres, les vraies, invisibles, et les états de guerre normaux. Il faut bien dire que sans ces allégories l'absence de substance du contenu journalistique apparaîtrait dans toute sa nudité et la superficialité des choix de couverture n'échapperait à personne. Cette hypertrophie du langage, symptomatique de l'incompétence et de la paresse des journalistes, tente aussi de les camoufler en détournant nos yeux du manque d'investigation et de vérification de la matière première.

La recherche de riches métaphores en écriture journalistique indique un degré élevé de respect à l'endroit d'un public qu'on estime assez pour présumer qu'il exige cette créativité du langage. Elle témoigne aussi d'une conscience professionnelle qui porte à maximiser ses efforts pour rejoindre lectrices et lecteurs, auditrices et auditeurs. Dans ce métier, cela signifie mobiliser l'imaginaire de son auditoire pour stimuler ses capacités de réflexion, cela signifie établir avec lui une communication intelligente et empathique basée sur une rigueur absolue, en utilisant une langue agréable et vivante qui captive son attention et lui donne du plaisir.

Quand on emploie à l'intention du public une langue inflation-

niste qui réduit la signification des mots, quand on le matraque avec les mêmes allégories dépourvues de sens et empruntées à la compétition et à la tuerie, on le traite en masse imbécile, on lui offre une complicité de bas étage, bref, on le méprise.

L'utilisation soutenue de clichés non signifiants aussi bien dans les titres et les articles de journaux que dans les comptes rendus et reportages-capsules des médias électroniques contribue à censurer l'énoncé et l'explication des faits. On donne l'impression de frapper fort en faisant guerroyer les mots et on croit ainsi pouvoir se passer de rigueur. Avec les formules actuelles où l'espace rédactionnel et le temps d'antenne sont comprimés par la vogue de la miniaturisation, si en plus les journalistes utilisent un vocabulaire qui ne veut rien dire, cela revient à éviter de révéler ce qui peut gêner les pouvoirs en place et déplaire à leurs publicitaires. Cette langue puérile de petits garçons attardés, pâmés d'admiration pour le sport et la simulation de la guerre, ne peut véhiculer une pensée adulte articulée – gants et mains s'ajustent. En valorisant l'usage de ce vocabulaire réducteur et appauvrissant, les journalistes n'ont plus la maîtrise de leur outil, discréditent leur rôle social et perdent tout droit de prétendre à l'exercer avec efficacité.

Une information blanche

Dans les pays à majorité blanche comme le nôtre, la presse est blanche. Son traitement de l'information pas plus que l'embauche de son personnel ne reflètent la diversité ethnique et culturelle de la population. D'ici 1990, la moitié des élèves qui s'inscriront aux écoles de la Commission des écoles catholiques de Montréal (CECM) seront d'origine autre que française et anglaise. Pourtant on compte sur les doigts de la main les journalistes d'origine étrangère – ne parlons même pas des cadres... Dans quelques médias électroniques, on peut voir un reporter d'origine japonaise, un noir, un vietnamien ailleurs que dans les rares émissions consacrées aux communautés culturelles. À Montréal, seules les deux stations de télévision anglophones CTV et CBMT et la station Quatre Saisons se distinguent par la présence en ondes de quelques reporters néo-québécois-es.

L'information est jaune ou noire dans les pays jaunes ou noirs sans dictature blanche. Encore que cela est de moins en moins vrai si l'on tient compte de la puissance de la télévision comparativement aux autres médias et du fait qu'une idéologie ne se transmet pas qu'à travers les émissions d'information. Depuis déjà plusieurs années, les grands réseaux américains rivalisent pour inonder le plus de pays possibles de leur propagande. L'Amérique latine est littéralement submergée par les émissions et la publicité américaines.

L'information internationale, elle, est sans contredit sous con-

trôle blanc puisque ce sont quatre agences occidentales qui détiennent le monopole du flux d'informations qui circulent dans un sens comme dans l'autre entre les pays industrialisés et les pays en développement. Ces agences diffusent massivement (90%) l'information en provenance des pays occidentaux riches et leur vision des pays du Tiers monde. Au sujet des informations qu'elles diffusent sur les pays en développement, l'auteur d'une étude commandée par l'Unesco écrit:

Tout d'abord, elles sont simplement insuffisantes... L'autre critique... c'est que l'information donnée penche vers le sensationnel, qu'elle méconnaît les buts et les valeurs des pays en développement et qu'elle est déformée, en général, par l'application de perspectives culturelles, de normes, de partis pris et de stéréotypes occidentaux et même de visées idéologiques sur les nations et les sujets couverts¹².

Une information hétérosexuelle

Il y a des homosexuels et des lesbiennes chez les journalistes comme dans toute autre profession mais ils sont interdits d'identification publique. On peut toujours dans la grande presse interroger à l'occasion un-e psychologue, un-e écrivaine qui s'identifie comme tel-le-s, publier une série d'articles sur les homosexuels (pas sur les lesbiennes) écrits par un hétérosexuel, les interroger sur le sida, le public continue de les percevoir comme des marginaux-ales. Mais des journalistes ainsi identifié-e-s que l'on verrait à la télévision et entendrait à la radio quotidiennement, dont on lirait régulièrement les propos sur toutes sortes de sujets seraient un facteur de visibilité qui produirait plus d'effets que toutes les campagnes organisées à ce jour contre leur discrimination, et surtout ébranleraient la certitude et le pouvoir de l'hétérosexualité.

La presse marginalise et restreint le discours homosexuel mais frappe d'interdit l'existence lesbienne, la ramène à la haine des hommes, à une déviance, à une préférence sexuelle exotique et perverse. Pour la nier, elle l'assimile à l'homosexualité masculine. Or les distances sont grandes. Les gais se réfèrent uniquement aux valeurs de la culture masculine; ils ont accès aux privilèges culturels et économiques de leur sexe. Chez certains d'entre eux prévalent une sexualité impersonnelle et la justification de la pédophilie. Par leur existence même, les lesbiennes mettent en question la validité de la culture masculine et de sa prépotence; elles montrent surtout qu'il est possible pour une femme de vivre sans homme. «L'existence lesbienne inclut à la fois la transgression d'un tabou et le rejet d'une forme de vie obligatoire», écrit Adrienne Rich¹³. La presse a toujours caché la discrimination dont elles ont été et sont encore l'objet.

Dans les livres et les médias féministes, nous apprenons qu'aux premiers temps de la colonie américaine, le lesbianisme était encore puni de mort et qu'aujourd'hui, on le persécute toujours, avec plus ou moins de cruauté selon les pays.

En calomniant les lesbiennes, les médias font la lutte aux femmes autonomes. Cela est si vrai que, pour les discréditer et les injurier, on taxe les féministes de lesbiennes. Toute identification aux femmes étant vue comme un rejet des hommes, la visibilité lesbienne représente la menace des menaces dans une société «homosocialisée qui ne veut que des femmes d'hommes»^{*}. Le discours masculin (que des femmes intègrent) utilise cette menace pour justifier la condamnation de toute autonomie chez les femmes. Rejeter les lesbiennes, c'est rejeter les femmes autonomes. Attaquer les féministes radicales^{**} (qui vont à la racine, aux causes des choses), qu'elles soient lesbiennes ou hétérosexuelles, c'est aussi rejeter des femmes autonomes parce qu'elles ne s'excusent pas de vivre leurs valeurs, de penser et d'agir par elles-mêmes et qu'elles n'exécutent pas constamment des pirouettes pour dire et faire comme les hommes. Et rejeter les femmes autonomes, c'est rejeter toutes les femmes...

Ce que la presse tait et combat en fait, ce sont toutes les expériences des femmes qui impliquent une identification aux femmes: lesbianisme mais aussi plus largement les rapports privilégiés qu'elles entretiennent par l'amitié, le partage de leur vie, de leur travail et de leurs intérêts, le soutien pratique et politique, les regroupements qui luttent contre la domination masculine, où elles créent de nouveaux modèles de vie et de travail. La presse tient la solidarité féminine comme suspecte alors que toute son activité consiste à rendre compte de la solidarité sociale/économique/professionnelle masculine – qui exclut les femmes.

L'information masculine a toujours tu l'histoire des femmes seules, célibataires, veuves autonomes et/ou lesbiennes, de celles qui résistent au mariage, cherchent à créer des modes de vie indépendants, à établir d'autres types de rapports humains; elle jette le voile du silence sur leur créativité, leurs inventions, leurs activités. À moins qu'elle ne torde la vérité à leur sujet jusqu'à justifier les luttes que les hommes ont menées contre elles. À preuve l'histoire officielle nous apprend qu'au XV^e, XVI^e et XVII^e siècles, à travers

* Selon l'expression de l'écrivaine lesbienne française Michèle Causse.

**Le féminisme radical est à la base même du mouvement féministe et de son évolution. Il vise la transformation totale de la société et l'abolition totale de la domination des hommes sur les femmes, que ce soit sur leur personne (physique et mentale), leur sexualité, leur pouvoir de reproduction, leur force de travail à l'intérieur de la famille (par le travail invisible qu'elles assument seules et dont la valeur économique n'est pas reconnue) et sur le marché rémunéré, que ce soit par les images d'elles que véhiculent les médias.

l'Europe, l'Inquisition a torturé et brûlé vives de méchantes sorcières. En fait, et les recherches féministes des dix dernières années l'ont prouvé, ce fut le génocide de millions de femmes, peut-être sept, peut-être neuf, en particulier des célibataires et des veuves qui soignaient les gens pauvres. Tandis que l'État et l'Église les disaient «charlatanes», la population appelait femmes sages ces soignantes sans diplômes à qui l'université était interdite. Les guérisseuses instruites, issues de la même classe que les médecins et qui avaient la même clientèle qu'eux, furent les premières accusées de sorcellerie¹⁴.

La parole autonome des femmes est taboue. Par contre les médias font la promotion de l'idéalisation de l'amour hétérosexuel et du mariage et ils propagent les stéréotypes sexistes. Dans les revues féminines de mode et de beauté, la publicité, les magazines de pornographie dite douce, on présente les femmes comme des objets de convoitise sexuelle, dépourvues de personnalité, d'identité individuelle, dans un contexte coupé de toute affectivité: elles sont des marchandises sexuelles pour consommation masculine. La pornographie soi-disant lesbienne pour voyeurs masculins est tout aussi dépersonnalisée. La presse pornographique dure, elle, va beaucoup plus loin et montre des femmes que l'humiliation et la violence sexuelle font jouir. Pour Adrienne Rich, le message pernicieux de la pornographie qui veut faire croire que les femmes sont les proies naturelles des hommes et qu'elles aiment ça, que violence et sexe vont ensemble, en cache un autre, moins reconnu:

que la soumission forcée et la cruauté, lorsqu'elles s'expriment dans le couple hétérosexuel représentent la sexualité «normale» tandis que la sensualité entre femmes, y compris le respect mutuel et la réciprocité érotique, est «anormale», «vicieuse», et est considérée comme de la pornographie en soi ou comme des rapports peu excitants à côté de l'érotisme des chaînes et des fouets¹⁵.

La presse projette les fantasmes masculins de l'appropriation des femmes par la propagande de l'idéal hétérosexuel, des stéréotypes et de la pornographie. Ce sont les livres et les actions des femmes lucides qui en montrent l'incarnation dans la vie de toutes et transportent Alice de l'autre côté du miroir.

La promotion des idéologies du pouvoir

La presse fait évidemment la promotion des idéologies masculines mais surtout de celles qui proviennent de son establishment politique et financier. On la voit actuellement donner une large diffusion à un courant qui serait la panacée-miracle aux problèmes socio-économiques actuels. Ce nouveau courant *libérateur* transcende les partis politiques traditionnels. Ses promoteurs se donnent des étiquettes différentes: néo-conservateurs, néo-libéraux, libéraux-

conservateurs, conservateurs-libéraux, libertaires ou super-libéraux mais tous prennent modèle sur Ronald Reagan.

Soupe à l'ancienne nullement améliorée, présentée dans un emballage qui se veut moderne mais qui affiche les mêmes vieilles couleurs. Pensée masculine d'un autre siècle qui prône le retour à la loi sauvage du plus fort, au principe du profit individuel de quelques-uns sur le dos de la masse des autres, et mène tout droit à l'exploitation du travail au noir et à la misère du plus grand nombre. L'économiste Mario Bunge, de l'université McGill, estime qu'une économie basée sur le néo-conservatisme ne peut fonctionner à long terme car elle repose sur les «vieilles notions de l'économie néo-classique fondée par Adam Smith au XVIII^e siècle»:

Ils prônent des plans économiques sans véritables bases théoriques. (...) Toute politique économique est moralement engagée et la morale du néo-conservatisme, c'est l'individualisme sauvage qui était prôné il y a deux siècles. Il est maintenant en désuétude parce que la vie sociale impose aujourd'hui une coopération qui ne peut se faire s'il y a domination de la concurrence¹⁶.

Ce n'est pas une pensée politique, économique, sociale mais une entreprise d'hommes d'affaires qui veulent concurrencer l'État, le contrôler, le remplacer, pour maximiser leurs profits. Comme par hasard – mais il n'y a pas de hasard – les partis politiques les plus puissants chantent à l'unisson. Entre John Turner, Brian Mulroney, Pierre Marc Johnson et Robert Bourassa, y a-t-il une différence? «Je ne vois pas la différence» comme disent ces jumeaux qui, dans le message publicitaire d'une marque de savon, comparent leurs chemises blanches lavées avec des détersifs différents. Mais la domination indirecte des partis politiques ne suffit plus aux entrepreneurs et à leurs alter ego intellectuels, les économistes; mieux vaut l'action directe.

En France, par exemple, la remontée de la droite a été orchestrée par le milieu des affaires. En 1984, création de l'Institut du citoyen (hum!) pour préparer en toute hâte de nouveaux candidats aux affaires de l'État – surtout des entrepreneurs et une nouvelle génération d'hommes politiques venus du privé. En 1985, création, par une dizaine d'économistes et de juristes, du premier *groupe de production politique privé*, qui a pour objectif d'alimenter la réflexion des futurs élus en leur préparant des textes législatifs. Ce club privé, modelé sur une vieille et efficace institution américaine, a déjà concocté cinquante projets de lois. L'année suivante, création de Cabinet 86, regroupement de quarante cadres supérieurs du secteur privé qui ambitionnent de devenir les conseillers techniques du nouveau gouvernement français. L'Institut économique de Paris, qui rassemble les nouveaux économistes français, a ouvert, quant à lui, un chapitre montréalais¹⁷.

Le Québec ne sera pas épargné. Yves Guérard, président de Sobeco, le premier groupe canadien d'actuaire-conseils, et Léon Courville, vice-président à la planification et chef économiste à la Banque Nationale du Canada, confirment:

C'est une lame de fond, l'heure libérale a sonné et le Québec n'y échappera pas. L'État-providence nous a tellement assistés qu'il a fini par inhiber notre capacité créatrice, il faut le remettre à sa juste place.

Il nous faut un lieu de pensée de chez nous, ancré dans nos problèmes et dans nos façons de penser. Tant que ce lieu n'existera pas, l'introduction *inévitabile* d'une bonne dose de libéralisme sera retardée au Québec¹⁸. (C'est moi qui souligne.)

Le discours de l'*entrepreneurship* est bruyant comme un robot ménager qui mélangerait des concepts. René de la Portalière, haut cadre d'une banque et initiateur du premier groupe de production politique français, déclare:

Il faut rendre à la société civile les pouvoirs dont elle s'est laissée déposséder depuis des années. Après tout, la politique est une affaire privée¹⁹.

Enfin un banquier qui se prononce contre le militarisme! Mais est-ce bien ce qu'il veut dire? Se pourrait-il aussi que ce monsieur ait entendu des féministes dire «le privé est politique» et que, sans rien y comprendre, il ait trouvé la juxtaposition des mots percutante?

Le conseiller économique de la Chambre de Commerce du Québec, Pierre Lemieux, s'élève avec véhémence contre la *tyrannie* de la majorité:

Au nom de quoi la majorité souveraine aurait-elle le droit de spolier, d'exploiter l'individu minoritaire? Pourquoi faut-il continuer à supporter la tyrannie de la majorité?

L'individualisme libéral est au fond bien plus altruiste que l'État; il s'oppose bien plus au collectif qu'au social. Quand on signe librement des contrats, quand on s'associe volontairement aux autres, on est plus naturellement porté à être solidaire²⁰.

Pauvre Marcos, spolié, exploité, tyrannisé par le peuple philippin! Il faudrait bien m'expliquer aussi «l'altruisme de l'individualisme libéral qui s'oppose au collectif mais pas au social» et comment, quand j'achète une auto, le concessionnaire et le président de General Motors ou de Toyota «sera plus naturellement porté à être solidaire de moi» que les personnes dont je partage les valeurs, les idées, les actions et avec lesquelles pourtant je n'ai jamais signé de contrat. La solidarité naturelle des contrats dont monsieur Lemieux parle se tisse entre gens d'affaires et s'applique à ce milieu restreint, non à la population en général.

Ces harnacheurs de Pouvoir et d'Argent peuvent dire n'importe quoi, la presse véhicule leur pensée et leur accorde tant d'espace et d'importance qu'elle a elle-même transformé le courant en vague.

Mes oreilles bourdonnent, le journal me fait cligner des yeux: excellence, privatisation, déréglementation, concurrence, compétitivité, gestion, croissance économique, marché libre, libre-échange, production, entreprise, *entrepreneurship*, propension et façon d'agir entrepreneuriales (entendues dans un sérieux magazine économique). Je ne vois plus, je n'entends plus que ces mots.

Les journalistes se font l'écho de cette justification d'intérêts déguisée sous un militantisme économique avec une docilité de relationnistes, sans en chercher les contours et les détours, sans passer ce discours au crible de la rigueur, du questionnement, de l'authenticité. *Moins que jamais, ils expliquent le contenu et le non-contenu du discours idéologique actuel du pouvoir politique et financier, et ses conséquences.* Rappelons-nous au Québec la campagne électorale Bourassa-Johnson en 1985. Ils propagent cette idéologie à l'exclusion des autres courants de pensée qui traversent la société, ils répercutent sans fin la menace de faillite économique que brandissent ses promoteurs dans le seul but de nous forcer à adopter leur solution pour régler les difficultés socio-économiques actuelles.

Il n'y a pourtant aucune évidence que l'ensemble de la population partage cette idéologie et qu'elle ne croit pas davantage dans des solutions dérivées de valeurs de partage du pouvoir, des responsabilités et de la richesse, centrées sur les personnes humaines plus que sur les biens matériels, qui favorisent l'amour, la paix, la coopération, les relations humaines et le respect des différences; dans des solutions qui proposent la décentralisation du pouvoir économique au profit des individu-e-s plutôt qu'à celui des compagnies et des multinationales. Bien au contraire. Un sondage Gallup mené en 1985 au Canada montrait que la population était plus préoccupée par la faim dans le monde, la paix et l'écologie que par le libre-échange. Un sondage de la maison CROP, réalisé l'année suivante, révélait que la majorité des Québécois-es s'opposaient à la déréglementation et au désengagement de l'État. La population, soumise à cette propagande quotidienne à sens unique, ne dispose plus d'instruments réels de choix, la réalité elle-même leur est dérobée. Pas étonnant que les gens, et notamment les jeunes, en arrivent à croire ou à se résigner à cette vieille solution de l'individualisme sauvage pour régler les problèmes socio-économiques de l'heure.

Et le courant se déplace à une vitesse électronique dans toutes les directions. Les États généraux sur l'éducation, qui réunissaient à Montréal, au début d'avril 1986, cinq mille éducateurs, éducatrices, parents et étudiant-e-s, avaient invité, pour leur soirée d'ouverture, le militaire-astronaute, Marc Garneau, pour qui l'argent investi en éducation doit l'être à bon escient, c'est-à-dire dans les secteurs qui sont les plus susceptibles de rapporter et pour les meilleurs élèves. Pour lui, l'éducation pour tous et toutes est une «charité illusoire»

qui nous conduirait à long terme à la faillite. Les médias propagèrent abondamment les propos de cette vedette du néo-conservatisme et couvrirent ces assises.

Quinze jours plus tard, un Forum sur le pouvoir, l'éducation et la santé, organisé par les femmes de la Centrale de l'enseignement du Québec (CEQ), réunissait pendant deux jours à Montréal plus de sept cents femmes venues de toutes les régions du Québec. Vendredi soir, la conférence d'ouverture fut donnée par la philosophe, écrivaine et chercheuse féministe européenne Françoise Collin, l'historienne Micheline Dumont et la sexologue Andrée Matteau. Samedi, pas un mot, dans aucun des médias montréalais; ces femmes n'entonnaient pas le discours néo-conservateur mais leurs réflexions sur l'éducation, la santé et le pouvoir proposaient des avenues enrichissantes et en rapport avec les préoccupations actuelles. Le lundi suivant, *Le Devoir* consacrait la une et un très long article à trois REAL Women* du Québec, des femmes qui partagent la philosophie du mouvement Pro-vie (en fait pro-fœtus et anti-choix) et militent contre l'avortement et les féministes, mais des femmes qui ne relèvent d'aucun regroupement et parlaient à titre individuel. En page trois, un petit article sur le Forum des femmes, intitulé «"Nous les femmes..."», dénaturait les propos qu'y avait tenus une chercheuse française féministe et tenait lieu de couverture sur ces assises qui proposaient soixante-trois ateliers et une quarantaine de communications. Une seule journaliste, Anne-Marie Voisard, du quotidien *Le Soleil*, couvrit en fait ce colloque.

La fin de semaine suivante, tous les médias firent la manchette avec la manifestation d'une centaine de partisan-e-s contre le choix de l'avortement (venant en grande partie de l'extérieur du Québec) devant la clinique Morgentaler dans l'est de Montréal, manifestation organisée par l'Américain Joseph Schleider à l'occasion du congrès international des groupes Pro-vie et auquel participaient six cents personnes dont une centaine du Québec. Cet Américain qui prône la violence pour faire fermer les cliniques d'avortement donna une conférence où se sont bousculé-e-s une soixantaine de journalistes désireux-ses d'obtenir des entrevues. La Fédération des femmes du Québec (FFQ) qui compte trente-cinq mille membres tenait au même moment dans la métropole son vingtième congrès annuel. Les médias ne couvrirent pas ce colloque qui portait sur les femmes en politique, la lutte contre la pornographie, le virage technologique, l'accès à l'égalité, les services de garde, les régimes de rente, la reconnaissance du travail à temps partiel rémunéré. Mais le lundi suivant, la controverse les passionnant, ils rendirent compte de la

prise de position de la FFQ qui dénonçait la teneur politique du choix fait par des médias comme *Le Devoir* de donner la une à des groupes peu représentatifs et de faible importance au Québec comme les REAL Women et Action Pro-vie* alors que les groupes organisés et importants de femmes ont tant de difficulté à avoir de l'espace dans les médias. La FFQ reprocha aussi au *Devoir* d'avoir transmis à la une les «propos irrespectueux, démagogiques, voire facistes vis-à-vis des femmes» du leader américain qui avait qualifié l'avortement d'acte meurtrier et les femmes qui le pratiquent, de «sorcières qui jouissent particulièrement lorsqu'elles avortent d'un garçon».

Dans un éditorial intitulé «La Censure rose», Jean-Claude Leclerc du *Devoir*, pourtant considéré comme un homme progressiste, répliqua en accusant les féministes de censure. Ce sont les médias qui censurent lorsqu'ils ignorent le discours de groupes de femmes, réunies par centaines et en représentant des milliers, et qui ont un message sérieux et dynamique à communiquer. Ils retiennent une information qui intéresse le public et à laquelle il a droit. Mais ils accordent une importance de premier plan à un mouvement dirigé par des hommes contre les femmes, et à des femmes qui, comme par hasard – mais là non plus il n'y a pas de hasard –, sont encore soumises à l'idéal masculin Dieu-Patrie-Famille ramené par la Nouvelle Droite. Et quand des féministes leur reprochent non pas de donner la parole à ces groupes minoritaires mais d'exprimer un choix clairement *politique* en les mettant en évidence au détriment d'autres groupes largement représentatifs, les médias ne se remettent pas en question, ils les censurent une deuxième fois. Il faut le faire!

Pendant l'Année internationale de la Jeunesse, le quotidien *La Presse* a enfermé l'idéal de la jeunesse dans l'*entrepreneurship* en proposant, semaine après semaine, des portraits de petit-e-s entrepreneur-e-s modèles. Je ne voudrais pas avoir vingt ans et être submergée par des affiches géantes éclairées au néon qui me proposent pour idéal un yuppie (Young Urban Professional). Ce genre de propagande impose les valeurs d'une minorité à toute une génération. Les jeunes qui n'ont aucun attrait pour le parquet de la Bourse ni aucune ambition de fabriquer des balais, de vendre des ordinateurs, de devenir propriétaire de boutique ou de chaîne de restaurants doivent bien se demander ce qu'ils valent et ce que valent leurs valeurs.

À l'automne de 1986, la compagnie Vidéotron, premier câblo-distributeur au Québec et deuxième en importance au Canada, veut

* REAL Women: Realistic, Equal, Active for Life.

* Aux États-Unis, ces mouvements de la Nouvelle Droite ont été organisés par des hommes; des corporations telles que General Motors, Ford, Coca-Cola, Pepsi-Cola, IBM, Exxon et de riches fondations contribuent à leurs campagnes de financement. Marilyn French, *La Fascination du pouvoir*, p. 486.

acheter la station de télévision montréalaise Télé-Métropole, tête du réseau TVA. Pendant que nous attendons que le CRTC statue sur sa requête, les médias québécois, tant quotidiens que mensuels, font de son président et actionnaire majoritaire, André Chagnon, une vedette et un modèle d'excellence, lui font raconter son *success story* et parler de son bateau de luxe, de ses projets d'expansion géométrique dans le domaine de l'audio-visuel, mais ne lui posent aucune question de fond. Ils ne cherchent pas à analyser la signification de cette transaction, à se demander si elle risque d'entraîner une plus grande concentration de l'industrie québécoise de la télévision et une réduction de la diversité de l'information et des contenus des autres émissions du Canal 10. Ils n'examinent pas s'il y a conflit d'intérêts.

C'est un organisme de défense des intérêts du public, l'ICÉA, qui révéla que l'achat de Télé-Métropole par Vidéotron, autorisé par la suite par le CRTC, allait entraîner une super-concentration de l'industrie de la télévision québécoise dans les mains d'un seul propriétaire et analysa ses conséquences sociales et culturelles. En étudiant les activités de cette compagnie, l'ICÉA découvrit un véritable empire de l'audio-visuel. Vidéotron ne fait pas que distribuer les signaux de stations de télévision sur les canaux du câble. À Montréal, elle en exploite une douzaine, certains thématiques (télé-jeunesse, groupes ethniques, loisirs et sports), d'autres appelés hors-programmation (télé-achats, météo, guide-horaire, etc.). Elle fait de la recherche en technologie de pointe, s'engage dans la production d'émissions et détient des intérêts outre-mer dans le système français de câblodistribution. Elle s'apprête en outre à mettre sur le marché le système Vidéoway, véritable centre commercial électronique pour lequel elle émettra sa carte de crédit et qui permettra aux gens d'avoir accès à distance par un système bi-directionnel à de nouveaux services: télé-magasinage, réservation de billets d'avion et de spectacles, surveillance contre le vol, transactions bancaires, sondages d'opinions, etc., dont les revenus dépasseront rapidement ceux que la compagnie tire de l'abonnement au câble. En devenant propriétaire de Télé-Métropole, Vidéotron contrôlera, en plus de la vente de la publicité, de la diffusion, de la distribution, la production de ce qui est offert au public à la fois sur le câble et sur les ondes de la plus importante station de télévision privée québécoise et du réseau TVA²¹.

Les grands journaux et quelques médias électroniques ont rendu compte de l'analyse des conséquences sociales et culturelles réalisée par l'ICÉA et de sa prise de position contre ce transfert de propriété. Mais les articles, courts, ne permettaient pas au public de bien saisir les répercussions à long terme de cette transaction pour la population du Québec toute entière. Ce fut fort peu pour

l'informer sur un enjeu social aussi important, à côté de l'espace consacré au dynamique entrepreneur. C'était pourtant un dossier spectaculaire qui, bien présenté, aurait passionné l'opinion publique.

Le langage économique que les journalistes superposent à leur langage de soldat et de hockeyeur n'est ni objectif, ni émotivement neutre. Il répand des concepts dont les prémisses sont prises pour acquises, bonifie un discours particulier. De la réalité, il ne transmet que des bribes, des apparences. «La réalité serpente comme une rivière, me faisait remarquer une jeune féministe britannique; ce langage fermé, qu'il soit économique ou guerrier, est incapable d'en aborder les rives sinueuses et d'en suivre le cours.» Tout langage est émotivement chargé, et ce discours qui réduit la problématique politico-socio-économique à l'entreprise privée propage dans la population le sentiment que cette économie d'affaires est le pivot de la vie sociale et le seul remède à la remise en question de l'État-providence.

Choisissant de privilégier uniquement ce discours économique, les journalistes en multiplient la force de persuasion. La surexposition dans la presse de ce genre de propos entretient la panique de la catastrophe économique et ramène la population en arrière. En s'accrochant à des concepts dépassés qu'ils répètent avec satisfaction au lieu de véhiculer les idées nouvelles, les valeurs créatrices de solutions adaptées aux années quatre-vingt et de susciter un véritable débat, les journalistes font clairement le choix de perpétuer l'asservissement au pouvoir et négligent le service à la population. Arrogance aveugle qui perpétue de vieilles idées et refuse celles que beaucoup de gens mettent en pratique dans leur vie privée et veulent voir appliquer dans la société. Ce type de journalisme conduit à la désinformation et prive le public d'une information qu'il demande et dont il a besoin.

Le développement technologique et la montée du mouvement féministe

Au cours des quinze dernières années, deux phénomènes ont contribué à identifier et à rendre visibles les mécanismes de fonctionnement du système dominant: le développement technologique des moyens de communication et la montée du mouvement féministe.

Hier encore, l'ailleurs nous était lointain et étranger et notre presse locale était notre source quotidienne d'information sur le reste du monde. Aujourd'hui, nous ne vivons plus en communautés isolées. La nouvelle technologie nous donne accès quotidiennement à l'information diffusée par les réseaux de télévision américains et nous permet d'assister en direct, dans notre salon, à des événements qui se passent à des lieues de chez nous. Nous pouvons plus facile-

ment faire des liens entre ce qui se passe ailleurs et ici, entre ce qui se passe d'un pays à l'autre, entre ce qu'on choisit de nous montrer ou de nous cacher, entre ce qu'on nous dit et ce qu'on nous tait. La télévision a aussi pénétré dans l'un des sanctuaires du Pouvoir, les parlements.

En assistant en même temps que les journalistes aux événements qu'ils choisissent de nous faire vivre, au moment même où ils se produisent, nous pouvons comparer leurs reportages et leurs commentaires avec nos propres réactions et notre propre compréhension. Nous suivons aussi, à l'occasion, le déroulement en direct de conférences de presse soit ordinaires données par les grands de ce monde, soit d'exception comme celle des otages de Beyrouth, ce qui nous permet d'apprécier le comportement des journalistes dans les circonstances courantes ou spéciales.

La culture dominante s'en trouve en partie démystifiée. Ses objectifs, ses valeurs deviennent plus évidentes. La télévision nous en montre quotidiennement les applications et les conséquences, lesquelles se répètent d'un pays à un autre, d'une situation à une autre. Toutes sortes de vérités flagrantes nous sautent aux yeux, si nous les écarquillons un tant soit peu. Nous nous rendons compte que l'élite mondiale qui monopolise notre écran utilise le même gros fil à coudre pour assembler ses discours officiels, quels qu'en soient la langue et le régime politique d'appui. Nous voyons mieux, à travers les fils qui se défont, le mensonge, l'arrogance de ses phrases creuses, la trivialité des intérêts qui la motivent. La grande presse, qui privilégie les exploits et les discours de l'élite, ne réalise pas qu'elle contribue par le fait même à en rendre visibles les motifs réels.

Dans ces conditions, les caractéristiques de la presse elle-même apparaissent plus clairement. D'un poste à l'autre, d'un journal à l'autre, l'uniformité des choix et des traitements de l'information, des valeurs qu'elle transmet les met en relief. Cette uniformisation que l'on peut vérifier quotidiennement fait aussi mieux voir qu'elle en réduit la matière à une mince partie de la réalité humaine, à son aspect le moins humain, le plus négatif.

Plus que jamais auparavant, le mouvement féministe des années soixante-dix a dépassé la lutte pour l'égalité et la différence. Il a traversé le miroir masculin pour mieux identifier les traits spécifiques du conditionnement de la féminité et des valeurs qui en découlent, qu'elles soient aliénantes comme la subordination, la dépendance, la passivité et l'abnégation, ou qu'elles soient indispensables à la vie comme l'intuition, la compassion, l'amour, les relations personnelles, le respect des différences, la coopération, la non-hiérarchie, la non-violence. Quelle que soit l'époque, les féministes ont toujours lié ces valeurs essentielles à leur action et remis en cause celles qui les figeaient dans leur rôle défini par les hommes. Mais aujourd'hui

un nombre infiniment plus élevé de femmes, parmi celles qui appartiennent à la majorité blanche des pays occidentaux riches, jouissent d'une indépendance économique et sont scolarisées; ailleurs, ce n'est encore malheureusement le cas que d'un très petit nombre. Cela leur a permis de pousser plus avant l'analyse pas seulement de leur condition mais de leur *entité*, et d'être plus nombreuses à le faire.

À travers le féminisme radical (puisque'il est essentiel de qualifier celui auquel on se réfère) – que Mary Daly décrit comme «la traversée des femmes en devenir» qui naissent à elles-mêmes, qui commencent à être, «la traversée dans un Autre monde²²», le leur – des femmes ont découvert leur énergie créatrice, leur force, leur intégrité. Les féministes ont pris confiance dans leurs propres perceptions des choses même si celles-ci étaient antinomiques de l'ordre établi (en dehors des femmes). Elles se sont mises à fouiller la réalité et à donner libre cours à leur imaginaire et à leur pensée pour élaborer leur vision/analyse/action de la réalité humaine, révélant les véritables conditions de vie des femmes et des enfants en particulier; elles ont rendu publiques leurs découvertes et leurs réflexions dans leurs journaux à faible tirage et dans des livres puisque les grands médias leur sont largement fermés.

La révolution technologique des moyens de communication qui rapproche les coins les plus éloignés de la terre a contribué à établir entre les femmes des divers pays des échanges et des liens impossibles à imaginer jusque-là. Au début du siècle, les féministes américaines savaient à peine ce que pensaient ou faisaient les Françaises ou les Britanniques, et vice versa. Les échanges d'aujourd'hui entre les féministes, dans les divers champs de l'activité humaine, ont permis d'édifier des bases solides pour leur recherche, leur analyse, leur science comme pour leur action, leur lutte, leur résistance.

Se sentant menacée par ce mouvement mondial, la culture masculine a utilisé avec efficacité les puissants moyens dont elle dispose (au premier chef, les médias) pour marginaliser, ridiculiser, bloquer la diffusion de cette parole. Mais cette volonté féministe d'exister, de rétablir les valeurs humaines essentielles, de transformer le monde et le concept même d'humanité a semé des germes qui ont peu à peu ébranlé la culture dominante et provoqué une mutation des valeurs et des comportements. Ainsi, un nombre substantiel de femmes (qu'elles se réfèrent au féminisme ou pas) et un pourcentage encore infinitésimal d'hommes, entraînés dans le sillage de cet autre ordre du monde, ont commencé à décoder La culture et à ne plus l'accepter comme étant l'unique, la seule.

Des hommes journalistes eux-mêmes commencent à s'effrayer des excès de leur presse et sentent bien que leur système de valeurs est coincé. On pourrait aligner plusieurs des constats qu'ils font. J'en citerai trois parmi les journalistes occidentaux (puisque c'est

cette presse que nous analysons), particulièrement respectés et reconnus dans leur pays.

Évaluant la presse québécoise, Jean-V. Dufresne, prix Olivar-Asselin, plus de trente ans de métier, affirme dans une entrevue au mensuel *Le 30* en décembre 1983:

C'est un problème moral. Toute la machine des médias d'information est bloquée. Ça ne fonctionne plus du tout. Ceux qui dirigent les boîtes de presse font faire n'importe quoi à n'importe qui. Et intellectuellement, ce n'est plus intéressant. (...) Le débat référendaire fut celui des élites, des aristocrates de la pensée. Aucun d'entre nous n'a réussi à expliquer ce qui se passait vraiment. (...) C'est effarant, ce dont on ne dit pas un mot!

Claude Julien, le rédacteur en chef du journal français de réputation internationale, *Le Monde diplomatique*, déclarait plus récemment à Montréal:

Deux cultures désastreuses s'additionnent dans nos têtes: une culture purement économique qui prétend tout mesurer à l'aune du produit national brut, et une culture militaire qui prétend tout mesurer à l'aune de la prétendue supériorité sur un éventuel adversaire. De la combinaison de ces deux calculs qui excluent toutes les autres valeurs humaines, toutes les autres valeurs sociales, toutes les autres valeurs de l'esprit, dans la combinaison de cette culture militaire et de cette culture économique, nous avons sacrifié ce qui peut constituer notre raison d'être, notre raison de nous comporter en êtres humains vivant en société démocratique. (...) Derrière (l'actuelle) vague néo-libérale, il y a la culture économico-militaire qui constitue pour nous le plus grand danger. Malheur à la presse qui se ferait complice de cette détestable évolution²³.

L'animateur-vedette de l'émission quotidienne Nightline du réseau américain ABC, Ted Koppel, lors de la réception du prix du Diffuseur de l'année que lui remettait l'International Radio and Television Society, faisait un constat aussi sévère:

J'ignore ce qui est arrivé de nos normes. J'ai bien peur que nous, des médias de masse, ayons tant contribué à créer un marché de la médiocrité que nous avons étouffé la recherche de l'excellence. Nous louons la célébrité comme si c'était un exploit en soi. (...) J'ai bien peur que si nous ne retrouvons pas un véritable sens des valeurs dans la profession que nous avons choisie, nous allons découvrir que la flexibilité du système américain pourra atteindre et atteindra en effet un point de rupture. (...) Nous (les Américains) perdons notre capacité de jouer avec les idées, de nous adonner à la contemplation, à la réflexion. Nous participons constamment à une course pour être les premiers à constater l'évidence. Nous sommes en voie de devenir une nation de voyeurs électroniques dont la capacité de dialogue n'est plus qu'un vague souvenir²⁴.

Ces journalistes s'interrogent avec le plus grand sérieux sur les

excès de la presse, ses dégâts trop voyants, condamnent sur un ton dramatique le comportement et le travail de leur confrérie. Mais leur interrogation tourne à vide parce qu'ils ne remettent pas en question le fondement de leur morale. Or il y a problème moral, comme le dit Jean-V. Dufresne. Et ce problème, c'est celui de la moralité masculine.

ANEXO C – “CHAPITRE 9 – MORALE ET SEXE”

Chapitre 9

Morale et sexe

La morale est une notion confuse et le terme a souvent une connotation péjorative, synonyme d'étroitesse d'esprit. Nous nous référons régulièrement à des codes d'éthique dans notre vie personnelle comme sociale, mais nous qualifions aisément de moralisateurs des jugements tout simplement moraux que nous ne partageons pas. Bien des gens associent plus particulièrement la morale à des règles qui régissent la sexualité ou la criminalité. Mais des interdits qui frappent les conduites individuelles tels le mensonge, le vol, le meurtre sont légitimés soit par la sanction de l'État ou de l'Église, soit quand leur transgression est le fait d'un groupe d'hommes agissant soi-disant dans l'intérêt d'une population. Pour plusieurs, la morale se réduit aux préceptes d'une Église donnée – au Québec, par exemple, l'Église catholique. En fait, ce sont nos mœurs qui constituent notre morale individuelle et collective, qui fondent nos choix, nos gestes, nos jugements. En cherchant à rendre compte de la morale telle que je la comprends, j'ai trouvé une définition qui me paraît juste, celle que donne la romancière et essayiste féministe américaine, Marilyn French, dans son ouvrage sur les rapports des femmes et des hommes à la morale, *La Fascination du pouvoir*.

Le terme est neutre. Il n'a aucun contenu spécifique. Il s'applique à la gamme de valeurs qui nous permet de porter des jugements, qui dicte notre conduite et même nos émotions. (...) Notre code moral est un système de priorités, ou plutôt une texture, un enchevêtrement, où le bien et le mal sont changeants, ambivalents et circonstanciels. Notre morale se manifeste dans nos choix: modes de vie, choses à quoi nous consacrons notre temps et notre argent, genre d'amis que nous avons, façon d'occuper nos loisirs et, par-dessus tout, le type de personne que nous devenons, que nous

voulons devenir. La morale d'une société se manifeste pareillement dans ses choix : combien elle dépense et pourquoi, ce qu'elle construit et comment, ce qu'elle produit et de quelle manière, quelle discipline elle s'impose et quel ordre elle juge désirable.

La morale est une affaire personnelle et collective. Quand elle touche au domaine public, elle prend le nom de politique. La relation entre le privé et le public n'est pas comparable à celle entre les deux faces d'une même pièce de monnaie ; elle fait plutôt penser aux deux parois, interne et externe, d'un ballon, c'est-à-dire à une seule et même chose perçue de l'intérieur ou de l'extérieur²⁵.

Les féministes disent : *le privé est politique*. Cela signifie que nos actions, qu'elles soient publiques ou privées, expriment une idée, une croyance et, par le fait même, renvoient à une analyse théorique. Toute action est donc un acte politique et moral. La particularité du mouvement féministe des années soixante-dix est d'avoir développé cette analyse à travers une multitude d'actions, à partir non pas de thèses abstraites mais du vécu, du quotidien, des manifestations de l'oppression que subissent les femmes individuellement et collectivement, dans une interaction constante entre l'analyse et l'action, la pratique et la théorie.

La morale dominante de nos sociétés, qui depuis des siècles régit nos vies et imprègne notre éducation comme notre culture et à laquelle doivent s'ajuster les deux sexes, est définie par les hommes. Ses préceptes ne s'appliquent cependant pas aux uns et aux unes de la même façon. Les femmes sont astreintes à toutes les règles qui s'appliquent aux hommes mais elles sont en plus soumises à une morale spécifique, *la morale du foyer*, qui leur a été imposée au nom de leur nature. À travers l'apprentissage forcé de leur rôle, elles ont développé des valeurs qui ne sont pas incluses dans la morale dite « universelle ». Au moment de faire des choix, les femmes se retrouvent écartelées entre leur éthique à elles et celle des hommes, d'où leur double existence. Quand elles sortent de la sphère du privé et qu'elles veulent acquérir du pouvoir social et économique, elles doivent obéir aux règles du jeu masculin et, pour réussir, se nier et jouer plus dur que les hommes ; elles ne deviennent pas des hommes pour autant – seulement des femmes-alibis – et elles n'obtiennent jamais la même considération. Tant que les structures de pouvoir seront patriarcales, toutes les femmes qui affirmeront des valeurs et des pratiques différentes en paieront le prix, où qu'elles se trouvent.

Dans tous les domaines de la vie, le comportement masculin sert de norme pour juger le comportement humain et le comportement féminin est vu comme une sorte de déviance à cette norme. Dans *Une si grande différence*²⁶, l'Américaine Carol Gilligan analyse diverses recherches sur le développement humain, dont celles de Freud, Piaget et Kolberg, recherches qui propagent l'assertion

que les femmes sont un sexe qui, par nature, a moins de sens moral et de caractère. À partir de l'examen de ces théories et de ses propres enquêtes auprès d'enfants et d'adultes, elle montre que l'incapacité des femmes à s'ajuster aux modèles existants indique plutôt qu'elles ont une morale et une conception des relations interpersonnelles différentes de celles des hommes et que celles-ci ne sont pas prises en considération par les recherches classiques.

Selon Gilligan, Freud a tracé la voie aux théories modernes sur le développement humain qui définissent la morale à partir uniquement de la vie des hommes :

Comme Freud utilise les images de la vie des hommes pour suivre le cheminement de la maturation humaine, il ne peut pas identifier, chez les femmes, le développement des rapports avec autrui, de la morale ou d'une claire perception de soi. Malgré ses efforts, il ne parvient pas à faire entrer l'expérience féminine dans la logique de sa théorie et il finit par considérer les femmes comme un genre à part. Leurs relations ainsi que leur vie sexuelle sont pour lui « un « continent noir » de la psychologie »²⁷.

Dans une étude publiée en 1932 sur le jugement moral de l'enfant, Jean Piaget en retrace le fondement dans le jeu. Il étudie principalement les garçons et observe qu'ils manifestent, à mesure qu'ils grandissent, une fascination de plus en plus forte pour l'élaboration de codes de règlements et la mise en place de procédures équitables pour arbitrer leurs querelles. Il remarque que les filles ont une attitude plus pragmatique, ne considèrent un règlement valable qu'aussi longtemps qu'il sert le jeu, qu'elles sont plus tolérantes, plus enclines à faire des exceptions et innover davantage. Il en conclut simplement que le sens de la légalité, qu'il considère essentiel au développement moral, est moins développé chez les filles que chez les garçons²⁸.

Plus récemment, dans les années soixante à quatre-vingt, Lawrence Kolberg, partant des travaux de Piaget, a effectué des recherches qui l'ont amené aux mêmes conclusions, à savoir que les femmes n'ont pas un sens moral très développé. Mais il a fondé lui aussi sa théorie sur l'étude de la vie des hommes. Il a mis au point plusieurs tests de comportement dont un sur le développement du sens moral de l'enfance à l'âge adulte, qui comprenait six stades dont le sixième représentait la conduite parfaite. Il a défini ces stades à partir d'une recherche empirique effectuée sur quatre-vingt-quatre garçons dont il a suivi le développement pendant vingt ans²⁹. Il fit également passer ce test à des femmes. Fort peu d'entre elles franchirent tous les stades, n'allant pas au delà du désir d'être aimées et respectées et de la capacité de manifester de la bonté en apportant aide et plaisir à autrui ; selon cette échelle, leur développement moral semble être un des plus immatures qui soit. Kolberg les situe en fait au troisième stade. Selon le modèle qu'il a établi, aux deux

premiers stades, le garçon apprivoise la morale à partir de ses besoins personnels et au troisième il s'efforce d'attirer l'approbation des autres en les aidant et apprend à se conformer aux conventions sociales.

Carol Gilligan fait ce commentaire :

Kolberg et Kramer (1969) estiment que cette conception de la bonté est fonctionnelle dans la vie d'une femme d'âge mûr tant qu'elle demeure au foyer. Ce n'est que si les femmes entrent dans l'arène d'activités traditionnelles masculines qu'elles reconnaissent l'insuffisance de cette perspective morale et progressent comme les hommes vers les stades où les rapports humains sont subordonnés aux règles (quatrième stade) et les règles aux principes universels de justice (cinquième et sixième stade).

Il y a pourtant là un paradoxe, car les caractéristiques qui définissent la « bonté » des femmes, leur préoccupation et leur sensibilité aux besoins d'autrui correspondent à celles qui dénotent la carence de leur développement moral³⁰.

Marilyn French va plus loin :

L'échelle de Kolberg est en réalité une échelle de pouvoir : aux premiers stades, l'individu doit se plier à la volonté des autres pour acquérir le sens de son identité et de ce qui est juste ; aux derniers, il transcende complètement les autres et guide sa conduite sur des codes légaux ou moraux. Au niveau suprême, atteint par quelques rares humains (toujours selon Kolberg), la relation morale entre l'individu et le monde se caractérise par la distance, le formalisme et le jugement. La vision qu'a Kolberg du soi-dans-le-monde est antisociale, enracinée dans les valeurs mâles traditionnelles : indépendance, isolement, détachement³¹.

Au nombre des enquêtes qu'elle a menées, Carol Gilligan a demandé à des étudiant-e-s de niveau collégial d'imaginer une histoire à partir d'illustrations qui représentaient des personnes dans diverses situations de proximité physique. Les histoires des hommes avaient un contenu de plus en plus violent à mesure que les personnages se rapprochaient l'un de l'autre. Dans celles imaginées par les femmes, la violence augmentait quand les personnages s'éloignaient l'un de l'autre. C'est la photo d'un homme seul assis à un bureau qui suscita chez elles le plus d'images de violence – mais il faut préciser que dans cette expérience, seules 20% des étudiantes comparativement à 51% des étudiants créèrent des scénarios qui en contenaient.

La photo d'un homme et d'une femme paisiblement assis ensemble sur un banc, près d'une rivière, suscita chez 21% des hommes répondants des histoires violentes : homicide, suicide, coup de poignard, enlèvement, viol. En contraste, aucune des femmes de la classe ne fit entrer de violence dans cette scène. Devant l'image d'un couple de trapézistes suspendus dans les airs, l'homme accroché au trapèze par les genoux et tenant la femme par les poignets, 22%

des femmes ajoutèrent un filet de sécurité pour seulement 6% des hommes. À partir de cette image, la seule où les personnages se touchaient, les hommes projetèrent dans leurs récits beaucoup de violence, imaginant des situations d'infidélité et de trahison où l'homme finissait par tuer sa partenaire³².

En fait, l'intimité et les relations humaines font peur aux hommes parce que, pour naître et pour se maintenir, elles s'érigent non pas sur le pouvoir, le droit ou la compétition mais sur la communication, l'amour, la responsabilité à l'égard des autres et un ensemble de qualités que méprise leur culture : la compassion, le réconfort, la concertation, la coopération.

Selon Gilligan, les études de Piaget, corroborées par d'autres études américaines plus récentes, montrent que les garçons apprennent à vivre en livrant des matchs dont le but est la victoire, où donc il y a des perdants et où les règlements dominent ; les filles font leur apprentissage à travers des jeux dont le but est l'expérience, sans gagnant-e-s ni perdant-e-s et où la compétition est indirecte. Quand survient une dispute, les filles mettent fin au jeu plutôt que de mettre en danger les relations interpersonnelles et trouvent autre chose à faire. Pour Gilligan, l'attitude des fillettes n'est pas l'expression d'un sens moins poussé de la justice mais d'une approche morale différente centrée sur les relations humaines. « Plutôt que d'élaborer un système de règles afin de résoudre les querelles, elles subordonnaient la poursuite du jeu à celle de leurs relations » note-t-elle³³.

Les études américaines et européennes sur le jeu chez les filles et les garçons pourraient laisser croire à une différence d'origine génétique entre les sexes, remarque par ailleurs Marilyn French. Et elle cite une étude récente sur les enfants de la tribu Mbuti, au nord-est du Zaïre : filles et garçons participent ensemble à des jeux qui visent à leur apprendre le partage et la coopération, à éviter la défaite comme la victoire, et ces jeux sont totalement dénués d'esprit compétitif. Ces enfants apprennent à prévenir les querelles en se retirant de la situation ; dans les cas graves, les adultes de cette tribu iront jusqu'à quitter leur village. De telles études, commente-t-elle,

donnent à croire que la différence serait culturelle plutôt que génétique. La morale des femmes semble donc apparentée à celles des civilisations de coopération qui ont gardé les anciennes valeurs matricentriques³⁴.

À l'aide d'entrevues avec des femmes qu'elle interroge sur des problèmes de choix moral, Carol Gilligan montre que, pour elles, le dilemme n'est pas de décider comment exercer leurs droits sans empiéter sur ceux des autres, mais comment vivre une vie morale qui tienne compte des obligations que l'on a envers soi-même, ses proches et les autres en général³⁵. Elle conclut de ses recherches que l'éthique féminine a pour fondement l'interdépendance des êtres

humains, et par conséquent la communication que la violence rompt et que la sollicitude nourrit :

L'impératif moral qui ressort continuellement de ces interviews avec des femmes est une injonction à prendre soin de soi et d'autrui (care), une responsabilité envers le monde afin d'en discerner les maux « réels et reconnaissables » et de les soulager³⁶.

La morale masculine distingue aussi entre la vie privée (lieu privilégié des relations interpersonnelles) et la vie publique, à laquelle elle accorde la première importance; elle n'applique pas à la vie privée la conduite qu'elle juge hautement morale dans la vie publique. Gilligan et French soulignent que Kolberg cite Gandhi comme exemple d'une conduite parfaite, réunissant autonomie et non-violence. Il est pourtant connu que cet apôtre de la non-violence politique, principe qu'il érigeait en vérité absolue, faisait preuve de violence psychologique à l'endroit de sa famille et des enfants de l'ashram, se comportant avec eux de façon brutale et niant leurs sentiments. Pour French, chez nombre d'hommes, la sainteté ou la vertu est entachée de ce double standard: ils réservent souvent leur charité et leur magnanimité aux gestes publics et peuvent avoir dans l'intimité une conduite empreinte de cruauté³⁷. Selon Gilligan, « la volonté aveugle de sacrifier les gens à la vérité a toujours été le danger d'une éthique qui se soustrait à la vie »³⁸.

Les analyses sur la vie des femmes, comme celle de Gilligan, ne concluent pas que les qualités décrites sont biologiquement innées, que toutes les femmes agissent de la même façon et que tous les hommes adoptent un comportement diamétralement opposé. D'autres facteurs culturels et de classe entrent en ligne de compte. Ce serait plutôt « une moyenne ». Ces valeurs proviennent d'un processus de socialisation complexe, basé sur leur oppression et qui donc conditionne aussi la plupart des femmes à la dépendance, à la soumission, à la peur, etc. Les féministes ne considèrent pas l'éthique féminine traditionnelle comme la solution; elles disent simplement que l'expérience des femmes se fonde sur des qualités essentielles à toute éthique. Si les relations humaines, la communication et la sollicitude à l'endroit des autres sont des valeurs premières, trop souvent elles ont dominé la vie des femmes au point d'empêcher chez elles toute expression d'autonomie et d'affirmation de soi – elles n'étaient que des *mômans* soumises. La démarche féministe consiste justement à se réapproprier ces valeurs pour les conjuguer avec l'affirmation des femmes et de leurs droits réels.

L'exercice du droit individuel

De tout temps, dans une culture axée sur le pouvoir de dominer et fondée sur une morale de droits qui n'intègre pas l'interdépendan-

ce des personnes et les responsabilités qui s'ensuivent, l'exercice du droit individuel a donné lieu aux pires actes anti-humains. Un individu mâle, avec le support et la complicité d'autres individus du même sexe, peut affamer une population entière – le nombre de millions de personnes qui la composent n'est pas un obstacle –, la terroriser, la voler, la décimer, lui refuser le droit de vivre humainement, et accumuler à même ses sueurs une fortune personnelle incroyable.

Encore aujourd'hui les plus sanguinaires et les plus despotes des chefs d'État assoient leurs pouvoirs sur quantité de cadavres innocents qui sèchent sur place sans sépulture (Cambodge) ou disparaissent mystérieusement, enterrés en vrac ou lancés d'un avion aux requins; de personnes torturées, emprisonnées parfois même dans des cages, à qui on enlève toute possibilité de fonctionnement encore humain. D'autres, une idéologie, une religion ou/et le bien du peuple en porte-étendard, dirigent un état policier, le fusil pointé sur la moindre manifestation de liberté individuelle. Les plus fous ou les plus machiavéliques utilisent par milliers, pour économiser les chars d'assaut, des garçons de dix ans comme chair à obus (Iran). Les plus démocrates continuent de s'allier aux premiers, de leur vendre des armes, de faire commerce avec eux, les yeux fermés – il faut bien vivre et prospérer – qu'ils fassent partie de la même ligue sportive ou qu'ils appartiennent à une ligue adverse, ouvertement ou sous la table, selon les intérêts mercantiles du moment.

La confrérie des pères démocrates enchâsse des chartes des droits des personnes édifiantes dans les constitutions. Mais ses principes sont élastiques devant le Pouvoir et l'Argent. (Cette confrérie compte aussi ses femmes-alibis, comme Margaret Thatcher, surnommée *la Dame de fer* et encore plus patriarcale qu'eux.) Le chef d'un État qui a peu d'investissements en Afrique du Sud dénoncera fortement l'apartheid. Celui dont le pays en a davantage le fera plus mollement et celui qui en a beaucoup, pas du tout; ou encore on dénoncera du bout des lèvres tout en continuant d'échanger des billets de banque. Selon le rapport annuel d'Amnistie internationale, cent vingt-trois des cent soixante-douze États du monde ont, à des titres divers, violé en 1984 des droits humains fondamentaux. Bien des personnes ont été exécutées et un plus grand nombre encore ont été tuées par l'armée, la police ou des escadrons de la mort soutenus par les gouvernements, tandis que d'autres ont succombé à la torture ou aux mauvais traitements reçus en prison.

Tout le bagage de connaissances et de performances scientifiques accumulé n'a abouti qu'à la montée incroyable du totalitarisme dans le monde, à l'augmentation du nombre de pays qui vivent actuellement sous la dictature. Nous vivons un cauchemar réel où deux vieux militaristes, pas spécialement intelligents mais assoiffés

de pouvoir, menacent de jouer la planète à la roulette russo-américaine. D'autres colonels ou ayatollahs terrorisent l'humanité par leurs appels à la haine et au meurtre et participent à des actes d'assassinat sauvage contre des civil-e-s, pendant que les autres gouvernements, partenaires de la course à l'armement nucléaire, sont engagés dans la pollution de la planète.

On justifie au nom du droit individuel l'utilisation de la technologie à des fins de profit et de pouvoir et, du même coup, tous les excès et les actes anti-humains puisque la loi et l'appareil judiciaire seront là après coup pour sanctionner. On peut être légitimement au-dessus de la loi, faire la loi par la force de son pouvoir, de son armement, de sa puissance financière et surtout par la possibilité de contrôler et de cacher l'information sur ses actions ou de bénéficier de la complicité tacite ou directe des médias.

On peut utiliser son droit d'accaparer la nourriture pour en priver le tiers de l'humanité, celui de préférer l'accumulation des armes à la distribution d'aliments de base alors que les moyens de production actuels permettraient de nourrir la terre entière. – L'Inde affamée est la troisième puissance militaire au monde, ce qui montre bien que le militarisme est la Première religion, quelles que soient les autres sous-religions inventées par les hommes. – Depuis la fin de la Deuxième Guerre mondiale, les diverses guerres locales ont fait vingt millions de morts. Les dépenses militaires mondiales se chiffrent annuellement à plus de neuf cents milliards de dollars. Dans les pays sous-développés, on dépense cinq fois plus pour la défense que pour les politiques de développement. Au Canada, les parlements comme la presse ne cessent de calculer les coûts dits astronomiques des services de santé et des services sociaux, sans les comparer au budget de dix milliards de la défense (budget de l'exercice 1985-1986 du gouvernement fédéral).

On fait et défait les lois, on les transgresse. On manipule la vie, on utilise la science pour tenter de la créer artificiellement. On procède d'abord dans le secret des laboratoires. Le fait accompli, on constitue, pour la forme, des comités de bioéthique.

Gérer le monde avec une carte de crédit

Soutenus par leurs états-majors militaires et financiers, les chefs pratiquent tous la même gestion économique, celle de la carte de crédit, de l'endettement. Quand on parle de la santé économique d'un pays, il n'est nullement question de sa richesse collective ou de celle des individu-e-s. La santé s'exprime, pour les pays riches, en termes de déficits qui se chiffrent par milliards; pour les pays pauvres, elle s'exprime en dettes impayables envers les pays riches, qui accumulent une fortune en leur volant leurs ressources et en

exploitant leur main-d'œuvre. Aujourd'hui cette fausse dette est de mille milliards de dollars. Le plus souvent, tout cet argent officiellement prêté aux pays pauvres n'a pas soulagé la misère de leurs populations, il a servi aux dictatures pour les opprimer, il a enrichi les amis du régime ou s'est transformé en armement. Les médias, qui parlent régulièrement de la dette des pays du Tiers monde et de leur obligation de la rembourser, n'attirent pas l'attention sur l'endettement des pays riches. En 1984, la dette publique des États-Unis, tous paliers de gouvernement confondus, était supérieure aux dettes réunies des pays en développement et atteignait mille cinq cent soixante-treize milliards. Ce chiffre ne tient pas compte de l'endettement individuel des Américain-e-s³⁹.

Les grands gérants du pouvoir sont imperméables à la honte. Ils n'ont que le mot économie à la bouche. Mais quand ils ne savent plus quoi faire, au lieu de se creuser les méninges ou de retourner chez eux, ils jouent les Ponce Pilate et remettent le sort de l'économie entre les mains de dix de leurs amis, de deux économistes et d'un représentant du monde syndical, à qui ils demandent d'étudier longuement la question en faisant du tourisme à travers le Canada pendant que travailleurs et travailleuses continuent de perdre leurs emplois. À l'automne de 1985, la commission MacDonald sur l'économie remet son rapport au terme de travaux qui ont duré trois ans et coûté vingt millions. La montagne accouche d'un embryon de souris:

un ramassis sans imagination de la sagesse conventionnelle du monde des affaires, un rapport de chambre de commerce de deux mille pages et soixante-douze tonnes de rapports, de recherches coûteuses; une (...) salade de pieuses platitudes, de remèdes de droite et de naïveté politique. (...) Le rapport est politiquement invendable⁴⁰.

En ce moment me revient en mémoire une entrevue entendue, il y a huit ou neuf ans, à l'émission *La Vie quotidienne* de CBF, Montréal. Un professeur de l'Université de Sherbrooke, si mon souvenir est précis, décrivait un jeu qu'il avait mis au point comme instrument de travail pour les sessions d'animation de groupes, très à la mode à cette époque; le jeu consistait à créer sur un territoire vierge, une île je crois, un système de société équipé de tous les services modernes nécessaires, de structures financières et politiques, etc. «Pour tester le jeu, racontait-il, nous avons réuni deux groupes: l'un, de spécialistes de la finance – comptable, administrateur, gérant de banque – et l'autre, de femmes à la maison. Le premier groupe servait, l'on s'en doute, à vérifier si le jeu était au point et le deuxième, bien sûr, à voir si des personnes, considérées comme sous-douées en mathématiques et en finance, pouvaient en tirer profit. À la fin du temps alloué pour le test, oh surprise!, les spécialistes avaient créé un système de surprofit et de chômage où

les services essentiels faisaient défaut ou fonctionnaient mal et les ignorantes, elles, avaient créé une société qui tournait rond, équipée des meilleurs services, sans chômage ni surprofit...

Pendant ce temps

Les chefs s'occupent des affaires importantes de l'État (le Pouvoir, l'Argent, la Guerre). Pendant ce temps, cinq cents millions de personnes sont affamées, huit cents millions, illettrées (en majorité des femmes) et un milliard et demi manquent de soins médicaux élémentaires. En Amérique latine, des dizaines de millions d'enfants vivent dans la rue, cirant des chaussures le jour et dormant sur des bancs publics avec un carton en guise de couverture pour s'abriter du froid, proies faciles pour les vendeurs de drogues qui les rendent idiots. Scandale international de la pauvreté, du manque de soins médicaux. Mais au Canada, un-e enfant sur cinq vit dans la pauvreté, aux États-Unis, c'est un-e enfant de moins de six ans sur quatre et un-e enfant de race noire sur deux – encore que leur situation soit privilégiée par rapport aux centaines de millions d'enfants qui meurent de faim⁴¹.

Des millions de fillettes sont mutilées sexuellement au nom des cultures et religions masculines; des millions d'autres sont victimes d'inceste quotidien dans les pays qui se croient les plus civilisés. Viols de femmes à l'échelle de la planète, butin de guerre ou violence à l'étudiante, l'amie, l'épouse, la voisine, la passante; seule variable d'un pays à l'autre, le nombre de minutes qui sépare un viol d'un autre.

Réseau interplanétaire de la traite des femmes et des enfants de toutes les couleurs. «Des millions d'enfants et d'adultes sont acheté-e-s et revendu-e-s. Le commerce des êtres humains est de plus en plus florissant. (...) le monde compte aujourd'hui plus d'esclaves qu'au moment de la fondation de la Société, en 1839!», dit Alan Whitaker, un des huit permanents de la Société anti-esclavage de Londres⁴².

Cinquante-deux millions d'enfants sont au travail obligatoire de par le monde, et on n'arrive pas à dénombrer les millions de fillettes, de jeunes filles et de femmes livrées à l'esclavage sexuel de la prostitution forcée. La police indienne découvre des garçons de cinq à dix ans, amenés à l'insu de leurs parents dans une usine de tissage de tapis, qui y travaillent dix-huit heures par jour, sans rémunération, y reçoivent une nourriture insuffisante, sont punis à coups de bâton en cas de désobéissance et marqués au fer rouge s'ils s'endorment à l'ouvrage. En Thaïlande, on a photographié des enfants de quatre ans enfermés dans des cages, occupés à mettre de l'héroïne en petits sachets. Au Maroc, ce sont des petites filles qui,

à partir de sept ans, travaillent jusqu'à douze heures par jour dans des manufactures de tapis. Les recruteurs, auxquels des parents miséreux cèdent pour quelques dollars leurs enfants qu'ils ne peuvent nourrir, les revendent jusqu'à deux cents dollars à des propriétaires de manufactures illégales; marchands d'enfants et employeurs sont souvent en même temps pourvoyeurs de réseaux de prostitution⁴³.

Kathleen Barry rapporte dans *L'Esclavage sexuel de la femme* qu'en 1978, un policier français qui avait travaillé au Bureau central pour la répression du trafic des êtres humains lui a déclaré que les autorités savaient très bien que plusieurs milliers de fillettes adolescentes disparaissaient chaque année et finissaient dans les harems arabes⁴⁴. Les garçons mineurs n'échappent pas non plus au commerce sexuel. En 1984, la police australienne a découvert que des membres d'un groupe appelé Australian Pedophile Support Group avaient eu des rapports sexuels avec de jeunes garçons philippins qu'ils parrainaient par l'intermédiaire d'une sérieuse organisation internationale d'adoption⁴⁵.

Plus de deux mille cinq cents femmes et enfants réfugié-e-s ont été violé-e-s sur la mer de Chine quand des pirates ont abordé leurs bateaux, plus de mille ont été enlevé-e-s et seulement 43% ont été retrouvé-e-s⁴⁶. Les pirates ne sont pas les seuls coupables. Les officiers préposés aux frontières et les gardes des camps abusent de leur autorité et de leur pouvoir et violent femmes et adolescentes. Ces sans-patrie sont particulièrement vulnérables, la majorité des dix millions et peut-être même vingt millions de réfugié-e-s du monde sont des femmes et des enfants⁴⁷.

Le trafic des femmes se fait dans tous les sens par relais: Philippines envoyées en Espagne et, de là, en Amérique du Nord ou dans les pays du Marché commun; Paraguayennes et femmes d'autres pays d'Amérique du Sud expédiées aux États-Unis et, de là, en Europe; Européennes – Portugaises, Allemandes, Françaises – qui aboutissent dans des harems arabes, en Australie, en Afrique; Nord-Américaines expédiées au Mexique et ailleurs. Des jeunes femmes, mais aussi des fillettes de huit et neuf ans, sont ainsi achetées, enlevées, attirées par la fausse promesse d'un emploi légal et rémunéré⁴⁸.

Les filières internationales de la traite des femmes sont connues d'Interpol et des Nations Unies, tout comme le tourisme sexuel organisé sur une haute échelle par les agences de voyage dans des pays asiatiques et cet autre commerce lucratif qu'y pratiquent des agences spécialisées: la vente aux Européens et aux Américains de jeunes femmes dociles, prêtes au mariage – mais on ne sait pas très bien ce qui arrive à ces futures épouses une fois arrivées en Occident⁴⁹.

Les autorités civiles de tous les pays maintiennent directement ou indirectement la traite d'êtres humains et en retirent des bénéfices

financiers énormes. Interpol refuse de rendre publics ses rapports sur la traite des femmes et «aucun de ses trente et un membres ne lui a demandé de faire de ce thème une priorité comparable à la lutte contre le trafic des stupéfiants. Et pourtant tout cela est lié: l'argent que rapporte le trafic des êtres humains sert ensuite à celui des drogues et des armes», déclarait à une journaliste le diplomate français Jean Fernand-Laurent, qui a préparé en 1983, pour le Conseil économique et social des Nations Unies, un rapport sur l'abolition de la traite des êtres humains et de l'exploitation de la prostitution⁵⁰. Kathleen Barry révèle que

Sur vingt-trois mille plaintes formulées auprès des Nations Unies sur des violations des droits de la personne selon une nouvelle procédure adoptée pour traiter des pratiques de l'esclavage, huit cas seulement ont survécu aux lenteurs et aux procédés de la bureaucratie.

C'est ainsi que la froide machine de la Commission des droits de l'homme a prudemment évité la tâche de dénoncer l'esclavage sexuel international et la prostitution forcée⁵¹.

La morale de la presse

Le pouvoir ne s'émeut pas facilement et il ne remet pas en question sa morale pour si peu. Les gouvernements cachent ces faits, les organisations internationales renâclent à l'action. La presse évite aussi de remettre en cause cette morale. Elle s'intéresse bien davantage à l'exercice du droit individuel du pouvoir et aux conflits d'intérêts qu'il provoque qu'à la situation inhumaine de violence, de misère et d'esclavage que ce même pouvoir continue d'imposer aux femmes et aux enfants. Elle tient loin de ses pages et de ses écrans l'évocation de cette cruauté. Elle en encadre occasionnellement quelques manifestations dans des statistiques. Notre presse occidentale parle plus facilement des mutilations sexuelles faites aux filles arabes et africaines et de l'exploitation sexuelle des enfants et des femmes du Tiers monde que de celle des Occidentales et de l'existence d'un réseau international de traite humaine auquel concourent tous les pays. Elle publie régulièrement les rapports d'Amnistie internationale qui portent sur les atteintes aux droits dits politiques, reliées aux actes des gouvernements à l'endroit des populations civiles: emprisonnements, tortures, assassinats. Elle laisse sur leurs tablettes les rapports de l'ONU sur l'esclavage et la traite des femmes et des enfants, et n'enquête pas sur ces sujets ni du côté des organismes internationaux ni des services de police... ni du côté des femmes.

Encore là, c'est à des livres féministes comme *L'Esclavage sexuel de la femme* de l'Américaine Kathleen Barry que l'on doit la révélation de ces faits et de leurs causes, ce sont eux qui nous font voir la complicité des médias dans le silence du pouvoir masculin

sur la réalité des femmes.

La presse nous entretient des injustices, des oppressions, des souffrances que des hommes font subir à d'autres hommes. Les enlèvements de civils par des terroristes y font la manchette régulièrement. S'il s'agit d'un journaliste, la presse de son pays et les médias étrangers auxquels il collabore exerceront des pressions en haut lieu pour obtenir sa libération. Quand le journaliste français Roger Auque est enlevé à Beyrouth, Radio-Canada, pour qui il était correspondant à la pige, fait le jour même des représentations auprès du gouvernement canadien et d'organismes internationaux comme la Croix-Rouge et l'Association internationale des radiodiffuseurs. Quand Dalila Maschino est enlevée au Québec, la presse accorde peu de crédit au mouvement organisé pour sa libération par des groupes de femmes, entretient le doute sur la véracité de son enlèvement, même devant l'évidence des preuves. La presse tait aussi l'histoire de ces centaines de milliers de femmes otages, objets de commerce d'un pays à l'autre. La presse qui aime tant décrire la violence entre hommes glisse sur celle qui est faite aux femmes. Quand la directrice d'un refuge pour femmes battues de Baie-Comeau est tuée par son mari, c'est par le réseau des femmes que vous l'apprendrez à moins de lire *Allo-Police* ou les lettres ultérieurement envoyées aux journaux.

Le discours de l'animateur-vedette de la télévision américaine, Ted Koppel, (cité précédemment) illustre de façon éloquente que la presse se réfère, elle aussi, à la morale dominante, fondée sur la primauté et l'universalité des droits individuels et sur les lois. L'animateur décrit les excès de l'éthique dominante actuelle:

La loi est souple et d'une richesse sans bornes dans son interprétation. Et on en abuse comme jamais auparavant.

Le droit est en voie de devenir une véritable abomination qui, souvent, prône autant le recours à des actions juridiques, à des fins de profits qu'à des fins de justice.

Mais il ne remet pas en question le fondement de cette morale et n' imagine même pas qu'il puisse en exister d'autre: «(...) la loi, qui est l'épine dorsale de notre système».

Quand on saisit la logique de cette morale, basée sur l'exercice du droit individuel et sur les lois mais qui n'intègre pas le sens des responsabilités et les relations humaines, tournée vers le pouvoir de domination et la suprématie masculine, on tient l'explication du fonctionnement de la presse – comme celui des autres pouvoirs en place – et du comportement des hommes journalistes. S'éclairent le choix des sujets, leur ordre d'importance, l'angle de traitement et le langage utilisé.

On comprend mieux l'asservissement de la presse au pouvoir, sa passion pour les chefs. On ne s'étonne plus de la voir braquer

tout son arsenal technologique de pointe sur les guerres, chaudes ou froides, à la recherche du gagnant. On comprend mieux aussi sa passion pour les conflits de droits et les événements qui se situent dans un rapport avec la loi, les droits et les politiques gouvernementales, qu'elle traite à la pièce, en taisant le plus souvent la gravité ou l'importance de leurs répercussions sur la vie des gens. Son intérêt pour le légalisme l'amène à s'enthousiasmer pour les batailles juridiques et à accorder beaucoup d'importance au processus judiciaire, en isolant souvent des faits de peu d'importance sociale. Un Québécois revient du Pérou où il a été emprisonné pendant sept ans. Son retour fait la une des médias: il n'a pourtant connu de ce pays que l'appareil judiciaire. De nombreux autres Québécois-e-s reviennent de pays d'Amérique du Sud après y avoir travaillé avec la population pendant plusieurs années et sont en mesure de transmettre de première main une information tant politique qu'économique et sociale sur la vie réelle des gens dans ces pays. La presse communie très rarement leur témoignage, en première page ou en dernière.

Des journalistes, qui estiment la mise en scène spectaculaire des événements une pratique valable et inhérente au métier, en dénoncent pourtant les excès: les projecteurs qui éclairent les acteurs souvent bien anodins plutôt que les problèmes, le choix de sujets sans portée réelle, le glissement vers une information qui n'est plus que divertissement, donc détournée de son objet. Ils invoquent, pour expliquer cette situation, la contamination des pratiques journalistiques par les lois du marché publicitaire, une tendance déplorable à la facilité, la peur de faire fuir le public par la rigueur intellectuelle, ou encore s'accusent de manquer d'imagination ou de talent. Mais une fois le constat établi, ils tournent en rond, incapables de trouver les moyens d'endiguer le courant, et l'information, elle, s'enlise dans un spectaculaire de plus en plus débilisant, qui aboutit à de la non-information. Ce qu'ils disent est vrai, mais leur diagnostic ne signale que les symptômes d'une cause plus profonde. Ce qui fait problème, ce n'est pas en soi la mise en scène saisissante de situations mais bien les sujets que l'on choisit de rendre spectaculaires et les raisons de ces décisions. Ce choix de l'anodin, d'événements coupés de leur contexte ou sans portée significative, des acteurs au détriment des problèmes, qui ignore des réalités fascinantes que l'on pourrait tout aussi bien rendre spectaculaires, renvoie à une conception individualiste et impersonnelle de la vie, qui attache peu d'importance à l'interdépendance des personnes, au maintien de leurs relations, à la dimension humaine de la réalité, au sens communautaire.

Le fonctionnement à tiroirs

Cette conception dépersonnalisée et abstraite de la vie amène

la presse à adopter un fonctionnement à tiroirs qui divise la personne humaine en deux: l'esprit et le corps, le cérébral et l'émotif, la raison et l'intuition, le travail et l'amour, et à ne valoriser que ce qui raffermirait l'image masculine d'individualisme et de contrôle: l'esprit, le cérébral, la raison, le travail.

L'émotion fait pourtant partie des faits, elle fait aussi partie des journalistes, hommes et femmes, chargé-e-s de les rapporter. La nier, ne pas restituer à la réalité que l'on rapporte la part d'émotion dont elle est porteuse, c'est tricher avec les faits, les déformer puisqu'il faut autant de sensibilité que d'intelligence pour les saisir et en rendre compte. Mais les hommes qui dominent collectivement l'information interprètent la notion d'objectivité dans le sens de leurs valeurs premières: contrôle et répression des sentiments, handicap plus que qualité humaine. Ils laissent aux femmes la capacité d'exprimer leurs émotions mais la restreignent à la sphère de la vie privée, comme si cette qualité jugée naturelle chez elles, utile à l'éducation des enfants et au maintien des relations interpersonnelles, devenait catastrophique hors du privé, et comme si exprimer ses sentiments avait pour effet d'annuler le reste de la personnalité, notamment l'intelligence.

Mais l'intelligence et le cœur sont deux modes de connaissance complémentaires. Quand on en exclut un, on ne peut comprendre les personnes et les choses qu'à moitié et de travers.

L'esprit s'exprime par la pensée, le corps par les sensations et l'âme par les émotions et les sentiments⁵².

Le philosophe Mikhaël Aïvanhov écrit pour sa part:

Avec l'intellect on ne connaît jamais la réalité. On connaît peut-être beaucoup de détails à la surface mais jamais la réalité, la quintessence. C'est au cœur qu'est donnée la faculté de pénétrer dans la réalité⁵³.

Pour ne pas passer à côté de l'essentiel, pour voir tous les angles, découvrir les aspects cachés de ce qui se passe, retenir la bonne piste, l'intuition et la sensibilité sont tout aussi essentielles à la pratique journalistique que l'intelligence. La répression de la sensibilité et de l'empathie mène aux comportements décrits à l'endroit de Dalila Maschino, des otages de Beyrouth et des réfugié-e-s tamoul-e-s. Elle bloque toute possibilité de comprendre une situation, de découvrir les faits et de transmettre au public une information adéquate. Plus grave encore, cette répression d'une approche humaine au profit d'une approche strictement cérébrale conduit les journalistes à fausser la réalité, à discréditer les gens, à porter sur eux des jugements discriminatoires et des accusations non justifiées. L'information erronée et biaisée dont ils sont porteurs a des conséquences graves sur la réputation des victimes, qui n'ont pas les moyens de rétablir publiquement la vérité – le mal est fait –, et sur

l'opinion que se forge le public à partir de la version unanime des médias, version à laquelle il ajoute nécessairement foi – hystérie collective raciste dans le cas des Tamoul-e-s.

La suppression totale des émotions est d'ailleurs impossible. L'émotion niée sous une forme réapparaît sous une autre. Plus sa répression est forte, plus sa réapparition sous des formes indirectes est dangereuse: colère et agressivité destructrices, méfiance des autres, isolement, incapacité de fonctionner en collégialité et de déléguer des responsabilités, comportements qui conduisent à l'effondrement des réseaux de communication entre les gens. À refouler ses émotions, on en deviendra la proie, alors qu'à les reconnaître et à les assumer, on est à même de les dépasser.

Les hommes journalistes aussi transmettent des émotions, ou plutôt le refoulement d'émotions véritables qui s'exprime par la violence. Les pages de sport en sont pleines. L'excitation et l'engouement pour le sensationnalisme, les conflits, les catastrophes, les incendies, les bang-bang de toutes sortes, le sang comme le ton froid, neutre, autoritaire, antagoniste ou le ton arrogant, dur, bruyant, emporté, défonceur que certains poussent au delà de l'éthique et du respect des interviewé-e-s sont des manifestations émotives parmi les plus négatives, les moins réfléchies, les moins adultes.

Nier l'émotion au profit de la raison, c'est nier l'aspect humain des réalités, donc leur dimension la plus importante: par exemple, parler de dénatalité en termes de démographie uniquement, de ses conséquences sur le pouvoir et le poids d'une communauté par rapport à une autre sans parler des conditions de vie faites aux femmes, des garderies, des effets de la pollution nucléaire et chimique sur la génétique et la non-fertilité.

Je suis constamment sidérée de lire, de voir, d'écouter des journalistes traiter sans s'émouvoir de guerres où des combattants tuent des milliers et des milliers de personnes: d'autres combattants mais aussi des civil-e-s de tous âges. Comment peut-on raconter sans avoir la gorge serrée de panique qu'ici ou là, tel ou tel pays procède à des essais nucléaires qui empoisonnent l'air, la terre, les forêts, les cours d'eau et les êtres vivants. Quand des savants simulent l'après-guerre nucléaire en faisant brûler une forêt au napalm, comment peut-on deviser sans broncher devant un micro avec deux invités pour savoir si la dévastation qui suivra sera un automne ou un hiver nucléaire?

Couverture par événements et par secteurs

Cette division entre l'émotif et le cérébral, entre le privé et le public amène aussi les hommes journalistes à percevoir l'histoire immédiate ou lointaine en *événements*, détachés les uns des autres

et sans liens entre eux, ce qui transmet aussi une perception faussée de la réalité et crée de la confusion – le public n'y comprend rien. Le mode de couverture de la réalité par secteurs (politique, économie, social, etc.), qui en est une autre manifestation, est totalement inadéquat pour refléter et expliquer les activités humaines qui s'interpénètrent. Son seul avantage: rendre possible le contrôle de l'information. Ce procédé permet de discriminer facilement et rapidement les sujets dont on ne veut pas traiter, de favoriser des secteurs en leur consacrant plus d'espace et en y affectant plus de journalistes, d'en délimiter et d'en restreindre plus facilement l'orientation (par exemple traiter surtout des sports professionnels, de la politique, et non du politique, réduite aux agissements des gouvernements), de contrôler les journalistes et l'accès aux médias.

Technologie, droit et pouvoir

La morale dominante n'a pas changé. Comment expliquer alors la dégradation constante, au cours des dernières années, de la qualité de l'information, la perte en progression géométrique du sens des responsabilités et de l'éthique journalistique, la propension grandissante à donner dans le superficiel, le spectaculaire et le voyeurisme? Le développement technologique, sa puissance, sa fascination et son utilisation entrent aussi en ligne de compte.

Le développement technologique des vingt dernières années a mis à la disposition des hommes – puisqu'ils détiennent tous les pouvoirs et les richesses de ce monde et qu'ils dessinent la trajectoire de la science – des moyens et des outils d'une puissance extraordinaire et d'une sophistication sans précédent. Il est devenu, entre les mains des leaders de la caste hiérarchique au pouvoir, un instrument de renforcement de leur domination.

Le développement technologique en soi n'est pas en cause. Car il peut nous apporter d'immenses bienfaits: éliminer la misère, la détresse, l'exploitation des êtres humains, la contrainte des tâches pénibles et épuisantes; permettre à un nombre croissant de personnes de mener une vie réellement humaine, digne, en bonne santé, d'accroître leur épanouissement et l'expression de leur potentiel créateur, de réaliser cette harmonisation essentielle entre le spirituel et le matériel. Les possibilités de la technologie pourraient aussi conduire à une utilisation non destructrice de l'environnement et, par les nouveaux moyens de communication, augmenter les échanges et engager l'humanité dans une voie de progrès humain et de bien-être (au sens de être bien et non de consommation matérielle). Le progrès qui aboutit à l'armement nucléaire nous est fatal; il est voulu, recherché, planifié. Mais une volonté contraire dirige le progrès dans une voie opposée; à la nécrophilie (amour de la mort)

s'oppose avantageusement la biophilie* (amour de la vie) selon l'expression de Mary Daly.

Les médias se font les apologistes de la technologie conquérante et transmettent à l'opinion publique leur fascination pour ses possibilités illimitées. C'est en direct que la télévision diffuse les lancements de vaisseaux spatiaux mais elle n'est pas là pour photographier les innombrables tests d'explosions nucléaires. C'est pendant des jours qu'elle pleure la mort d'astronautes sacrifié-e-s aux puissances militaristes qui utilisent avant tout ces vols interplanétaires pour perfectionner leur armement. Prise d'une excitation frénétique pour les exploits technologiques, la presse ne prend pas la peine d'expliquer pourquoi les gouvernements affectent des milliards au développement de l'industrie spatiale et pourquoi des liens existent entre le Pentagone et la NASA. Elle veut sa ration régulière de spectacle. La NASA a affirmé que la pression des médias avait été l'une des raisons pour lesquelles elle avait décidé de ne pas retarder le vol de la navette Challenger en dépit de conditions météorologiques non favorables et d'incertitudes graves au plan de la sécurité.

Quand le gouvernement américain annonce publiquement qu'il reprendra la fabrication d'armes biologiques (mais peut-être ne l'a-t-il jamais stoppée), les médias discutent calmement de la signification *politique* de cette décision, autrement dit de la réaction des autres puissances, de ses conséquences sur les négociations entre les deux Grands. Aucun ne dénonce cette décision ou n'explique ce qu'est ce type d'armes et son atrocité. Même quand ils les connaissent, les médias cachent aussi soigneusement les aspects criminels de leur fabrication.

Depuis plus de trente ans existe un commerce international, qui implique quantité de pays, un commerce de fœtus humains, dont des fœtus de *sept ou huit mois*, c'est-à-dire d'enfant-e-s rendu-e-s presque à terme, que l'on tue et utilise pour fabriquer des produits de beauté, pour la recherche médicale et pour développer des armes biologiques. Le commerce s'arrête quand des personnes ou des groupes s'en rendent compte et risquent de causer un scandale, pour reprendre aussitôt ailleurs. Le secret est bien gardé et la presse, complice. C'est ce qu'a découvert la Française Rolande Girard, qui décida de mener une enquête⁵⁴. On estime à quatre-vingt mille le nombre de fœtus entiers ou débités en organes qui ont été importés annuellement aux États-Unis, entre 1970 et 1980. Ces fœtus étaient destinés à des firmes bio-médicales du Maryland, spécialisées en tissu humain, situées à quelques milles des laboratoires de recherche

* Le mot biophilie n'existe pas dans le dictionnaire alors que le mot nécrophilie est d'usage courant. Mary Daly l'a inventé (biophilic) pour signifier «amour de la vie». Mary Daly, *Gyn/Ecology*, Beacon Press, Boston, 1978, p. 10.

militaire sur les armes bactériologiques de Fort Detrick. Entre 1971 et 1976, environ douze mille paires de reins de fœtus, peut-être même vingt mille, préparées par un professeur de l'École de médecine de Séoul, ont été expédiées par Japan Airlines à un laboratoire du Maryland. Le laboratoire Flow payait vingt-cinq dollars la paire ces reins qu'il recevait tout frais, les morcelait en cultures cellulaires pour les envoyer dans divers laboratoires américains, y compris ceux de Fort Detrick. Ces reins sont prélevés, lors «d'avortements», sur des fœtus obtenus par césarienne au troisième trimestre de la gestation, tout près de la naissance... la césarienne est utilisée pour obtenir des tissus en parfait état.

Au début de 1977, des organisations féminines sud-coréennes, inquiètes des rumeurs qui circulaient à ce sujet, alertent leurs homologues japonaises lors d'une réunion préparatoire à la Conférence pour l'unification pacifiste de la Corée qui doit se tenir à Tokyo. Les rumeurs franchissent l'enceinte de la Conférence, atteignent les milieux politiques; l'opposition décide de faire enquête et le gouvernement japonais fait des pressions sur Séoul pour arrêter ce trafic. Là bien sûr, les grands quotidiens japonais rapportent l'affaire à la une. Mais les agences de presse internationales, ainsi mises au courant, se taisent; les médias tant européens que nord-américains aussi. Aux États-Unis, seul un journal quasi clandestin de Boston, *The Phoenix*, fait paraître l'information. En France, *Le Monde* rapporte la nouvelle en seize lignes dans un article qui traite d'un autre sujet: le ralentissement des exportations d'enfants sud-coréen-ne-s. Le trafic entre la Corée du Sud et les laboratoires Flow cessa, mais le marché fut repris par Singapour, la Suisse et une autre compagnie du Maryland⁵⁵.

On ne sait pas ce qu'on a raconté aux femmes impliquées dans ce programme pour leur faire accepter pareil «avortement» ni si elles ou leurs familles ont été dédommagées. Mais le procédé d'extraction de cette nouvelle ressource naturelle est simple: on exploite des femmes pauvres et peu instruites – il est plus aisé de s'assurer de leur silence et de leur complicité involontaire. On leur fait porter leur bébé jusqu'à terme, on leur impose une intervention chirurgicale, on leur vole leur enfant pour le trafiquer comme chair à guerre biologique sans leur dire l'utilisation qu'on en fera.

Ce commerce diabolique n'est pas l'acte isolé de petits vendeurs pauvres, ignorants ou crapuleux. Il est le fait d'une organisation internationale orchestrée par de grands cerveaux des pays de liberté qui bénéficient du silence des médias. Jolie morale! D'une main, on interdit l'avortement aux femmes, on défend publiquement le droit du fœtus dès sa conception contre le choix des femmes à décider de leurs maternités et exige d'inclure ce droit dans la loi et de l'autre main, on s'octroie le droit de tuer, de faire le commerce illicite et

bien caché d'enfants près de naître pour fabriquer des armes biologiques. Ce geste n'est pas dicté par la compassion à l'endroit des femmes mais par les intérêts du Pouvoir masculin qui s'arroge le droit de propriété sur les femmes et les enfants.

Ce silence des médias est troublant; c'est qu'il est politique. La divulgation de pareille activité criminelle et inhumaine à un vaste public, par la télévision et les journaux, noircirait la fiche de réussite de la technologie et celle des politiques gouvernementales en la matière; elle susciterait un vrai débat public. Le livre de Rolande Girard, qui dévoile plusieurs autres aspects du trafic des fœtus, s'est heurté au silence de la presse occidentale. Les grands médias québécois n'ont pas fait davantage écho à ce scandale (sauf dans une entrevue, faite par une femme journaliste et présentée un dimanche matin, lors d'une émission d'affaires publiques du réseau d'État qui est peu suivie). La publication courante dans les médias de masse de l'information disponible sur la réalité du développement technologique – disponible puisque des médias féministes et écologistes à petit budget, petits moyens et petit tirage en publient – obligerait, par le biais de l'opinion publique, ceux qui en sont les maîtres à changer de cap.

L'omniprésence quotidienne de la télévision dans nos vies dessine au fil des jours un portrait-robot précis du type d'information véhiculé par la presse, mais aussi le graphique saisissant de l'utilisation qu'elle fait de la nouvelle technologie, de la direction qu'elle lui imprime, du culte qu'elle lui voue.

Ce sont les médias eux-mêmes qui font du public un voyeur électronique. Le développement technologique aurait dû permettre un journalisme plus fouillé, plus en profondeur de par l'accès aux outils de recherche et aux banques de données qu'il autorise. La mobilité et la souplesse de la quincaillerie électronique auraient dû accroître les communications et les échanges entre les gens et donner à la population un plus grand accès aux médias. Le développement des moyens de communication aurait dû permettre d'aller où nous n'allions pas auparavant pour en rapporter une meilleure connaissance, une meilleure compréhension des autres peuples, en nous transmettant leurs expériences par satellites. Nous assistons au contraire à l'uniformisation grandissante d'une information réduite. L'important n'est pas d'aller recueillir de l'information et de l'expliquer mais d'être là, au même endroit que tous les autres et en même temps, pour rapporter des images, pour voir plus que pour comprendre. Compétition oblige, il faut arriver le premier, arracher son dernier mot à l'agonisant, payer, s'il le faut, un terroriste armé qui détient un otage pour le bonheur d'une entrevue ou les parents de l'otage pour qu'ils vous pleurent en exclusivité dans les bras. On court, caméra à l'épaule, d'un coin de rue à l'autre, d'un pays à l'autre

par satellite. On court. On court après un Premier ministre, un cœur transplanté, des statues qui pleurent, des réfugiés qui mentent. On ne sait plus trop ce qu'on fait, si on crée ou si on rapporte les faits, si on manipule ou non grossièrement la réalité et l'opinion publique. Mais on prend des photos, on tourne des images... les plus spectaculaires! L'éthique? Concept dépassé. Nous sommes à l'ère de l'électronique.

De leur côté, les establishments financiers ont des rites plus secrets de vénération de la technologie: c'est la contrôler qui les intéresse. Ils ont senti l'odeur du pouvoir politique extraordinaire que donnerait, à ceux qui contrôlent les médias, le développement des nouvelles technologies de communication (satellites, antennes paraboliques, télé payante, canaux spécialisés, câblodistribution, télématique, banques de données, etc). La concentration de la propriété des moyens de communication croît à un rythme qui tient du vertige. Ses effets, qui ne sont pas toujours visibles, se font sentir dans la presse écrite aussi bien qu'électronique:

Déjà existent les contacts directs entre les ordinateurs des grandes agences internationales et les imprimeries de certains journaux américains: l'agence choisit les nouvelles les plus importantes, selon ses critères, et les «shootent» directement à l'imprimerie du journal abonné! Ainsi, le rédacteur en chef de tel journal du Wyoming ou du Texas lit son propre journal comme n'importe lequel ou laquelle de ses abonné-e-s, en y découvrant comme elles et eux, ce qu'il vient lui-même de faire imprimer et dont le choix a été effectué à New York. L'emprise sur le contenu se déplace vers des centres de plus en plus sophistiqués et restreints⁵⁶.

Informat, le plus grand éditeur télématique du Canada (subventionné par le gouvernement fédéral), est la propriété de deux magnats de la presse écrite: Southam News (quatorze quotidiens, un hebdomadaire financier et cinquante-deux magazines) et Torstar (le *Toronto Star*, une douzaine d'hebdomadaires et, entre autres, la maison d'édition multinationale Harlequin). Son associé de langue française au Québec est l'empire Unimédia. En plus de mettre des banques de données à la disposition de ses abonné-e-s, il produit un service de nouvelles télématique destiné aux câblodistributeurs; ses cadres ne proviennent pas du monde journalistique mais d'entreprises d'informatique⁵⁷. Ce journal télématique diffusé sur le câble reprend les nouvelles des agences et les résume en manchettes de trente mots. On y lit (primeurs passionnantes!) que Frank Sinatra fera une tournée en Italie et qu'une autre vedette, inconnue, est fort contente de jouer un monstre dans un film...

ANEXO D – “L’INFORMATION SANS LES FEMMES”

L'information... sans les femmes

Les problèmes de notre temps sont trop pressants et trop présents à tous pour les passer sous silence. Personne ne peut plus jouer le bel indifférent... «Un reportage doit être objectif», nous disaient nos patrons soucieux avant tout d'éviter la polémique et les critiques de l'opposition. La lutte s'engageait alors entre notre moi le plus profond et un travail qui ne devait rien trahir de nos sentiments. Nous en avons vu de ces parfaits travaux de neutralité: machines mesurées et réglées au quart de pouce et comme telles, elles ennuyaient. Je vous défie de faire un reportage sur le chômage, la délinquance ou la question raciale aux États-Unis, en restant froid, neutre, objectif. Ou bien, vous n'avez rien compris. Car comprendre, c'est aussi aimer, s'indigner, prendre parti, s'engager.

Judith Jasmin, 1964

ANEXO E – “CHAPITRE 14 – SANS LEUR AVIS ET... CONTRE ELLES”

Chapitre 13

Sans leur avis et... contre elles

Les médias de masse – et il faut inclure le cinéma, la télévision (dans les autres secteurs que l'information proprement dite), la vidéo, la presse pornographique, la publicité, l'industrie du disque – transmettent massivement le Masculin. Depuis deux à trois ans, s'y exprime une intense recrudescence de machisme*. Se remarque par voie de conséquence dans la presse un regain du point de vue féminin... soit l'utilisation des femmes journalistes pour faire passer des modèles féminins infériorisés par le biais d'articles sur la mode, la beauté, la cuisine, et de reportages qui confortent les stéréotypes de façon subtile ou avouée. Les journalistes italiennes affirmaient dans *Écrire contre*, publié à la suite de leur premier colloque tenu, en 1977, sur les femmes et l'information: «c'est aux femmes qu'incombe le devoir de faire passer un modèle féminin antiféministe, de se nier elles-mêmes pour nier les autres femmes.» Dix ans plus tard, on peut faire le même constat.

Que s'est-il passé? On invoque, pour expliquer le retour de la droite, l'apparition d'un courant d'idées inévitable contre lequel nous ne pourrions rien puisque l'ensemble de la population semblerait glisser d'elle-même vers cette orientation.

Le retour de la droite qui se confond avec l'utilisation de la manière forte contre les femmes n'est ni la main invisible du destin ni un objet non identifié survenant de nulle part. Ce courant de privatisation, de déréglementation, de néo-libéralisme conservateur, qui frappe les pays occidentaux, va à l'encontre de la marche et de

* Machisme: système social, idéologie de la suprématie du mâle. *Le Petit Robert I.*

la démarche des femmes, de l'affirmation de leur vision du monde, de leurs valeurs, de leurs solutions et il va aussi à l'encontre de la mutation des mentalités que le féminisme a engendrée depuis 1970. Les femmes n'ont rien à voir avec cette idéologie matérialiste rétrograde, basée sur l'appropriation du pouvoir et de l'argent par quelques-uns, qui fait la promotion de l'individualisme sauvage, de la compétition, de l'*entrepreneurship* privé, de la recherche de l'excellence – formulation trompeuse qui cache la loi du plus fort –, de l'idéal Dieu-Famille-Patrie.

Ici, au Québec

Ce retour de la droite s'incarne dans les médias sans ordonnance de l'extérieur. Les magazines féminins comme les émissions de radio et de télévision destinées aux femmes sont forcés, sous tutelle masculine, de revenir aux ornières mode-beauté-décoration et aux stéréotypes de l'éternel féminin, au superficiel, à l'optimisme bête, à l'antiféminisme; ou sont transformés en magazines d'actualité générale pour toute la famille... et nous savons très bien ce que cela cache et signifie. Les quotidiens aussi effectuent ce recul qui nous ramène avant les années soixante. Dans tous les autres secteurs d'information, les choix, la manière, le ton des hommes retrouvent l'arrogance que la visibilité du mouvement féministe avait un peu tenue en respect. Dans tous les médias, la loi masculine s'alourdit en proportion directe de la poussée qu'exerce contre les femmes le pouvoir idéologique et politique masculin.

Désormais, les *Clin d'œil*, *Allure*, *Coup de pouce* pullulent au Québec. Ce ne sont pas des femmes qui créent ces publications, et les hommes d'affaires qui les lancent ne les créent pas pour les femmes mais pour tirer le plus d'argent possible des annonces publicitaires de produits alimentaires et cosmétiques. Le consortium Télémedia (TV Guide, TV Hebdo, réseau de postes de radio) lançait en février 1984 la contrepartie française de *Canadian Living*, *Coup de pouce*, magazine dit de service dont la plus grande partie du contenu est traduite de l'anglais, et le tiers, consacré aux recettes de cuisine; son tirage atteint 140 000 exemplaires. Au départ, Télémedia a dépensé un million de dollars de promotion, sans compter le support de son réseau radiophonique, et distribué gratuitement 650 000 exemplaires du premier numéro. Le mensuel *Allure*, qui met davantage l'accent sur la mode et la beauté, fut lancé par Québecor, en juin 1985, à grand renfort de publicité et soutenu pendant ses douze premiers mois d'existence par un plan publicitaire de deux millions de dollars et une première distribution gratuite de 500 000 exemplaires. Son tirage n'atteignait un an plus tard que 40 000 exemplaires, alors que son seuil de rentabilité est établi à 80 000⁵.

Châtelaine

Le magazine *Châtelaine* français se trouve actuellement au cœur de cette guerre d'argent entre hommes. Les annonceurs veulent un environnement propice à leurs messages. Si Kraft a le choix, pour vendre son fromage et sa mayonnaise, et Revlon, ses produits de beauté, entre un magazine parlant d'avortement ou proposant une réflexion aux femmes sur leur corps et d'autres consacrés largement à la cuisine et à la mode, il ira vers les seconds. Les propriétaires des magazines féminins s'empresseront de les satisfaire – entre hommes, on s'entend – et le sexisme publicitaire retrouvera son plein essor. «La proportion de vie pratique versus les sujets d'intérêt général, qui est actuellement de 50-50%, risque de passer à 55-45 avec le gonflement de la section mode et beauté, mais le changement sera insensible pour les lectrices» affirmait, en octobre 1985, la rédactrice en chef de *Châtelaine*, Martine Thornton⁶.

Les publications Maclean-Hunter avaient choisi comme rédactrices en chef du mensuel *Châtelaine*, depuis sa fondation il y a vingt-cinq ans, les journalistes d'expérience Fernande Saint-Martin et Francine Montpetit, et leur avaient donné pleins pouvoirs. En 1985, le rédacteur en chef de *L'Actualité*, autre mensuel du même consortium, est promu directeur général des deux publications. Il embauche comme rédactrice en chef non pas une professionnelle capable d'imprimer une direction personnelle au magazine, de répondre aux besoins d'information des lectrices, de défendre leurs intérêts, et à chaque numéro s'il le faut, mais l'ex-rédactrice en chef de *Coup de pouce* «qui partage sa vision d'un magazine féminin⁷». Le temps des femmes autonomes avait assez duré.

Il faut dire aussi qu'ils étaient bien fatigués à Toronto d'avoir à répéter douze fois par an des consignes qui n'étaient pas suivies, même lorsqu'ils demandaient simplement de publier des photos de femmes souriantes: «Très mauvais pour le moral des lectrices, madame la rédactrice en chef, des photos de *femmes tristes* pour illustrer le reportage sur les Polonaises de Gdansk⁸... Pardon, messieurs les propriétaires. Pardon aussi pour les articles sur les pratiques de médecine douce et pour les dossiers sur l'humanisation des soins périnataux qui intéressent les lectrices mais mettent en colère l'ensemble de la profession médicale. Pardon pour l'information pertinente et de qualité, transmise aux lectrices tenues pour adultes et intelligentes, information ni lourde, ni triste mais dynamique et engageante.

«Finies les folies.» Objectif: officiellement, renouveler la facture du magazine, attirer une clientèle plus jeune; officieusement, plaire aux annonceurs d'abord, informer les lectrices ensuite, et tenter de les ramener au bon vieux temps des bonnes vieilles formules

pernicieuses. Les enquêtes maison sur les préférences des lectrices sont faites sur mesure. On leur demande, année après année, ce qu'elles préfèrent entre mode, beauté, recettes de cuisine, activités d'artisanat, activités culturelles, conseils en consommation et en décoration, récits de fiction, entrevues avec des personnalités et sujets d'intérêt général. Jamais, on ne s'enquiert de leur intérêt pour la politique nationale et internationale, l'économie, les questions sociales, le travail, ce qui affecte leurs conditions de vie, les témoignages et les activités des femmes, le féminisme; aucune question ne porte sur leurs préoccupations diététiques, ni même éducationnelles! On se fiche pas mal de ce que les lectrices veulent, on décide pour elles.

Enfin, sous la tutelle d'un directeur général enthousiaste, les consignes seront suivies et appliquées: du léger, de l'anodin, «rien en profondeur»; de la beauté, de beaux sourires maquillés; de la mode-mirage souvent chère; des recettes de cuisine mais sans se soucier comme auparavant d'adopter une alimentation saine et naturelle – «les vrais hommes ne mangent pas de quiches»; transposition de la croisade antiféministe de *L'Actualité*⁹ dans les pages du magazine féminin; des conseils, des conseils, des conseils et de l'objectivité mâle, mâle, mâle... sous la forme de photos de femmes nues ou en petite tenue, dans des poses suggestives étalées sur deux pages qui peuvent rivaliser avec la page centrale de *Playboy*. Interrogée à la télévision sur la place du féminisme dans la revue, la rédactrice en chef répond: «Aujourd'hui le féminisme, ça se dit beaucoup moins, ça se fait beaucoup plus. Nous, à *Châtelaine*, nous allons plutôt insister sur l'aspect travail, carrière, finances. On ne peut imposer un point de vue aussi absolu à l'ensemble des lectrices⁹». La direction de ce magazine ne semble pourtant éprouver aucun malaise à imposer des modèles de femmes infériorisées.

Depuis octobre 1985, les changements se voient à l'œil nu. Gonflement annoncé de la section vie pratique (beauté, mode, décoration, cuisine). De l'inédit: deux photos en couleurs de femmes nues pour illustrer un article qui recommande des pommades pour améliorer le galbe des seins (!); seul le pubis est caché par un gant de crin dans la première, qui fait une pleine page, et par l'effet d'une jambe pliée dans l'autre (numéro d'octobre 1985). Mais ce n'était qu'un début. Dans sa livraison de juin 1986, *Châtelaine* illustre un article sur le bronzage avec une photo en couleurs, sur deux pages, d'un corps de femme étendu sur la plage, ayant pour tout vêtement une culotte de bikini jaune, les seins nus en gros plan. Ce

numéro propose aussi six pages, toujours en couleurs, de photos de lingerie de luxe avec des mannequins aux poses toutes plus suggestives les unes que les autres. Trois des photos s'étalent en gros plan sur deux pages: l'une montre un soutien-gorge et un slip de dentelle transparente qui laissent voir les mamelons et le pubis et une autre présente un mannequin, les jambes écartées et l'air triomphant, portant l'attirail de service sexuel: soutien-gorge à balconnet, slip, porte-jarretelles et bas.

On y traite d'argenterie, de dentelle, de rotin et d'osier. On y publie des articles généraux, c'est-à-dire anodins, comme ce reportage sur le rapport des femmes aux automobiles, qui radote une vieille nouvelle: les femmes choisissent la couleur de la voiture familiale – les annonceurs seront contents. On ramène les listes de suggestions de cadeaux pour les marié-e-s, pour maman, pour papa. On ramène aussi les tests-jeux psychologiques: «Et vous, dans 25 ans?», «Êtes-vous Sado, Maso ou... Zorro?» Le préambule d'explication de ce test est révélateur:

(...) chacun a le choix de trois pions: celui de la victime, du sauveur ou du persécuteur. Lequel est le tien, le mien, le vôtre?

Quant à la spécialiste interrogée dans l'article qui accompagne le test, elle est présidente d'une firme de conseillers en gestion – l'art de ramener la psychologie aux affaires. Ça, c'est le remplissage.

Place aux hommes

Voyons les articles de fond. Aucun vieux stéréotype n'est épargné aux lectrices: «La femme idéale vue par Pierre, Serge, Charles et les autres...» Vous m'en direz tant... Fadaïses entortillées d'un sexisme des plus méprisants: des hommes nouveaux plus anciens que les anciens! Ce sont des vedettes de la société québécoise, des hommes riches, influents et dits sérieux qui se sont prêtés à ce jeu rétrograde, ne faisant preuve cette fois ni d'intelligence ni de bon sens: le comédien Serge Dupire, le chef d'orchestre Charles Dutoit, l'animateur de télévision Pierre Nadeau, l'homme d'affaires Pierre Péladeau, l'éditeur Alain Stanké et le joueur de hockey Mario Tremblay.

En chœur, ils récitent la première vertu de la femme idéale, la beauté, et la deuxième... le sens de l'humour – on comprend pourquoi. Ils veulent des femmes grandes, blondes, aux yeux bleus, juste assez maquillées. Pour le joueur de hockey: pas de «toutoune pleine de boutons» ni de «femme beurrée»; pour le chef d'orchestre: pas de «femmes qui ressemblent à des pneus Michelin» et «dans un couple, pas de femme plus grande que son compagnon»; pour l'animateur de télévision: pas de «petite brune, peu sportive». Le comédien «aime contempler les formes féminines», l'éditeur «détaille d'abord les yeux puis les courbes». Quant à l'homme d'affaires, il

⁹ Entre autres «Les femmes: 10 ans de révolte» (septembre 1978), «Les hommes après vingt ans de féminisme ou le syndrome du bourdon» (avril 1984).

aime les femmes «rafraîchissantes» mais tient surtout à se vanter: «Je n'en ai pas rencontré qui me soit supérieure au lit, sauf une.»

La femme idéale doit aussi être tendre, fidèle, honnête, du type indépendante à condition de ne pas exercer le même métier ni de gagner plus d'argent que son partenaire. Quant à l'intelligence, oui, – ils ont tous besoin de «stimulation et d'échange intellectuel» – mais pas trop. L'un ne s'offusque pas qu'une femme ait plus de diplômes que lui... mais «peut se mettre à bâiller si elle pousse la conversation trop loin!» Un autre, marchant sans doute les yeux fermés, «a rarement rencontré une femme à la fois extrêmement jolie et intelligente»... Et vlan!

Dans le magazine nouvelle manière, une double première: une entrevue avec une personnalité masculine et sa photo en page couverture, le président de la Corporation professionnelle des médecins dont le visage sans maquillage remplace celui du mannequin du mois. Enfin réalisée l'équation graphique entre la séduction féminine et la séduction masculine: d'un côté, un jeune visage de mannequin grîmé, souriant et anonyme, de l'autre, un visage sérieux d'homme vieillissant au naturel, identifié!

À ce qu'il paraît, «*Châtelaine* ne peut mettre en couverture qu'exceptionnellement des photos de personnalités. Chaque fois qu'on remplace la tête d'un mannequin par une personne connue, les ventes en kiosque descendent en catastrophe¹⁰.» Ce qu'il faut savoir: le magazine vend en kiosque seulement 7% de ses 300 000 exemplaires, les autres le sont par abonnement, à 40% de rabais et accompagnés de primes gratuites (calculatrice, trousse de maquillage, distributrice de boissons). En 1975, le numéro d'octobre, qui brisa les records de vente en kiosque, était consacré entièrement à la réappropriation par les femmes de leur corps. Il s'intitulait «Je veux parler», proposait les témoignages de toutes sortes de femmes et, entre autres articles, un sur la masturbation, plusieurs sur la sexualité et un autre intitulé «Accoucher est une fête qui nous appartient». On n'admit jamais en haut lieu que le succès du numéro avait été dû à son contenu.

Des stratégies éditoriales autres et une facture renouvelée, qui se rapprocheraient des intérêts des femmes, attireraient probablement une nouvelle clientèle aux kiosques. Mais les propriétaires de magazines féminins n'ambitionnent pas d'informer les femmes, ils sont en affaires et se font la guerre entre eux sur le dos des femmes ou mieux sur leur sexe, sur leur vie.

On corrige le féminisme

Désormais, à *Châtelaine*, on ne parle qu'exceptionnellement de féminisme et encore pour le revoir et le corriger: «Le féminisme

revu et corrigé par Pierre Bourgault et Betty Friedan» (mai 1986). Quelle aubaine! Une des aînées du féminisme américain qui, il y a vingt ans, ouvrait les yeux de toute une génération par sa description du quotidien aliénant des femmes au foyer dans *La Femme mystifiée* affirme aujourd'hui qu'il faut «abandonner le combat stérile contre la pornographie pour lutter contre la seule véritable obscénité, celle de la pauvreté»... et «avant les droits des femmes, il nous faut privilégier les droits de la démocratie». Désolée, madame Friedan, ce n'est pas d'aujourd'hui que les féministes de divers milieux mettent des énergies à enrayer le cancer de la pauvreté chez les femmes, à analyser les causes et les conséquences de leur condition économique et à amorcer la transformation. Pourquoi la lutte en faveur de l'autonomie économique des femmes devrait-elle être exclusive et empêcher le combat contre la pornographie, un autre symptôme de la pauvreté des femmes et de l'enrichissement des hommes? Et puis, la plupart des féministes ne combattent pas la pornographie à cause de son «obscénité» mais parce que cette industrie exploite les femmes, leur corps, leur sexualité et constitue une propagande de mépris sur leur compte¹¹. Quant à faire primer les droits de la démocratie sur les droits des femmes, j'avoue ne pas comprendre... la démocratie est la souveraineté de l'ensemble des citoyens et citoyennes, et celles-ci en forment la majorité... Même si Betty Friedan émet des idées au nouveau goût de *Châtelaine*, elle a droit à peu d'égards. Le dessin pleine page et en couleurs, tracé à partir d'une photo, qui accompagne l'article fait peur: c'est l'image d'une ogresse ahurissante et horriblement laide.

Sous ses apparences d'homme nouveau et de supporter du mouvement féministe, Pierre Bourgault pourfend et ridiculise les positions féministes à grands coups de sabre autoritaire et paternaliste. «Lui, y connaît ça.»

Lisez le document de la Corporation des enseignants du Québec, le harcèlement serait «la proposition sexuelle non sollicitée». C'est à faire pleurer!

Le discours sur la pornographie, d'un ridicule achevé... et la plupart du temps erroné (...).

L'argument de la femme-objet n'est pas plus brillant.

(...) Dernièrement, un groupe militant investit un CLSC pour protester contre la pratique de l'avortement. Que font les féministes? Elles poussent les hauts cris. Mais taisez-vous donc! Vous allez tout gâcher. Si Québec est interpellé, il sera obligé d'appliquer la loi.

Tant de mépris à l'endroit des femmes, tant de mauvaise foi pour réfuter un sexisme et une violence sexuelle dont l'existence ne saurait aujourd'hui être mise en doute m'enlèvent toute envie d'ironiser sur ces propos. Sur la question de l'avortement, le gâchis n'est pas le fait des féministes. Si les gouvernements ne maintenaient pas

cette loi inique qui fait de l'avortement un acte criminel et s'ils traitaient les femmes en êtres responsables et respectaient leur droit et leur choix, les féministes n'auraient pas besoin de crier si fort pour empêcher que cette loi soit appliquée. Si les médias, au lieu de les couvrir de ridicule, transmettaient leurs propos, elles pourraient arrêter de s'égosiller. Depuis plus de vingt ans, des féministes bénévoles essaient d'obtenir des mesures favorisant la maternité et l'avortement libre et gratuit dans des conditions médicales telles que les femmes ne risquent plus leur santé et leur vie dans la clandestinité d'avortements de boucherie.

L'expert Bourgault est aussi contre les garderies parce qu'il devrait toujours y avoir, selon lui, un parent à la maison auprès des enfants et que la famille à parent unique est catastrophique! L'ordre s'adresse évidemment aux femmes puisque ce sont elles qui encore s'occupent des enfants. C'est l'ordre du retour au foyer contre le marché du travail rémunéré que seul rend possible l'établissement d'un système universel et gratuit de garderies. Il n'y a pas de quoi s'affoler quant aux enfants élevé-e-s par un parent unique ou en garderie! Nous sommes des générations à parent unique: la présence du père à la maison dans l'éducation des enfants... hum! Nous avons pourtant survécu.

Mais nous voudrions donner mieux aux nouvelles générations. Les garderies justement, et la prise en charge collective de la formation des enfants sont des solutions et les meilleures qui soient. Une étude comparative sur les enfants russes et les enfants américains a montré que les premiers, élevés en groupe dans des centres, étaient mieux socialisés, qu'il y avait plus de camaraderie entre eux et leurs parents, et que ceux-ci passaient en fait plus de temps avec leurs enfants que les parents américains. Les pays où la prise en charge de l'éducation des enfants est collective – dans les kibboutzim, à Cuba, en Chine – semblent produire des enfants qui ont un plus grand sens de l'engagement et de la solidarité, des enfants moins individualistes, moins compétitifs-tives et moins susceptibles de créer des relations possessives à l'âge adulte¹². «Si nous voulons d'une société où les gens apprennent tôt à vivre harmonieusement ensemble, la prise en charge collective de l'éducation des enfants en est une condition essentielle¹³.»

Dans sa volonté de corriger le féminisme, monsieur Bourgault ne craint pas les affirmations péremptives: «Le viol est en régression. Un des interdits les plus fondamentaux dans l'éducation des jeunes gars porte sur l'agression sexuelle des femmes.» Où a-t-il pêché cela? A San Francisco, récemment, 44% des femmes interrogées ont déclaré avoir été victimes de viol ou de tentative de viol. Une étude menée au Canada et aux États-Unis a révélé que 35% des hommes avouaient être plus ou moins prêts à violer¹⁴!

Comment explique-t-il que les plus grands consommateurs de pornographie soient les adolescents de douze à dix-sept ans et que 35% d'entre eux avouent aimer regarder des scènes de violence sexuelle? Le psychologue torontois James Check, qui tire ces constatations d'un sondage auprès de mille Canadiens de tous âges et de toutes régions et de l'analyse des différentes recherches effectuées dans ce domaine, explique:

Il est fort probable que les adolescents prennent dans la pornographie cette conception de la sexualité et du comportement social qu'il faut avoir avec les femmes. Il est très difficile pour eux de faire la distinction entre la façon dont les échanges sexuels se font dans la réalité et, par exemple, le message tronqué que transmet la pornographie où les femmes aiment être violées ou subir des sévices sexuels.

La pornographie devient pour les jeunes un cours d'éducation sexuelle et, souvent, leur premier contact avec des comportements sexuels très intimes¹⁵.

Les féministes fatiguent aussi monsieur Bourgault avec «leur doigt accusateur sur les ghettos féminins d'emplois». Et les ghettos masculins? demande-t-il. Ce sont les femmes qui n'accèdent pas aux catégories d'emplois les mieux rémunérées, aux promotions; elles sont moins bien payées que les hommes dans le même secteur d'emploi (professionnel ou manuel); elles détiennent à 75% des emplois traditionnellement féminins, qui sont moins bien payés que les emplois masculins et, parfois, de beaucoup. Elles sont les championnes du *cheap labor*, formant la majorité de la main-d'œuvre qui travaille au noir, à la pièce, au salaire minimum.

La presse quotidienne

Le retour aux stéréotypes d'il y a vingt-cinq ans se produit à une allure vertigineuse. *La Presse*, qui n'a plus de pages féminines comme telles, publie chaque semaine des cahiers mode-beauté-coiffure, consommation, alimentation, décoration dont le nombre de pages varie entre huit et douze selon l'arrivage publicitaire. Ils sont conçus sur un même modèle: une page couverture en couleurs et, à l'intérieur, deux à trois articles et un remplissage de dépêches d'agences sans intérêt pour faire passer la publicité qui occupe le cahier à plus de 60%. Certains jours, des articles signés par une journaliste font même gratuitement la promotion de nouveaux produits de beauté. Le cahier mode-beauté-coiffure du 24 janvier 1984 contenait six dépêches d'agence du genre «La laque revient même sur les coiffures négligées» ou «Les tissus suisses dans les collections», et vingt-deux annonces. Celui du 29 avril 1986: à la une, des robes de bal (information très utile pour les lectrices d'aujourd'hui) et à travers la publicité, un article sur la clinique Biotherm de Deau-

ville (sans mention des frais de séjour et de soins), un sur les produits de beauté Juvena, un encadré annonçant un super gala de fourrures et des dépêches «la cellulite», «les nouveaux maquillages», «l'art du bain», «la robe noire chez les grands couturiers». Celui du 14 mai suivant proposait une page de robes de mariées, un article sur les diktats de la mode canadienne pour la saison suivante, un autre sur la collection du couturier Balmain, un troisième sur le défilé des finissant-e-s d'une école de mode, une dépêche sur la mode masculine, des conseils pour se protéger du soleil et quelques lignes sur la coiffure. Les autres cahiers sont à l'avenant. Celui de l'alimentation: des recettes, un article sur le design d'ustensiles pour barbecue et des dépêches sur les nouveautés dans les supermarchés, sur des expositions alimentaires à l'étranger – peu sur la nutrition... Ce remplissage anodin n'a d'autre fonction que d'attirer les annonceurs et de leur plaire; il ne répond pas aux besoins du public même en matière de mode et d'alimentation.

À l'heure actuelle, les autres grands médias remontent le même courant. J'ai choisi d'analyser plus en détail *Châtelaine* et *La Presse* à cause de leur tirage et de leur importance dans le paysage québécois. En elles-mêmes, les opinions misogynes et erronées de monsieur Bourgault sont inintéressantes. Mais elles montrent comment la conjoncture révèle les attitudes, à l'endroit des femmes, d'hommes considérés par ailleurs progressistes. Qu'un média destiné à la clientèle féminine utilise la crédibilité d'un observateur-vedette de la politique québécoise pour transmettre un discours éminemment sexiste et rétrograde en dépit de son ton moderniste, et refuse l'accès de ses pages à la parole des femmes autonomes d'aujourd'hui, montre combien l'objectif de ses propriétaires et de sa direction masculine est *politique*, et quel genre de moyens subtils ils utilisent pour ramener les femmes à la raison... d'autrefois.

Vingt-cinq ans de travail dans le drain

Les politiques actuelles des médias annulent vingt-cinq ans de travail et de lutte des femmes journalistes. Au début des années soixante, la majorité d'entre elles étaient confinées aux pages féminines. Elles commencent alors à se battre à l'intérieur des journaux pour offrir aux femmes un contenu plus substantiel que la couverture jusque-là limitée aux aspects les plus traditionnels de la vie des femmes (mondanités, mode, cuisine, décoration, soins des enfants) et éliminer le remplissage de dépêches pour les remplacer par des sujets qui conviennent aux intérêts des lectrices et des pages de mode qui correspondent au moins à leur budget.

Elles y réussissent. Au quotidien *La Presse*, (une dizaine de journalistes, sous la direction de Céline Légaré qui succède à Fernan-

de Saint-Martin en 1960, puis de Nicole Mongeau jusqu'en 1966, Lily Tasso jusqu'en 1969 et Anne Richer jusqu'en 1973, date de la transformation des pages féminines en pages s'adressant à toute la famille); aux hebdomadaires *La Patrie* (avec Céline Légaré qui quitte *La Presse* pour y réorganiser les pages féminines) et *Photo-Journal* avec Claire Harting qui créera plus tard les pages pour les femmes au *Journal de Montréal*). Le quotidien *Le Nouveau Journal* (avec Lyse Rossignol, moi-même alors à mes presque débuts, et quatre novices), lancé en 1961, propose des pages féminines inédites dans lesquelles des femmes signent régulièrement des chroniques politiques. À partir de 1963, Solange Chalvin et Renée Rowan donnent aux pages féminines du quotidien *Le Devoir* une tournure destinée à faire évoluer la condition féminine, ne conservant que la chronique du panier de provisions, axée sur la protection en matière de consommation. Au *Soleil* de Québec, une équipe de cinq journalistes, sous la direction de Monique Brunelle, fait aussi disparaître mode, beauté, cuisine pour aborder en profondeur l'éducation, la santé et d'autres sujets sociaux en rapport avec la condition des femmes. Au début des années soixante-dix, l'équipe du *Soleil* se saborde, croyant elle aussi que les sujets qu'elle traite ne doivent plus être confinés aux pages féminines. En 1966, la revue anglophone *Homemaker's* paraît en français sous le nom de *Madame au foyer*; très conservatrice au début, elle fera bientôt place, elle aussi, à des questions de fond sous l'impulsion de sa directrice Pierrette Laberge-Ferth.

Du côté des médias électroniques, naît à la télévision de Radio-Canada, en 1964, le magazine *Femme d'aujourd'hui*. À la radio, Louise Simard continue de s'intéresser aux préoccupations des femmes et, en 1965, Lise Payette inaugure le magazine de l'avant-midi *Place aux femmes*, sous le signe de l'humour, de la bonne humeur et même de la provocation. Elle y traite régulièrement de la condition des femmes et invite le public qui assiste à l'émission à réagir.

Déjà, dans les années cinquante, Jeannette Bertrand, qui tient le courrier du cœur au *Petit Journal*, exige et obtient que les lettres reçues et leurs réponses soient publiées intégralement. «Chaque dimanche, le courrier apporte aux milliers de lectrices ses propos chocs sur le mariage, la domination, les femmes battues, la sexualité, les fréquentations, l'ivrognerie, la contraception. Finis les conseils de résignation et les allusions voilées. Un langage clair, direct, provoquant à l'époque, invite les femmes à réagir, à répondre, à exiger¹⁶.»

Dans le magazine *Châtelaine*, qui naît en 1960, la section vie pratique occupe de 60 à 65% du magazine. Mais «dès le début, se côtoient sujets traditionnellement féminins et positions éditoriales courageuses, nouvelles inédites d'auteur-e-s québécois-e-s (comme Anne Hébert, Monique Bosco, Marie-Claire Blais, Claire Martin) et reportages ou enquêtes révélatrices de la condition réelle des

Québécoises», rappelle la journaliste Françoise Guénette. Et elle fait état de la volonté qui animait sa première rédactrice en chef, Fernande Saint-Martin, une volonté ferme de susciter chez les femmes une prise de conscience. «Quand elle se prononce en 1963 en faveur de la pilule contraceptive, c'est le choc pour les femmes du Québec et le début d'un grand débat. Portée par la révolution tranquille, elle a ainsi mené plusieurs batailles et ouvert de grands questionnements, abordant même des sujets tabous comme l'homosexualité féminine. Malgré la prudence du ton et les précautions oratoires destinées à atténuer la «violence» des propos, les messages passaient et la dimension donnée à *Châtelaine* par Fernande Saint-Martin dépassait de loin celle du *Chatelaine* anglais, écrit timidement pour la lectrice de la Saskatchewan¹⁷». La journaliste Michèle Lasnier avait quitté *La Presse* avec Fernande Saint-Martin pour faire équipe avec elle au nouveau mensuel; elle en était la seule reporter permanente.

«En 1963, Renée Rowan publie dans *La Revue populaire* un article qui attirera des milliers de lettres, arrivées par sacs postaux entiers, demandant de plus amples renseignements: «La régulation des naissances: la joie d'avoir un enfant quand nous l'avons voulu». En novembre 1968, *Photo-Journal* publie un sondage sur la contraception dont les résultats seront analysés l'année suivante par Radio-Canada et qui démontre que seulement 12% des couples catholiques s'abstiennent de tout contrôle des naissances et respectent les recommandations de l'encyclique *Humanae vitae*, rendue publique plus tôt la même année par le pape¹⁸.»

Cette nouvelle presse féminine propose, à côté du carnet mondain, de la mode et de la vie pratique, des reportages et des éditoriaux qui se situent au cœur de la vie des femmes et de leurs préoccupations nouvelles: contraception, avortement¹⁹, accouchement naturel, garderies, divorce, régime matrimonial, accès à l'éducation supérieure, aux carrières masculines, salaire égal pour un travail égal sur le marché extérieur du travail, apport à la vie publique, à la vie politique²⁰ et économique, demande d'une commission royale d'étude sur leurs conditions de vie. Elle décrit aussi la pauvreté des femmes, la situation des immigrantes. Mais l'image de la condition féminine

¹⁷ Le sujet de l'avortement est abordé avec précaution, les prises de position sont malaisées et on n'en réclame pas encore ouvertement le choix. On révèle la réalité des avortements clandestins: trente millions de par le globe; les avortées: 80% de femmes mariées. Au Canada, trois cents décès et vingt mille cas de complications.

¹⁸ 1961 marque l'élection, lors d'une partielle, de la première députée québécoise, Me Claire Kirkland-Casgrain, immédiatement nommée ministre sans portefeuille dans le gouvernement libéral de Jean Lesage. Elle entreprend un projet de loi qui sera adopté trois ans plus tard (la loi 16) et mettra fin à l'incapacité juridique de la femme mariée. En 1970, Lise Bacon prend la relève et devient ministre dans le gouvernement Bourassa. Il faudra attendre 1976 pour voir siéger plus qu'une femme à Québec.

qui s'en dégage demeure ambiguë: d'un côté, de nouvelles aspirations et une nette volonté de changements, de l'autre, une attirance pour le modèle modernisé de la femme au foyer. Le titre *Vie féminine*, *Vie mondaine* coiffe la section des pages féminines de *La Presse* jusqu'en 1973. Jusqu'à cette date, on y publie les annonces de mariages, le carnet mondain, on y couvre les bals et les concours de reines de beauté de pair avec les sujets sur la condition des femmes. Le magazine *Châtelaine* élit chaque année une «Châtelaine de l'année», une mère de famille engagée dans une cause.

À cette époque d'avant le féminisme moderne, la lutte des femmes journalistes pour transformer la presse féminine fut semée d'embûches comme en témoigne Lizette Gervais qui fut, de 1964 à 1967, la première animatrice du magazine télévisé de Radio-Canada, *Femme d'aujourd'hui*:

J'étais frustrée de traiter l'information sous l'angle dit féminin, sous l'angle obtus. (...) Lors de la campagne électorale de 1966, j'avais proposé d'inviter les chefs de parti pour leur demander ce qu'ils avaient prévu pour les femmes. Heureusement, quand on a exigé de traiter uniquement de questions comme le nombre de femmes qui allaient voter, les femmes journalistes qui devaient participer à l'émission ont été solidaires de moi et ont refusé de la faire.

(...) On maintenait les femmes dans le ghetto de l'insipide. J'ai donc demandé à la fin de la saison de m'expliquer devant les réalisateurs et les réalisatrices et on m'a dit d'aller laver mon linge sale chez moi. Quelle belle image féminine. J'ai donc quitté l'émission. On y pense quand même à quitter une émission! C'est important et difficile à la fois, sur toutes sortes de plans, de faire valoir ses idées et en plus de gagner sa vie¹⁹.

En 1969, Anne Richer, alors directrice de la section «Vie féminine, Vie mondaine» de *La Presse* commence une «longue lutte», selon sa propre expression, pour changer le titre de la rubrique et surtout son esprit: «Je voulais surtout faire sauter les reines de beauté, la couverture des bals, le carnet mondain qui commençait à disparaître des quotidiens américains. Mais la direction craignait de perdre les annonceurs de cette section²⁰.» En 1973, la «vie mondaine» disparaît mais avec elle les pages féminines, remplacées par les pages «Vivre aujourd'hui» d'intérêt humain, social, familial et féminin.

Peu à peu, dans les années soixante-dix, les pages féminines des quotidiens et des hebdomadaires disparaissent pour faire place à des sections susceptibles d'intéresser et les femmes et les hommes, ce qui au début semblait une réforme progressiste qui sortait les femmes d'un ghetto – lectrices comme journalistes. En 1977, il n'y a plus, dans la grande presse écrite, que trois publications où la condition des femmes est régulièrement décrite, commentée et analysée, l'heb-

domadaire *Le Jour* (qui disparaît au début de l'année suivante) et *Le Devoir* qui ont une rubrique sur la condition des femmes, la revue *Châtelaine* et pour la presse parlée, le magazine *Femme d'aujourd'hui*. Lysiane Gagnon et Armande Saint-Jean disent alors dans une analyse présentée au congrès de la FPJQ :

Le problème, et ce n'est qu'aujourd'hui qu'on s'en rend compte, c'est que cette transformation a eu pour effet d'atomiser les seules sections où les femmes, étant majoritaires, auraient pu constituer un bloc compact, s'encourager mutuellement à « fouiller » plus en profondeur le domaine de la condition féminine, et faire équipe dans ce sens.

La transformation des pages féminines en sections plus larges, où l'on a fait entrer un certain nombre d'hommes journalistes a eu exactement le même effet que l'implantation de la mixité dans les écoles, soit de remettre entre les mains des hommes la direction des opérations. Dans les écoles de filles, les femmes avaient facilement accès aux postes de direction. Dans les écoles mixtes – donc à personnel mixte – elles sont aujourd'hui en général assistant-directeur²¹.

À compter des années 1982-1983, le vide quasi total qui règne ne peut que favoriser l'offensive de retour des contenus féminins pernicieux et insipides d'avant le réveil des femmes. Le magazine télévisé *Femme d'aujourd'hui* est transformé en magazine d'actualité générale, les pages pour femmes du *Journal de Montréal* disparaissent, *Télé-Métropole* met fin à la populaire émission de Jeannette Bertrand, Jeannette veut savoir. Ne restent dans la grande presse écrite que les chroniques hebdomadaires sur la condition des femmes du *Devoir* et de *La Presse*.

Médias et féminisme

L'atomisation dans les années soixante-dix des pages féminines des quotidiens et des hebdomadaires a coïncidé avec l'émergence au Québec de la plus récente phase du mouvement féministe. Mais les femmes journalistes, déjà peu nombreuses et n'étant plus regroupées dans un même secteur, ne bénéficiaient plus du soutien d'une équipe. Elles n'avaient plus de lieu protégé, aussi bien dire plus de lieu du tout, pour traiter de la condition des femmes et rendre compte de l'évolution de leur démarche, l'affirmation des femmes étant la dernière des préoccupations des médias et le féminisme, l'hydre suspecte.

D'une année à l'autre, quelques brèches mises à part, il n'y a pas eu dans la presse traditionnelle de place pour les luttes collectives et la prise de parole des femmes. Ces brèches, taillées à bout de bras, ont été le fait de quelques femmes journalistes conscientes et courageuses. Des magazines féminins comme *Femme d'aujourd'hui*

à la télévision de Radio-Canada, animé pendant treize ans par Aline Desjardins, et *Châtelaine* sous la direction de Francine Montpetit ont commencé à parler de féminisme dans les années soixante-dix pour progressivement délaisser jusqu'en 1981 la mode, la beauté, les portraits de femmes-alibis, « le psychologisme ronronnant et l'optimisme malade de la presse dite féminine²² » et donner place et parole à l'expression des femmes, à leurs préoccupations et leurs conditions de vie réelles, dans une perspective de remise en question de leur rôle. Cela, en dépit des messages publicitaires qui vantaient la mayonnaise Kraft et de patrons durs à la détente, contrariés, qui n'attendaient que l'occasion de faire rentrer tout ce beau monde dans le rang.

Il est significatif que ce soit dans certains magazines féminins et dans les rares pages féminines restantes des quotidiens que la parole et la réalité des femmes ont été le plus transmises – secteur d'information jugé dans le métier moins important, moins sérieux, exigeant moins de compétence et professionnellement dévalorisant. Les autres secteurs de l'information sont totalement fermés aux idées des femmes. Au début des années quatre-vingt, les responsables des quelques chroniques sur la condition des femmes dans les quotidiens (*Le Devoir* et *Le Journal de Montréal*) étaient débordées par l'information qui leur provenait des groupes de femmes : étant leur seul canal de diffusion, elles n'arrivaient à publier dans un espace restreint qu'une faible partie de ce qui aurait dû l'être.

Il n'est pas apparu, comme cela aurait dû être normal, un journalisme de femme qui intègre la condition des femmes à tous les aspects de la vie, qui introduise sa vision, son langage. Il y a eu, ici et là, quelques séries, quelques rubriques, quelques dossiers. Des brèches limitées, circonscrites dans le temps. Au bout d'un moment, il y a toujours barrage : les patrons mettent fin à ces initiatives parce que traiter l'information d'un point de vue de femme, ou simplement donner la parole aux femmes sur leur réalité est chose inadmissible : « ce n'est pas objectif, vous n'avez pas donné aussi la parole aux hommes, vous vous servez des ondes pour diffuser une idéologie. » Brèches limitées aussi quant à leurs lieux de diffusion. La radio privée, elle, n'a jamais entrouvert la porte. C'est la mobilisation et la force du mouvement des femmes qui ont rendu possible le peu que les femmes journalistes ont pu accomplir depuis quinze ans dans les médias masculins en payant le prix fort en termes d'énergie, de batailles quotidiennes, d'argent, de carrière, de réputation professionnelle au sein du milieu – quand elles s'affichaient féministes.

En 1981, les femmes journalistes prirent publiquement la parole au colloque *Les femmes et l'information* mais sans que cet événement ait de suites réelles dans le milieu. Pour la première fois, dépassant leurs peurs, elles « ont brisé le mur du silence ». Ce fut un premier

pas vers une démarche collective, un moment important de prise de conscience, un événement chaleureux, émouvant. Huit cents femmes y ont participé: des journalistes en emploi permanent et des pigistes venues de tous les coins du Québec, et, en aussi grand nombre, des consommatrices et des militantes féministes. Mais les journalistes ont rejeté les mesures d'action positive proposées au colloque et, au nom de leurs critères professionnels, elles ont refusé toute association éventuelle avec les groupes de femmes pour étudier plus avant le rapport des femmes à l'information et établir des tables de concertation. Le comité de la condition féminine, dont l'assemblée générale de la FPJQ vota la création et auquel elle refila le mandat de mettre en œuvre les recommandations du colloque, n'a jamais vu le jour, pas plus que les projets de journées d'étude annuelles et de séminaires régionaux devant réunir les femmes journalistes. Le mensuel de la FPJQ ne publie pas encore aujourd'hui de rubrique sur le sujet.

Les organisatrices du colloque n'ont pas voulu s'engager dans une démarche strictement féministe et en utiliser la base idéologique comme cadre d'analyse, à l'exemple des femmes des syndicats et de d'autres milieux professionnels – les pressions des confrères, voilées ou directes, étaient fortes. L'absence de cette grille d'analyse n'a pas facilité à leurs consœurs, lors de cette rencontre, l'examen plus en profondeur de leur situation et la réappropriation de leur identité. Mais les suites à donner à cette première prise de parole étaient l'affaire de toutes les femmes journalistes...

Sans pouvoir s'inscrire dans un cheminement collectif, un noyau de femmes en marche ont tenté de faire leur quote-part et les groupes féministes de l'extérieur ont forcé les portes sans réussir à les ouvrir très grand. Il n'y a pas eu de transformations en profondeur. Il y a eu des accommodements forcés, non consentis.

Impact du féminisme

Tout l'appareil de l'information a tenté de passer sous silence la plus récente phase de la révolution féministe. Mais, depuis vingt ans au Québec, la prise de conscience des femmes a eu un impact sur la population en dépit de la résistance des médias. Très lentement à partir des années soixante-cinq et beaucoup plus vigoureusement à compter de 1972-1973, le mouvement féministe a pris la parole publiquement. Il s'est donné des outils de diffusion. Des collectifs de femmes non journalistes ont créé des médias féministes, à commencer par des publications radicales aujourd'hui disparues comme *Québécoises deboutte!*, *Les Têtes de pioche*, *Des luttes et des rires de femmes*, *L'Entrelles* des femmes de l'Outaouais, ou encore la revue mensuelle du RAIF (Réseau d'action et d'information des

femmes) qui maintient une source continue d'énergie depuis quatorze ans. À la même époque, d'autres féministes créaient La Librairie des femmes, les maisons d'édition Remue-ménage et Pleine Lune. On sait l'importance qu'ont eue ces outils de départ dans la structuration de la pensée féministe et la démarche de conscientisation des Québécoises.

Par la suite, d'autres collectifs féministes créèrent d'autres lieux de diffusion: livres, vidéo, théâtre, art visuel, musique. Certains remplaçaient les premiers disparus, comme la librairie Aube-Épine pour La Librairie des femmes. D'autres encore, créaient des organes d'information fort différents quant à leur orientation, leur réseau de diffusion et l'ampleur de leurs moyens financiers, et qui existent encore aujourd'hui. Sans en faire un recensement exhaustif, citons par exemple, à Québec, *Marie-géographie* et à Rimouski, ce modeste bulletin, *L'Autre Parole*, qui apprit à tout le Québec l'existence de féministes chrétiennes, leurs positions et leurs actions. Le Conseil du statut de la femme lança une publication gratuite, *La Gazette des femmes*, distribuée à 50 000 exemplaires. À Montréal, le Centre de référence et d'information des femmes tire à 12 000 sa modeste revue d'information mensuelle gratuite, *Communiqu'elles*. En 1980, *La Vie en rose* paraît d'abord sous forme d'encart dans la revue alternative *Le Temps fou* pour devenir ensuite un magazine mensuel avec un tirage de 25 000 exemplaires, le seul à se lancer dans le réseau commercial. Sa publication est suspendue à l'été de 1987.

Devant des portes closes

Entre 1970 et 1980, les féministes, par leurs actions publiques, visibles et nombreuses, ont imposé le respect à l'endroit des femmes et obligé les médias à limiter leur propre sexisme – du moins pendant un temps et dans des proportions variables, de l'un à l'autre. Mais le succès fut toujours relatif. La couverture des activités des groupes de femmes a été constamment réduite, marginalisée et déformée par les médias ou simplement absente, et les nouvelles importantes, perdues dans la publicité, mal traitées, biaisées, sans contenu ou coiffées de titres ridicules; la pensée féministe, réduite elle aussi, bloquée et discréditée.

Les grands médias québécois couvrent régulièrement les colloques internationaux de chercheurs et de professionnels qui se déroulent à Montréal. Les propos des conférenciers font souvent la une. Quand ces spécialistes se servent de leur tribune publique pour donner libre cours à leurs sentiments personnels anti-femmes, que n'appuie aucune étude scientifique, la première page leur est garantie dans les médias les plus sérieux: «Selon un médecin de l'U de M, le féminisme radical contribue à la hausse de l'homosexualité mas-

culine» (*Le Devoir*, 26/9/80). *La Presse*, pour sa part, consacra un peu plus tard, un espace important dans ses premières pages aux propos d'un psychologue qui affirmait d'autorité que l'inceste d'un père avec sa fille causait un traumatisme qui se résorbait rapidement (en quelques années) mais que celui d'une mère avec son fils (que l'on sait de plus très rare) avait des conséquences d'une telle gravité que le reste de la vie de ce garçon était irrémédiablement gâché.

Quand des chercheuses se réunissent, quelle que soit l'importance de la rencontre, il en va autrement. En juin 1983, le *premier colloque international* sur la santé des travailleuses rémunérées réunissait pendant une semaine, à l'Université du Québec à Montréal, une centaine de chercheuses et de travailleuses de dix-sept pays. Il fut très peu, très mal couvert par la presse et entaché de ridicule. Les médias électroniques, sauf la radio de Radio-Canada, ont ignoré l'événement et, alors que ce colloque avait fait état de plusieurs études sérieuses sur le sujet, le seul quotidien qui l'a couvert, *Le Journal de Montréal*, a titré un article pourtant bien fait par une femme journaliste: «Plusieurs femmes menstruées dans un bureau peuvent dérégler l'air conditionné»!

Parole de docteur, parole de monsieurs psychologues ou scientifiques, parole d'évangile! En 1981, *Le Devoir* titrait en première page que l'accouchement était douloureux. La nouvelle accédait à la une parce qu'un psychologue venait de *découvrir* que l'accouchement était en général assez pénible. N'importe quelle femme aurait pu en témoigner; mais la parole des femmes n'a pas de crédibilité pour faire la une²³.

En 1986, un pédiatre québécois publie un livre, *Laissez-moi devenir*. Les conclusions de sa recherche font la une des médias, écrits et parlés. Il ne s'agit pas, comme le titre pourrait le laisser croire, d'une réflexion sur la condition masculine. C'est le cri du fœtus à sa mère. Selon cet expert, l'autisme et l'hyperactivité sont causés par un manque de communication intra-utérine. «Inconsciemment, la mère ne permet pas à son enfant de s'initier à la vie, affirme-t-il. Si la mère ne parle pas au fœtus, l'enfant naîtra avec des déficiences.» Rien de moins! Et de recommander aussi aux femmes enceintes, quel que soit le chagrin qu'elles vivent (la mort d'une personne chère), de ne pas le communiquer à leur enfant... Les mères une fois de plus au banc des accusées, sommées de se triturer le cœur pour découper leurs sentiments en tranches: «la douloureuse pour moi, la joyeuse pour toi, bébé». La thérapie pour ces enfants qui ont des troubles de comportement inclut évidemment la mère et lui fait revivre tous les moments de sa grossesse, «en la déculpabilisant²⁴», souligne le bon docteur, qui s'inscrit dans la longue lignée des faiseurs de théorie qui usent du pouvoir de la science pour enfermer les femmes dans la maternité et au foyer.

Il aurait été plus simple, me semble-t-il, de ne pas culpabiliser la mère au départ en la déclarant responsable des difficultés de son enfant: elle n'aurait pas eu besoin de traitement. Mais je ne suis pas à la mode thérapeutique du jour. L'enfant est autistique ou hyperactif? la mère va en thérapie de grossesse; le mari est alcoolique? l'épouse en thérapie chez les Al-Anons; le père a des relations incestueuses avec sa fille? la mère-épouse va en thérapie individuelle, conjugale et familiale... Au fait, docteur, combien d'heures par jour les femmes enceintes doivent-elles parler à leurs bébés? La fille de neuf ans d'une de mes amies est une étourdissante hyperactive. Sa mère lui a pourtant beaucoup parlé pendant sa grossesse. Est-elle coupable de lui avoir trop parlé? Ou est-ce votre théorie qui n'a pas de sens?

Parole d'homme versus paroles de femmes

Pour ameuter tous les grands médias, il suffit au docteur Jacques Testart, père du premier bébé-éprouvette français, d'écrire dans un petit livre: «J'ai décidé d'arrêter. Pas la recherche pour mieux faire ce que nous faisons déjà: le traitement de la stérilité. Mais celle qui est à portée de main, la sélection génétique qui va entraîner un changement radical de la personne humaine. Je revendique une éthique de la non-recherche.» Quand il affirme: «Aucun mécanicien n'oserait traiter une voiture comme certains médecins s'occupent des femmes» ou «aujourd'hui, tout progrès significatif de la biologie devient du pouvoir dans les mains des médecins qui ne sont soumis à aucun contrôle»²⁵, les médias le prennent au sérieux et s'accrochent à ses pas.

Les féministes disent la même chose, et davantage, depuis beaucoup plus longtemps que lui. Elles se sont opposées avant lui au développement incontrôlé des nouvelles technologies de la reproduction présentées comme ultime espoir à l'infertilité: fécondation in vitro, insémination artificielle, transfert, division et congélation d'embryons, prédétermination du sexe, clonage et autres manipulations génétiques, sans compter la pratique de location d'utérus. Elles sont à peu près les seules à s'interroger sérieusement sur l'évolution de ces recherches, l'impact sur les femmes et le genre humain entier de la maternité programmée, des enfants faits sur mesure et du contrôle masculin des techniques de reproduction.

Depuis plus longtemps que le docteur Testart, qui fait tout à coup volte-face, des féministes à travers le monde affirment, comme la sociologue québécoise Maria De Koninck que cette nouvelle industrie «menace de transformer la nature humaine²⁶». Pour sa part, sa consœur Louise Vandael écrit:

(...) un même discours à l'accent humaniste et désintéressé se fait

aujourd'hui sentir un peu partout dans le monde. Entonné par les médecins et biologistes, légèrement revu, corrigé et relayé par les comités d'éthique avant d'être repris en chœur, à quelques nuances près par une presse a-critique, ce discours joue sur la corde sensible de la stérilité, taisant plus ou moins ses causes, ses critères de définition (en France, on considère un couple stérile après deux ans d'essais de fécondation infructueux, aux États-Unis, après un an), ainsi que l'absence de politiques préventives.

Peu de questions aussi sur l'actuel renforcement du modèle de la femme-mère ou sur ces demandes biologiques à tout prix, ou encore sur la commutation de ces désirs d'enfants en droits absolus (au début du siècle, au Québec, près de 25% des femmes n'avaient pas d'enfant, aujourd'hui cette proportion tourne autour de 10%)²⁷.

Ces analyses communiquées dans les colloques et les publications féministes ne franchissent pas la barrière des grands médias. Une fois que le débat public est bien avancé, on cherche la spécialiste, la féministe de service pour donner l'opinion féministe.

Tout en cherchant des alternatives à la stérilité, les féministes se concertent pour analyser les choix scientifiques et les choix de société que les nouvelles technologies de la reproduction impliquent, «les intérêts professionnels, carriéristes et monétaires qui y sont liés, les motivations ludiques et fantasmatiques qui les habitent, l'émergence de cette économie de la reproduction humaine qui a déjà ses propres règles institutionnelles et commerciales, ses rapports particuliers à l'État, ainsi que sa planification et ses standards de qualité impliquant certaines normes de sélection»²⁸.

La grande presse a ignoré toutes les conférences nationales et internationales tenues par les féministes sur le sujet depuis 1985. La première Conférence féministe internationale sur les nouvelles technologies de la reproduction a eu lieu en Suède à l'été 1985, et fut organisée par le Feminist International Network of Resistance to Reproductive and Genetic Engineering (FINRRAGE) (Réseau féministe international de résistance au génie de la reproduction et de la génétique), créé en novembre 1984. Avant cette conférence internationale, ce réseau avait tenu trois rencontres à Londres, à Seattle et à Nairobi, dans le cadre du Forum de la décennie des femmes. La même année, se tenaient des colloques féministes nationaux, à Ottawa où étaient réunies trois cents participantes, à Bonn où deux mille Allemandes se sont opposées de façon radicale aux technologies génétiques et de reproduction, à Paris où s'est constituée l'amorce d'un réseau francophone²⁹.

L'avortement à la une mais...

L'avortement n'a pas beaucoup de difficultés à faire les man-

chettes au Québec. «Mais, expliquait Andrée Côté de la Coordination nationale pour l'avortement et la contraception libres et gratuits (groupe aujourd'hui disparu) au colloque Les femmes et l'information, ce qui intéresse les journalistes ce n'est pas tellement la réalité vécue par les femmes, mais la polémique autour de cette question-là. Cette polémique fait nouvelle et c'est cette polémique que les médias entretiennent d'une façon très consciente...»

Quand nous parlons du 16 mai, Journée internationale de l'avortement, il est important, pour que notre nouvelle soit publiée, de fournir des chiffres, des statistiques, le nombre de villes qui participent à la manifestation, bref, il faut toujours donner des informations quantifiables parce que donner uniquement notre position politique, notre analyse de la réalité, la raison de notre révolte et de notre lutte n'est pas légitime, ça reste dans le domaine du non-publié.

Par ailleurs, les gens au pouvoir, qui ont le pouvoir de définir la réalité, eux, peuvent émettre une opinion et cette opinion deviendra la réalité. Par exemple, quand un pape, un évêque, un député veut définir sa position sur l'avortement, cela devient une nouvelle, cela devient politique. L'opinion d'un groupe de femmes sur l'avortement, ça demeure du domaine personnel³⁰...

Aujourd'hui encore l'avortement fait la une, pardon, la presse fait renaître l'épineux débat de l'avortement, toujours sous l'angle de la controverse entre les «pro» et les «anti» – même si une majorité de Québécoises et de Québécois sont en faveur du libre choix; elle limite son traitement de la question à l'aspect confrontation et ne parle pas de la réalité des femmes. Le choix des médias force les femmes à se remobiliser pour ne pas perdre ce fragile acquis, les gouvernements ayant l'oreille droite très fine. Elles y réussissent: en peu de temps, une coalition québécoise de plus d'une centaine de groupes s'est reformée. Mais quelles sommes d'énergies pour affirmer un seul droit quand d'autres urgences graves se manifestent: le contrôle masculin ne s'exerçant plus uniquement sur le corps des femmes mais dans leur corps même.

L'absence du point de vue des femmes dans les médias est monnaie courante, que ce soit par rapport à l'information locale, régionale, nationale ou internationale. L'explication fournie par ses responsables peut se révéler cavalièrement sexiste. Radio-Canada met à l'affiche une série de six émissions L'avenir du futur, sur l'Église catholique de l'an 2000. On s'interroge particulièrement sur les changements qu'apportera dans la chrétienté le fait qu'à ce moment-là les gens du Tiers monde en constitueront la majorité. Cette série, qui fait appel aux grands penseurs religieux de l'heure plus qu'aux pratiquant-e-s ordinaires, est réalisée par la section religieuse et diffusée exceptionnellement en période de grande écoute. Questionné sur l'absence de l'avenir des femmes et de leurs revendications

dans cette série par une journaliste, le grand patron des émissions religieuses répond «qu'en effet, c'est important et qu'on fera toute une demi-heure sur les femmes... l'an prochain et que, de toute façon, dans la montée du Tiers monde, la question féminine n'est pas encore primordiale³¹»!

Ce qui fait événement, ce qui est pris au sérieux par la presse et propulsé à la une, ce sont les théories et prises de positions masculines dites scientifiques, qu'elles soient sérieuses ou farfelues. Ces propos obtiennent facilement une place de choix quand ils sont contre les femmes, les rendent naturellement responsables des difficultés des enfants et visent, sous couvert de science, à les maintenir dans une situation d'asservissement dans le rôle qui leur fut traditionnellement assigné.

Si les médias peuvent agir ainsi en toute immunité c'est que dans l'inconscient populaire, qui s'exprime aussi chez les femmes, sont ancrés profondément les stéréotypes de la légitimité du pouvoir masculin, un pouvoir de «tête» et l'illégitimité du pouvoir féminin, un pouvoir «de sexe», donc trouble et dangereux³². La rationalité, la logique, la capacité de jugement étant des qualités naturelles aux hommes; l'irrationalité, l'illogisme, l'incapacité de distinguer le vrai du faux, la perversité sont évidemment le lot naturel du sexe féminin.

La légitimité masculine confère ainsi aux hommes une autorité naturelle même sur la vie des femmes et sur leurs luttes. Le docteur Morgentaler peut défendre seul le choix de l'avortement, le docteur Testart, le moratoire sur la recherche de nouvelles technologies de reproduction. Les féministes, elles, doivent former des coalitions de centaines d'organismes, représentant des centaines de milliers de personnes, pour être un tant soit peu crédibles aux yeux de la presse.

Autre manifestation de l'illégitimité de la parole des femmes et des dangers appréhendés de sa présumée perversité: la pratique qui consiste à les interroger non pas en entrevues individuelles mais dans des débats, avec un ou deux tenants du point de vue adverse ou dans des tables rondes, pour obtenir une diversité de points de vue de femmes... Il y a racisme à l'endroit des Noir-e-s dans l'industrie du taxi ou les transports en commun? Les médias prendront la chose au sérieux, aucun n'osera prendre parti en faveur de cette discrimination raciale. On fera des entrevues séparées avec les Noir-e-s qui ont démasqué et analysé la discrimination, avec des chauffeurs et des chauffeuses, avec des usagers et usagères, avec les autorités pour leur demander des comptes. Il y a sexisme dans l'image véhiculée par les médias, avec des conséquences particulièrement graves dans une série télévisée populaire ou dans la pornographie étalée partout? Les médias y accorderont un minimum d'importance, certains, aucune, ou se feront agressifs. Si des féministes insistent, la presse les accusera de censure, de moralité étroite d'arrière-garde,

d'atteinte à la liberté d'expression, opposera leur point de vue aux promoteurs du sexisme, leur accordera un temps de parole étrié et miné dans des entrevues-débats.

Le 8 mars

Nous avons notre 8 mars. Les médias ont mis du temps à reconnaître la Journée internationale des femmes, journée de commémoration des luttes féministes passées, d'affirmation et de visibilité, temps politique autant que moment privilégié de retrouvailles. En 1977, la plupart des médias n'ont pas glissé un mot sur cette journée, alors que des manifestations et des activités se déroulaient dans toutes les villes du Québec³³. Au fil des années qui ont suivi, la reconnaissance publique de cette Journée n'a pas obtenu une meilleure couverture.

En 1981, le groupe de travail sur les communications de l'ICÉA a analysé la couverture accordée au 8 mars de cette année-là par les médias. Au moins trois mille cinq cents femmes, probablement plus, ont participé en province à des manifestations et à plusieurs journées d'activités. À Montréal seulement, vingt mille personnes, des femmes pour la plupart, se sont rendues à l'UQAM et dix mille, selon les chiffres de la police, ont participé à une marche dans la rue.

Selon cette analyse, les médias ont annoncé dans les jours précédents la liste des événements prévus à Montréal et ailleurs au Québec. Mais la couverture de ces mêmes événements ne rendit compte ni de leur ampleur ni de leur signification. Exceptions: les quotidiens *Le Droit* d'Ottawa (quatre pages), *Le Nouvelliste* de Trois-Rivières (cinq articles) ont couvert de façon impressionnante ce qui se passait dans leur région. Pour sa part, *La Tribune* de Sherbrooke publia un reportage détaillé sur la journée des syndicats et sur les activités des groupes autonomes de femmes.

Ailleurs, ce fut moins riche. *Le Quotidien* de Chicoutimi publia un entrefilet sur un défilé de mode à une partie de hockey, un reportage sur une pièce de théâtre à Dolbeau et un discours du maire de Jonquière, alors que, dans cette ville comme à Alma, Chicoutimi et Roberval, se sont déroulés ateliers et débats, conférences, expositions ou fêtes. Personne n'a su ce qui se passait à Rimouski, à Sept-Îles, sur la Côte-Nord, à Saint-Hyacinthe, à Saint-Jean, à Valleyfield alors que dans tout le Québec, les femmes, par centaines, se réunissaient pour fêter mais aussi pour réfléchir, échanger, discuter, prendre publiquement la parole. Personne à Montréal n'a su ce qui se passait en région.

Les grands médias de Montréal et de Québec n'ont pas même réellement couvert les journées qui s'étaient déroulées dans leurs villes. *The Gazette* n'a publié aucun article mais seulement une

photo de la manifestation montréalaise avec une légende qui estimait la foule à quatre mille personnes. Les autres quotidiens ont fait des événements des rapports succincts qui n'apprenaient rien, du genre «exercice de cinquième année B, sans analyse» comme celui de *La Presse*:

À Montréal, au cours du week-end, quelques dizaines de milliers de personnes ont célébré la Journée internationale des femmes. Les festivités ont débuté samedi après-midi par un rassemblement de quelques milliers de personnes au parc Laurier. Hier, l'action s'est déplacée au Pavillon Judith-Jasmin où, de midi à minuit, on pouvait retracer sous diverses formes d'expression le thème de la journée: «La nécessité de s'organiser pour obtenir le droit au travail, à la syndicalisation, à la santé, à la maternité librement consentie, aux garderies et pour combattre la violence, le sexisme et la pornographie».

Le Journal de Montréal a publié en plus un article d'une saveur particulière sur les activités en province. Sous la rubrique Bonne journée, mesdames, il nous a appris que la Journée internationale de «la» femme était l'occasion de rendre hommage aux épouses des propriétaires, recruteurs, gérants et instructeurs, aux mères et petites amies des joueurs et aux partisans du hockey junior, que les Saguenéens de Chicoutimi ont pensé aux dames entre les périodes du match les opposant aux Cataractes de Shawinigan lors du super-défilé de mode de douze mannequins professionnels, gracieuseté du magasin La Baie de Chicoutimi.

Les médias électroniques n'ont pas mieux fait, constate l'analyse de l'ICÉA. Nicole Lacelle, qui en faisait la présentation publique, concluait en ces termes:

Lors de l'affaire des Yvettes, personne ne s'est gêné pour dire que les féministes devraient s'interroger sérieusement sur la portée de leur action et sur cet échec évident.

(...) Qui a dit qu'à l'UQAM et en province notre capacité de mobilisation était plus grande que celle du Parti libéral? (...) Personne ne l'a dit... Sauf CTV de façon assez gauche, personne n'a fait le rapprochement entre les 25 000 femmes partout en province qui se sont regroupées pour le 8 mars et les 14 000 Yvettes qui étaient au Forum ce soir-là. (...) Personne n'a retransmis ce que nous avons dit le 8 mars 1981. Après ça, on viendra dire que les féministes ne rejoignent pas les femmes³⁴...

On trouve aussi le moyen, même ce jour-là, de donner encore la parole aux hommes, de les interviewer ou de les réunir en table ronde pour savoir ce qu'ils pensent de la condition des femmes!

Les médias en sont venus progressivement à transformer le 8 mars en deuxième fête des mères. Aux femmes: congé de silence en mars, congé de cuisine en mai, et aux hommes: la paix pour le reste de l'année. Pour soulager leur conscience, ils nous proposent, une fois l'an, un jeu morbide qui nous rend ridicules et scelle notre

bâillon pour trois cent soixante-quatre jours. Ils nous entrouvent la porte pour quelques heures. Ils demandent à deux, trois féministes de faire, en quelques feuillets ou en cinq minutes, rien de moins qu'un bilan annuel ou décennal et la prédiction de l'avenir, en plus de leur poser des colles du genre: «Êtes-vous radicale ou modérée», «Les jeunes sont-elles aussi militantes» pour lesquelles ils leur accordent un temps de réponse de trente secondes. La condescendance s'ajoutant à la mauvaise conscience, quelques journalistes et animateurs cèdent leur plume et leur micro, le temps d'une émission et l'espace d'une chronique, à leurs consœurs. Au pied levé, les braves mousses remplacent les maîtres à bord, qui rigolent de les voir tenir la barre pendant qu'ils jouissent d'un congé payé. Le lendemain, tout rentre dans l'ordre, le pouvoir est à nouveau entre bonnes mains et les maîtres glosent publiquement sur l'étonnante habileté des femmes à passer ce test truqué.

L'antiféminisme et le sexisme dur

Ce que les femmes font, disent et pensent, la presse en parle peu et, quand elle le fait, elle en parle mal et souvent avec ridicule mais elle se régale d'antiféminisme. Au début des années quatre-vingt, alors que la crédibilité, la force, le rayonnement du mouvement féministe ne pouvaient plus être mis en doute, les médias continuaient de titrer en grosses lettres: «Jean-Yves Desjardins aux hommes: méfiez-vous des féministes radicales» (*La Presse*, 1981), «Le pire ennemi de la femme: le féminisme» (*La Presse* 5/6/81), «Les bonnes intentions oppressives du féminisme» (*La Presse* 4/8/81). Depuis, les médias délaissent les attaques directes contre le féminisme pour l'engloutir sous leur propagande des vieux stéréotypes d'antan.

Les formes les plus insultantes du sexisme ne se trouvent pas que dans *Playboy* et compagnie, à la télé payante ou sur les cassettes vidéo. Elles surgissent n'importe quand dans la presse de tous les jours. Sa pin-up de la page sept a enfin disparu mais *Le Journal de Montréal* dorlote sa clientèle masculine voyeuse, ne ménageant aucun effort pour lui trouver de la documentation scientifique. Il n'a pas de budget pour envoyer des journalistes autres que sportifs à l'étranger mais il sait dénicher dans le flot de dépêches des agences, les plus instructives. «Faites-vous opérer par une femme... nue!» titre une dépêche en provenance de Stockholm:

Si vous devez être opéré et que vous souhaitez que les risques d'infection soient réduits au maximum, essayez de faire en sorte que l'intervention soit pratiquée par un chirurgien-femme, en âge d'avoir des enfants et nue. C'est le conseil donné par *Nordisk Medecin*, le journal de l'Ordre des médecins nordiques. Les fem-

mes en âge d'avoir des enfants propagent moins de bactéries et de particules que les hommes et les gens nus sont moins contaminants que les gens vêtus. D'où l'idéal d'être opéré par une femme nue. (8/2/1980)

Ce quotidien n'hésite pas non plus, les week-ends, à envoyer ses reporters et photographes couvrir à l'extérieur de Montréal les événements touchant les femmes qu'il juge de la plus haute importance, comme le concours de Miss Québec nue au club naturiste de Sainte-Brigitte-des-Saults: «Notre nouvelle Miss Québec nue aime le jazz et la poésie» (27/7/80). Il s'intéresse aussi au travail des femmes: il a publié un reportage de cinq pages sur les danseuses de club (printemps 1981). À quand les dossiers sur les infirmières, les enseignantes, les travailleuses en usine? À *La Presse*, on propose «Un strip-tease avec votre télégramme...», accompagné d'une photo de l'exécutante en tenue minimale (13/3/81) et, en page trois, une photo de pied en cap d'une danseuse aux seins nus qui participe à un spectacle donné annuellement pour ramasser des fonds pour les enfants malades (1983).

Le Téléjournal national du réseau français de Radio-Canada, lui, s'intéresse aux danseuses de la Ville Reine. Le 5 janvier 1984, il présentait un reportage élaboré en provenance de Toronto sur la guerre au sujet du port du cache-sexe, qui oppose celles qui viennent du Québec aux Ontariennes, illustré d'images de ces danseuses nues au travail. Au même bulletin de nouvelles, quelques secondes sans illustration sur le début de la tournée canadienne de la Commission fédérale sur la pornographie. Aujourd'hui, c'est dans notre plus ancien magazine féminin, *Châtelaine*, dérobé aux femmes, qu'on les déshabille et, en page couverture d'un magazine qui se dit féministe, *La Vie en rose* (nov. 1986), qu'on offre en gros plan suggestif un morceau de femme, découpé de la taille aux genoux: une paire de jeunes fesses dans une culotte de soie bleue.

À travers tout cela, nous avons fait peu de gains réels. Nous avons établi un rapport de forces social, les femmes devenant une donnée que les gouvernements ne peuvent plus totalement ignorer. Le féminisme est connu, pas reconnu. Les porte-parole des organismes officiels, surtout paragouvernementaux tels que les Conseils du statut de la femme, ont accès aux médias, certains groupes de femmes aussi, lorsqu'ils réagissent aux politiques et aux actions gouvernementales. Nos revendications les plus connues, celles que nous répétons depuis vingt ans, sont intégrées à des reportages généraux. Mais des femmes, de leur vie, de leur situation dans le monde du travail rémunéré, de l'organisation familiale, de l'éducation des filles, etc., il n'en est pas question sauf quand des rapports officiels sont rendus publics. Les luttes, les activités, les colloques féministes ne sont pas couverts, sauf de façon résumée pour dire qu'ils ont eu

lieu et donner la liste des sujets qui y ont été abordés, ou lorsque des vedettes féministes internationales y prennent la parole. Les pages éditoriales n'abordent pas non plus ces sujets, sauf en période estivale quand un quotidien invite quelques femmes journalistes à s'exprimer. Les médias n'ont aucune politique d'information sur la condition des femmes... ou plutôt ils en ont une, non avouée, de boycottage et de filtrage de ce qui ne respecte pas le point de vue masculin et ses fantasmes sur les femmes.

Nous avons réussi à mettre sur la place publique quelques-unes de nos réalités et de nos oppressions occultées, mais l'affirmation de nos valeurs et la continuité de notre réflexion et de notre action sont interceptées par les médias. Par exemple, nous avons nommé la violence faite aux femmes et défait ses mythes et ses préjugés les plus tenaces. Pourtant cette violence, au lieu de diminuer a augmenté, entre autres parce que la presse pornographique, outil de propagande masculine, est extrêmement puissante.

Devant cette autre forme de guerre qui leur est faite, un grand nombre de femmes se sont levées. Mais les médias soutiennent non pas l'analyse féministe mais le discours pseudo-féministe, un discours qui réduit la pornographie à un débat intellectuel sur le pour et le contre, qui brandit les bannières de la gauche masculine sur le respect de la liberté d'expression et de la liberté sexuelle, qui mélange la notion d'érotisme avec la soumission et l'abus sexuel. Alors que la réalité de la pornographie est désespérante³⁵. Il s'agit d'une entreprise sexiste de haine à l'endroit des femmes comme telles. Les faits sont brutaux. Pendant que les laboratoires universitaires, eux, mesurent les réactions des hommes aux films de mépris et de cruauté contre les femmes dont ils ne peuvent se passer, de plus en plus de femmes sont violées; à l'école, les fillettes de onze, douze ans sont assujetties quotidiennement à une nouvelle matière, le harcèlement sexuel de leurs compagnons de classe et, à mesure qu'elles grandissent, à des formes d'abus sexuel de plus en plus violentes; les enfants des garderies, les jeunes méadapté-e-s des centres d'accueil ne sont pas épargné-e-s, et que dire des ravages de l'inceste et de la pédophilie justifiés au nom du droit des enfants à l'expression de leur sexualité ou excusés au nom de la misère sexuelle de leurs auteurs adultes. Les quotidiens nous rapportent chaque semaine les meurtres gratuits de femmes et de leurs enfants par leurs maris, la découverte de cadavres de femmes chez elles, à dix pieds de leur domicile ou en bordure d'un boisé. Le discours misogyne, masculin et pseudo-féministe détourne les vraies questions de fond sur la pornographie: sa signification politique, sociale, culturelle, la censure qu'elle exerce sur la sexualité des femmes, ses conséquences réelles dans leur vie, ses effets de *normalisation* de la violence.

La récupération est un autre moyen qu'utilisent les médias pour

annuler la parole des femmes. Selon la féministe française, Christine Delphy, la récupération, à ne pas confondre avec le réformisme dont le rôle est inévitable et nécessaire,

commence non pas quand les idées et les termes féministes sont utilisés mais quand ils le sont pour être «retournés à l'envers», quand ils sont utilisés contre les objectifs du mouvement ou le mouvement lui-même³⁶.

Elle se manifeste, par exemple, dans la propagande faite aux thérapies pour batteurs de femmes, improvisées par des groupes de conscientisation masculins. Pour exonérer de tout blâme les auteurs, ces nouveaux spécialistes font la promotion de leurs thérapies-alibis comme alternative à l'intervention judiciaire, et en dépit du fait que très peu d'hommes acceptent le traitement ou y collaborent. Dans leurs analyses, ils rejettent le blâme de la violence dite conjugale sur les problèmes personnels des auteurs de ces agressions et font passer les femmes du rang de victime à celui de coupable en les rendant co-responsables de cette *perte de contrôle* (alors qu'il s'agit d'une prise de contrôle), sans remettre en question le rapport de pouvoir que les hommes entretiennent avec les femmes.

Depuis que les féministes ont révélé l'existence et l'ampleur des abus sexuels commis contre les mineur-e-s, en particulier de l'inceste père-fille, qu'elles en ont analysé les causes et les conséquences, le nombre de cas signalés a augmenté à un point tel que le Comité de la protection de la jeunesse du Québec est débordé, les Centres de services sociaux aussi (au cours des premiers six mois de 1981, quatre cent trois cas furent signalés au Directeur de la protection de la jeunesse). La bureaucratie et les professionnels ne savent plus où donner de la tête, mais depuis six ans, on gère l'inceste, on ne l'enraye pas. On traite moins de la moitié des cas. Des cent quatre-vingt-treize cas d'inceste père-fille signalés pendant ces six mois, cent vingt et un seulement furent jugés fondés, et quatre-vingt-cinq uniquement furent l'objet d'un véritable suivi social dans les Centres de services sociaux (ce qui soulève plusieurs questions quand on connaît la lourdeur du silence qui entoure l'inceste et le courage qu'il faut pour le signaler)³⁷. Quant aux savantes théories appliquées... Les agresseurs sont très rarement poursuivis en justice et tenus de quitter le domicile conjugal; les mères et les victimes attendent de longs mois qu'on s'occupe d'elles c'est-à-dire qu'on les soumette à de multiples thérapies. Au mieux, entretemps, dans les cas jugés critiques (où d'autres actes de violence physique risquent de s'ajouter à l'inceste), on place les victimes en centres d'accueil, comme des délinquantes.

La presse ne prête aucune attention à l'analyse féministe et aux moyens d'intervention qu'elle préconise, visant à remédier aux causes politiques, sociales et économiques qui engendrent les abus

sexuels, à déconditionner et les hommes et les femmes et à permettre aux survivantes de l'inceste de prendre leur propre vie en main. Elle s'intéresse uniquement au discours des institutions, des professionnels, des groupes masculinistes, qui traitent les cas d'inceste comme des cas individuels, mettent de côté leurs causes réelles pour sauver la famille dite incestueuse, privilégient la thérapie comme mode d'intervention pour soustraire les agresseurs au processus judiciaire. Les résultats de ce genre de traitement sont d'ailleurs catastrophiques en ce qui concerne la réhabilitation des pères, dont les trois quarts ne collaborent pas à la thérapie ou ne la suivent pas, la déculpabilisation des mères, tenues en partie responsables, la possibilité des filles de survivre à l'inceste.

De passage à Montréal, l'écrivaine américaine, Louise Armstrong, auteure de l'une des premières analyses féministes sur l'inceste, publiée il y a dix ans, affirmait:

Si nous continuons à surdévelopper un système de gestion des problèmes individuels plutôt que de s'attaquer à la structure qui cause les problèmes, nous devons fournir à chaque nouveau-né une batterie de spécialistes: un travailleur social, un psychologue, etc.³⁸

Nous pourrions scruter ainsi toutes les questions allant de l'économie à la santé pour constater le même encerclement. C'est notamment parce que les médias ont toujours opposé en force au féminisme soit la misogynie, soit des féminismes piégés, soit un pseudo-discours féministe récupérateur que tant de femmes en démarche de conscientisation font actuellement un triste retour en arrière, elles-mêmes coincées entre le féminisme et le féminin.

Sur le plan mondial

Le comportement des hommes de la presse, patrons et journalistes, à l'endroit du féminisme, est le même dans tous les pays. C'est un choix politique planétaire. Il y a quinze ans, le rôle de l'information et ses conséquences sur la vie des femmes étaient encore à peine discutés, localement ou à l'échelle internationale. Depuis, il s'est tenu trois conférences internationales (Mexico 1975, Copenhague 1980, Nairobi 1985) qui réunissaient chaque fois, sous l'égide de l'ONU, les délégué-e-s des pays membres et des milliers de femmes (quinze mille à Nairobi) rassemblées dans un forum parallèle. Des sommes d'analyses et de recherches, effectuées en majorité par des femmes et des groupes de femmes, dans les pays industrialisés, les pays en développement et à l'échelle internationale, ont conclu que dans *tous* les pays, du Nord comme du Sud, l'information est avec le sous-développement auquel il est intimement lié, la première cause responsable du peu d'amélioration glo-

bale de la condition des femmes – condition qui oscille, pour la majorité d'entre elles, entre la pauvreté et la misère.

Les gouvernements et les organismes internationaux ont ignoré les demandes concertées des femmes en matière de communication au plan international. On a écarté la question des femmes (y compris leur rapport à l'information) des nombreuses discussions qui se sont tenues pendant toutes ces années au sein de l'Unesco* sur la création d'un Nouvel Ordre mondial de l'information et de la communication (qui n'a d'ailleurs jamais vu le jour)³⁹. La commission internationale pour l'étude des problèmes de communication instituée par l'Unesco, la commission MacBride, aborde à peine cette question dans son rapport publié en 1980. Les médias tant nationaux qu'internationaux ont gardé le silence sur tout cela. Ces renseignements, je les ai découverts dans un article de Margaret Gallagher⁴⁰ qui retrace l'historique de ce qui s'est passé sur le plan mondial depuis dix ans quant au rapport des femmes à l'information et en analyse les conséquences.

À la veille de la Conférence de Nairobi, devant le vide d'information sur l'ampleur des initiatives des groupes de femmes, sur la concertation de leurs demandes, sur l'universalité des constats de leurs recherches, sur la mise à l'écart des femmes et de leur condition dans la formulation des grands problèmes mondiaux de l'heure, le Groupe d'initiative Femmes et Développement (GIFED**) décidait d'une publication concertée de textes traitant de la recherche, de l'éducation, de l'économie, de la santé et des médias, dans quatre revues publiées par des organismes de coopération internationale⁴¹. Comme l'article de Gallagher est une source d'information inédite, j'en reprends, avec la permission de l'auteure, quelques éléments.

Exclues

Dès la première Conférence mondiale des femmes à Mexico en 1975, il est apparu clairement que l'inégalité de la condition des femmes était liée au sous-développement, et que leur absence totale de contrôle des moyens de communication et d'accès à ces moyens était à la fois le symptôme et la cause de cette situation d'infériorité. Au cours des cinq années suivantes, l'étude du rôle de l'information dans la vie des femmes fut approfondie à l'occasion d'une douzaine

* L'Unesco est une des institutions de l'ONU. Ses champs d'activités: l'éducation, la science et la culture.

** Le GIFED naquit en 1983 «de la rencontre de femmes venues d'horizons géographiques et professionnels divers qui ont mis en commun leur expérience pour travailler à l'élaboration d'un nouvel ordre mondial où les femmes seront enfin des partenaires de plein droit, même si l'échéance paraît lointaine.»

de réunions de femmes, régionales et internationales, tenues sous l'égide de l'ONU. Celle-ci finança également trois études internationales sur les femmes et les communications⁴², et la publication du rapport d'un séminaire international qui s'était tenu au siège des Nations Unies à New York, deux mois avant la Conférence de Copenhague.

En 1978, la Conférence générale de l'Unesco adopta la *Déclaration sur les mass media* qui reconnaissait officiellement, pour la première fois et sur le plan international, le lien entre le déséquilibre économique et celui de l'information. Cette déclaration parle explicitement du rôle des médias vis-à-vis des jeunes mais omet totalement les femmes.

La commission MacBride commença, quant à elle, ses travaux en décembre 1977. Aucune femme n'avait été désignée à l'origine pour faire partie de cette commission de seize membres; mais lorsque l'un d'eux démissionna, il fut remplacé par Betty Zimmerman, directrice du Service international de Radio-Canada. C'est en grande partie grâce à elle que les femmes sont mentionnées dans le rapport final qui consacre seulement deux de ses deux cent cinquante pages et l'une de ses quatre-vingt-deux recommandations aux droits et aux besoins des femmes en matière de communication. De plus, des cent études faites à la demande de cette commission, une seule traite de la question des femmes et elle fut commandée à Margaret Gallagher à la dernière minute, au printemps de 1979.

Le sujet de l'information était inscrit à l'ordre du jour de la Conférence de Copenhague. La demande de la création d'un réseau international de communication, de même que la demande que l'ONU et l'Unesco incluent les femmes dans les travaux préparatoires à l'établissement d'un Nouvel Ordre mondial de l'information et de la communication y furent présentées. Mais écrit Margaret Gallagher:

Le thème de la communication n'a pratiquement fait l'objet d'aucune discussion à la conférence intergouvernementale de Copenhague. Le programme d'action ne comportait que de faibles propositions sur la communication. Toute tentative de les renforcer avait échoué, les gouvernements étant peu désireux de se compromettre au sujet d'une question qui était déjà très controversée. Le conflit entre les intérêts des femmes et ceux des gouvernements était très net d'un bout à l'autre de la conférence et, en dépit des réunions préparatoires et de l'accumulation d'une documentation détaillée, son ordre du jour avait été révisé et ré-établi *de facto* par les hommes.

Elle affirme aussi dans cet article que les organismes internationaux reconnaissent que les pays en développement sont gravement affectés par le déséquilibre du flux et du contenu de l'information

internationale diffusée par les pays industrialisés mais qu'ils font rarement état de la gravité des conséquences, sur la vie des femmes, du déséquilibre de l'information en faveur des hommes. Si on peut établir un parallèle entre le déséquilibre créé par le rapport de dépendance entre les femmes et les hommes avec celui qui existe entre les pays en développement et les pays industrialisés, il y a une différence, note-t-elle :

Le déséquilibre d'information entre femmes et hommes existe non seulement dans le système mondial mais au sein de tous les systèmes de communication nationaux.

Une voie de garage

Ces exemples montrent bien que les femmes sont mises sur une voie de garage et tenues à l'écart de la direction du changement qui demeure le monopole des hommes. En dépit de l'accumulation des études et des données, des rapports de multiples réunions régionales et internationales, de la tenue de trois conférences mondiales, et des heures, des jours, des mois d'énergie et de compétence, de préparation et de participation active par des représentantes de tous les continents à ces diverses étapes, les femmes sont écartées de la formulation officielle des deux grands problèmes mondiaux au centre desquels elles se situent; et toute influence pour modeler l'avenir et résoudre le déséquilibre de l'information et le déséquilibre économique dont elles font les frais leur est niée. Cette mise à l'écart des femmes a pour conséquence que la direction du changement mondial comme national leur échappe totalement, partant, la direction de leur vie individuelle et collective. Gallagher affirme :

C'est dans le domaine de la participation des femmes à la planification et à la prise de décision que l'amélioration est la plus faible, y compris dans le système des Nations Unies lui-même. (...) Dans les systèmes de l'économie et de la communication, les femmes sont essentiellement une ressource dont la fonction peut varier mais non la nature – périphérique bien que centrale, objet plus que sujet, subissant l'action plutôt qu'y participant.

Le manque de contrôle des femmes sur ces systèmes a pour corollaire leur non-accès à l'information qui pourrait contribuer à changer les processus les concernant, souligne-t-elle :

Si telle ou telle femme peut œuvrer pour le changement – et même le causer – au sein des structures existantes de la communication, ces structures n'en restent pas moins sous la domination des hommes – qu'il s'agisse de membres du gouvernement, d'entreprises privées, d'organismes internationaux ou des systèmes de communication – l'autorisation de définir des problèmes, de suivre une politique, d'allouer des ressources, de mettre en œuvre des projets

dans l'intérêt des femmes en tant que groupe. Le problème est évidemment politique.

Nier que la condition spécifique faite aux femmes est responsable de leur situation défavorisée et ne faire aucun cas des problèmes qui se posent à elles en tant que femmes pour les considérer, face à l'information, comme noyées dans le tout masculin, et les écarter des lieux de décision sont des gestes qui cachent des intérêts évidents. L'information et les médias constituent le nerf stratégique d'un consortium d'intérêts masculins – gouvernements, entreprises privées, organismes internationaux – qui, en collaborant entre eux, maintiennent l'exploitation des femmes et en profitent.

Les femmes continuent

La dernière Conférence officielle, celle de Nairobi, n'a adopté que des vœux pieux en matière de communication dans son document *Stratégies pour l'an 2000*. Mais dans le cadre du Forum parallèle, malgré l'absence de ressources financières venant des organismes internationaux et des gouvernements, les femmes ont continué à poser des jalons pour renforcer les réseaux entre individus des divers continents, créer des réseaux entre pays d'un même coin de terre et établir un réseau mondial de communication entre elles. «Le Forum de Nairobi fut l'endroit où les femmes se sont rassemblées pour mettre en place les mécanismes d'un réseau global de communication à partir duquel bâtir un nouvel ordre social⁴³.» «Ce sont ces réseaux qui vont solidifier nos gains – plus important, développer dans notre mouvement une perspective beaucoup plus internationale et interraciales⁴⁴.» Des centaines de comptes rendus publiés dans des médias de femmes à travers le monde ont fait état de ces activités qu'ignore la grande presse et les magazines féminins. Un numéro spécial de soixante-quatre pages du trimestriel international *Connexions*, consacré à la Conférence de Nairobi, comprend une douzaine d'articles sur les communications⁴⁵.

Même si la grande presse ne s'en fait pas l'écho, les femmes continuent de se réunir. Quatre mois après Nairobi, se tenait à Athènes une conférence internationale sur les femmes et les mass-médias. Un an plus tard, en novembre 1986, avait lieu à Washington la conférence annuelle organisée par le Projet international des médias de femmes et réunissant des participantes de vingt pays aussi différents que le Brésil, le Canada, la Chine, l'Égypte, la France, le Kenya, le Japon, les Philippines et le Salvador⁴⁶.

ANEXO F – “CHAPITRE 15 – LES FEMMES JOURNALISTES ET LE FÉMINISME”

Chapitre 15

Les femmes journalistes et le féminisme

Même s'il est éprouvant d'être une femme journaliste et d'agir avec sa différence, même si cela est difficile à assumer et exige du courage, c'est le seul choix possible, tant sur le plan personnel que sur celui de notre responsabilité professionnelle. Autrement, nous mutilons et nous sommes complices d'une façon de faire l'information à laquelle nous ne croyons pas, dans laquelle nous ne nous reconnaissons pas et qui ne sert pas les besoins du public. Nous collaborons à une presse qui se distingue par l'irresponsabilité, la violence, l'infantilisme et l'ennui.

Être femme journaliste, ce n'est pas être journaliste de sexe féminin; c'est apporter à ce métier l'approche que nous apportons à la vie; c'est s'arc-bouter sur notre conscience féministe pour enlever les couches de sédiment séculaire qui bloquent notre vue et transmettre notre propre vision des choses; c'est aborder l'information autrement, la traiter différemment, concevoir autrement le rapport avec le public.

La solidarité

Nous n'avons pas le choix de la solidarité dans ce métier. Se dire féministe ne suffit pas, il nous faut agir en femmes libres et responsables. Depuis dix ans, bien que celles qui pratiquaient déjà ce métier aient accumulé de l'expérience et que les plus jeunes soient hautement scolarisées et plus nombreuses que les hommes à s'être spécialisées en communication, nous n'y sommes pas aujourd'hui en plus grand nombre et nous n'y détenons pas plus de pouvoir; nous demeurons confinées aux mêmes affectations, restons au bas

de l'échelle, sommes interdites de parole autonome. La situation qui nous est faite n'affecte pas que nos parcours de carrière individuels, nos ambitions professionnelles et notre expression personnelle mais l'ensemble de la vie des femmes et la qualité de l'information diffusée au public. La répugnance à exiger des mesures d'action positive n'est plus aujourd'hui que naïveté.

Nous ne pouvons pas non plus attendre d'être cette moitié souhaitée pour nous serrer les coudes, prendre notre sort en main et commencer à changer les choses. Nous ne pouvons pas rester là, momifiées, à fermer les yeux et à agir comme si nous étions des gars: nous avons le devoir d'informer la population et un énorme pouvoir à portée de la main. Parfois, nous n'en avons pas conscience, mais quand nous refusons, quelles que soient les raisons, notre responsabilité de femme journaliste, nous utilisons le pouvoir qui nous est confié à mauvais escient et nous dénaturons l'engagement que nous avons pris en entrant dans ce métier.

Nous ne pouvons pas non plus attendre d'être plus nombreuses parce que nous restons prisonnières d'un cercle vicieux. Mutiler notre pensée et notre parole pour un confort temporaire et l'accès au vedettariat, c'est payer très cher, trop. Même si nous intériorisons le modèle masculin et que nous nous appliquons à nous y conformer, nous continuerons d'être jugées comme des femmes et, sur la voie comme au faite du succès, à un moment ou à l'autre, nous serons discriminées en tant que telles, et encore plus si nous affirmons notre différence.

Judith Jasmin fut «le plus grand reporter», au sens européen du terme et probablement le plus grand journaliste que le Québec ait encore connu. Elle le fut parce qu'elle faisait du journalisme de femme. Elle bouleversa l'information dite politique parce qu'elle alliait à la rigueur et la clarté de l'exposé une sensibilité rare. Elle restituait aux faits la part d'émotion dont ils sont porteurs. Elle regardait le monde, la politique, l'économie, comme le reste, avec ses yeux de femme. Cela est particulièrement frappant dans ses grands reportages à l'étranger, que ce soit en Inde, en Algérie, dans l'Espagne de Franco, à Cuba, en Amérique du Sud, dans les pays scandinaves, réalisés entre 1960 et 1966 pour la Société Radio-Canada et pour lesquels – c'était l'habitude à l'époque – elle effectuait la recherche et rédigeait les textes de présentation et d'enchaînement. Indépendamment de la situation politique et économique du pays où elle enquêtait, elle rapportait les conditions de vie des femmes et des enfants, décrivait la vie quotidienne, et les entrevues avec les «petites gens» avaient pour elle autant d'importance que celles des chefs d'État, dictateurs, révolutionnaires ou démocrates. Pour elle, déjà le privé était politique. Elle n'anima jamais sa propre émission comme les René Lévesque, André Laurendeau, Fernand

Séguin, Michèle Tisseyre ni les grandes émissions d'affaires publiques comme les Wilfrid Lemoyne, Pierre Nadeau, Jacques Keable. Pourtant plus d'une fois, des réalisateurs l'avaient choisie mais la direction préféra d'autres femmes plus dociles ou encore des débutants. Ses patrons la jugeaient dangereuse et estimaient ne pas pouvoir lui faire confiance parce que trop engagée. Ce qu'ils n'ont pas compris à l'époque parce qu'on en parlait encore peu, c'est qu'elle remettait en question l'objectivité masculine en faisant du journalisme fondé sur sa morale, sa sensibilité et ses valeurs de femme. Rien de plus inapproprié pour la décrire que le commentaire, qui se voulait élogieux, utilisé à son endroit: «elle a une tête d'homme». Judith Jasmin fut à l'origine de la création de l'Association des femmes de Radio-Canada aujourd'hui disparue⁷⁵.

Dans une communication au Cercle des femmes journalistes en 1964 (elle avait alors quarante-huit ans), elle disait:

(...) l'engagement du journaliste commence au moment où il choisit de faire ce métier; il se poursuit avec des fortunes diverses tout au long de sa carrière. Le simple choix d'un sujet, l'angle adopté pour l'aborder: inconsciemment... vous trahissez vos sentiments profonds. Si vous êtes quelqu'un d'engagé... cela se verra toujours. Inutile d'essayer de tricher, de vouloir faire «neutre» à tout prix. Ce qui était le grand art de nos journaux en fait d'objectivité totale, c'était la traduction⁷⁶.

Sur le podium de la célébrité, remettre en question l'objectivité masculine et faire du journalisme d'un point de vue de femme coûte toujours cher. Selon sa personnalité, on est jugée dangereuse ou pas suffisamment sérieuse. Au lendemain du décès de l'animatrice de radio et de télévision, Lizette Gervais, morte d'un cancer à l'âge de cinquante-quatre ans, en juin 1986, ses ex-collègues louaient publiquement son professionnalisme, son talent d'intervieweuse non agressive qui laissait la vedette à la personne interrogée et savait faire parler les gens, sa grande capacité de travail, sa disponibilité, l'étendue et la vigueur de son engagement social, sa chaleur humaine, son enthousiasme et son humour.

Pourtant, quelques années plus tôt, elle avait affirmé «avoir quitté le métier parce qu'elle avait été lésée dans ses droits comme femme journaliste et n'avait pas été traitée à sa juste valeur».

J'ai rêvé de travailler à l'information, aux émissions d'Affaires publiques de Radio-Canada. Ça me paraissait bien important parce que je voyais ce type d'information comme un agent de changement dans la société et je voulais que la société change surtout dans ses attitudes vis-à-vis des enfants et vis-à-vis des femmes. Je me demandais encore aujourd'hui pourquoi la direction m'a dit il y a vingt ans que je n'y travaillerais jamais. Je vois en tout cas qu'ils ont de la suite dans les idées: plusieurs réalisateurs ont proposé mon nom mais ça ne s'est pas fait au cours de vingt ans de métier!

J'ai été très engagée dans des organismes sociaux, (...) dans les domaines du syndicalisme, de la santé physique et mentale, de l'adoption de l'enfant, de l'avortement, des droits de la personne, des détenus, de l'immigration. J'ai aussi beaucoup travaillé dans un journal d'opinion ouvrière. Pendant tout ce temps-là, je me disais: j'ai une connaissance privilégiée de dossiers d'affaires publiques. Comment se fait-il que, dans mon métier, je ne puisse pas traiter ces sujets-là? Je me demandais en somme pourquoi je faisais assez sérieux pour faire autant de travail bénévole mais pas assez sérieux pour faire du travail professionnel rémunéré. (...) J'en suis arrivée à douter de ma compétence, à me dévaloriser et finalement à me sentir très, très, très insécure, – et il m'est arrivé une seule fois d'aller me proposer moi-même à un réalisateur même si j'ai proposé de nombreux projets.

J'ai quitté le métier après *La Vie quotidienne*. Cette émission fut animée pendant quatre ans uniquement par deux femmes, Andréanne Lafond et moi, une émission où l'émotion n'était pas absente de ce que, moi, j'appellerais l'information et nous en faisons beaucoup. (...) Je rêve encore de changer le monde, je rêve encore du pouvoir que je souhaitais avoir au moment où je voulais travailler aux émissions d'Affaires publiques. (...) Mais je me demande encore quand nous aurons le pouvoir⁷⁷.

Tout au long de sa carrière, Lizette Gervais a patiemment défendu une vision de femme. En janvier 1980, dans une entrevue au magazine *Châtelaine*, elle disait:

Le grand reproche que je serais tentée d'adresser à ceux qui dirigent l'information, c'est qu'ils s'acharnent à vouloir faire de l'information désincarnée. On tient dur comme fer à ce qu'elle soit vide d'émotion. Dès que je parle d'émotion, je sais que je vais passer pour une «vraie femme» dans le sens le plus péjoratif du terme.

Si nous nous regroupons et si nous nous appuyons sur notre conscience féministe, aucune ne pourra être dirigée vers la sortie, mise en attente ou rétrogradée pour cause de féminisme déclaré ou soupçonné, cavalièrement, subtilement et indirectement discriminée sous n'importe quel prétexte et empêchée de communiquer l'information à sa façon. Celles qui désirent graver les échelons pourront le faire sans s'isoler, et y faire valoir *normalement* leur point de vue de femme sans s'autocensurer; nous les soutiendrons et les encouragerons à y aller à plusieurs parce que, dans tous les lieux de pouvoir où nous allons seules, nous ne pouvons que servir d'alibis et, au mieux, nous aménager des espaces individuels vivables. Comme l'écrivait une consœur américaine,

un média qui n'a qu'une seule femme cadre supérieure lui impose le rôle d'un petit pétunia esseulé dans un carré d'oignons et se prive de la richesse d'idées nouvelles et de défis qu'elle pourrait apporter: une femme seule dans un contexte masculin compétitif émettra rarement une opinion qui se démarquera de celles de ses

collègues et sera forcée de suivre servilement leurs choix éditoriaux⁷⁸.

Nous pourrions aussi construire cette solidarité nécessaire avec les autres femmes qui exercent des métiers connexes essentiels à la diffusion de l'information, les réalisatrices mais aussi les recherchistes, documentalistes, scriptes, secrétaires et réceptionnistes que la structure hiérarchique force au silence et dont les talents et la contribution sont utilisés sans être reconnus et rémunérés équitablement.

Couvrir la réalité des femmes

Dans ce métier, nous sommes celles qui peuvent faire en sorte que les questions relatives aux femmes soient traitées selon la vérité des faits et obtiennent la couverture qu'elles méritent. Même s'il existe des hommes journalistes sympathiques à notre cause, ils n'occupent pas en général les postes de décision et nous sommes les mieux placées puisque c'est de notre vie, de notre réalité qu'il s'agit.

Le piège de l'Objectivité nous guette de plusieurs façons. En son nom, nous nous imposons une autocensure cruelle. Toute femme journaliste qui veut avancer dans cette carrière se garde des dossiers dits avec mépris «de la condition féminine», ils sont un point d'entrée dans le métier, non un point d'arrivée – alors que toutes les questions touchent la vie des femmes. Nous nous excusons aussi d'affirmer notre point de vue politique et d'articuler notre travail à partir de notre morale. Nous réprimons leur expression ou l'adoucissons pour ne pas être accusées de propagande. Les journalistes féministes entretiennent des liens avec le mouvement féministe et, pour ces raisons, ont accès à des sources privilégiées d'information et possèdent une meilleure expertise. Et elles seraient, parce que trop proches, les moins indiquées pour traiter ces sujets? L'argument est fallacieux et discriminatoire. Dans ce métier, il n'y a qu'aux femmes qu'on reproche leur compétence et leur accès à des sources d'information privilégiées. En sport, en politique, en économie on les valorise comme des marques de talent et d'efficacité qui distinguent les meilleurs hommes journalistes. Qui d'autre que nous peut mettre un terme à notre autocensure et aux manœuvres qui nous encerclent?

Ce genre de reportages intéresse le public, fait monter les tirages et les cotes d'écoute et mérite la une ou la trois. La pauvreté des femmes et les garderies sont des sujets économiques et politiques aussi importants à traiter régulièrement que la montée des taux d'intérêt, l'essor des PME ou les bons tuyaux pour agrandir son portefeuille de régime-épargne-actions. Les reportages sur les maladies industrielles qui affectent les couturières en usine, rédigés à partir de recherches scientifiques féministes n'utilisant pas le biais de critères masculins d'évaluation, procurent au public une informa-

tion aussi essentielle que les dossiers sur l'amiantose. Inclure l'expérience des femmes dans le traitement des sujets qui passionnent la population donne à celle-ci une perspective plus juste et plus vaste de la réalité. Soulever les questions qui touchent directement la vie des gens et rapporter leur contribution à l'évolution de la société, ici ou ailleurs, les passionne bien davantage que la sempiternelle saga des détenteurs de pouvoir.

Si, comme femmes journalistes, nous ne nous soutenons pas mutuellement, nous contribuons nous aussi à détruire le mouvement des femmes, notre mouvement. C'est à nous comme aux femmes de l'extérieur de protester énergiquement et en nombre chaque fois que la presse diffuse un reportage ou une prise de position antiféministe. Il n'y a pas de place pour ce genre de saletés, tout aussi inacceptables que des reportages et des propos qui affirmeraient qu'il faut renvoyer les gens de couleur d'où ils viennent ou exterminer la nation juive, que la défense des droits de la population haïtienne de Montréal est le fait d'extrémistes qui ne représentent pas leur communauté et qui travaillent contre les intérêts des leurs. Tout aussi inacceptables seraient les justifications de directions de magazines conçus pour une clientèle noire de ne pas publier d'articles qui font état de la lutte des Noir-e-s, de la discrimination dont ils et elles sont victimes, de leur vision du monde, des questions vitales qui les concernent et des moyens pris pour changer leur situation, sous prétexte qu'on ne peut imposer un point de vue absolu à l'ensemble du public-lecteur. Seraient également inacceptables des titres du style

«Le pire ennemi des Noir-e-s, la lutte contre le racisme»,
 «Les bonnes intentions oppressives de la lutte contre l'apartheid»,
 «Blancs et blanches, méfiez-vous des leaders noir-e-s»,
 «Selon un professeur de l'U de M, la lutte contre le racisme contribue à la hausse de la criminalité blanche»^{*}

et pour coiffer un article sur un congrès du mouvement antiapartheid en Afrique du Sud: «Pretoria, congrès de plaignards» à l'exemple du *Devoir* qui titra une dépêche sur la Conférence internationale de Copenhague en 1980: «Copenhague ou le forum "des plaignards"»⁷⁹. Le sexisme constitue la première forme de racisme et la discrimination demeure de la discrimination, quelles que soient les catégories de personnes qu'elle vise.

Déjà, comme femmes, de par notre lien au quotidien, aux soins des enfants, nous avons une perception plus concrète de la réalité

* J'ai calqué ces titres sur des titres ayant trait au féminisme, parus dans des quotidiens montréalais et que j'ai signalés précédemment dans le présent ouvrage: «Le pire ennemi des femmes: le féminisme», «Les bonnes intentions oppressives du féminisme», «Jean-Yves Desjardins aux hommes: méfiez-vous des féministes radicales», «Selon un médecin de l'U de M, le féminisme radical contribue à la hausse de l'homosexualité masculine».

et nous sommes préoccupées d'en comprendre la complexité; nous avons une approche plus communautaire de la vie sociale et nous sommes plus à l'écoute des autres.

L'ex-vedette canadienne-anglaise de la télévision, Adrienne Clarkson, répondait à une journaliste qui lui demandait la raison de son succès:

Je suis capable d'écouter. Mes ami-e-s vous diront que j'adore parler et que je ne les écoute pas mais, dans mon métier, je suis la meilleure personne au monde pour écouter: écouter la personne que j'interviewe et la suivre là où elle veut aller mais aussi là où elle ne sait pas qu'elle veut aller.

Quand la journaliste lui rappela ses confrontations célèbres avec des personnalités politiques comme celle avec le shah d'Iran sur la torture dans les prisons de son pays, elle répondit:

Si l'invité refuse de répondre, il est important d'insister. Il n'est pas nécessaire de se fâcher⁸⁰.

Leur socialisation a donné aux hommes le Pouvoir et l'Argent comme buts; une fois qu'ils les ont, ils consacrent leurs énergies à les conserver et à en acquérir davantage. Dans les entreprises de presse comme ailleurs, si l'on veut atteindre ces buts, cela signifie mettre sa carrière au premier plan, avant sa responsabilité de journaliste, faire ce qui plaît à ses collègues et surtout à ses supérieurs, ne pas s'éloigner des normes établies.

La socialisation des femmes les a tenues à distance de ces objectifs. Nous avons encore à définir le pouvoir et ce que nous voulons en faire à partir de nos propres critères puisque nous n'avons fait que l'expérience d'un faux pouvoir, le *pouvoir occulte*. Mais déjà nous questionnons la notion de pouvoir, nous distinguons entre le *pouvoir de* et le *pouvoir sur*, nous cherchons à transformer son exercice, à l'humaniser, à le féminiser. L'argent non plus ne représente pas pour les femmes la valeur suprême à laquelle les autres valeurs humaines doivent toutes se subordonner.

Moins obnubilées par l'ascension carriériste, les femmes préfèrent aller chercher les nouvelles là où elles se trouvent, en particulier celles qui vont aider à changer la vie des gens. Au Québec, le travail de Claire Dutrisac, qui fut journaliste au quotidien *La Presse*, en est un exemple frappant. Pendant vingt ans, elle a enquêté dans le secteur de la santé et des affaires sociales. Ses recherches sur le terrain, qui ont mis sur la sellette à la fois la profession médicale et les ministres et fonctionnaires, ont précipité plusieurs changements dont ont bénéficié en particulier des malades et des personnes âgées. Dans un style qui ne manquait pas de mordant, elle faisait du journalisme tourné vers les besoins de la population et questionnait les pouvoirs en place. Elle s'attachait avec vigueur et précision à déchiffrer les dossiers qu'elle traitait et à les rendre

accessibles au public pour que les gens puissent se situer face aux changements sociaux. Elle a ainsi expliqué la loi sur l'assistance sociale et l'implantation de l'assurance-maladie tout comme elle a rendu compte de la première transplantation cardiaque.

Sa consœur, Madeleine Berthault, a dit de Claire Dutrisac qu'elle pratiquait

une forme de journalisme que l'on rencontre peu, s'attachant beaucoup plus à corriger des situations humainement inacceptables qu'à «sortir des scandales» pour «satisfaire la curiosité morbide d'un certain public» (...). Elle a su conserver la combativité et le courage nécessaires pour réaliser certains reportages et déranger des habitudes, des routines, en dénonçant le laisser-aller, la médiocrité, l'hypocrisie. (...) (Elle affirme) que c'est inutile de publier une nouvelle si le but visé n'est pas de corriger une situation. (...) Claire Dutrisac fut un temps ironiquement surnommée par ses confrères «la travailleuse sociale de *La Presse*»! D'autres la comparent à une détective!⁸¹

Si elle remporta deux National Newspaper Awards, rapporte Madeleine Berthault, son travail journalistique ne lui attira pas que des honneurs et des ami-e-s, notamment dans la profession médicale et chez certains médecins:

Ils ont dit tellement de choses contre elle... Et ceci entre autre: «Quand vous serez malade, vous ne trouverez personne pour vous soigner», ce à quoi Claire avait répondu: «Dans ce cas-là, je me résoudrai à mourir sans votre aide»⁸².

Il nous arrive d'entrevoir, à partir d'exemples isolés, circonstanciels mais non moins convaincants, la transformation que pourraient connaître les grands médias avec, à leur barre, des femmes qui osent appliquer comme politique d'information leur vision de femme consciente et y insufflent un nouvel esprit. La journaliste américaine Gloria Brown-Anderson fut rédactrice en chef du quotidien d'après-midi *The Miami News*, de 1978 à 1982. Elle accéda à ce poste à l'âge de trente-trois ans, devenant ainsi la plus jeune personne à accéder à ce poste aux États-Unis. Ce journal, tenu pour moins important qu'un quotidien du matin, était en sérieuse perte de vitesse, raisons, estima-t-elle, pour lesquelles on lui laissa les coudées franches. Elle lui donna un second souffle, en fit presque doubler le tirage (de 40 à 70 000 exemplaires en moins de quatre ans), en y instaurant une pratique journalistique fondée sur une approche humaine, communautaire, en privilégiant les sources non bureaucratiques et les reportages traitant de l'impact des politiques gouvernementales sur la vie des gens, plus que l'annonce des décisions administratives elles-mêmes et des événements prévisibles. Elle incitait les journalistes à se familiariser avec la communauté espagnole qui représente une partie importante de la population de la ville – pour elle, un journaliste, aussi célèbre soit-il, ne peut faire du bon travail

à Miami s'il ne parle pas espagnol. Elle les poussait aussi «à faire coller la nouvelle à la vie» et à recourir à «l'observation participante». Par exemple, quand le président Reagan décida de couper les budgets de l'aide sociale, elle demanda à un reporter de vivre pendant un mois avec la pension mensuelle de 144,50\$ versée aux retraité-e-s et de raconter dans ses articles comment et au prix de quelles privations il avait pu s'en tirer. Pour démystifier le pouvoir des médias auprès du public, elle invitait régulièrement les gens à assister aux réunions de production pour qu'ils voient comment se prennent les décisions. Elle explique ainsi sa philosophie de l'information:

Je n'avais pas de plan de carrière. Mais je voulais faire du journalisme parce que je crois que *dans cette profession plus que dans toute autre, nous pouvons aider les gens à mieux vivre*. Et cette conviction me guide depuis mes débuts. Mon approche en est une de femme.

Nous ne sommes pas très utiles comme journalistes si nous couvrons les événements sans les relier au contexte social où nous vivons. (...) nous devons les présenter au public dans leur continuité et lui permettre de comprendre comment ils s'imbriquent, qu'il s'agisse du budget municipal, d'un événement mondial ou d'une personnalité internationale. (...) Ne pas seulement écrire qui a gagné ou perdu – cela est facile – mais y ajouter la dimension humaine. Cela voudra dire, dans l'avenir, s'engager envers sa communauté et devenir expert-e dans autre chose que ses intérêts personnels et son petit monde individuel⁸³. (C'est moi qui souligne.)

S'il existe un public pour des journaux qui trempent leur plume dans le sang des meurtres et la fumée des incendies, il en existe d'autres aussi.

Les avantages de la lucidité féministe

Être une journaliste lucidement féministe offre d'immenses avantages pour pratiquer ce métier avec l'indépendance d'esprit nécessaire et les yeux rivés aux faits.

Comme journalistes féministes, nous agissons en nous appuyant sur nos expériences à nous, sur notre réalité, en ayant de nouvelles pratiques, et en demeurant constamment à l'affût des pièges que nous tend notre mauvais vieux conditionnement. Notre vue est aussi moins voilée par les préjugés, les tabous et les interdits puisque nous en sommes les victimes et que nous nous attachons à les découvrir, les analyser, les comprendre, à en révéler et démystifier la réalité et les conséquences.

On peut raconter autour de moi, par exemple, que les femmes désirent être violées ou qu'elles sont coresponsables de la violence dite conjugale ou familiale. À titre de journaliste, je ne transmettrai

pas une telle falsification des faits au public. Je sais que l'une et l'autre assertions sont fausses, que les termes violence «conjugale» et «familiale» sont impropres puisque ce sont les femmes qui sont battues par leur conjoint dans 90% des cas, et tuées par lui dans 83% des cas de meurtres de conjoints⁸⁴.

Depuis longtemps déjà, je n'utilise plus les expressions «population active», «femmes au travail» (qui a jamais entendu parler d'un homme au travail?), «travailleuses», «femmes sur le marché du travail» pour désigner les femmes qui gagnent leur vie à l'extérieur du foyer. Ces expressions laissent entendre que les femmes à la maison ne travaillent pas ou sont inactives; j'emploie les termes «travailleuses à l'extérieur du foyer», «travailleuses rémunérées», «travailleuses en emploi rémunéré», «femmes en emploi rémunéré», «femmes sur le marché rémunéré du travail», «femmes qui travaillent en... (éducation)». Je ne le fais pas pour faire différent ou pour imposer mon analyse féministe mais par fidélité à mon éthique, qui m'enjoint de traduire les faits.

Il y a deux ou trois ans, la question de l'abolition, au terme de l'impôt, de l'exemption accordée au mari pour la charge de son épouse qui travaille à la maison fut soulevée à la Chambre des communes. Dans son reportage, un journaliste fit référence à plusieurs reprises aux «femmes à la maison qui sont inutiles». Plus récemment, un autre journaliste réalisa des portraits télévisés sur quelques «femmes qui avaient réussi dans des métiers non traditionnels» – une façon masculine de traiter de la condition des femmes en en sortant du rang quelques-unes qui font comme les hommes et aussi bien qu'eux; il utilisait l'expression «femmes qui ne travaillent pas» pour désigner celles qui le font au foyer.

Ce sont là des exemples simples, qui illustrent comment même le choix du vocabulaire utilisé dans les médias peut traduire la réalité des femmes ou, au contraire, la fausser et entretenir les stéréotypes à leur endroit.

Le syndrome féministe

Plusieurs journalistes qui s'affirment féministes sans agir comme telles souffrent du syndrome féministe, de la peur de compromettre leur liberté d'action par une solidarité avec le mouvement des leurs. Pourtant, elles compromettent cette même liberté d'action professionnelle en se soumettant, pour ne pas lui déplaire, aux règles de l'establishment masculin... lequel ne leur offre aucune garantie en retour. Elles défendent farouchement l'objectivité masculine et adoptent le point de vue masculin dans leurs reportages, en venant à travailler contre les intérêts des femmes alors qu'elles éprouvent, elles-mêmes, des tensions entre leurs valeurs personnelles et leurs

ambitions professionnelles.

Nos consœurs américaines semblent avoir cherché à surmonter le syndrome féministe depuis un moment déjà. Aux États-Unis, existe depuis 1972 The Women's Institute for Freedom of the Press (L'Institut des femmes pour la liberté de la presse), un organisme extrêmement actif qui, entre autres réalisations, publie annuellement deux annuaires internationaux, l'un des médias féministes, l'autre des femmes qui œuvrent dans les communications, en plus des recherches, des livres, un bulletin qui rapporte les activités féministes dans le domaine des communications aussi bien que les offres d'emploi dans les médias et les facultés de journalisme. Ce regroupement, qui se veut un réseau de support, réunit des journalistes des grands médias, des publications féministes, des professeures en communication et des groupes de femmes, sans que les premières se sentent inféodées par les autres.

Toutes les femmes qui se disent féministes ne sont pas interdites par les médias. Se sentant coincé par un féminisme qui prend racine en dépit de la toxicité des féministocides et des féministifuges dont il se sert abondamment, le pouvoir masculin en tolère certaines pour ne pas avoir l'air anti-femmes. Il montre même de l'empressement envers celles qui mordent aux appâts de la récupération, du «professionnalisme» ou cèdent à la peur, les féministes modérées et les «Je suis féministe mais...».

Quand j'entends une femme dire «Je suis une féministe modérée», je me demande toujours où elle met la frontière entre la passivité et la prise en charge d'elle-même. Cette phrase me ramène infailliblement à mon enfance. Quand nous bougions trop, nos parents nous tranquillisaient par un sonore: «Modérez vos transports». Quand les hommes servent aux femmes ces mots courroucés pour leur faire peur, beaucoup répondent comme des enfants soumises et dépendantes: «Mais ce n'est pas nécessaire de prendre une aussi grosse voix, je suis modérée.» Le «Je suis féministe mais...» me ramène aussi à mes jeunes années. J'ai l'impression d'entendre une enfant dire: «J'aime le chocolat, mais mon papa ne veut pas que j'en mange.» D'autres ne prennent aucune chance et, bien qu'elles intègrent des valeurs féministes à leur vie, proclament: «Non, je ne suis pas féministe, je déteste les étiquettes.» On se demande comment elles peuvent accepter l'étiquette «femme», qui décrit un état peu enviable à moins d'être féministe et engagée dans la réappropriation de son identité.

Toutes ces femmes, en dernier ressort, se nuisent et nuisent aux autres femmes. Elles se piègent à long terme mais elles se doutent des risques de toutes sortes liés à une position féministe non diluée, avouée: rejet, insultes, ruptures; elles pressentent le «courage existentiel» (selon l'expression de Mary Daly) qu'il faut

pour arracher la muselière qui nous réduit au silence. Elles protègent leurs acquis individuels et leur confort qui leur semblent rassurants à court terme. Elles ne voient pas toujours bien (et le système social masculin fait tout pour le leur cacher) qu'ils sont fragiles et temporaires et peuvent leur être retirés n'importe quand selon le bon vouloir de ceux qui les leur procurent. Le lourd poids du conditionnement les empêche aussi souvent de voir le prix réel qu'elles paient chaque jour en soumission, en renoncement, en négation d'elles-mêmes, en désirs réprimés, en souffrances mentales quand ce n'est pas en sévices physiques...

Dire, écrire en tant que femmes

Un interdit qui pèse lourdement sur les femmes et qui affecte particulièrement celles qui œuvrent dans les communications, c'est celui qui les empêche (à moins d'utiliser la fiction) de réfléchir, de dire et d'écrire... en tant que femmes – différemment des hommes – et en tant que femme singulière – différemment des autres femmes –, sans se faire reprocher de théoriser ou d'intellectualiser.

Pour nous, pas plus que pour les hommes, il n'y a dans le cours normal de nos activités de danger *intrinsèque* à articuler, coordonner nos pensées et à les rendre publiques, c'est une fonction normale et digne de notre intellect; il est essentiel d'extérioriser notre pensée pour ne pas nous laisser étouffer et nous détruire.

L'anti-intellectualisme qui a cours même en milieu féministe est un piège qui vient de la peur de connaître la réalité et aussi de la peur d'invalider le système de pensée et d'éducation masculinistes. Il n'y a pas, comme l'ont toujours prétendu les hommes, de séparation réelle entre la pensée et l'action. Mettre en mots notre réflexion est un processus de créativité, de prise de possession du réel, une action; c'est un processus qui nous permet d'évoluer, de ne pas répéter nos erreurs et de poursuivre notre route vers une meilleure connaissance de nous-mêmes et de ce qui nous entoure.

En information, une lecture féministe de *l'actualité* est d'abord et avant tout, quel qu'en soit l'aspect traité, une lecture de la *réalité*, donc qui n'oblitére pas les femmes, leur oppression, leurs luttes, leurs idées, leurs créations, leurs pratiques, leurs questionnements, leurs démarches, et ne discrédite pas leur parole. Cette lecture se base sur une analyse qui vise à transformer leur situation comme celle des enfants et de toute la société. La lecture féministe de la réalité détecte les oppressions quelles qu'elles soient. Elle détecte aussi les courants de pensée, les initiatives qui tiennent davantage compte des personnes, de leur épanouissement et proposent des solutions propres à donner à chacun-e le pouvoir d'agir, de vivre mieux et plus heureux-se, le féminisme étant une philosophie dont

le but et les moyens veulent accroître, au plan individuel et collectif, l'autonomie, le bien-être et la réalisation des femmes qui s'engagent dans cette démarche. L'assertion féministe, *le privé est politique*, n'est pas qu'un slogan. Elle fait éclater le code séculaire qui régissait les rapports des personnes humaines avec elles-mêmes, avec les autres et avec la réalité. Elle remet en question le processus du rapport à la vie, ressoude ce qui est divisé: l'esprit et le corps, l'intelligence et le cœur, la vie privée et la vie publique en faisant accéder les idées personnelles au discours public.

L'interdit sur la parole des femmes ne s'exerce pas que dans les médias traditionnels. L'expérience des médias parallèles mixtes n'a pas amené les hommes à transformer leurs rapports avec les femmes ni à avoir une pratique journalistique tellement différente, même si elle s'axe davantage sur les besoins et les désirs de la population qu'elle dessert. Les hommes s'y approprient le pouvoir et accordent un créneau aux féministes comme à une catégorie parmi d'autres, les jeunes, les vieux, les écologistes. L'information s'y pratique sans tenir compte des femmes; elle suinte le discours et l'attitude anti-femmes comme dans les médias traditionnels.

Jusqu'à maintenant, les femmes comme groupe ont été empêchées de faire l'expérience de leur pratique journalistique propre dans les médias mixtes. La vision féministe apporte du dynamisme; elle ouvre la porte à la créativité, à l'innovation et à la transformation – devenue urgente – de la pratique journalistique tout en se fondant sur le compte rendu rigoureux des faits. Son point de vue politique est neuf et révolutionnaire dans le véritable sens du terme. Débusquer tabous et préjugés, inclure les femmes dans le traitement de toute question (ne pas écarter la moitié de la population), rechercher les faits cachés, démonter les mécaniques savantes et trompeuses, s'approvisionner à des sources d'information autres qu'universitaires et bureaucratiques sont les pratiques fondamentales de tout bon journalisme et produisent une presse d'information, vivante et intéressante. Donner la parole à celles et ceux qui vivent la situation et qui la changent, mettre l'accent sur la dimension humaine des faits, les situer en relation avec le contexte social de la communauté, être plus à l'écoute du public, s'en rapprocher et s'ouvrir à tous les secteurs de la population, c'est une approche réaliste, éthique, responsable de l'information où peut s'exercer la liberté journalistique et qui ne peut avoir qu'un résultat, celui d'une aventure passionnante pour tous et toutes, le public inclus.